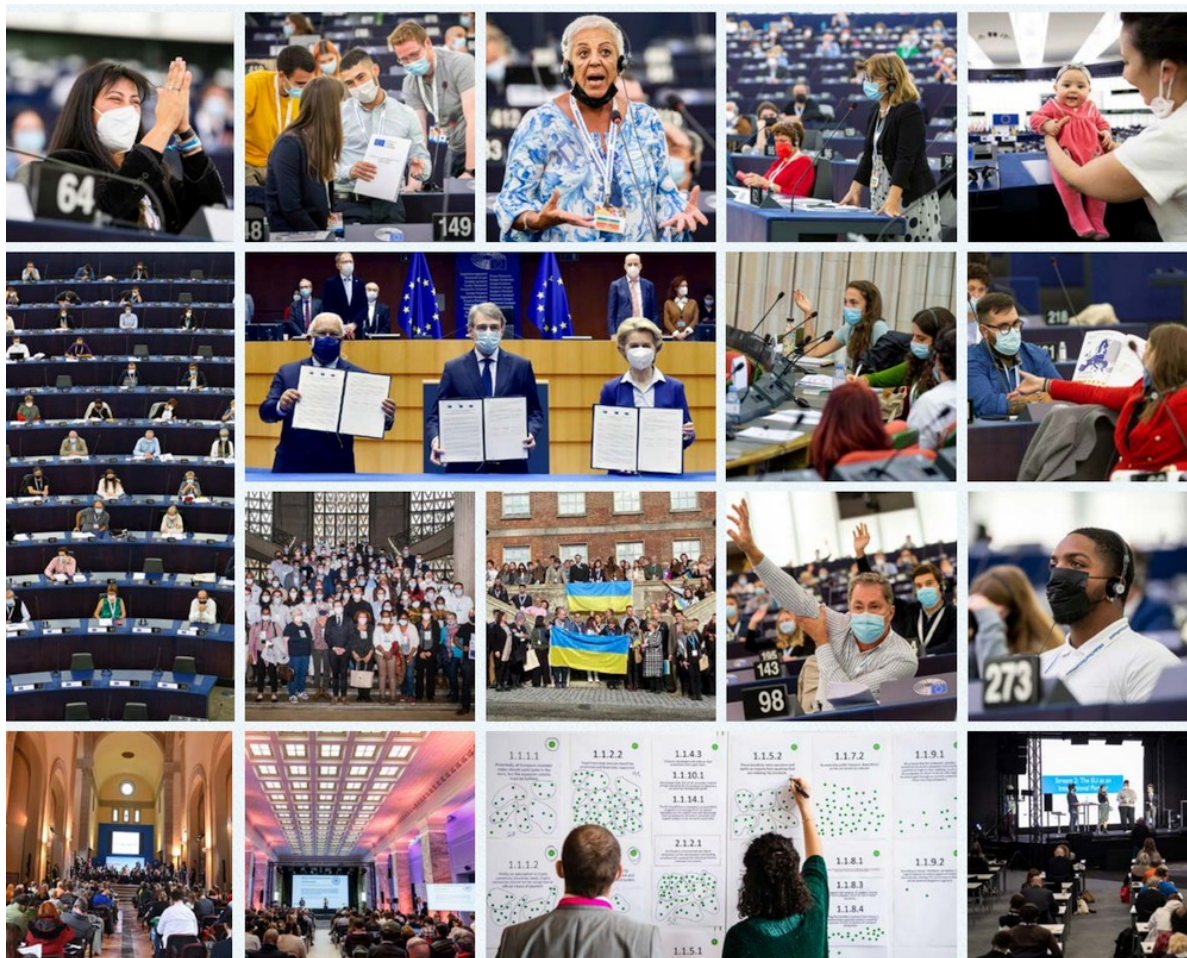


Conferência sobre o futuro da Europa

RELATÓRIO DE RESULTADOS FINAIS

Maio de 2022



O futuro está nas tuas
mãos



Conferência
sobre o futuro
da Europa

**Documento preparado por Pierre Dieumegard
para a Europa-Democracia-Esperanto**



O objetivo deste documento «provisório» é permitir que mais pessoas na União Europeia compreendam os documentos produzidos para a União Europeia (e financiados pelas suas contribuições). O [documento original em francês](#) em formato pdf foi formatado utilizando o software Libre Office (este documento desapareceu do sítio Web oficial; em 26 de novembro de 2025, apenas [resta o documento inglês](#). As [línguas oficiais da União Europeia são traduzidas para](#) as línguas oficiais através de <https://webgate.ec.europa.eu/etranslation> .

Fizemos este trabalho devido à necessidade de melhorar o multilinguismo na União Europeia: sem traduções, uma grande parte da população é excluída do debate. **É desejável que a administração da UE assuma a responsabilidade pela tradução de documentos importantes, para que todos os europeus possam compreender do que se trata e debater em conjunto o seu futuro comum.**

Para uma boa comunicação direta entre os cidadãos europeus, para traduções fiáveis, a língua internacional esperanto seria muito útil devido à sua simplicidade, regularidade e precisão.

Na Internet:

Federação Eŭropo-Demokratio-Esperanto: <https://e-d-e.org/> (ou www.demokratio.eu)

Associação Europa-Démocratie-Esperanto (França): <https://e-d-e.fr/>

Documentos europeus em todas as línguas oficiais: <http://www.europokune.eu/>

Em comparação com o documento original, existem algumas alterações (melhorias?):

- alguns erros ortográficos foram corrigidos.
- o layout foi harmonizado e todas as páginas estão devidamente numeradas (o documento inicial era uma justaposição de arquivos pdf escritos separadamente, com numeração independente).
- as notas de fim foram transformadas em notas de fim (na parte inferior das páginas).
- os documentos inicialmente sob a forma de imagens foram transformados em tabelas para serem facilmente traduzíveis.
- o próprio documento foi elaborado a partir do relatório em francês disponível no início de maio de 2022. O relatório disponível em novembro de 2025 data de junho de 2022, encontra-se apenas em inglês e inclui um quadro dos responsáveis no final. Este quadro foi acrescentado no final do documento.

Índice

Introdução.....	6
I. A arquitetura da conferência.....	7
1. Declaração comum.....	8
2. Regulamento Interno.....	9
3. Eventos relacionados com a conferência.....	9
4. Implementação da plataforma digital multilingue.....	9
5. Painéis de cidadãos europeus.....	10
6. Painéis de cidadãos nacionais.....	10
II. Contributos dos cidadãos para a conferência.....	11
A. Plataforma digital multilingue.....	12
B. Painéis de cidadãos.....	16
C. Eventos organizados no âmbito da conferência.....	27
III. O Plenário da Conferência.....	36
A. Papel e funcionamento da Assembleia Plenária.....	37
B. Grupos de trabalho.....	38
C. Resumo cronológico.....	39
IV. As propostas da Assembleia Plenária.....	44
"Alterações climáticas e ambiente".....	45
"Saúde".....	51
Uma economia mais forte, justiça social e emprego.....	55
«A UE no mundo».....	64
Valores e direitos, Estado de direito, segurança.....	71
"Transformação digital".....	76
"Democracia europeia".....	82
«Migrações».....	89
Educação, Cultura, Juventude e Desporto.....	93
Considerações finais da Comissão Executiva.....	99
Anexo I – Recomendações dos quatro painéis de cidadãos europeus.....	102
Painel de Cidadãos Europeus 1: Uma economia mais forte, justiça social e emprego/Educação, cultura, juventude e desporto/Transformação digital.....	103
Painel de Cidadãos Europeus 2: "Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança».....	122
Painel de Cidadãos Europeus 3: "Alterações climáticas e ambiente / Saúde".....	137
Painel de Cidadãos Europeus 4: «A UE no mundo / Migração».....	158
II A– Painéis nacionais: Bélgica.....	174

II B Painéis nacionais: França.....	189
Introdução.....	191
Apresentação dos principais resultados.....	194
Apresentação dos painéis das conferências regionais.....	196
Compromissos e envios metodológicos.....	198
Parte 1: Apresentação dos resultados das Conferências Regionais sobre o Futuro da Europa	204
Segunda parte: Apresentação dos resultados da consulta «Word to Youth».....	215
Conclusão.....	219
II C Painéis nacionais: Alemanha.....	220
II D Painéis nacionais: Itália.....	226
1. Princípios orientadores do processo organizacional do painel.....	228
2. Seleção dos participantes e modo de participação.....	229
3. Organização do painel.....	232
4. Programa de trabalho.....	232
5. Recomendações formuladas.....	234
6. Avaliação final pelos participantes.....	241
II E Painéis nacionais: Lituânia.....	244
II F Painéis nacionais: Países Baixos.....	253
III – Referências aos resultados dos eventos nacionais.....	309
IV – Referência ao relatório da Plataforma Digital Multilíngue.....	310
V – Copresidentes da Conferência sobre o Futuro da Europa e membros do Secretariado Conjunto.....	311

Conferência sobre o Futuro da Europa ?? RELATÓRIO DE RESULTADOS FINAIS



Introdução

Em 10 de março de 2021, o presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o primeiro-ministro português, António Costa, em nome do Conselho da UE, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, assinaram a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. O seu compromisso era simples: através de um exercício centrado nos cidadãos, baseado numa abordagem da base para o topo, assegurando que todos os europeus têm uma palavra a dizer sobre o que esperam da União Europeia e que desempenham um papel mais importante na definição do futuro da União. A sua tarefa, por outro lado, tem sido extremamente difícil: organizar, pela primeira vez, um exercício transnacional, multilingue e interinstitucional de democracia deliberativa, com a participação de milhares de cidadãos europeus, bem como de intervenientes políticos, parceiros sociais, representantes da sociedade civil e principais partes interessadas, na aceção do artigo 16.º do Regulamento Interno da Conferência.

Em 9 de maio de 2022, após meses de intensas deliberações, a Conferência concluiu os seus trabalhos, apresentando às três instituições da UE um relatório sobre os seus resultados finais, incluindo 49 propostas. Estas propostas correspondem às expectativas dos cidadãos europeus em relação a nove temas: Uma economia mais forte, justiça social e emprego; Educação, cultura, juventude e desporto; Transformação digital; Democracia europeia; Valores e direitos, Estado de direito, segurança; Alterações climáticas e ambiente; Saúde; A UE no mundo; e migração. Todos estes temas são apresentados no presente relatório final, que visa igualmente apresentar uma panorâmica das diferentes atividades

realizadas no âmbito deste processo único, a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Liderado por três copresidentes (Guy Verhofstadt para o Parlamento Europeu; Ana Paula Zacarias, Gašper Dovžan e Clément Beaune, sucessivamente, pelo Conselho da UE; e Dubravka Šuica para a Comissão Europeia) e liderada por um Conselho Executivo (composto, em pé de igualdade, por representantes das três instituições, bem como por observadores das principais partes interessadas), a Conferência constituiu uma experiência sem precedentes de democracia deliberativa transnacional. Demonstrou igualmente a sua relevância e importância históricas no contexto da pandemia de COVID-19 e da agressão russa contra a Ucrânia. A Conferência sobre o Futuro da Europa resultou na criação de uma plataforma digital multilingue para os cidadãos europeus contribuírem nas 24 línguas da UE e na organização de quatro painéis de cidadãos europeus, seis painéis de cidadãos nacionais, milhares de eventos nacionais e locais e sete assembleias plenárias da Conferência. Resulta de uma vontade sem precedentes por parte das instituições da UE, dos Estados-Membros, mas também e sobretudo dos cidadãos europeus, de debater as prioridades da União Europeia e os desafios que esta enfrenta, e de adotar uma nova abordagem do projeto europeu.

No entanto, este é apenas o início. Em conformidade com o texto fundador da Conferência, as três instituições analisarão agora rapidamente a forma de dar um seguimento eficaz a este relatório, cada uma no âmbito das suas competências e em conformidade com os Tratados. A determinação das três instituições a este respeito é fundamental.

I. A arquitetura da conferência

A Conferência sobre o Futuro da Europa¹ foi um processo novo e inovador, que abriu um novo espaço de debate com os cidadãos, analisando as prioridades e os desafios da Europa, com vista a apoiar a legitimidade democrática do projeto europeu e promover a adesão dos cidadãos aos nossos valores e objetivos comuns. A conferência foi um exercício centrado nos cidadãos, baseado numa abordagem da base para o topo, com o objetivo de garantir que os europeus têm uma palavra a dizer sobre o que esperam da União Europeia. Tratou-se de uma iniciativa conjunta do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, agindo em pé de igualdade com os Estados-Membros da União Europeia.

¹ <https://futureu.europa.eu/>

1. Declaração comum

Em 10 de março de 2021, a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa («Declaração Conjunta») foi assinada pelo falecido presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, pelo primeiro-ministro português, António Costa, em nome do Conselho da UE, e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, abrindo caminho a este exercício democrático europeu sem precedentes, aberto e inclusivo, que coloca os cidadãos no centro.

A Conferência foi colocada sob a autoridade dos presidentes das três instituições, na qualidade de Presidência conjunta. A Presidência conjunta foi assistida por um Conselho Executivo, copresidido por um membro de cada uma das três instituições da UE.

Em conformidade com a Declaração Comum, foram criadas as seguintes estruturas:

- um Conselho Executivo, que supervisionou a organização da conferência. Era composto por representantes das três instituições da UE (três membros e quatro observadores, respetivamente), bem como por observadores da Troica Presidencial da Conferência dos Órgãos dos Assuntos Comunitários (COSAC) dos parlamentos nacionais da União Europeia. O Comité das Regiões, o Comité Económico e Social Europeu e representantes dos parceiros sociais foram convidados na qualidade de observadores;
- um secretariado conjunto, assegurando uma representação equitativa das três instituições, que coadjuvou os trabalhos da Comissão Executiva. Em especial, a equipa – liderada por três copresidentes das três instituições – supervisionou a organização e os preparativos das reuniões do Conselho Executivo, das assembleias plenárias da Conferência e dos painéis de cidadãos europeus. Em cooperação com os prestadores de serviços, foi incumbida da gestão da plataforma digital multilingue e da apresentação de relatórios sobre os

principais marcos ao longo de todo o processo.

A composição única desta equipa permitiu uma colegialidade constante do trabalho e assegurou sinergias e ganhos de eficiência em todos os domínios;

- um Plenário da Conferência (ver capítulo III para mais informações), que permitiu debater as recomendações formuladas pelos painéis de cidadãos nacionais e europeus, agrupadas por temas, no pleno respeito dos valores da UE e da Carta da Conferência,^{II} e sem resultados predeterminados dos debates ou limitando o seu âmbito a domínios de intervenção predefinidos. Sempre que adequado, foram também debatidos os contributos recolhidos na plataforma digital multilingue. Foram criados nove grupos de trabalho temáticos para contribuir para a preparação de debates e propostas em sessão plenária.

II https://futureu.europa.eu/uploads/decidim/attachment/file/4595/Conference_Charter_fr.pdf



2. Regulamento Interno

Em 9 de maio de 2021, o Conselho Executivo aprovou o regulamento interno da Conferência, elaborado em conformidade com a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa, que estabelece as bases e os princípios da Conferência.

O regulamento interno estabelece o quadro dos trabalhos das diferentes estruturas da Conferência e das suas interações.

3. Eventos relacionados com a conferência

De acordo com a Declaração Comum, cada Estado-Membro ou instituição da UE pode organizar eventos sob os auspícios da Conferência, em função das suas especificidades nacionais ou institucionais, e fazer outros contributos para a Conferência (ver capítulo II.C para mais pormenores).

As instituições e organismos da UE, os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais, a sociedade civil organizada, os parceiros sociais e os cidadãos foram, por conseguinte, convidados a organizar eventos em parceria com a sociedade civil e as partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local, numa grande variedade de formatos em toda a Europa, e a publicar os resultados desses eventos na plataforma digital. Realizaram-se vários milhares de eventos deste tipo, envolvendo cerca de 650 000 participantes.

4. Implementação da plataforma digital multilingue

A plataforma digital multilingue (ver capítulo II.A para mais informações) foi criada para permitir que os cidadãos partilhem as suas ideias e enviem contributos em linha, em conformidade com a Declaração Comum. Foi o principal polo de contributos e informações dos cidadãos sobre as diferentes partes da conferência e um instrumento interativo para partilhar e debater as ideias e os contributos da multiplicidade de eventos organizados no âmbito da conferência. A plataforma foi oficialmente lançada em 19 de

abril de 2021. Mais de 17 mil ideias já foram publicadas na plataforma.

Ao longo da conferência, foram elaborados relatórios sobre os contributos apresentados na plataforma.

Os contributos recolhidos através da Plataforma foram tidos em conta pelos painéis de cidadãos europeus e debatidos e debatidos no Plenário da Conferência.

5. Painéis de cidadãos europeus

Em conformidade com a Declaração Comum, os painéis de cidadãos europeus, organizados em torno dos principais temas da Conferência, constituíram um elemento central e particularmente inovador da Conferência (para mais pormenores, ver capítulo II.B).

Um total de 800 cidadãos selecionados aleatoriamente, representando a diversidade sociológica e geográfica da UE e agrupados em quatro painéis de 200 cidadãos, reuniram-se em três sessões deliberativas por painel. Os painéis de cidadãos europeus formularam recomendações que contribuíram para as deliberações gerais da Conferência, em especial nas assembleias plenárias da Conferência.

Os copresidentes do Conselho Executivo estabeleceram conjuntamente as disposições práticas para a organização dos painéis de cidadãos europeus, em conformidade com a Declaração Comum e o Regulamento Interno, e informaram previamente o Conselho Executivo desse facto.

O Conselho Executivo foi regularmente informado sobre os progressos realizados na criação e organização dos painéis de cidadãos europeus.

6. Painéis de cidadãos nacionais

De acordo com a declaração conjunta, os Estados-Membros podem organizar painéis nacionais. Para apoiar os Estados-Membros que planeiam organizar painéis de cidadãos nacionais, as orientações foram aprovadas pelos copresidentes e transmitidas ao

Conselho Executivo em 26 de maio de 2021, a fim de assegurar que os painéis nacionais são organizados de acordo com os mesmos princípios que os painéis de cidadãos europeus. Essas orientações incluíam princípios de boa deliberação, baseados nos princípios da OCDE.^{III} Cada Estado-Membro pode decidir se organiza ou não um painel de cidadãos nacional. Um total de seis Estados-Membros organizou um (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Lituânia e Países Baixos).

Em conformidade com a Declaração Conjunta, as recomendações dos painéis de cidadãos nacionais foram apresentadas e debatidas nas assembleias plenárias da Conferência, juntamente com as recomendações dos painéis de cidadãos europeus.

III III OCDE, «Inovative citizen participation and new democratic institutions» [Participação cidadã inovadora e novas instituições democráticas], 2020 – <https://www.oecd.org/gov/open-government/innovative-citizen-participation-new-democratic-institutions-catching-the-deliberative-wave-highlights.pdf>.

II. Contributos dos cidadãos para a conferência

A. Plataforma digital multilingue

A Plataforma Digital Multilingue foi lançada em 19 de abril de 2021 e foi o ponto de contacto central da Conferência. Através dele, todos puderam participar da conferência: todos os cidadãos dentro e fora da UE, a sociedade civil, os parceiros sociais e várias outras partes interessadas.

A plataforma foi desenvolvida especificamente para a conferência, utilizando o Decidim, um software livre europeu dedicado à participação dos cidadãos. Em tal escala e nível de interatividade e multilinguismo, esta conquista foi uma primeira, não só europeia, mas também global. Todos os contributos estavam disponíveis nas 24 línguas oficiais da UE através de tradução automática. O debate foi estruturado em torno de dez temas: «Alterações climáticas e ambiente», «Saúde», «Uma economia mais forte, justiça social e emprego», «A UE no mundo», «Valores e direitos, Estado de direito, segurança», «Transformação digital», «Democracia europeia», «Migração», «Educação, cultura, juventude e desporto» e «Outras ideias».

Foi possível participar na plataforma de várias formas diferentes.

Qualquer pessoa que quisesse partilhar as suas ideias sobre um dos dez temas. Também foi possível comentar as ideias dos outros. A plataforma possibilitou, assim, um verdadeiro debate pan-europeu entre os cidadãos.

Os participantes também podiam apoiar ideias, indicando que apoiavam contributos de outro utilizador.

Outra forma importante de contribuir para a conferência foi organizar eventos (virtuais, presenciais ou híbridos), anunciá-los na plataforma, comunicar os seus resultados e associá-los a ideias. [Foram disponibilizados guias](#) e [material informativo](#) aos organizadores na plataforma para promover a natureza participativa e inclusiva dos eventos.

A Plataforma desempenhou um papel fundamental na garantia da transparência de todo o processo de acesso à informação da conferência para todos. Foi aqui que todos puderam encontrar informações sobre os

métodos de trabalho e a organização efetiva da Conferência, por exemplo, sobre o próprio processo da Conferência (Plenário da Conferência e seus grupos de trabalho, [painéis de cidadãos europeus](#), [painéis e eventos nacionais e o Conselho Executivo](#)). Os debates do plenário e dos seus grupos de trabalho foram transmitidos em direto na Internet, tal como as reuniões dos painéis de cidadãos europeus. Todas estas informações permanecerão disponíveis na plataforma.

Ao longo do trabalho, foram introduzidas melhorias na plataforma sempre que possível, por exemplo, acrescentando funcionalidades ou suportes visuais. Ao longo do tempo, a plataforma tornou-se também mais acessível às pessoas com deficiência.

Todas as contribuições na plataforma foram públicas: todos podem aceder ao mesmo, bem como aos ficheiros de dados abertos ligados à plataforma digital, o que garante total transparência. A fim de facilitar a recolha e a análise dos contributos, o Centro Comum de Investigação da Comissão desenvolveu uma ferramenta automatizada de análise de texto e uma plataforma de análise, que permitiram uma interpretação multilingue e uma análise aprofundada do conteúdo da plataforma. A plataforma de análise é uma ferramenta que provou ser essencial para fornecer relatórios regulares de um nível uniforme de qualidade em todas as línguas. Além disso, uma plataforma de dados organizada em março de 2022 pela Comissão Europeia incentivou novas abordagens na análise do conjunto de dados abertos e contribuiu para a transparência do processo de análise de dados.

A fim de apresentar uma panorâmica dos contributos na plataforma, um prestador de serviços externo elaborou relatórios, que foram publicados na própria plataforma.

Em setembro, foi publicado um [primeiro relatório intercalar](#): dizia respeito a contribuições

apresentadas até 2 de agosto de 2021. Em meados de outubro de 2021, foi publicado o [segundo relatório intercalar](#), que abrange os

contributos apresentados até 7 de setembro de 2021. O [terceiro relatório intercalar](#) foi publicado em dezembro de 2021 e abrangeu as contribuições até 3 de novembro de 2021. Uma vez que os trabalhos da Conferência entraram na sua fase final, o último relatório para inspirar os trabalhos das assembleias plenárias da Conferência foi publicado em meados de março de 2022, tendo em conta os contributos apresentados na Plataforma Digital até 20 de fevereiro de 2022. Este calendário foi claramente anunciado na plataforma e noutros locais, conduzindo a um aumento das contribuições em janeiro e fevereiro de 2022. As contribuições recebidas até 9 de maio serão tratadas no relatório adicional. Foram igualmente disponibilizados relatórios adicionais sobre os contributos apresentados na Plataforma, por Estado-Membro, juntamente com os relatórios de setembro e dezembro de 2021 e de março de 2022.

Estes relatórios centraram-se principalmente numa análise qualitativa dos contributos publicados na plataforma, a fim de dar uma panorâmica geral da amplitude e diversidade das ideias propostas na plataforma e debatidas nos eventos. Para o efeito, uma equipa de investigação realizou uma análise textual manual e uma partilha de contributos, utilizando ferramentas analíticas fornecidas pelo Centro

Comum de Investigação da Comissão. Tal permitiu identificar tópicos e subcategorias de tópicos comuns, que foram descritos em pormenor no âmbito de cada tema e resumidos em diagramas conceptuais, permitindo a sua rápida visualização. A fim de complementar esta abordagem qualitativa com elementos quantitativos, foram mencionados em cada um dos relatórios temas, subtemas ou ideias que muitas vezes surgiram ou foram altamente comentadas ou apoiadas. O objetivo era refletir o estado dos debates nas diferentes fases da conferência, incluindo o elevado nível de interesse ou debate gerado por determinadas ideias. Os relatórios também forneceram uma visão geral dos dados sociodemográficos dos participantes. Solicitou-se aos participantes que fornecessem informações sobre o seu país de residência, nível de educação, idade, género e estatuto profissional; no entanto, o carácter facultativo destas informações limita a perceção que pode ser retirada do perfil dos participantes. Por exemplo, 26,9 % de todas as contribuições provieram de participantes que não indicaram o seu país de residência.



Desde o lançamento da plataforma, o tema «Democracia europeia» foi o que registou o maior número de contributos (ideias, comentários e eventos). O segundo tema foi "Alterações climáticas e ambiente". Os contributos apresentados no âmbito de «Outras ideias» ficaram em terceiro lugar, à frente de «Valores e direitos, Estado de direito, segurança» e «Uma economia mais forte, justiça social e emprego».

Os relatórios de contributos recolhidos na Plataforma, incluindo os planos conceptuais, deram um contributo valioso para o trabalho dos painéis de cidadãos europeus. No início de cada uma das três sessões dos painéis, as principais conclusões do relatório e os esboços conceptuais foram apresentados aos painéis, que foram fornecidos com links para os relatórios completos. Por exemplo, muitas das ideias que apareceram na plataforma podem ser encontradas nas recomendações feitas pelos painéis de cidadãos europeus.

Os relatórios foram também debatidos nas sessões plenárias da Conferência, já na sessão plenária de 23 de outubro de 2021, bem como em reuniões anteriores dos grupos de trabalho. Por conseguinte, os contributos da Plataforma continuaram a enriquecer as propostas elaboradas no Plenário da Conferência.

Em 20 de abril de 2022, quase cinco milhões de visitantes únicos tinham visitado a plataforma digital multilingue, onde mais de 50 000 participantes estavam ativos, 17 000 ideias debatidas e mais de 6 000 eventos registados. Por detrás destes números estão milhares de cidadãos empenhados que partilham e debatem muitas ideias e organizam uma

multiplicidade de eventos originais e inovadores nos diferentes Estados-Membros.

A fim de assegurar que a Plataforma é um espaço em que os cidadãos de todas as esferas da vida e de toda a Europa se sentem confortáveis e incentivados a contribuir para o debate, todas as pessoas que utilizam a Plataforma tiveram de subscrever a [Carta da Conferência](#) e as Regras de [Participação](#). Foi criada uma equipa de moderação que está a trabalhar durante toda a conferência sob a supervisão do Secretariado Conjunto, em nome do Conselho Executivo, a fim de assegurar o cumprimento da Carta e das Regras de Participação. Não houve moderação prévia do conteúdo. Quando uma contribuição foi ocultada, o utilizador recebeu uma mensagem da equipa de moderação a explicar porquê. Os pormenores sobre os princípios e o processo de moderação foram disponibilizados [na secção Perguntas Frequentes](#) (FAQ) da plataforma.

Entre 19 de abril de 2021 e 20 de abril de 2022, foram ocultadas 430 ideias (2,4 %), 312 observações (1,4 %) e 396 eventos (6,0 %). Cerca de 71% das ideias estavam ocultas porque não continham propostas, eram spam, eram pedidos de utilizadores ou continham informações pessoais ou uma imagem associada inadequada. Cerca de 17% das ideias ocultas eram duplicadas. Apenas 11% das ideias ocultas estavam escondidas devido ao seu conteúdo ofensivo. A grande maioria dos eventos, 76%, foi ocultada porque eram duplicados ou porque as informações sobre o evento estavam incompletas, a pedido dos organizadores ou porque não estavam ligados à conferência.

O que está a acontecer na Conferência sobre o Futuro da Europa?

52 346	652 532	17671
Participantes da conferência	participantes no evento	ideias
21877	6465	72528
comentários	eventos	aprovações

Estatuto da participação em 20 de abril de 2022 (fonte: [Conferência sobre o Futuro da Europa \(europa.eu\)](#))

A possibilidade de apresentar contributos na plataforma permaneceu aberta até 9 de maio de 2022. Está previsto um relatório adicional após essa data para completar o resumo de todas as contribuições recebidas durante a conferência.

A participação na Plataforma continuou a aumentar ao longo da Conferência, mas manteve-se desigual entre os Estados-

Membros e os perfis sociodemográficos dos participantes. De um modo geral, a plataforma ofereceu um espaço deliberativo inovador, que permitiu a vários milhares de cidadãos e vários intervenientes de toda a Europa e não só participar num debate multilingue em linha sobre questões europeias em todos os Estados-Membros. Tal revelou-se um instrumento valioso para a democracia deliberativa a nível da UE.



B. Painéis de cidadãos

1. Painéis de cidadãos europeus

Os painéis de cidadãos europeus foram um dos principais pilares da Conferência, juntamente com os painéis nacionais, a plataforma digital multilingue e o Plenário da Conferência. Estão no cerne da Conferência sobre o Futuro da Europa e reuniram cerca de 800 cidadãos de todas as esferas da vida e de todas as regiões da União Europeia. Embora o conceito de painéis ou assembleias de cidadãos seja utilizado há décadas a nível municipal e seja cada vez mais visível a nível nacional ou regional, a dimensão pan-europeia continua, em grande medida, por explorar neste domínio. Os painéis de cidadãos europeus foram a primeira experiência transnacional e multilingue desta escala e ambição. O notável sistema de interpretação que acompanhou o processo permitiu estabelecer um diálogo inclusivo, respeitoso e eficaz entre os oradores, garantindo assim o respeito pelo multilinguismo.

Os painéis de cidadãos europeus foram organizados pelas três instituições com base na declaração conjunta, no regulamento interno e nas modalidades estabelecidas pelos copresidentes, sob a supervisão do Conselho Executivo. Foram apoiados por um consórcio de prestadores de serviços externos composto por vários peritos no domínio da democracia deliberativa e por uma equipa de apoio logístico. O Conselho Executivo foi mantido informado dos trabalhos dos painéis, disponibilizou disposições práticas atualizadas e adaptou o calendário provisório das sessões dos painéis de cidadãos europeus durante o processo, conforme necessário.

Os participantes nos painéis de cidadãos europeus foram selecionados no verão de 2021. Os cidadãos da UE foram selecionados aleatoriamente (foram contactados principalmente por telefone pelos 27 institutos nacionais de voto, coordenados por um prestador de serviços externo), com o objetivo de criar «painéis» representativos da diversidade da UE, com base em cinco critérios: género, idade, origem geográfica (nacionalidade e origem urbana/rural), contexto

socioeconómico e nível de educação. O número de cidadãos por Estado-Membro foi calculado de acordo com o princípio da proporcionalidade degressiva aplicado à composição do Parlamento Europeu, tendo em conta que cada painel tinha de incluir, pelo menos, um cidadão e um cidadão por Estado-Membro. Uma vez que a conferência prestou especial atenção aos jovens, um terço dos cidadãos que compõem cada painel tinha entre 16 e 24 anos. Para cada grupo de 200 pessoas, foram selecionados mais 50 cidadãos para formar uma reserva.

Foram organizados quatro painéis de cidadãos europeus. Para cada um deles, os temas a debater correspondiam aos temas identificados na plataforma digital multilingue e foram agrupados do seguinte modo:

1. Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital;
2. Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança;
3. Alterações climáticas e ambiente; saúde;
4. A UE no mundo; migração.

Cada painel reuniu-se durante três fins de semana. A primeira série de sessões teve lugar em Estrasburgo, a segunda em linha e a terceira em quatro cidades (Dublim, Florença, Varsóvia/Natolin e Maastricht), em instituições de ensino superior públicas e com o apoio das autoridades locais.

PRIMEIRAS SESSÃO DE PAINÉIS

Para a primeira sessão de cada um dos painéis, os participantes reuniram-se fisicamente em Estrasburgo. O objetivo da sessão era definir a ordem do dia das deliberações. Os cidadãos que participaram nos painéis começaram por refletir e desenvolver a sua visão da Europa, partindo de uma página em branco e identificando as questões a debater, como parte dos principais temas do painel. Em seguida, deram prioridade aos temas em que pretendiam centrar-se mais aprofundadamente, com vista a formular recomendações específicas às instituições da

UE para acompanhamento. Os debates e o trabalho coletivo realizaram-se nos dois formatos seguintes:

- em subgrupos compostos por 12 a 14 cidadãos. De quatro a cinco línguas foram faladas em cada subgrupo, onde os cidadãos podiam expressar-se na sua própria língua. O trabalho dos subgrupos foi orientado por facilitadores profissionais selecionados pelo consórcio de prestadores de serviços externos.
- em sessão plenária, com todos os participantes. As sessões plenárias foram conduzidas por dois moderadores principais. Os temas prioritários resultantes dos debates foram subdivididos em "eixos" (correspondentes aos agregados temáticos) e "subeixos" e serviram de base para a segunda ronda de sessões. Para o efeito, os participantes receberam informações gerais sobre os temas, bem como contributos pertinentes, incluindo análises e esquemas conceptuais, do primeiro relatório intercalar da Plataforma Digital Multilingue e apresentações de peritos externos de alto nível.

SEGUNDA SÉRIE DE SESSÃO DE PAINÉIS

Os painéis de cidadãos europeus prosseguiram o seu trabalho reunindo-se em linha ao longo de novembro. Para o efeito, foi criado um mecanismo especial: um estúdio em Bruxelas acolheu as principais sessões plenárias e de moderação, enquanto os cidadãos participantes de toda a UE puderam intervir através de um sistema de ligação e interpretação.

Na segunda ronda de sessões, com o apoio de peritos e verificadores de factos, os cidadãos identificaram e debateram uma série de questões específicas e elaboraram orientações para cada um dos eixos temáticos que tinham identificado durante a primeira sessão. Foi prestada especial atenção ao equilíbrio de género e à diversidade geográfica no grupo de peritos, bem como à garantia de que cada perito, através dos seus contributos, informa exhaustivamente os cidadãos, fornecendo-lhes factos e/ou o ponto da situação do debate e abstendo-se de dar opiniões pessoais. Os cidadãos também receberam os relatórios

SESSÃO 2		
DIA 1	DIA 2	3o DIA
Nova reunião para o painel e preparação para o fim de semana	Contribuição de peritos, identificação de problemas, produção de orientações	Finalização das orientações, observações finais
	Contributo de peritos sobre subtemas	Contribuição adicional de peritos
Boas-vindas, Palavra aos embaixadores dos cidadãos para os seus comentários, atualização da plataforma, ordem do dia	Elaboração de orientações	Finalização das orientações
Plenária	Plenário do tema	Partilhar algumas direções, observações finais Sessão do subgrupo

Durante as primeiras sessões, as 20 pessoas que foram convidadas a representar cada um dos painéis na Assembleia Plenária foram selecionadas de entre os cidadãos voluntários; ao fazê-lo, foi assegurada a diversidade de idade e de género.

intercalares da Plataforma Digital Multilingue.

Tal permitiu-lhes identificar e debater questões relacionadas com os temas que lhes foram atribuídos, com base nos contributos dos peritos sobre os temas abordados e nos seus próprios conhecimentos e experiência, durante as deliberações realizadas durante a segunda ronda de sessões. Os problemas têm sido

definidos como problemas que exigem soluções ou como situações que exigem mudança.

Em seguida, os cidadãos abordaram estas questões através do desenvolvimento de orientações, o primeiro passo para a formulação de recomendações, que foi o objetivo da terceira ronda de sessões. Os cidadãos foram igualmente convidados a justificar estas orientações.

Os debates e o trabalho coletivo realizaram-se em três formatos:

- em subgrupos. Cada um dos quinze subgrupos era composto por doze a catorze cidadãos. Foram utilizadas quatro a cinco línguas em cada subgrupo, para permitir que os cidadãos se expressassem na sua própria língua ou numa língua em que se sentissem confortáveis. Cada subgrupo tinha um facilitador profissional do consórcio de prestadores de serviços externos.

- em sessão plenária, com todos os cidadãos participantes, para apresentar e encerrar a sessão. As sessões plenárias foram lideradas por dois moderadores principais do consórcio, com interpretação para as 24 línguas oficiais da UE.

SESSÃO 3		
DIA 1	DIA 2	3o DIA
Reconexão, definição de prioridades e início dos trabalhos	Transformação das orientações nas recomendações finais	Votação das recomendações finais
Boas-vindas e objetivos do fim de semana	Transformar as orientações em recomendações	Votação das recomendações finais
Fórum Aberto, Leitura e definição de prioridades das orientações	Comentários a outros grupos, Finalização das recomendações	
Transformar as orientações em recomendações		
Plenária	Fórum Aberto	Subgrupo de trabalho

- na reunião plenária dedicada a uma vertente de trabalho. Cada reunião plenária dedicada a uma vertente de trabalho reuniu os subgrupos que trabalham no mesmo eixo temático. As sessões plenárias sobre uma vertente de trabalho foram moderadas por facilitadores profissionais, com interpretação que abrange todas as línguas de que os participantes necessitam.

TERCEIRAS SESSÃO DE PAINÉIS

A terceira e última ronda de sessões do painel teve lugar presencialmente em instituições de ensino de quatro Estados-Membros. Devido à pandemia de COVID-19 e às medidas conexas na Irlanda e nos Países Baixos, a terceira sessão dos painéis 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital) e 4 (a UE no mundo; Migração) teve de ser adiada para fevereiro de 2022, em consulta com as autoridades nacionais e os parceiros associados.

Os debates e o trabalho coletivo realizaram-se nos seguintes formatos:

- em sessão plenária com todos os participantes, no início da sessão para apresentar o programa e no final da sessão, tal como explicado a seguir. As reuniões plenárias foram lideradas por dois moderadores principais do grupo de deliberação, com interpretação para as 24 línguas oficiais da UE.
- Os cidadãos começaram por rever todas as orientações elaboradas pelo painel durante a 2.ª sessão num «Fórum Aberto». Em seguida, cada cidadão deu prioridade a um máximo de dez orientações por eixo de trabalho. Uma vez concluído este processo de definição de prioridades a nível do painel, os cidadãos aderiram ao subgrupo onde já tinham trabalhado durante a 2.ª sessão e tomaram nota coletivamente das orientações do seu grupo que foram consideradas prioritárias pelo resto do painel, o que constituiu uma oportunidade para comparar esta escolha com a sua própria avaliação. Para a elaboração das recomendações, cada subgrupo recebeu um intervalo indicativo do número de recomendações a elaborar: de um a três, com um máximo de cinco.
- Cada um dos 15 subgrupos trabalhou no sentido de elaborar orientações para formular recomendações. Os cidadãos debateram quais as orientações que receberam mais apoio (na sua ordem de prioridade) e iniciaram o processo de elaboração das recomendações.

Durante a terceira ronda de sessões, os conhecimentos especializados e a informação não foram trazidos em interação direta com os cidadãos, mas através de um sistema especialmente concebido, um «Ponto de Recursos e Informação». Este sistema permitiu centralizar todos os pedidos de informação e de verificação de factos no local e enviar aos subgrupos respostas sucintas e factuais de peritos e verificadores de factos. Este sistema foi concebido para garantir que as contribuições dos peritos e verificadores de factos são preparadas em conformidade com os mais elevados padrões de qualidade e de forma a evitar influências indevidas nesta fase do processo. Os cidadãos também receberam os relatórios intercalares da Plataforma Digital Multilíngue.

Durante o trabalho nos subgrupos, foram organizadas sessões de retorno de informação para ajudar os participantes a compreender o trabalho realizado nos outros subgrupos e reforçar as suas recomendações.

As recomendações de cada subgrupo foram então votadas pelo painel no último dia da sessão. Antes da votação, todos os participantes receberam um documento com todos os projetos de recomendações elaborados no dia anterior, para que pudessem lê-los na sua própria língua (tradução automática do inglês). Cada recomendação foi lida em inglês em sessão plenária, a fim de permitir que os cidadãos ouvissem a interpretação em simultâneo. As recomendações foram, uma após a outra, postas à votação pelos participantes através de um formulário em linha.

Com base nos resultados das votações finais, as recomendações foram classificadas da seguinte forma:

As recomendações receberam 70 % ou mais dos votos expressos e foram adotadas pelo painel; as recomendações que não atingiram este limiar foram consideradas não validadas pelo painel. No total, os painéis de cidadãos europeus adotaram 178 recomendações.

O processo de votação foi supervisionado por um comité de votação composto por dois

cidadãos que tinham proposto desempenhar este papel.

REPRESENTANTES DOS PAINÉIS DOS CIDADÃOS EUROPEUS DA PLENÁRIA

As recomendações adotadas pelos quatro painéis de cidadãos europeus foram então apresentadas e debatidas pelos 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus no Plenário da Conferência e nos grupos de trabalho em 21 e 22 de janeiro de 2022 (Pals 2 e 3) e em 11 e 12 de março de 2022 (Pals 1 e 4). Os 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus (uma média de 70 no local e 10 em linha) continuaram a promover e explicar as recomendações dos painéis de cidadãos europeus em três reuniões consecutivas da Assembleia Plenária e dos grupos de trabalho (25-26 de março, 8-9 de abril e 29-30 de abril).

Realizaram igualmente trocas de pontos de vista regulares nas reuniões da componente «Cidadãos» (reuniões preparatórias em linha e reuniões plenárias, no local), entre si e com os 27 representantes de eventos e/ou painéis nacionais. Em 23 de abril, os representantes dos painéis de cidadãos europeus reuniram-se em linha com todos os seus homólogos para explicar de que forma as recomendações tinham sido debatidas e posteriormente incorporadas nas propostas da sessão plenária e para receber reações dos outros participantes no painel. Um grupo composto por membros do secretariado conjunto e do consórcio apoiou a componente «cidadãos» durante a reunião plenária.

TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO

Todo o processo foi conduzido com total transparência. As reuniões plenárias dos painéis de cidadãos europeus foram transmitidas em direto, enquanto os documentos resultantes dos seus debates e deliberações foram disponibilizados ao público na plataforma digital multilingue. O relatório final de cada sessão do painel está disponível na plataforma, juntamente com as recomendações. Estes relatórios contêm igualmente informações sobre todos os peritos que apoiaram o trabalho dos painéis.

Enquanto verdadeira inovação democrática, os painéis de cidadãos europeus receberam muita atenção da comunidade científica. Os investigadores puderam participar nas reuniões dos painéis de cidadãos europeus e observar o seu progresso, em conformidade com determinadas regras, no trabalho realizado e na privacidade dos participantes.

Painel 1

Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital

Primeira sessão do painel sobre «Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; Transformação digital» teve lugar de 17 a 19 de setembro de 2021, em Estrasburgo. Este painel abordou o futuro das nossas economias e do emprego, especialmente após a pandemia, prestando a devida atenção às questões de justiça social conexas. Abordou também as oportunidades e os desafios da transformação digital, um dos temas mais importantes para debate no futuro.

O painel debateu igualmente o futuro da Europa nos domínios da juventude, do desporto, da cultura e da educação. Os cidadãos que participam no painel são recebidos pelo copresidente Guy Verhofstadt. Os trabalhos da primeira sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes de trabalho «Trabalhar na Europa», «Uma economia para o futuro», «Uma sociedade justa», «Aprender na Europa» e «Uma transformação digital segura e ética».

De 5 a 7 de novembro de 2021, o Painel 1 reuniu-se pela segunda vez, desta vez em formato virtual, e prosseguiu as deliberações da primeira sessão. Durante esta segunda sessão, os oradores estabeleceram "orientações" para desenvolver recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco eixos que tinham identificado na primeira sessão. No total, os cidadãos que

participantes do painel 1 foram recebidos no Castelo de Dublin pelo Instituto de Assuntos Internacionais e Europeus (IIEA), com a possibilidade de participar em linha.

Com base nas orientações que tinham elaborado na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 48 recomendações finais.

Painel 2

Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança

Sessão 1 do painel sobre «Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança» teve lugar de 24 a 26 de setembro, em Estrasburgo. O painel centrou-se em temas relacionados com a democracia, como as eleições, a participação fora dos períodos eleitorais, a perceção da distância entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, a liberdade dos meios de comunicação social e a desinformação. Abordou igualmente questões relacionadas com os direitos e valores fundamentais, o Estado de direito e a luta contra todas as formas de discriminação. Ao mesmo tempo, centrou-se na segurança interna da UE, como a proteção dos europeus contra atos de terrorismo e outros crimes. Os membros do painel são recebidos pelo copresidente Gašper Dovžan.

Os trabalhos desta primeira sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes de trabalho «Garantir o respeito pelos direitos e a não discriminação», «Proteger a democracia e o Estado de direito», «Reformar a UE», «Construir a identidade europeia» e «Reforçar a participação dos cidadãos».



Fotografia: Painel de Cidadãos Europeus 1



Fotografia: Painel 2 dos Cidadãos Europeus

um dos cinco eixos que identificaram na primeira sessão. No total, os cidadãos que participaram no painel 2 criaram 124 grupos de políticas.

De 10 a 12 de dezembro de 2021, os cidadãos que participam no painel 2 reuniram-se para a sua sessão final organizada no Instituto Universitário Europeu de Florença, com a possibilidade de participar em linha. Com base nas orientações que tinham elaborado na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 39 recomendações finais.

Painel 3 Alterações climáticas e ambiente; saúde

Painel sobre "Alterações climáticas e ambiente; Saúde» realizou a sua primeira sessão de 1.ª 3 de Outubro em Estrasburgo. Este painel centrou-se nos efeitos das alterações climáticas, nas questões ambientais e nos novos desafios em matéria de saúde para a União Europeia. Abordou igualmente os objetivos e as estratégias da UE, como a agricultura, os transportes e a mobilidade, a energia e a transição para sociedades pós-carbono, a investigação, os sistemas de saúde, as respostas a crises sanitárias, a prevenção e estilos de vida saudáveis. Os trabalhos desta primeira sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes de trabalho «Melhores estilos de vida», «Proteger o ambiente e a saúde», «Reorientar a economia e o consumo», «Rumo a uma sociedade sustentável» e «Cuidado para todos». O relatório final da sessão está disponível na plataforma digital multilingue.

De 19 a 21 de novembro de 2021, o Painel 3 reuniu-se pela segunda vez, desta vez em formato virtual, para prosseguir as deliberações da primeira sessão. Durante esta segunda sessão, os membros do painel estabeleceram "orientações" para desenvolver recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco eixos que identificaram na primeira sessão. No total, os cidadãos que participaram no painel 3 criaram 130 grupos de políticas.

De 7 a 9 de janeiro de 2022, os cidadãos do painel 3 reuniram-se para a sessão final que

organizaram no Colégio da Europa, em Natolin, e no Palácio da Cultura e da Ciência, com o apoio da cidade de Varsóvia. Foi possível participar online. Com base nas orientações que elaboraram na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 51 recomendações finais.

Painel 4 A UE no mundo; migração



Fotografia: Painel 3 dos Cidadãos Europeus

O quarto painel, intitulado «A UE no mundo; Migração» reuniu-se pela primeira vez de 15 a 17 de outubro em Estrasburgo, onde os participantes debateram, nomeadamente, o papel da UE na cena internacional.



Fotografia: Painel 4 dos Cidadãos Europeus

Estes incluíam os objetivos e estratégias da UE em matéria de segurança, defesa, política comercial, ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, política externa, política de vizinhança da UE e alargamento, bem como a forma como a UE deve abordar a migração. Os cidadãos foram recebidos pela copresidente Dubravka Šuica. Os trabalhos desta primeira sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes de trabalho «Autossuficiência e estabilidade», «A UE como parceiro internacional», «Uma UE forte num mundo pacífico», «Migração de uma perspetiva humana» e «Responsabilidade e solidariedade em toda a UE». O relatório final da sessão está disponível na plataforma digital multilingue.

De 16 a 28 de novembro de 2021, o Painel 4 realizou a sua segunda sessão em linha, com base no trabalho realizado durante a primeira sessão. Durante esta segunda sessão, os membros do painel estabeleceram "orientações" para desenvolver recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco eixos que identificaram na primeira sessão. No total, os cidadãos que participaram no Painel 4 criaram 95 grupos de políticas.

De 11 a 13 de fevereiro de 2022, os cidadãos do Painel 4 reuniram-se para a sua sessão final, organizada no Centro de Exposições e Conferências de Maastricht (MECC) pelo Studio Europa Maastricht, em cooperação com a Universidade de Maastricht e o Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA). Foi possível participar online.

Com base nas orientações que elaboraram na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os

cidadãos elaboraram e aprovaram 40 recomendações finais.

2. Painéis de cidadãos nacionais

Em conformidade com a Declaração Conjunta, o Plenário da Conferência debateu as recomendações dos painéis de cidadãos nacionais e europeus, agrupadas por tema. Para apoiar os Estados-Membros que planeiam organizar painéis de cidadãos nacionais, os copresidentes aprovaram orientações que foram transmitidas ao Conselho Executivo em 26 de maio de 2021. Seguiram os mesmos princípios que os painéis de cidadãos europeus e incluíram princípios de boa deliberação, com base num relatório da OCDE.^{IV}

Seis Estados-Membros – Bélgica, França, Alemanha, Itália, Lituânia e Países Baixos – organizaram painéis nacionais de cidadãos em conformidade com os princípios estabelecidos nas presentes orientações. As recomendações emitidas por estes painéis de cidadãos nacionais foram apresentadas e debatidas nas sessões plenárias de janeiro e março, bem como nos grupos de trabalho das sessões plenárias, em paralelo com as recomendações dos painéis de cidadãos europeus sobre os mesmos temas.

IV OCDE, «Innovative citizen participation and new democratic institutions» [Participação cidadã inovadora e novas instituições democráticas], 2020 – <https://www.oecd.org/gov/open-government/innovative-citizen-participation-new-democratic-institutions-catching-the-deliberative-wave-highlights.pdf>

1) BÉLGICA



Fotografia: Painel de cidadãos belga

Em outubro de 2021, um painel de cidadãos reuniu, ao longo de três fins de semana, 50 cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da população em geral, para debater o tema da democracia europeia e a forma como os cidadãos poderiam participar mais nos assuntos europeus.

O painel foi organizado sob os auspícios de Sophie Wilmès, vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus da Bélgica.

Os cidadãos formularam recomendações em torno de cinco temas que tinham escolhido, a saber:

- melhorar a comunicação sobre a União Europeia,
- identificar e combater a desinformação sobre a UE;
- Painéis de cidadãos como instrumento de participação;
- o referendo sobre assuntos europeus,
- melhorar os instrumentos de participação existentes na União Europeia.

O trabalho do Painel de Cidadãos belga resultou em 115 recomendações, que foram elaboradas, debatidas e votadas pelos 50 cidadãos belgas selecionados aleatoriamente.

2) ALEMANHA

Em janeiro de 2022, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão organizou um painel de cidadãos nacional. Com cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da população, participaram neste painel em linha.

Em 5 e 8 de janeiro de 2022, foram organizados cinco seminários de lançamento em linha, cada um com 20 participantes sobre os seguintes temas:

o papel da Europa no mundo, no clima e no ambiente;

o Estado de direito e os valores;

uma economia mais forte e justiça social.



Fotografia: Painel de cidadãos alemão

Os 100 cidadãos selecionados aleatoriamente reuniram-se em 15 e 16 de janeiro de 2022 para debater os desafios relacionados com estas questões e possíveis soluções, e adotaram as suas recomendações. Os participantes elaboraram duas propostas específicas para cada um dos temas acima referidos.

Os resultados foram apresentados em 16 de janeiro numa conferência final em linha, na qual participaram Annalena Baerbock, ministra alemã dos Negócios Estrangeiros, e Anna Lührmann, vice-ministra da Europa e do Clima.

3) FRANÇA

O Ministério francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros organizou painéis de cidadãos em França, com o apoio do Ministério das

Relações com o Parlamento e da Participação dos Cidadãos.



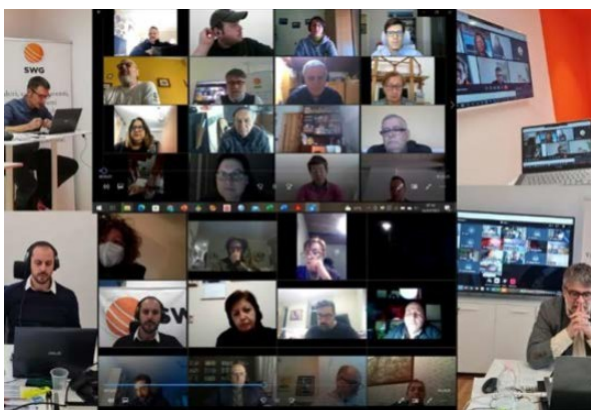
Fotografia: Painel de cidadãos francês

Em setembro e início de outubro de 2021, foram organizados 18 painéis de cidadãos em todas as regiões francesas, metropolitanas e ultramarinas. Cada painel reuniu entre 30 e 50 cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da diversidade da população das regiões. No total, mais de 700 cidadãos participaram nos painéis. O trabalho dos painéis regionais resultou numa lista de 101 aspirações, com 515 alterações e 1 301 propostas específicas.

Um total de 100 cidadãos que representam os painéis reuniram-se em Paris, em 16 e 17 de outubro de 2021, para a Conferência Nacional de Síntese, a fim de elaborar e adotar as recomendações. No total, foram identificadas 14 recomendações prioritárias no âmbito deste processo. Abrangendo os nove temas da conferência, as recomendações foram apresentadas ao Governo francês, incluindo o secretário de Estado Clément Beaune, e constituíram a contribuição do Governo francês para a conferência.

4) ITÁLIA

Em março de 2022, um terceiro independente organizou um painel de cidadãos, sob a



Fotografia: Painel de cidadãos italiano

supervisão do Departamento italiano das Políticas Europeias da Presidência do Conselho de Ministros.

Participaram 55 cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da sociedade italiana e das suas regiões. Os participantes foram selecionados aleatoriamente para garantir a presença de pessoas de diferentes géneros, idades, origens sociais, locais de residência e estatuto profissional.

Os cidadãos reuniram-se em linha em 11 e 12 de março de 2022 para debater dois temas da conferência:

- «Uma economia mais forte, justiça social e emprego», e
- «A Europa no mundo».

Em 12 de março de 2022, o painel adotou um total de 58 recomendações, incluindo 33 sobre «Uma economia mais forte, justiça social e emprego» e 25 sobre «Europa Global». No último dia, os participantes verificaram e validaram o primeiro rascunho das recomendações feitas durante a primeira fase do trabalho.

5) LITUÂNIA

Em nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um painel de cidadãos nacional foi organizado por um terceiro independente em janeiro de 2022.



Fotografia: Painel de cidadãos lituano

Reuniu um total de 25 cidadãos selecionados aleatoriamente, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, representativos dos diferentes grupos socioeconómicos e regiões da Lituânia.

Em 4 de janeiro de 2022, foi organizada uma sessão de abertura em linha e os cidadãos debateram dois temas:

- o papel e as competências da UE em matéria de política externa;
- o papel económico da UE.

Em 15 de janeiro de 2022, os participantes reuniram-se pessoalmente para formular as principais conclusões dos seus debates. Em 25 de janeiro de 2022, adotaram 21 recomendações numa sessão virtual, 10 das quais se centraram no papel e nas competências da UE em matéria de política externa e 11 no papel económico da UE.

6) PAÍSES BAIXOS

O painel de cidadãos foi organizado por um terceiro independente, com os diálogos «Visões da Europa» a terem início em¹ de setembro. Foram divididos em várias partes.

Lançada em¹ de setembro de 2021, a parte em linha incluía um questionário e um instrumento

de seleção simplificado que permitia aos cidadãos expressar as suas preferências, desejos e recomendações sobre os nove temas da conferência. O questionário foi distribuído a um grupo representativo e inclusivo selecionado de 4 000 cidadãos.

Em outubro e novembro de 2021, foram organizados debates aprofundados em linha e fora de linha com os cidadãos, em especial para chegar aos jovens e aos grupos-alvo de difícil acesso.



Foram publicados dois relatórios, intitulados «A nossa visão para a Europa; pareceres, ideias e recomendações» («Onze kijk op Europa; meningen, ideeën en aanbevelingen») e reunindo as 30 recomendações feitas pelos cidadãos sobre os nove temas da conferência.



Painel de cidadãos neerlandeses

C. Eventos organizados no âmbito da conferência

1. Eventos nacionais



Os Estados-Membros contribuíram para a conferência através de uma vasta gama de eventos e iniciativas. Vários milhares de cidadãos de toda a UE participaram nestes eventos. Uma [secção específica](#) da plataforma digital multilingue apresenta uma panorâmica das principais atividades que as autoridades dos Estados-Membros organizaram ou apoiaram. Os eventos foram apresentados nos Plenários da Conferência em 23 de outubro de 2021 e 25 de março de 2022 por representantes de eventos nacionais e/ou por painéis de cidadãos nacionais, mas também contribuíram para a Conferência através de [relatórios da Plataforma](#), enriquecendo assim o debate a nível europeu.

O principal objetivo destes eventos e iniciativas era ouvir os cidadãos e envolvê-los nos debates sobre a União Europeia. A inclusão e o diálogo com os cidadãos foram também uma prioridade, tendo sido envidados esforços para incluir pessoas que normalmente não participam em debates relacionados com a UE.

Realizaram-se diferentes tipos de eventos, combinando abordagens centralizadas e descentralizadas, nomeadamente com várias formas de apoio a iniciativas da base para o topo. As atividades e os eventos nos Estados-Membros foram organizados por diferentes instituições e intervenientes, incluindo autoridades nacionais, regionais e locais, organizações da sociedade civil, parceiros sociais, associações e cidadãos. Em alguns casos, as organizações não governamentais, as instituições culturais, os grupos de reflexão, as universidades e os institutos de investigação também participaram ativamente na organização de eventos sobre a conferência. Em muitas destas atividades e eventos, foi dada especial ênfase à participação da geração mais jovem.

Panorâmica dos principais eventos e iniciativas nos Estados-Membros:

1 Bélgica

Foram organizados vários eventos pelas autoridades federais e regionais. Realizaram-se vários debates com os cidadãos, por exemplo sobre a UE no mundo e sobre as alterações climáticas e o ambiente. Realizou-se igualmente um diálogo estruturado com os cidadãos sobre «Viver numa região fronteiriça» e uma maratona de programação sobre «O impacto de estilos de vida saudáveis e das alterações climáticas na qualidade de vida» e «Barreiras ao emprego dos jovens».

Além disso, foi organizado um evento sobre a digitalização e a economia sustentável e realizou-se uma série de debates entre jovens e decisores políticos sobre o tema «A Europa escuta-vos».

2 Bulgária

O exercício búlgaro foi lançado numa cerimónia intitulada «Como ouvir a voz dos cidadãos através da Conferência sobre o Futuro da Europa?», que contou com a participação das autoridades públicas e dos representantes dos cidadãos. No âmbito dos eventos organizados, foi estabelecido um diálogo sobre demografia e democracia.

Realizaram-se vários eventos locais nas principais cidades universitárias, com a ajuda dos centros Europe Direct.

3 República Checa

A República Checa organizou debates centrais com o público em geral e eventos de informação para as partes interessadas pertinentes. Estes eventos foram complementados por eventos para jovens e eventos com participação internacional. Em especial, foi organizado um evento transnacional com cidadãos alemães e checos. Realizaram-se vários debates regionais em todo o país, bem como seminários regionais para estudantes do ensino secundário sobre o tema «Decidir sobre a Europa».

4 Dinamarca

Foi organizado um debate nacional amplo e inclusivo, no qual a sociedade civil e outros intervenientes não governamentais desempenharam um papel central. Foi atribuída uma reserva designada de fundos públicos a um grupo diversificado de organizações, incluindo ONG, meios de comunicação social, organizações de juventude, instituições culturais, grupos de reflexão e institutos de investigação, para apoiar debates e iniciativas criados por organizações não governamentais. Realizaram-se mais de 180 debates, cerca de metade dos quais especificamente dirigidos aos jovens. Além disso, o governo e o parlamento organizaram uma série de eventos oficiais, como consultas e debates com os cidadãos.

5 Alemanha

Os eventos na Alemanha envolveram o governo federal, o Bundestag, os estados federais e a sociedade civil. Para além dos eventos criados pelo governo federal, foram organizados mais de 50 eventos regionais pelos 16 estados federais da Alemanha e cerca de 300 pela sociedade civil.

Os eventos e diálogos transfronteiriços com estudantes e jovens têm sido um elemento central de muitas iniciativas, colocando os jovens na vanguarda dos debates para moldar o futuro da Europa.

6 Estónia

A Chancelaria do Estado organizou vários eventos, seminários e debates em colaboração com a Representação da Comissão Europeia na Estónia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros ministérios, bem como organizações da sociedade civil e da juventude, entre outros. Em particular, realizou-se um debate para estudantes do ensino secundário sobre questões-chave relacionadas com as alterações climáticas, as políticas energéticas e a conferência em geral. Foi igualmente lançado um debate sobre a «Diplomacia estónia para a consecução dos objetivos climáticos».

7 Irlanda

A inclusão e o diálogo com toda a população, especialmente os jovens, foram o tema central das actividades organizadas na Irlanda.

Em cooperação com o Movimento Europeu Irlanda (EMI), foi lançado um programa de envolvimento regional e setorial em 2021 e 2022. A primeira fase das reuniões regionais realizou-se em junho e julho sob a forma de consultas virtuais. A segunda fase dos eventos regionais assumiu a forma de reuniões públicas presenciais no início de 2022. Desde julho, está em curso um programa de eventos liderados pelo governo.

8 Grécia

O Ministério dos Negócios Estrangeiros foi responsável pela coordenação do diálogo nacional. As agências da administração central e local e a sociedade civil foram fortemente incentivadas a organizar debates e outros eventos. Por exemplo, realizaram-se eventos sobre a cooperação euro-mediterrânica, os Balcãs Ocidentais, o desafio demográfico, a migração e a democracia, com a participação dos cidadãos e de várias partes interessadas.

9 Espanha

O quadro espanhol incluiu seis eventos a nível nacional (por exemplo, uma consulta dos cidadãos espanhóis sobre o futuro da Europa) e cerca de 20 a nível regional. Foi também organizado um evento com cidadãos portugueses e espanhóis para debater temas fundamentais de interesse para o futuro das suas regiões e para a UE. A nível regional e local, as autoridades organizaram eventos sobre vários temas, como a cooperação transfronteiriça, o impacto das alterações demográficas, os transportes e a mobilidade sustentáveis, as alterações climáticas, a migração e o futuro das regiões ultraperiféricas.

10 França

O Governo francês realizou uma ampla consulta em linha para os jovens entre maio e julho de 2021. Cinquenta mil jovens franceses exprimiram os seus pontos de vista, subscrevendo 16 ideias principais para o futuro da Europa. Os resultados deste exercício foram compilados, juntamente com os resultados do painel de cidadãos francês, num relatório final, que constitui a contribuição da França para a conferência. O Governo francês incentivou igualmente todas as partes interessadas

francesas (associações, autoridades locais, funcionários eleitos, representantes da sociedade civil) a organizarem eventos.

11 Croácia

Foi criado um grupo de trabalho para a coordenação das atividades, que reuniu ideias e planos para a realização de atividades a nível nacional. Ministérios, serviços centrais do Estado, agências de desenvolvimento regional, universidades, ONG e institutos organizaram eventos sob a forma de conferências, diálogos com os cidadãos e debates com os cidadãos, debates públicos e seminários educativos, com especial destaque para os jovens.

Os temas incluem a migração, a demografia, a neutralidade climática e a economia circular. Foram organizados alguns eventos com outros Estados-Membros e países terceiros vizinhos.

12 Itália

Foram organizados vários eventos, com especial destaque para os jovens, para chegar ao maior número possível de cidadãos, nomeadamente com o apoio ativo das autoridades locais. Foi lançada uma campanha nos meios de comunicação social para divulgar estes eventos tanto quanto possível. Estas atividades incluem o Fórum da Juventude UE-Balcãs, organizado com jovens dos Balcãs Ocidentais, o Fórum da Juventude «Diálogos Médicos», que conta com a participação de jovens da vizinhança meridional, bem como concursos para estudantes do ensino secundário e universitário intitulados «A Europa está nas suas mãos».

13 Chipre

Foram organizadas várias atividades centradas na juventude, com a participação de muitos intervenientes. Realizou-se um evento de lançamento, que incluiu um debate com a geração mais jovem sobre as suas expectativas, preocupações e visão para a Europa e Chipre na UE. Foi igualmente mantido um diálogo aberto sobre o papel dos jovens no debate sobre a Europa e os problemas que enfrentam a nível nacional e europeu. Realizou-se igualmente um evento para debater o futuro da segurança e da defesa europeias.

14 Letónia

Foram organizados vários eventos, incluindo um debate em linha a nível nacional com os estudantes intitulado «O futuro está nas suas mãos» sobre questões económicas, sociais e de segurança. Foi criado um inquérito nacional e um grupo de reflexão para recolher dados da opinião pública sobre os pontos de vista dos cidadãos sobre as futuras prioridades da União Europeia em todos os temas da conferência. Realizaram-se debates regionais presenciais para sensibilizar as pessoas com idade igual ou superior a 55 anos para a conferência e realizaram-se debates presenciais com alunos do ensino secundário.

15 Lituânia

Os eventos foram organizados principalmente numa abordagem descentralizada e a tónica foi colocada nas diferentes regiões da Lituânia e nos jovens (por exemplo, no contexto do debate sobre a juventude nos Estados bálticos). Realizaram-se uma série de diálogos com os cidadãos (sobre democracia, digitalização, alterações climáticas, etc.), diálogos transnacionais (por exemplo, com a França, a Irlanda e a Itália) e eventos da sociedade civil. Além disso, as escolas foram incentivadas a abordar o futuro da Europa.

16 Luxemburgo

Foram organizados vários eventos a nível nacional, seguindo uma abordagem aberta, inclusiva e transparente. Por exemplo, o Parlamento organizou uma série de eventos em novos formatos, como conversações bistro. Foi também organizada uma maratona de programação para estudantes e jovens empresários para debater as Orientações para a Digitalização e a Estratégia Industrial da UE.

Além disso, realizou-se um intercâmbio trinacional entre estudantes do ensino secundário alemão, francês e luxemburguês.

17 Hungria

Foi organizada uma vasta gama de eventos em toda a sociedade (mais de 800). Os eventos institucionais incluem conferências internacionais de alto nível organizadas por vários ministérios (por exemplo, sobre o alargamento e a Agenda Digital da UE) e mesas-redondas com estudantes e

organizações de juventude (por exemplo, sobre a integração europeia). Várias organizações organizaram painéis para debater os seguintes temas: as instituições da UE; uma economia mais forte, justiça social e emprego, transformação digital, educação, cultura, juventude e desporto; valores e direitos, Estado de direito e segurança; ONG; migração; bem como a demografia, a família, a saúde, as alterações climáticas e o ambiente.

18 Malta

Na sequência de um evento de lançamento, foi criado um comité de coordenação nacional para promover a iniciativa em diferentes canais de comunicação e orientar o debate através de eventos nacionais e locais.

Realizaram-se diálogos públicos temáticos (por exemplo, sobre a saúde, os valores europeus e o futuro do trabalho para uma sociedade justa), conferências de imprensa, consultas com as partes interessadas pertinentes e sessões interativas com crianças e estudantes, em formato físico ou híbrido.

19 Países Baixos

Nos Países Baixos, a tónica foi colocada na organização do painel de cidadãos nacional «Visões da Europa – Kijk op Europa», que teve lugar tanto em linha como presencialmente. Tal baseou-se numa abordagem em duas fases: o primeiro consistia em recolher os pensamentos e as opiniões dos cidadãos sobre o «o quê», ou seja, o que esperavam e queriam; A segunda fase visava então compreender os seus pontos de vista subjacentes (o «porquê» e o «como») através de diálogos de grupo.

20 Áustria

Os debates realizaram-se em diferentes formatos, a nível federal, regional e local. Os «laboratórios do futuro» e os «diálogos sobre o futuro» proporcionaram uma oportunidade para intercâmbios aprofundados com peritos de alto nível sobre diferentes temas e para procurar soluções mais abrangentes para o futuro. Além disso, foram organizados vários eventos por e para os conselheiros municipais austríacos responsáveis pelos assuntos europeus. Vários

eventos destinaram-se diretamente a jovens e estudantes.

21 Polónia

Os eventos foram organizados principalmente numa abordagem descentralizada. A nível regional, os centros regionais de debate internacional organizaram eventos públicos nas 16 regiões polacas em formato físico e virtual. Os temas de debate abrangeram as áreas temáticas da conferência, como a solidariedade em tempos de crise, a agricultura e as novas tecnologias.

Foi igualmente organizado um debate nacional sobre o clima, a digitalização, o mercado interno, a saúde, a UE no mundo e a migração.

22 Portugal

Na sequência do primeiro evento dos cidadãos em Lisboa, que deu início à participação dos cidadãos na conferência, foram organizados muitos eventos em parceria com autoridades locais, universidades, escolas, parceiros sociais, organizações de juventude e organizações locais da sociedade civil, entre outros. Por exemplo, foi organizado um evento transnacional com a Espanha para debater temas fundamentais de interesse para o futuro das regiões de ambos os países e da UE. Além disso, realizaram-se eventos nacionais descentralizados sobre diferentes temas, como a migração e as parcerias internacionais, o futuro da democracia europeia e a transformação digital.

23 Roménia

Os eventos foram principalmente organizados ou coorganizados pela administração e pelos institutos, em particular, com a participação ativa da sociedade civil e das organizações de juventude.

Os debates abrangeram uma vasta gama de temas, como a transição digital, a educação, a saúde, o ambiente, o desenvolvimento sustentável, a economia, a agricultura e as parcerias estratégicas da UE. Os eventos tiveram lugar na capital e a nível local, com a participação de todas as faixas etárias.

24 Eslovénia

A ideia era incentivar um amplo debate em que a sociedade civil desempenhasse um papel

central, bem como a participação dos jovens em particular.

O Governo organizou um evento de lançamento, a que se seguiram várias iniciativas, como o Fórum Estratégico de Bled, cujo tema principal foi o futuro da Europa, com especial destaque para o alargamento da UE e os Balcãs Ocidentais. Outros eventos abrangeram temas como a política monetária, a neutralidade climática, a juventude e o papel da UE num ambiente internacional multipolar.

25 Eslováquia

Os eventos organizados foram estruturados em torno de dois pilares principais. O primeiro pilar foi o projeto «WeAreEU», centrado no público em geral, incluindo debates com estudantes e consultas públicas, e incluindo uma série de eventos regionais organizados no âmbito do «WeAreEU Road Show». O segundo pilar foi a Convenção Nacional sobre a UE, que se centrou em contributos e análises de peritos sobre temas como o mercado único, a desinformação e o populismo e as transições digital e ecológica.

26 Finlândia

O governo organizou uma série de consultas regionais, incluindo o «evento da Conferência mais setentrional da UE», sobre vários temas, como o crescimento sustentável, a educação e o Estado de direito. Foi também criado um inquérito para contribuir para o debate.

O governo organizou eventos em cooperação com as cidades finlandesas, as autoridades locais, as universidades, as ONG e as organizações de juventude, bem como com o Parlamento finlandês, o Parlamento Europeu e os gabinetes de informação da Comissão Europeia na Finlândia.

27 Suécia

Os eventos foram principalmente organizados numa abordagem descentralizada como um exercício conjunto entre o governo, o parlamento nacional, os partidos políticos, os parceiros sociais, os representantes locais e regionais, as organizações da sociedade civil e outros intervenientes societários relevantes.

Por exemplo, o ministro sueco dos Assuntos Europeus debateu o futuro da Europa com alunos de diferentes escolas e participou em reuniões a nível municipal para debater o futuro da Europa e da democracia com os cidadãos. Os meios de comunicação digitais também têm sido utilizados para dialogar com os cidadãos através, por exemplo, de sessões de perguntas e respostas.

As descrições acima não são exaustivas. Para mais informações sobre os eventos nacionais, consultar uma secção específica da Plataforma



Digital Multilingue.

2. Encontro de jovens europeus

O [Encontro Europeu da Juventude \(EYE 2021\)](#) teve lugar em 8 e 9 de outubro de 2021 e reuniu 10 000 jovens em linha e no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, para moldar e trocar ideias sobre o futuro da Europa. O EYE *constituiu uma oportunidade única para os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos interagirem presencialmente e em linha, inspirarem-se mutuamente e trocarem pontos de vista com peritos, ativistas, influenciadores e decisores no cerne da democracia europeia.*

Desde maio de 2021, em colaboração com organizações pan-europeias de juventude, foram recolhidas em linha mais de 2 000 propostas de jovens cidadãos de toda a União Europeia. Além disso, várias sessões, tanto em linha antes do evento como durante o EYE em Estrasburgo, centraram-se na Conferência sobre o Futuro da Europa. Após o evento, as 20 ideias principais entre as suscitadas pelos participantes, ou seja, duas ideias por tema da conferência, foram reunidas no [Relatório sobre Ideias da Juventude](#) para a Conferência sobre o Futuro da Europa, publicado em 23 línguas.

O Relatório sobre as Ideias da Juventude foi apresentado ao Plenário da Conferência em 23 de outubro pelos jovens participantes nos painéis de cidadãos europeus que também participaram no EYE 2021. Todas as ideias recolhidas estão disponíveis em: search.youthideas.eu.

3. Outros eventos

Para além dos eventos acima referidos, muitas outras instituições e partes interessadas reuniram os cidadãos para debater o futuro da Europa.^v

Ao longo da Conferência sobre o Futuro da Europa, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) tem vindo a promovê-la e a ajudar a sua vasta rede de organizações da sociedade civil nos Estados-Membros a organizar consultas nacionais. No total, apoiou a realização de 75 eventos, dos quais 33 a nível nacional e 42 a nível central. Destes eventos, 60 % publicaram relatórios na plataforma da conferência e estes 45 eventos, por si só, atraíram mais de 7 300 participantes. Em particular, o CESE lançou as suas atividades em junho de 2021 com uma grande conferência – [Trazero projeto europeu de volta aos](#)



[cidadãos, e organizou o seminário «Interligar a UE», em Lisboa](#), em novembro de 2021, e um evento de alto nível em Bruxelas, em fevereiro de 2022 – [Construir a Europa em conjunto](#). O Comité também promoveu a utilização da plataforma em linha, onde carregou 60 novas ideias, e lançou uma vasta campanha de comunicação nas redes sociais, com um público potencial de 32 milhões de pessoas apenas no Twitter, para promover eventos nacionais em inglês e na língua local e fornecer informações antes e depois de cada reunião plenária e reunião relacionada com a conferência.

O Comité das Regiões Europeu (CR) organizou debates temáticos nas suas comissões e reuniões plenárias, bem como 140 eventos a nível local, transfronteiriço e inter-regional, com a participação de 10 000 cidadãos e 200 políticos locais. Além disso, o primeiro [inquérito de sempre a 1,2 milhões de políticos locais](#) na UE-27 sobre os seus pontos de vista sobre o futuro da Europa foi publicado em outubro de 2021. Além disso, o diretor executivo propôs [44 ideias](#) na plataforma digital multilingue. No início de 2022, [um grupo independente de alto nível sobre a democracia europeia](#) apresentou ideias sobre a forma de melhorar a democracia na UE. O CR adotou uma resolução que contém propostas para o relatório final da conferência e um [manifesto](#) de 12 pontos elaborado em nome do milhão de políticos locais e regionais da UE foi aprovado na [Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios](#), em março de 2022. Um relatório intitulado «Cidadãos, [políticos locais e o futuro da Europa](#)» (março de 2022) resume todas as atividades do CR no âmbito da Conferência.

As três organizações de empregadores associadas à parceria social da UE, [a BusinessEurope](#), [a SGI Europe](#) e [a UEAPME](#), publicaram as suas prioridades e contributos na plataforma digital e apresentaram-nos aos grupos de trabalho pertinentes e à Assembleia Plenária. Além disso, todos promoveram a conferência, tanto a nível interno como com intervenientes externos, organizaram eventos e dialogaram com as partes interessadas em diferentes fóruns. A Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) mobilizou-se para

contribuir para a conferência e participou nas reuniões plenárias e dos grupos de trabalho. A CES definiu propostas dos sindicatos para um futuro mais justo para a Europa e publicou-as na plataforma em linha (estas propostas foram das mais apoiadas). A CES e as suas filiais organizaram eventos e atividades de comunicação para apresentar e debater propostas sindicais.

Os representantes da sociedade civil – a [Convenção da Sociedade Civil para a Conferência sobre o Futuro da Europa](#) e o [Movimento Europeu Internacional](#) – organizaram [numerosos eventos](#) em toda a Europa e estiveram [ativos a nível das sessões plenárias](#). A sociedade civil envolveu centenas de organizações da sociedade civil numa abordagem ascendente através de [grupos temáticos](#) para elaborar propostas comuns e abrangentes [em vários domínios de intervenção abrangidos pela Conferência](#). As ideias contribuíram para a conferência através da Plataforma, dos grupos de trabalho, das reuniões plenárias e em contacto direto com o Conselho Executivo, os copresidentes e o Secretariado Conjunto.

As representações da Comissão Europeia nos Estados-Membros, os centros Europe Direct, os centros de documentação europeia e os gabinetes de ligação do Parlamento Europeu informaram ativamente os cidadãos sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. As representações da Comissão Europeia comunicaram 1400 atividades que ajudaram a comunicar e a implementar a Conferência em toda a Europa. Organizaram ou participaram ativamente em mais de 850 eventos, dos quais cerca de 65 % visaram jovens e mulheres para incentivar a sua participação na conferência em geral. Os Gabinetes de Ligação do PE organizaram mais de 1300 atividades promocionais em todos os Estados-Membros.

Foram também organizados seminários temáticos sobre os principais temas da conferência, na presença de deputados ao Parlamento Europeu, cidadãos, partes interessadas, autoridades nacionais e regionais e meios de comunicação social.

local, a fim de aumentar o alcance da conferência. Os Centros de Documentação Europeia comunicaram mais de 120 ações relacionadas com a comunicação da conferência.

Os centros Europe Direct comunicaram mais de 1000 eventos temáticos sobre a conferência

e mais de 600 atividades promocionais, incluindo uma vasta gama de grupos e organizações de juventude. Os Centros de Documentação Europeia comunicaram mais de 120 ações relacionadas com a comunicação da conferência.

III. O Plenário da Conferência

A. Papel e funcionamento da Assembleia Plenária

Foi criado um Plenário da Conferência para debater as recomendações formuladas pelos painéis de cidadãos nacionais e europeus, agrupadas por temas, sem que o resultado dos debates seja previamente determinado ou o seu âmbito limitado a domínios de intervenção predefinidos.

Sempre que adequado, foram também debatidos os contributos recolhidos na plataforma multilingue. A Assembleia Plenária tem uma composição única: incluiu, pela primeira vez, cidadãos que representam eventos e painéis de cidadãos europeus e nacionais, representantes das instituições da UE e dos seus órgãos consultivos, representantes eleitos a nível nacional, regional e local, bem como representantes da sociedade civil e dos parceiros sociais.

As recomendações foram apresentadas pelos cidadãos e debatidas com eles; em seguida, o Plenário teve de apresentar as suas propostas de forma consensual^{VI} ao Conselho Executivo. O Plenário da Conferência reuniu-se sete vezes entre junho de 2021 e abril de 2022.

O Plenário da Conferência foi composto por 108 representantes do Parlamento Europeu, 54 do Conselho e três da Comissão Europeia,^{VII} bem como 108 representantes de todos os parlamentos nacionais em pé de igualdade e cidadãos.

Participaram igualmente 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus, dos quais pelo menos um terço tinham menos de 25 anos, o presidente do Fórum Europeu da Juventude e

27 representantes^{VIII} de eventos nacionais e/ou painéis de cidadãos nacionais.

Participaram igualmente dezoito representantes do Comité das Regiões e dezoito representantes do Comité Económico e Social, seis representantes eleitos das autoridades regionais e seis representantes eleitos das autoridades locais, doze representantes dos parceiros sociais e oito representantes da sociedade civil. A Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança foi convidada a abordar o papel internacional da UE.

Foram igualmente convidados representantes das principais partes interessadas, como representantes dos parceiros dos Balcãs Ocidentais, da Ucrânia e de grupos religiosos, filosóficos e não confessionais.

As reuniões plenárias foram copresididas pelos copresidentes da Conferência. As sessões plenárias da Conferência realizaram-se nos edifícios do Parlamento Europeu em Estrasburgo. Devido às regras de saúde e segurança aplicáveis, as primeiras cinco reuniões do Plenário da Conferência realizaram-se em formato híbrido, enquanto as duas últimas foram realizadas presencialmente. As reuniões do Plenário da Conferência foram transmitidas em direto e todos os documentos das reuniões foram disponibilizados ao público na plataforma digital multilingue.

VI No mínimo, foi necessário chegar a um consenso entre os representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia e dos parlamentos nacionais em pé de igualdade. Se a posição dos representantes dos cidadãos em eventos nacionais e/ou painéis de cidadãos europeus ou nacionais era claramente divergente, esta posição deve ser incluída no presente relatório.

VII Outros membros da Comissão Europeia foram convidados para a reunião plenária, especialmente quando foram debatidas questões da sua esfera de competências.

VIII Uma por Estado-Membro.

B. Grupos de trabalho

Em conformidade com o regulamento interno da Conferência, os copresidentes propuseram ao Plenário da Conferência a criação de nove grupos de trabalho temáticos, com base nos temas da Plataforma Digital Multilingue, a fim de contribuir para a preparação dos debates e das propostas do Plenário da Conferência, em conformidade com os parâmetros da Declaração Comum. Em outubro de 2021, os copresidentes chegaram a acordo sobre o mandato dos grupos de trabalho. Os vários grupos de trabalho abordaram os seguintes temas: Alterações climáticas e ambiente; Saúde; Uma economia mais forte, justiça social e emprego; A UE no mundo; Valores e direitos, Estado de direito, segurança; Transformação digital; Democracia europeia; Migração; e Educação, Cultura, Juventude e Desporto.

Os grupos de trabalho apresentaram o seu contributo ao Plenário da Conferência analisando as recomendações dos respetivos painéis de cidadãos nacionais e europeus, bem como os contributos publicados na Plataforma Digital Multilingue sobre os nove temas reunidos no âmbito da Conferência. Os membros do Plenário da Conferência foram repartidos pelos nove grupos de trabalho do seguinte modo: doze membros por grupo de trabalho para o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, seis para o Conselho, três para representantes de painéis de cidadãos nacionais ou eventos nacionais, dois para o Comité das Regiões e dois para o Comité Económico e Social, um ou dois para os parceiros sociais, um para a sociedade civil e um para membros eleitos dos órgãos de poder local e regional, bem como representantes dos painéis de cidadãos europeus. Os representantes dos painéis de

cidadãos europeus participaram nos trabalhos do grupo de trabalho pertinente para o seu painel. Além disso, foram tomadas disposições específicas para permitir que os membros do Colégio de Comissários participem em grupos de trabalho de acordo com a sua pasta.

Os grupos de trabalho realizaram debates animados e trabalharam em projetos de propostas elaborados sob a liderança do presidente e do porta-voz, selecionados de entre os representantes dos painéis de cidadãos europeus no grupo de trabalho, com a assistência do Secretariado Comum. Os grupos de trabalho deveriam trabalhar com base no consenso estabelecido no artigo 17.o do Regimento da Conferência. O presidente e o porta-voz apresentaram em seguida os resultados do grupo de trabalho ao plenário. O presidente do grupo de trabalho foi assistido pelo Secretariado Conjunto. O secretariado conjunto da Conferência preparou os relatórios de síntese de cada reunião do grupo de trabalho sob a orientação do presidente e em consulta com os membros do grupo de trabalho.

Os grupos de trabalho reuniram-se à margem das reuniões do Plenário da Conferência entre outubro de 2021 e 8 de abril de 2022, bem como em linha, em dezembro de 2021. Alguns grupos de trabalho realizaram reuniões adicionais. As reuniões dos grupos de trabalho foram transmitidas via Internet a partir de 20 de janeiro de 2022. Os seus relatórios de síntese foram devidamente publicados no Plenário da Conferência na Plataforma Digital Multilingue.

C. Resumo cronológico

ASSEMBLEIA plenária INAUGURAL DA CONFERÊNCIA, 19 DE JUNHO DE 2021

A sessão plenária inaugural da Conferência realizou-se em 19 de junho de 2021, em formato híbrido.^{IX} Permitiu aos membros da Assembleia Plenária ouvir uma apresentação e realizar um debate geral sobre o objetivo da conferência e as expectativas da conferência. Os copresidentes sublinharam a natureza sem precedentes deste exercício na democracia deliberativa a nível da UE, que reforçou a democracia representativa, colocando os cidadãos no centro da elaboração de políticas na União Europeia. Os copresidentes delinearão igualmente o funcionamento dos três pilares da Conferência: a Plataforma Digital Multilíngue, os painéis de cidadãos europeus e nacionais e a Assembleia Plenária.

Além disso, os membros da plenária foram informados da intenção de criar nove grupos de trabalho temáticos, bem como do calendário da conferência. No debate que se seguiu, no qual intervieram mais de 150 participantes, foi debatida uma grande variedade de temas. Uma vez que a seleção dos participantes nos painéis de cidadãos europeus ainda não foi concluída, o presidente do Fórum Europeu da Juventude e 27 representantes de eventos nacionais e/ou painéis de cidadãos nacionais participaram para representar a componente dos cidadãos.

SEGUNDA ASSEMBLEIA plenária DA CONFERÊNCIA, 22-23 DE OUTUBRO DE 2021

A segunda reunião plenária da Conferência realizou-se em 22 e 23 de outubro de 2021, em formato híbrido, com a participação, pela primeira vez, de representantes dos painéis de cidadãos europeus. Os membros do Plenário tiveram a oportunidade de ouvir uma apresentação sobre o ponto da situação dos trabalhos dos quatro painéis de cidadãos europeus e de realizar um debate. Além disso, os representantes dos eventos e painéis

nacionais puderam apresentar os eventos organizados a nível nacional. Foi apresentado ao Plenário da Conferência um relatório sobre o Encontro Europeu da Juventude (EYE); Continha uma panorâmica das 20 ideias concretas selecionadas pelos jovens cidadãos que participaram nesta reunião.

No debate que se seguiu, a tónica foi colocada na natureza inovadora da plataforma digital multilíngue, que deu aos cidadãos uma voz e um lugar para debater em todas as línguas oficiais da UE. Este debate baseou-se no segundo relatório intercalar sobre a Plataforma. Os parceiros dos Balcãs Ocidentais foram convidados a participar nesta reunião plenária como principais partes interessadas.

TERCEIRA ASSEMBLEIA plenária DA CONFERÊNCIA, 21-22 DE JANEIRO DE 2022

A terceira sessão plenária da Conferência, realizada em 21 e 22 de janeiro de 2022, foi a primeira dedicada à apresentação oficial das recomendações dos painéis de cidadãos europeus, bem como dos painéis de cidadãos nacionais conexos. Esta sessão plenária foi a primeira a ter lugar após a finalização das recomendações de determinados painéis de cidadãos europeus, a saber: Painéis 2 (Democracia europeia; Valores e direitos, Estado de direito, segurança) e 3 (Alterações climáticas e ambiente; saúde). O Plenário realizou-se em formato híbrido, com a participação de mais de 400 membros do Plenário da Conferência, no local ou à distância.

Esta assembleia plenária foi também marcada pela morte, pouco antes, do Presidente do Parlamento Europeu, David Maria Sassoli. Os copresidentes prestaram homenagem à sua memória na abertura da reunião. Os debates nesta sessão plenária foram organizados por tema, sobre os temas abrangidos pelos painéis de cidadãos europeus 2 e 3.

Os debates decorreram num formato interativo inovador, incluindo momentos dedicados às reações dos cidadãos, bem como um sistema especial de perguntas «cartão azul» que permitiu intercâmbios espontâneos e animados sobre as recomendações dos cidadãos.

IX Em 17 de junho de 2021, realizou-se em Lisboa, em formato híbrido, um primeiro evento dedicado aos cidadãos europeus, antes da reunião plenária inaugural de 19 de junho, para lançar a participação dos cidadãos na conferência.

QUARTA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 11 E 12 DE MARÇO DE 2022

A quarta sessão plenária da conferência foi também dedicada à apresentação de recomendações dos painéis de cidadãos europeus, bem como dos painéis de cidadãos nacionais conexos. Esta sessão plenária teve lugar após a finalização das recomendações dos dois restantes painéis de cidadãos europeus, a saber: Painéis 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital) e 4 (a UE no mundo; migração).

Tal como na sessão plenária de janeiro, os debates nesta sessão plenária foram organizados por tema. Os temas abordados desta vez foram os dos painéis de cidadãos europeus 1 e 4. Os debates sobre as recomendações dos cidadãos conduziram novamente a intercâmbios animados e aprofundados, apoiados por um formato interativo inovador.

QUINTA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 25-26 DE MARÇO DE 2022

A Quinta Assembleia Plenária marcou a entrada da Conferência na sua próxima fase, com o lançamento do processo de definição das propostas da Assembleia Plenária com base nas recomendações feitas pelos cidadãos. Por conseguinte, os membros do plenário, tendo-se preparado no âmbito temático mais restrito dos grupos de trabalho, realizaram, pela primeira vez, debates sobre os nove temas da conferência: uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital; Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança; alterações climáticas e ambiente; saúde; a UE no mundo; migração. A sessão plenária constituiu igualmente uma oportunidade para os representantes de eventos nacionais nos 27 Estados-Membros da UE apresentarem os resultados das suas iniciativas.

SEXTA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 8-9 DE ABRIL DE 2022

Na sexta sessão plenária da Conferência, ficou concluída a finalização dos projetos de propostas do plenário.

Após a conclusão das últimas reuniões dos grupos de trabalho temáticos, todos os membros da plenária, através de nove debates de fundo, exprimiram uma última vez os seus pontos de vista e observações sobre os projetos de propostas que elaboraram nos últimos meses. O intercâmbio constituiu também uma oportunidade para refletirem sobre o processo único de elaboração de propostas em sessão plenária, com base nas recomendações dos cidadãos, e sobre o trabalho realizado desde a sua formulação. Os cidadãos, em particular, destacaram a experiência humana única e o valor acrescentado deste processo deliberativo, que os uniu em torno deste projeto comum. Este debate contribuiu para os projectos finais de propostas a apresentar na última sessão plenária da Conferência.

SÉTIMA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 29-30 DE ABRIL DE 2022

A sétima e última assembleia plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa foi um marco importante, encerrando um processo de intensas deliberações que durou vários meses com a formulação de 49 propostas. As 49 propostas foram apresentadas e formuladas pela Assembleia Plenária ao Conselho Executivo numa base consensual. Este consenso foi alcançado entre os representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia e dos parlamentos nacionais.

Os representantes do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social Europeu, os representantes eleitos a nível regional e local, bem como os representantes dos parceiros sociais e da sociedade civil, manifestaram igualmente o seu apoio ao processo e apoiaram as propostas.

A componente dos cidadãos apresentou a sua posição final sobre as propostas (ver mensagens-chave infra).

Na sessão plenária de encerramento (29-30 de abril de 2022), os 108 cidadãos membros da componente «cidadãos» apresentaram a sua posição final sobre as propostas da sessão plenária. A sua apresentação

foi concebida coletivamente e apresentada por 17 deles sob a forma de um discurso narrativo, durante o debate final. O texto que se segue é um resumo das principais mensagens das suas intervenções.

**

Começamos por agradecer ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão por nos terem dado a oportunidade de ajudar a moldar o futuro da Europa. Reunimo-nos com colegas europeus de toda a UE, de diferentes painéis e eventos, com representantes políticos e intervenientes sociais, e alargámos os nossos horizontes. Crescemos como europeus. Por isso, todos fizemos sacrifícios: fomos retirados da nossa vida quotidiana, tiramos dias de folga e passámos nove fins de semana longe das nossas famílias pelos membros dos painéis de cidadãos europeus. Mas tivemos uma experiência incrível e única. Para nós, não foi uma perda de tempo.

Houve altos e baixos ao longo do caminho. Nem sempre obtivemos uma resposta às nossas perguntas. Sabemos que levará tempo até que as propostas sejam postas em prática. Mas estamos confiantes de que fará o que for preciso para o conseguir, por respeito pelo nosso trabalho comum. Se nós, os cidadãos, conseguimos superar as nossas diferenças, as barreiras linguísticas, trabalhar em conjunto e elevarmo-nos ao vosso nível, também podem fazê-lo.

**

Todos percorremos um longo caminho e, agora que o nosso trabalho em sessão plenária terminou, podemos orgulhar-nos disso. Vemos oito temas transversais que conferem um mandato claro e forte para o futuro da Europa.

Em primeiro lugar, uma União Europeia assente na solidariedade, na justiça social e na igualdade. Com efeito, uma das principais preocupações dos cidadãos é encontrar condições e direitos iguais em diferentes domínios: cuidados de saúde, serviços sociais, educação e aprendizagem ao longo da vida, igualdade de oportunidades para as pessoas que vivem em zonas rurais e urbanas, tendo em conta as considerações demográficas. No futuro, os europeus de todos os Estados-Membros e regiões devem deixar de ser discriminados com base na sua idade, local de residência, nacionalidade, género, religião ou preferências políticas. Devem ser-lhes oferecidos níveis de vida, salários e condições de trabalho dignos. A UE deve ser mais do que uma união económica. Os Estados-Membros têm de demonstrar mais solidariedade uns para com os outros. Somos uma família e devemos comportar-nos como tal em situações de crise.

Em segundo lugar, a UE deve ousar e agir rapidamente para se tornar um líder ambiental e climático, acelerando a transição para a energia verde, melhorando a sua rede ferroviária, promovendo transportes sustentáveis e uma economia verdadeiramente circular. Não há tempo a perder. A UE tem de impulsionar a mudança em muitos domínios de intervenção: agricultura, biodiversidade, economia, energia, transportes, educação, saúde, transformação digital e diplomacia climática. Temos as capacidades de investigação, a força económica e a alavancagem geopolítica para o fazer. Se fizermos do clima uma prioridade, podemos esperar um futuro próspero.

Em terceiro lugar, a Europa precisa de uma União mais democrática. Os cidadãos europeus adoram a UE, mas sejamos francos: nem sempre é fácil. Exortou-nos a ajudá-lo e perguntou-nos: Como deve ser a democracia europeia no futuro? E respondemos: Nós, os cidadãos, queremos uma Europa em que as decisões sejam tomadas de forma transparente e atempada, em que o princípio da unanimidade seja reconsiderado e em que nós, os cidadãos, estejamos regular e seriamente envolvidos.

Em quarto lugar, a UE necessita de uma maior harmonização em alguns domínios e de se aproximar enquanto União. A guerra está a bater à nossa porta no Leste, exortando-nos a estarmos mais unidos do que nunca e a dotarmos a UE de mais competências em matéria de assuntos externos. Esta conferência pode servir de base para a criação de uma Europa mais unida e politicamente coerente. Tudo se resume a esta palavra: União. Não podemos descrever-nos como tal se não tivermos êxito na colaboração que esta conferência ilustrou.

Em quinto lugar, a UE deve tornar-se mais autónoma e garantir a sua competitividade a nível mundial. Ao longo deste processo, falámos sobre alcançar este objetivo em setores estratégicos fundamentais: agricultura, energia, indústria, saúde. Temos de evitar depender de países terceiros para muitos produtos sensíveis. Temos de tirar partido do talento da nossa mão de obra, prevenir a fuga de cérebros e proporcionar formação adequada em matéria de competências aos cidadãos em todas as fases das suas vidas, independentemente do local onde vivam na UE. Não podemos ter enormes disparidades dentro da UE e jovens sem perspetiva num país, forçados a ir para outro.

Em sexto lugar, o futuro da UE baseia-se nos seus valores. Estes têm guiado o nosso trabalho. Quando começámos, ninguém podia imaginar que iria eclodir uma guerra no nosso continente. Esta luta pela liberdade torna-nos conscientes da oportunidade que temos de viver numa união pacífica. Por detrás de todas as nossas propostas, estes valores são expressos: um acolhimento humano e digno dos migrantes, a igualdade de acesso à saúde, a luta contra a corrupção, o apelo à proteção da natureza e da biodiversidade e uma União mais democrática.

Em sétimo lugar, no futuro, os cidadãos devem sentir-se mais europeus e conhecer melhor a UE. Trata-se de uma questão transversal que esteve na base do trabalho de todos os painéis. A transformação digital, a educação, a mobilidade e os intercâmbios podem dar substância a esta identidade europeia, que complementa, mas não põe em causa, as nossas identidades nacionais. Muitos de nós não nos sentimos europeus antes desta Conferência: ela surgiu aqui, lentamente, a trocar impressões uns com os outros. Tivemos a sorte de ter esta oportunidade, mas muitos não tiveram. É por isso que a informação, a comunicação e a sensibilização são tão importantes.

Por último, um **oitavo** tema transversal, que é extremamente importante para nós, é a educação e a capacitação dos cidadãos em geral. Para esta conferência, decidi convidar cidadãos a partir dos 16 anos. Estamos gratos por isso porque, mais do que nunca, é necessário capacitar os jovens. A elevada taxa de abstenção dos jovens mostra-nos que é necessário restabelecer a ligação entre a juventude e a política. Devem também tornar-se económica e socialmente responsáveis: continua a ser demasiado difícil entrar no mercado de trabalho para fazer valer os seus direitos sociais. Durante a pandemia de COVID-19, sentiram-se abandonados e muitos continuam a sofrer as consequências para a sua saúde mental. Mas é necessário capacitar todos os europeus, e não apenas os jovens: através de programas de mobilidade e de aprendizagem ao longo da vida, temos de alargar os horizontes de todos os europeus. Precisamos também de formar os cidadãos para a democracia, a participação cívica e a literacia mediática. Precisamos de uma abordagem verdadeiramente holística.

**

Ninguém sabia qual seria o resultado. 27 países, 24 línguas, diferentes idades. E, no entanto, quando trabalhamos juntos, sentimo-nos ligados: os nossos cérebros, os nossos pensamentos, as nossas experiências. Não somos especialistas na UE nem em nenhum dos temas da conferência, mas somos especialistas da vida real e temos as nossas histórias. Vamos trabalhar, vivemos no campo e nos subúrbios, trabalhamos à noite, estudamos, temos filhos, tomamos transporte público. Podemos construir sobre a nossa diversidade. Chegou-se a um consenso sobre as propostas entre as quatro componentes diferentes e no âmbito da componente cidadã. Concordamos e apoiamos todas as propostas que estão agora nas vossas mãos. Expressamos uma posição divergente em relação à medida 38.4, terceiro ponto, uma vez que não emana dos painéis europeus ou nacionais e não foi suficientemente debatida no Grupo de Trabalho do Todo. Por este motivo, não comentamos a substância ou a pertinência desta medida. Com isto em mente, convidamo-lo a considerar estas propostas como um todo, a implementá-las, e não apenas aquelas que mais lhe agradam e que são facilmente aplicáveis. Faça-o de forma transparente. Trabalhámos nestas propostas com dedicação e paixão, estamos orgulhosos do nosso trabalho: respeitemo-lo.

A Conferência sobre o Futuro da Europa atravessou uma pandemia e assistiu a uma guerra na Europa, demonstrando a sua total solidariedade para com o povo ucraniano. O ano foi agitado para os participantes e para todos os europeus. Mas a Conferência prosseguiu os seus trabalhos, contra os ventos e as marés. Em nome dos cidadãos da Conferência, terminemos enviando-lhes uma mensagem simples: sentimo-nos europeus, sentimo-nos empenhados e ouvidos no processo de democratização, acreditamos na UE e queremos continuar a acreditar nela. Por conseguinte, do fundo do coração, leia bem as propostas e aplique-as, em prol do futuro da Europa.

Os representantes da componente do Conselho do plenário abstiveram-se de comentar o conteúdo das propostas, mas, em vez disso, apoiaram e incentivaram as atividades dos cidadãos e tomaram nota das suas recomendações. Após 9 de maio de 2022, o Conselho determinará a forma de dar seguimento aos resultados da Conferência, no âmbito da sua própria esfera de competências e em conformidade com os Tratados.

O Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa toma nota das propostas apresentadas pela Assembleia Plenária e apresenta-as como o resultado final da Conferência. Fornecendo orientações sobre o futuro da Europa, estas propostas foram obtidas após quase um ano de deliberações, no quadro estabelecido pela Declaração Comum e pelo Regulamento Interno da Conferência.



IV. As propostas da Assembleia Plenária



"Alterações climáticas e ambiente"

1. Proposta: Agricultura, produção alimentar, biodiversidade e ecossistemas, poluição

Objectivo: Produção alimentar segura, sustentável, justa, responsável em termos climáticos e a preços acessíveis, que respeite os princípios da sustentabilidade e o ambiente e proteja a biodiversidade e os ecossistemas, garantindo simultaneamente a segurança alimentar.

Medidas:

1. Dar prioridade às noções de economias verdes e azuis, promovendo uma agricultura e pescas eficientes e respeitadoras do ambiente e do clima na UE e a nível mundial, incluindo a agricultura biológica, bem como outras formas inovadoras e sustentáveis de agricultura, como a agricultura vertical, que permitem produzir mais com menos fatores de produção, reduzindo simultaneamente as emissões e os impactos ambientais, mas continuando a garantir a produtividade e a segurança alimentar (painel 3 – recomendações 1, 2 e 10; Painel 2 – recomendação 4).
2. Reorientar os subsídios e reforçar os incentivos à agricultura biológica e sustentável que respeite normas ambientais específicas e contribua para a consecução dos objetivos climáticos mundiais (painel 3 – recomendações 1 e 12).
3. Aplicar os princípios da economia circular à agricultura e incentivar medidas de combate ao desperdício alimentar (debate no Grupo de Trabalho, Plataforma Digital Multilingue – MNP).
4. Reduzir significativamente a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos, em consonância com os objetivos existentes, continuando simultaneamente a garantir a segurança alimentar, e apoiar a investigação para desenvolver alternativas mais sustentáveis e baseadas na natureza (painel 3 – recomendação 10, debate do grupo de trabalho).
5. Introduzir a certificação das remoções de carbono com base numa contabilidade do carbono sólida, sólida e transparente (debate na plenária).
6. Aumentar a investigação e a inovação, nomeadamente em soluções tecnológicas relacionadas com a produção sustentável, a resistência às pragas e a agricultura de precisão, bem como a comunicação, os sistemas de aconselhamento e a formação dos agricultores e dos agricultores (painel 3 – recomendação 10, debate do grupo de trabalho, debate em sessão plenária).
7. Eliminar o dumping social e promover uma transição ecológica justa para melhores empregos no setor agrícola, com condições de segurança, saúde e trabalho de elevada qualidade (debate no grupo de trabalho).
8. Discutir aspetos como a utilização de plástico em filmes agrícolas e formas de reduzir o consumo de água na agricultura (PNM).
9. A criação e a produção racionais de carne centraram-se no bem-estar dos animais e na sustentabilidade através de medidas como uma rotulagem clara, normas comuns e de elevada qualidade para a criação e o transporte de animais, reforçando a ligação entre a criação de animais e os alimentos (painel 3 – recomendações 16 e 30).

2. Proposta: Agricultura, produção alimentar, biodiversidade e ecossistemas, poluição

Objectivo: Proteger e restaurar a biodiversidade, a paisagem e os oceanos e eliminar a poluição.

Medidas:

1. Criar, restaurar, gerir melhor e expandir as zonas protegidas para a conservação da biodiversidade (recomendação FR, painel 3 – recomendação 11).
2. Criar um sistema de coerção e recompensa para combater a poluição que aplique o princípio do poluidor-pagador, que também deve ser integrado nas medidas fiscais e acompanhado de uma melhor sensibilização e incentivos (painel 3 – recomendação 32, recomendação FR, debate em sessão plenária).
3. Alargar o papel dos municípios no planeamento urbano e na construção de novos edifícios favoráveis às infraestruturas azuis e verdes, evitando e pondo termo à impermeabilização dos solos, espaços verdes obrigatórios para novas construções destinadas a promover a biodiversidade e as florestas urbanas (painel 3 – recomendação 5, painel 1 – recomendação 18, recomendação FR).
4. Proteção dos insetos, em especial das espécies autóctones e polinizadoras, nomeadamente através da proteção contra espécies invasoras e de uma melhor aplicação das regras em vigor (painel 1 – recomendação 18).
5. Apoiar a florestação e a reflorestação, incluindo as florestas destruídas por incêndios, aplicar uma gestão florestal responsável e incentivar uma melhor utilização da madeira para substituir outros materiais. Estabelecer metas nacionais vinculativas em todos os Estados-Membros da UE para a reflorestação por árvores autóctones e flora local, tendo em conta as diferentes situações e especificidades nacionais (painel 3 – recomendação 14, painel 1 – recomendação 18).
6. Aplicar e alargar a proibição dos plásticos de utilização única.
7. Proteger as fontes de água e combater a poluição dos rios e dos oceanos, nomeadamente através da investigação e da luta contra a poluição por microplásticos, e promover transportes respeitadores do ambiente utilizando as melhores tecnologias disponíveis e desenvolvendo a investigação e o financiamento da UE para combustíveis e tecnologias marítimas alternativos (NMP, debate do grupo de trabalho).
8. Limitar a poluição luminosa (debate no Grupo de Trabalho).

3. Proposta: Alterações climáticas, energia, transportes

Objectivo: Aumentar a segurança energética europeia e alcançar a independência energética da União, assegurando simultaneamente uma transição justa e dotando os europeus de energia suficiente, sustentável e a preços acessíveis. Combater as alterações climáticas, conferindo à UE um papel de liderança mundial na política energética sustentável e respeitando os objetivos globais de proteção do clima.

Medidas:

1. Alcançar e, sempre que possível, acelerar a transição ecológica, nomeadamente investindo mais nas energias renováveis, a fim de reduzir a dependência energética externa, reconhecendo também o papel dos órgãos de poder local e regional na transição ecológica (debate no grupo de trabalho).
2. Analisar, no âmbito das políticas energéticas, as implicações geopolíticas e de segurança de todos os fornecedores de energia de países terceiros, nomeadamente em termos de direitos humanos, ecologia, boa governação e Estado de direito (debate no grupo de trabalho).
3. Redução da dependência das importações de petróleo e gás através de projetos de eficiência energética, apoio a transportes públicos a preços acessíveis, uma rede ferroviária de transporte de mercadorias de alta velocidade e expansão do fornecimento de energias limpas e renováveis (painel 4 – recomendação 2, painel 1 – recomendação 10, recomendações FR e DE).
4. Melhorar a qualidade e a interconectividade, manter e transformar as infraestruturas e redes de eletricidade para reforçar a segurança e permitir a transição para fontes de energia renováveis (painel 1 – recomendação 10, debate do grupo de trabalho).
5. Investir em tecnologias de energias renováveis, como a produção eficiente de hidrogénio verde, especialmente em setores difíceis de eletrificar (painel 3 – recomendação 31, debate do grupo de trabalho).
6. Investir na exploração de novas fontes de energia e de métodos de armazenamento respeitadores do ambiente e, na pendência de uma solução tangível, realizar investimentos adicionais em soluções ótimas existentes para a produção e o armazenamento de energia (painel 3 – recomendações 9 e 31).
7. Tornar obrigatórios os filtros de CO₂ nas centrais elétricas alimentadas a combustíveis fósseis e prestar apoio financeiro aos Estados-Membros que não dispõem de recursos financeiros para implementar filtros de CO₂ (painel 3 – recomendação 29).
8. Assegurar uma transição justa, proteger os trabalhadores e o emprego através de financiamento suficiente para a transição e de mais investigação, reformar o sistema fiscal através de uma tributação mais justa e de medidas para combater a fraude fiscal e assegurar uma abordagem inclusiva da governação na elaboração de políticas a todos os níveis (por exemplo, medidas ambiciosas de requalificação e melhoria de competências, proteção social forte, manutenção dos serviços públicos nas mãos do Estado, manutenção das regras de saúde e segurança no trabalho) (debate em sessão plenária, debate do grupo de trabalho, PNG).
9. Introduzir um pacote de investimento em tecnologias e inovações respeitadoras do clima, que deve ser financiado através de direitos de importação relacionados com o clima e de taxas de ajustamento carbónico relacionadas com o clima (recomendação DE).
10. Após um período de transição, os combustíveis fósseis devem deixar de receber subsídios e não deve haver financiamento para as infraestruturas tradicionais de gás (debate no grupo de trabalho).
11. Reforçar a liderança, o papel e a responsabilidade da UE de promover uma

ação climática ambiciosa e uma transição justa e contribuir para fazer face às perdas e danos na cena internacional, em que as

Nações Unidas devem estar no cerne da ação (recomendação NL, debate do grupo de trabalho).

4. Proposta: Alterações climáticas, energia, transportes

Objectivo: Disponibilizar infraestruturas modernas, seguras, ecológicas e de qualidade que garantam a conectividade, nomeadamente nas zonas rurais e insulares, nomeadamente através de transportes públicos a preços acessíveis.

Medidas:

1. Apoiar os transportes públicos e desenvolver uma rede europeia de transportes públicos eficiente, fiável e a preços acessíveis, em especial nas zonas rurais e insulares, através de incentivos adicionais à utilização dos transportes públicos (painel 3 – recomendação 36, painel 4 – recomendação 2).
2. Investir em comboios noturnos de alta velocidade e definir uma norma única de tecnologia ferroviária respeitadora do ambiente na Europa, a fim de proporcionar uma alternativa credível e facilitar a possibilidade de substituir e desencorajar os voos de curta distância (debate no Grupo de Trabalho, NMP).
3. Incentivar a aquisição, tendo em conta a sua acessibilidade económica para os agregados familiares, e a utilização (partilhada) de veículos elétricos com um bom nível de vida útil da bateria, bem como os investimentos nas infraestruturas de carregamento necessárias e os investimentos no desenvolvimento de outras tecnologias limpas para veículos
4. Desenvolver a Internet de alta velocidade e a conectividade móvel nas zonas rurais e insulares (Painel 3 – Recomendação 36).
5. Melhorar as infraestruturas de transportes existentes do ponto de vista ecológico (painel 3 – recomendação 37).
6. Exigir programas de desenvolvimento urbano para cidades «mais verdes» com menos emissões, com zonas livres de automóveis específicas nas cidades, sem prejudicar as zonas comerciais (painel 3 – recomendação 6).
7. Melhorar as infraestruturas para ciclistas e conferir mais direitos e uma melhor proteção jurídica aos ciclistas e peões, em especial em caso de acidente com um veículo a motor, garantindo a segurança rodoviária e ministrando formação em código da estrada (painel 3 – recomendação 4).
8. Regula a mineração de criptomoedas, que usam uma quantidade considerável de energia (PNM).

difíceis de eletrificar (Painel 3 – Recomendação 38).

5. Proposta: Consumo, embalagem e produção sustentáveis

Objectivo: Melhorar a utilização e a gestão dos materiais na UE, a fim de promover a economia circular, tornar-se mais autónoma e menos dependente. Construir uma economia circular através da promoção da produção e dos produtos sustentáveis na UE. Assegurar que todos os produtos colocados no mercado da UE cumprem as normas ambientais comuns da UE.

Medidas:

1. Normas de produção mais rigorosas e harmonizadas na União e um sistema de rotulagem transparente para todos os produtos vendidos no mercado da União no que diz respeito à sua durabilidade/pegada ambiental e longevidade através de um código QR e de uma pontuação ecológica ou passaporte digital do produto (painel 3 – recomendações 8, 13, 20 e 21, painel 1 – recomendação 16, painel 4 – recomendação 13).
2. Revisão das cadeias de abastecimento mundiais, incluindo na produção agrícola, a fim de reduzir a dependência da UE e encurtar os circuitos (CPM).
3. Continuar a prevenir a produção de resíduos através do estabelecimento de metas de prevenção e reutilização e de normas de qualidade para os sistemas de triagem de resíduos (debate no grupo de trabalho, recomendação FR).
4. Eliminar progressivamente as formas insustentáveis de embalagem, regulamentar as embalagens respeitadoras do ambiente e evitar o desperdício de materiais nas embalagens através de incentivos financeiros e sanções, bem como de investimentos na procura de alternativas (painel 3 – recomendações 15 e 25, painel 1 – recomendação 12, painel 4 – recomendação 16).
5. Introduzir um sistema europeu de depósito de embalagens e normas avançadas para os recipientes (Painel 3 – Recomendações 22 e 23, PNM).
6. Lançar uma plataforma de conhecimentos da UE sobre a forma de assegurar a utilização sustentável e a longo prazo dos produtos e de os «reparar», incluindo informações disponíveis das associações de consumidores (painel 3 – recomendação 20).
7. Introduzir medidas para combater a obsolescência precoce ou prematura, incluindo a obsolescência programada, assegurar garantias mais longas, promover o direito à reparação e assegurar a disponibilidade e acessibilidade de peças sobresselentes compatíveis (painel 3 – recomendação 20, recomendação FR, recomendação DE, painel 1 – recomendação 14).
8. Criar um mercado de matérias-primas secundárias que tenha em conta as taxas obrigatórias de teor reciclado, incentivando a redução da utilização de matérias-primas (debate no grupo de trabalho).
9. Implementação rápida de uma estratégia têxtil ambiciosa e definição de um mecanismo para que os consumidores saibam que o produto cumpre os critérios de sustentabilidade (painel 3 – recomendação 28, debate do grupo de trabalho).
10. Medidas da UE para permitir e incentivar os consumidores a utilizarem os produtos durante mais tempo (painel 3 – recomendação 20).
11. Reforçar as normas ambientais e fazer cumprir a regulamentação relativa à exportação de resíduos para a UE e para países terceiros (Painel 4 – Recomendação 15, PNM).
12. Introduzir medidas para limitar a publicidade de produtos nocivos para o ambiente, introduzindo uma declaração de exoneração de responsabilidade obrigatória para os produtos particularmente nocivos para o ambiente (painel 3 – recomendação 22).

13. Aplicar normas de fabrico mais rigorosas e condições de trabalho justas em toda a

cadeia de produção e de valor (Painel 3 – Recomendação 21).

6. Proposta: Informação, sensibilização, diálogo e estilo de vida

Objectivo: Incentivar o conhecimento, a sensibilização, a educação e o diálogo sobre o ambiente, as alterações climáticas, a utilização da energia e a sustentabilidade.

Medidas:

1. Criar uma plataforma interativa com verificação de factos para fornecer informações científicas diversificadas e regularmente atualizadas no domínio do ambiente (painel 3 – recomendação 33).

2. Apoiar campanhas de sensibilização ecológica, incluindo uma campanha europeia a longo prazo para um consumo e um estilo de vida sustentáveis (recomendações da Alemanha, dos Países Baixos e da França, painel 3 – recomendação 7).

3. Incentivar e facilitar o diálogo e as consultas entre todos os níveis de decisão, em especial com os jovens e a nível local (recomendações DE, NL e FR, painel 3 – recomendações 27 e 35, debate em sessão plenária).

4. Definição, pela UE, com o apoio dos Estados-Membros, de uma Carta Europeia comum que vise as questões ambientais e promova a sensibilização ambiental de todos os cidadãos (Painel 3 – Recomendação 7).

5. Oferecer cursos de formação e materiais didáticos para todos, a fim de melhorar os conhecimentos sobre o clima e a sustentabilidade e permitir a aprendizagem ao longo da vida sobre questões ambientais (painel 1 – recomendações 15 e 35, painel

3 – recomendação 24, debate do grupo de trabalho).

6. Integrar a produção alimentar e a proteção da biodiversidade no sistema educativo, incluindo os benefícios dos alimentos não transformados em relação aos alimentos transformados, e incentivar a criação de jardins escolares e subvenções para projetos de jardinagem urbana e agricultura vertical (painel 3 – recomendação 5, painel 1 – recomendação 18). Ponderar a possibilidade de tornar a biodiversidade uma disciplina obrigatória nas escolas e aumentar a sensibilização do público para a biodiversidade através de campanhas nos meios de comunicação social e de «concursos» promovidos em toda a UE (concursos das autoridades locais) (painel 3 – recomendação 5, painel 1 – recomendação 18).

7. Reforçar o papel e a ação da União no domínio do ambiente e da educação, alargando as competências da União no domínio das alterações climáticas e da educação ambiental e alargando a tomada de decisões por maioria qualificada a temas identificados como sendo de «interesse europeu», como o ambiente (recomendações NL e FR).

8. Promover uma dieta à base de plantas por razões de proteção do clima e preservação do ambiente (PNM).



"Saúde"

7.Proposta: Alimentação saudável e estilo de vida saudável

Objectivo: Assegurar que todos os europeus têm acesso à educação sobre alimentação saudável e acesso a alimentos saudáveis e a preços acessíveis como base para um estilo de vida saudável, nomeadamente através das seguintes medidas:

Medidas:¹

1. Estabelecer normas mínimas de qualidade e rastreabilidade dos alimentos, nomeadamente limitando a utilização de antibióticos e outros medicamentos veterinários ao estritamente necessário para proteger a saúde e o bem-estar dos animais, em vez de os utilizar de forma preventiva, e assegurar o reforço dos controlos a este respeito. [#23, #17]
 2. Instruir os cidadãos sobre hábitos saudáveis a adotar desde tenra idade e incentivá-los a fazer escolhas seguras e saudáveis, tributando os alimentos transformados que não são transformados e tornando as informações sobre a saúde alimentar facilmente acessíveis; Para o efeito, estabelecer um sistema de avaliação à escala da UE para os alimentos transformados baseado em conhecimentos científicos e independentes, bem como um rótulo sobre a utilização de substâncias hormonais e desreguladores endócrinos na produção de alimentos. A este respeito, reforçar o acompanhamento e a aplicação das regras em vigor e ponderar o seu reforço. [#18, #19, GT]
 3. Incentivar o diálogo com os intervenientes na cadeia alimentar, desde a produção até à venda, no âmbito da responsabilidade social das empresas por alimentos saudáveis. [#19, GT]
 4. Apoiar, a nível da União, o fornecimento de alimentos saudáveis, variados e a preços acessíveis em estabelecimentos de serviço público, como cantinas escolares, hospitais ou instalações de prestação de cuidados, nomeadamente através de financiamento específico. [#3, reunião plenária, grupo de trabalho]
 5. Investir na investigação sobre as consequências da utilização de antibióticos e sobre os efeitos das substâncias hormonais e dos desreguladores endócrinos na saúde humana. [#17, #18]²
-
- 1 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #3, #17, #18, #19
- 2 # = Recomendação dos painéis de cidadãos europeus.

8. Proposta: Reforço do sistema de cuidados de saúde

Objectivo: Reforçar a resiliência e a qualidade dos nossos sistemas de saúde, nomeadamente através de:

Medidas:³

1. A criação de um Espaço Europeu de Dados de Saúde, que facilitaria o intercâmbio de dados de saúde; Os registos de saúde individuais poderiam ser disponibilizados – numa base voluntária – utilizando um passaporte de saúde eletrónico individual da UE, em conformidade com as regras em matéria de proteção de dados. [#41, GT]
 2. Condições de trabalho adequadas, em especial através de um diálogo social forte, nomeadamente sobre salários e modalidades de trabalho, e harmonização das normas de formação e certificação dos profissionais de saúde; Devem ser desenvolvidos programas de ligação em rede e de intercâmbio, como um Erasmus para escolas de medicina, que contribuiria significativamente para o desenvolvimento de competências. A fim de reter talentos na Europa e permitir que os jovens profissionais alarguem os seus conhecimentos e adquiram experiência profissional, devem ser criados programas de intercâmbio da UE para garantir que os nossos melhores cérebros em ciências da vida não sejam atraídos para países terceiros. [#39, GT]
 3. Assegurar a autonomia estratégica a nível da União para evitar a dependência de países terceiros [NL2]⁴ para medicamentos (em especial princípios ativos) e dispositivos médicos (incluindo matérias-primas); em especial, deve ser estabelecida a nível da UE uma lista de medicamentos e tratamentos essenciais e prioritários, mas também de medicamentos e tratamentos inovadores (como soluções biotecnológicas), com base nas agências da UE existentes e na HERA, a fim de assegurar a sua disponibilidade para os cidadãos. Ponderar a organização de um armazenamento estratégico coordenado em toda a UE. A fim de alcançar a necessária ação coordenada e a longo prazo a nível da União, incluir a saúde e os cuidados de saúde entre as competências partilhadas entre a União e os seus Estados-Membros através da alteração do artigo 4.o do TFUE. [#40, #49, reunião plenária, grupo de trabalho]
 4. Prosseguir o desenvolvimento, a coordenação e o financiamento dos atuais programas de investigação e inovação no domínio da saúde sem comprometer outros programas relacionados com a saúde, em especial para as redes europeias de referência, uma vez que constituem a base para o desenvolvimento de redes de cuidados médicos para tratamentos altamente especializados e complexos. [#42, #43, GT]
 5. Investir nos sistemas de saúde, em especial no domínio público e sem fins lucrativos, nas infraestruturas e na saúde digital, e assegurar que os prestadores de cuidados de saúde respeitam os princípios da plena acessibilidade, da comportabilidade dos preços e da qualidade dos serviços, assegurando assim que os recursos não são drenados por profissionais de saúde com pouca ou nenhuma consideração pelo interesse público. [#51, GT]
 6. Fazer recomendações firmes aos Estados-Membros para que invistam em sistemas de saúde eficazes, acessíveis, a preços comportáveis, de elevada qualidade e resilientes, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu. O impacto da guerra na Ucrânia na saúde pública demonstra a necessidade de continuar a desenvolver sistemas de saúde resilientes e mecanismos de solidariedade. [#51, GT]
-
- 3 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #39, #40, #41, #42, #43, NL1, NL2, #51
- 4 Recomendação do painel de cidadãos nacional

9. Proposta: Uma visão mais alargada da saúde

Objectivo: Adotar uma abordagem holística da saúde, abordando, para além das doenças e tratamentos, a cultura da saúde e a prevenção, e promovendo um entendimento comum dos problemas enfrentados pelas pessoas doentes e com deficiência, em consonância com a abordagem «Uma Só Saúde», que deve ser salientada como um princípio transversal e fundamental que engloba todas as políticas da União.

Medidas:⁵

1. Melhorar a compreensão dos problemas de saúde mental e das formas de os resolver, nomeadamente desde a primeira infância e através do diagnóstico precoce, com base nas boas práticas estabelecidas em toda a União, que devem ser facilmente acessíveis através do Portal de Boas Práticas de Saúde Pública. A fim de sensibilizar o público, as instituições da UE e as partes interessadas pertinentes devem organizar eventos para o intercâmbio de boas práticas e ajudar os seus membros a divulgá-las nos seus próprios círculos eleitorais. Deve ser desenvolvido um plano de ação da UE em matéria de saúde mental, que proporcione uma estratégia a longo prazo em matéria de saúde mental, incluindo a investigação, e que aborde também a disponibilidade de profissionais, incluindo menores, e a criação de um Ano Europeu da Saúde Mental num futuro próximo.
2. Desenvolver, a nível da UE, um currículo escolar normalizado sobre estilos de vida saudáveis, que abranja também a educação sexual. Este programa deve também incluir ações que visem um estilo de vida saudável e a proteção do ambiente e indicar de que forma podem ajudar a prevenir muitas doenças, por exemplo, andar de bicicleta como meio saudável de deslocação diária. Estaria disponível gratuitamente para os Estados-Membros e as escolas, que poderiam, se for caso disso, utilizá-la nos seus programas curriculares. Um programa deste tipo combateria os estereótipos sobre as pessoas doentes ou com deficiência. [#46, GT]
3. Desenvolver a formação em primeiros socorros com uma componente prática, que seria oferecida gratuitamente a todos os cidadãos, e considerar a possibilidade de cursos regulares como uma prática comum para os estudantes, bem como no local de trabalho. Deve também estar disponível um número mínimo de desfibriladores em locais públicos em todos os Estados-Membros. [#50]
4. Alargar a iniciativa da Semana da Saúde, que terá lugar em toda a UE na mesma semana e durante a qual todas as questões de saúde devem ser abordadas e debatidas. Considere também as iniciativas do Ano da Saúde, a começar pelo Ano da Saúde Mental. [#44, GT]
5. Reconhecer como tratamento médico regular para efeitos fiscais os produtos contracetivos hormonais utilizados por razões médicas, por exemplo, em casos de fibromialgia e endometriose, bem como os produtos sanitários femininos. Garantir o acesso a tratamentos reprodutivos para todas as pessoas com problemas de fertilidade. [#45, GT]
5. Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #44, #45, #46, #47, #50

10. Proposta: Igualdade de acesso à saúde para todos

Objectivo: Estabelecer um «direito à saúde», garantindo a todos os europeus um acesso equitativo e universal a cuidados de saúde preventivos, curativos e de qualidade a preços comportáveis.

Medidas:⁶

1. Estabelecer normas sanitárias mínimas comuns a nível da União, que também abordem a prevenção e a acessibilidade dos cuidados, bem como a proximidade dos cuidados, e prestar apoio ao estabelecimento dessas normas. [#39, GT]
 2. Reconhecer a necessidade de ter plenamente em conta o princípio da subsidiariedade e o papel fundamental dos intervenientes locais, regionais e nacionais no domínio da saúde [NL3], assegurar que possam ser tomadas medidas a nível da União sempre que o direito à saúde seja abordado de forma mais adequada. Permitir uma tomada de decisões mais rápida e firme sobre temas fundamentais e melhorar a eficácia da governação europeia para o desenvolvimento da União Europeia da Saúde (por exemplo, em caso de pandemia ou de doenças raras). [#49, FRsouhait11, plataforma digital]
 3. Reforçar a União Europeia da Saúde, explorando todo o potencial do quadro atual, e incluir a saúde e os cuidados de saúde entre as competências partilhadas entre a União e os seus Estados-Membros, alterando o artigo 4.o do TFUE. [#49, FRsouhait11, plataforma digital, GT]⁷.
 4. Assegurar que todas as pessoas têm acesso aos tratamentos existentes no primeiro país da UE onde estão disponíveis; para o efeito, melhorar a cooperação transfronteiriça, em especial no que diz respeito às doenças raras, ao cancro, às doenças cardiovasculares e aos tratamentos altamente especializados, como os transplantes de órgãos e o tratamento de queimaduras graves. Deve ser criada uma rede europeia de transplantação e dádova de órgãos para todos os doentes europeus que necessitem de transplantação. [Plenário e GT]
 5. Assegurar a acessibilidade dos preços dos cuidados de saúde, através de um aumento dos investimentos nos cuidados de saúde, em especial nos cuidados dentários, incluindo a profilaxia, e assegurar que os cuidados dentários a preços acessíveis estejam disponíveis para todos no prazo de 15-20 anos. [#48, GT]
 6. Assegurar que os tratamentos e os medicamentos em toda a UE são de igual qualidade e têm um custo local justo, nomeadamente combatendo a atual fragmentação do mercado interno. [#40, NL3, GT, Plenária]
 7. Combater a insegurança sanitária através da promoção de cuidados dentários gratuitos para crianças, grupos com baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência. Considere também o impacto da má qualidade da habitação na saúde. [#48, GT]
 8. Ter em conta a dimensão internacional da saúde e reconhecer que os medicamentos devem estar universalmente disponíveis, incluindo nos países mais pobres. [NL2]
-
6. Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #39, #40, #45, #48, #50, FRchangement8, FRsouhait11, #51
7. As recomendações do Painel de Cidadãos dos Países Baixos diferem das recomendações do Painel de Cidadãos Europeus: afirma que a saúde e os cuidados de saúde devem ser, em primeiro lugar, uma responsabilidade nacional [NL3].



Uma economia mais forte, justiça social e emprego

Introdução

Vivemos em circunstâncias excepcionais e a União Europeia será avaliada com base nos seus esforços para sair mais forte das atuais crises, com um modelo de crescimento mais sustentável, inclusivo, competitivo e resiliente. A invasão da Ucrânia pela Rússia e a pandemia de COVID-19 mudaram a face da UE. A conferência terá também de abordar as consequências sociais e económicas desta guerra num contexto pós-pandemia já muito difícil. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas continuam a ser uma ameaça para a humanidade e terão um impacto dramático na economia e nas nossas sociedades. As recomendações recebidas mostram claramente que os cidadãos apelam a uma ação mais forte da UE. Os desafios transnacionais não resolvidos, como as desigualdades, a competitividade, a saúde, as alterações climáticas, a migração, a digitalização ou a tributação justa, exigem soluções europeias adequadas. Resulta também claramente das recomendações e dos debates que precisamos de uma estratégia global para garantir um maior bem-estar aos cidadãos europeus nos diferentes aspetos das suas vidas. Alguns elementos desta estratégia estão contidos nas políticas existentes e podem ser alcançados utilizando plenamente o quadro institucional existente a nível europeu e nacional; outras exigirão novas políticas e, em alguns casos, alterações ao Tratado. No entanto, as novas políticas e as alterações ao Tratado devem ser encaradas como meios para melhorar o bem-estar e não como fins em si mesmos. É possível e necessário redefinir a União de forma a assegurar a sua autonomia estratégica, o crescimento sustentável, melhores condições de vida e de trabalho e o progresso humano, sem esgotar ou destruir os recursos do nosso planeta, ao abrigo de um contrato social renovado. Estas recomendações visam alcançar estes objetivos. As propostas que se seguem devem ser lidas à luz do facto de os cidadãos de toda a Europa terem apresentado uma variedade de pontos de vista e recomendações. É esta diversidade de pontos de vista que constitui um dos pontos fortes sem paralelo da Europa.

11. Proposta: Crescimento sustentável e inovação

Objectivo: Propomos que a UE apoie a transição para um modelo de crescimento sustentável e resiliente, tendo em conta as transições ecológica e digital com uma forte dimensão social no Semestre Europeu e capacitando os cidadãos, os sindicatos e as empresas. Os indicadores macroeconómicos convencionais e o PIB podem ser complementados por novos indicadores para responder às novas prioridades europeias, como o Pacto Ecológico Europeu ou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e refletir melhor as transições ecológica e digital, bem como o bem-estar das pessoas. Este objetivo poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas:⁸

1. Promover processos de produção mais ecológicos por parte das empresas, ajudar as empresas a encontrar as melhores soluções e fornecer incentivos positivos e negativos. (PCE 11 e 12) e aumentar a produção e o consumo locais (discussões).
2. Trabalhar no sentido de uma economia mais sustentável e circular, abordando o problema da obsolescência programada e garantindo o direito à reparação (PCE 14).
3. Examinar a governação económica da UE e o Semestre Europeu, a fim de assegurar que as transições ecológica e digital, a justiça social e o progresso social são indissociáveis da competitividade económica, sem ignorar a natureza económica e orçamental do Semestre Europeu. Além disso, é necessário envolver melhor os parceiros sociais e os órgãos de poder local e regional na execução do Semestre Europeu, a fim de melhorar a sua aplicação e responsabilização (plataforma em linha, debates).
4. Combater a utilização de embalagens/recipientes de plástico de utilização única (PCE 12).
5. Alargar a utilização da tecnologia europeia e torná-la uma alternativa viável à tecnologia estrangeira (discussões).
6. Promover a investigação sobre novos materiais e tecnologias, bem como a utilização inovadora dos materiais existentes, evitando simultaneamente a duplicação de esforços de investigação (PCE 9, NL 1).
7. Abordar a questão da sustentabilidade, da acessibilidade dos preços e da acessibilidade da energia, tendo em conta a pobreza energética e a dependência de países terceiros, aumentando a quota de energia produzida de forma sustentável (PCE 10, LT 3, IT 1.1).
8. Sensibilizar as empresas e os cidadãos para a adoção de comportamentos mais sustentáveis e assegurar uma transição justa, com base no diálogo social e em empregos de qualidade (PCE 12 e plataforma em linha).
9. Incluir normas sociais, laborais e sanitárias ambiciosas, incluindo em matéria de saúde e segurança no trabalho, nos novos acordos comerciais da UE. (LT8)

8 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 9, 10, 11, 12, 14; Países Baixos: 1; Itália: 1.1; Lituânia: 3, 8.

12. Proposta: Reforçar a competitividade da UE e continuar a aprofundar o mercado único

Objectivo: Propomos reforçar a competitividade e a resiliência da economia, do mercado único e da indústria da UE e abordar as dependências estratégicas. Temos de promover uma cultura empresarial na UE, em que as empresas inovadoras de todas as dimensões, em especial as micro, pequenas e médias empresas e as empresas em fase de arranque, sejam incentivadas e possam prosperar, a fim de contribuir para sociedades mais resilientes e coesas. É necessária uma economia de mercado forte e funcional para facilitar a visão de uma Europa mais social. Este objetivo poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas:⁹

1. Desenvolver uma visão clara da economia europeia e tirar partido dos pontos fortes, da qualidade e da diversidade da Europa, tendo simultaneamente em conta as diferenças económicas e outras entre os Estados-Membros, e promover a cooperação e a concorrência entre as empresas. (NL 1 & 2)
2. Consolidar o que foi feito em relação à moeda única e à interconexão dos sistemas de pagamento e das telecomunicações. (IT 4.a.2)
3. Reduzir a normalização dos produtos e reconhecer as especificidades locais e regionais em termos de cultura e produção (respeito pelas tradições de produção). (IT 2.2)
4. Reforçar a convergência social e económica ascendente no mercado único, completando as iniciativas existentes, como a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais, e aplicando uma reforma prospetiva da nossa União Económica e Monetária (debates).
5. Promover políticas para uma forte base industrial e inovação em tecnologias facilitadoras essenciais, bem como uma política climática virada para o futuro, juntamente com a competitividade industrial com uma forte dimensão social, baseada no diálogo social e no bom funcionamento das relações laborais (debates).
6. Em todas as novas iniciativas, prestar especial atenção às PME, que são a espinha dorsal da nossa economia. O princípio «pensar primeiro em pequena escala» deve ser respeitado em todas as propostas legislativas da UE e o teste PME deve ser reforçado nas avaliações de impacto da Comissão, em consonância com princípios claros, respeitando plenamente as normas sociais e ambientais e os direitos dos consumidores (debates).
7. Assegurar a participação das PME em candidaturas, concursos e redes de financiamento, com o menor esforço administrativo possível. O acesso das PME com projetos de inovação de alto risco ao financiamento deve continuar a ser desenvolvido por entidades como o Conselho Europeu da Inovação e o Banco Europeu de Investimento (debates).
8. Criar um melhor quadro para os investimentos em I&I, a fim de desenvolver modelos empresariais mais sustentáveis e ricos em biodiversidade (PCE 10, 11 e 14); centrar-se na tecnologia e na inovação enquanto motores do crescimento. (IT 1.3)
9. Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma e competitiva. (FR3)
10. Identificar e desenvolver setores estratégicos, incluindo o espaço, a robótica e a IA. (FR 3 & 9)
11. Investir na economia do turismo e da cultura, valorizando também os muitos pequenos destinos na Europa. (IT 1.2)
12. Garantir a segurança do aprovisionamento através da diversificação das fontes de fatores de produção/matérias-primas e do aumento do fabrico de bens essenciais na Europa, como a saúde, a alimentação, a energia, a defesa e os transportes. (FR 9, LT 1, IT 1.4)
13. Promover a digitalização das empresas europeias, por exemplo através de um

painel de avaliação específico que permita às empresas comparar o seu grau de digitalização, com o objetivo geral de aumentar a sua competitividade. (DE 2.1)

14. Promover a coesão digital, a fim de contribuir para a coesão económica, social e territorial, tal como definida no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (debates).
15. Reforçar a cooperação transfronteiriça para reforçar a coesão e a resiliência dentro e fora das regiões, promovendo o Mecanismo Transfronteiriço Europeu e instrumentos semelhantes (discussões).
16. Reforçar e promover oportunidades de formação transfronteiras para melhorar as competências da mão de obra europeia e aumentar a competitividade, reforçando simultaneamente as competências dos cidadãos no domínio económico. (DE 2.2, LT7). Promover intercâmbios entre trabalhadores na Europa através de um Centro Europeu de Emprego; (IT 6.1) incentivar os jovens a estudar matérias científicas. (IT 1.5)
17. Reduzir a burocracia (autorizações, certificações) onde não é essencial. (IT 2.1)
18. Luta contra a contrafação e a concorrência desleal. (IT 2.4)
19. Assegurar uma maior participação das empresas em fase de arranque e das PME em projetos de inovação, uma vez que tal reforça a sua força de inovação, competitividade e ligação em rede (plataforma em linha, debates).
20. A consolidação e a proteção do mercado único devem continuar a ser uma

prioridade; as medidas e iniciativas tomadas a nível nacional e da União não devem prejudicar o mercado único e devem contribuir para a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais (debates).

21. As novas iniciativas políticas da UE devem ser sujeitas a um «teste de competitividade» para analisar o seu impacto nas empresas e no seu ambiente empresarial (custo da atividade económica, capacidade de inovação, competitividade internacional, condições de concorrência equitativas, etc.). Esse acompanhamento deve estar em consonância com o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a igualdade de género, e não deve prejudicar a proteção dos direitos humanos, sociais e laborais, nem as normas ambientais e de proteção dos consumidores. Para o efeito, propomos igualmente a criação de um órgão consultivo europeu da competitividade para acompanhar a forma como é efetuado o acompanhamento da competitividade e, em especial, avaliar os efeitos cumulativos da legislação, bem como apresentar propostas para melhorar as condições-quadro adequadas para a competitividade das empresas da UE. Este organismo deve incluir a sociedade civil organizada e os parceiros sociais na sua governação; (discussões)

-
9. Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 10, 11 & 14; Alemanha: 2.1, 2.2; Países Baixos: 1, 2; França: 3, 9; Itália: 1,2, 1,3, 1,4, 1,5, 2,1, 2,2, 2,4, 4.a.2, 6,1; Lituânia: 1, 7.

13. Proposta: Mercados de trabalho inclusivos

Objectivo: Propomos melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, a fim de assegurar condições de trabalho mais justas e promover a igualdade de género e o emprego, especialmente para os jovens e os grupos vulneráveis. A UE, os Estados-Membros e os parceiros sociais devem trabalhar para pôr termo à pobreza no trabalho, reforçar os direitos dos trabalhadores das plataformas, proibir os estágios não remunerados e assegurar uma mobilidade laboral justa na UE. Temos de promover o diálogo social e a negociação coletiva. Temos de assegurar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo as suas grandes metas pertinentes para 2030, a nível europeu, nacional, regional e local nos domínios da «igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho» e das «condições de trabalho justas», respeitando simultaneamente as competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, e incluir um protocolo sobre o progresso social nos Tratados. Ao fazê-lo, as tradições nacionais e a autonomia dos parceiros sociais devem ser respeitadas e a cooperação com a sociedade civil deve ser assegurada. Este objetivo poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas:¹⁰

1. Assegurar que os salários mínimos nacionais garantem a todos os trabalhadores uma qualidade de vida digna e semelhante em todos os Estados-Membros. Devem ser definidos critérios claros (por exemplo, custo de vida, inflação, nível acima do limiar de pobreza, salário médio e mediano a nível nacional) a ter em conta na fixação do nível dos salários mínimos. Os níveis legais do salário mínimo devem ser revistos regularmente à luz destes critérios, a fim de assegurar a sua adequação. Deve ser prestada especial atenção à aplicação efetiva destas regras e ao acompanhamento e acompanhamento da melhoria do nível de vida. Ao mesmo tempo, a negociação coletiva deve ser reforçada e incentivada em toda a UE (PCE 1 e 30; DE 4.2; plataforma em linha).
2. Fazer o balanço e continuar a reforçar a aplicação da Diretiva Tempo de Trabalho (Diretiva 2003/88/CE) e de outra legislação pertinente que garanta um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar, tendo simultaneamente em conta as novas políticas nacionais neste domínio (PCE 2).
3. Introduzir ou reforçar a legislação existente em matéria de «trabalho inteligente» e incentivar as empresas a promoverem esta nova forma de trabalho. (PCE 7) A UE deve assegurar o direito a desligar, fazer mais para combater o fosso digital no local de trabalho e avaliar as implicações do trabalho à distância para a saúde, o tempo de trabalho e o desempenho. É necessário assegurar uma digitalização justa, baseada nos direitos humanos, na melhoria das condições de trabalho e na negociação coletiva (debates).
4. Integrar as políticas de emprego a nível da UE, em que as políticas ativas do mercado de trabalho continuam a ser centrais e cada vez mais coordenadas (IT 6.2), enquanto os Estados-Membros se concentram em prosseguir os seus esforços de reforma para criar condições favoráveis à criação de empregos de qualidade (debates).
5. Tomar medidas para assegurar que os direitos sociais sejam plenamente protegidos e prevaleçam sobre as liberdades económicas em caso de conflito, nomeadamente através da introdução de um protocolo sobre o progresso social nos Tratados (plataforma em linha, debates).
6. Garantir a igualdade de género, em consonância com a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025. A UE deve continuar a medir a igualdade de género através de um índice de igualdade de género (atitudes, disparidades salariais, emprego, liderança, etc.), assegurar o acompanhamento anual da estratégia, ser transparente quanto aos resultados alcançados, incentivar a partilha de conhecimentos especializados e de boas

práticas e criar um possível mecanismo de retorno de informação direto dos cidadãos (por exemplo, um provedor de justiça) (PCE 28; IT 5.a.1). É necessário combater as disparidades salariais entre homens e mulheres e introduzir quotas para cargos de direção. As mulheres empresárias devem receber mais apoio no ambiente empresarial, tal como as mulheres nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (discussões).

7. Promover o emprego dos jovens, nomeadamente através de apoio financeiro às empresas, mas também proporcionando apoio adicional aos empregadores e aos trabalhadores (NL 4) e apoio aos jovens empresários e aos jovens trabalhadores por conta própria, por exemplo através de instrumentos educativos e cursos (discussões).
8. Promover o emprego dos grupos desfavorecidos (NL 4), em especial das pessoas com deficiência (plataforma em linha).

9. Promover o emprego e a mobilidade social para que as pessoas tenham todas as oportunidades de autorealização e autodeterminação. (IT 5.a.4 e IT 6.1) Poderia haver uma estratégia a longo prazo para garantir que todos na nossa sociedade têm as competências adequadas para encontrar um emprego e aumentar o seu talento, especialmente a geração mais jovem (discussões). É importante investir em competências adaptadas à evolução das necessidades do mercado de trabalho e promover a aprendizagem ao longo da vida através, nomeadamente, de um programa de intercâmbio em todas as fases da vida, bem como garantir o direito à aprendizagem ao longo da vida e o direito à formação. (FR 6; DE 4.1) Para o efeito, é necessário reforçar a cooperação entre empresas, sindicatos e prestadores de serviços de ensino e formação profissionais (debates).

-
10. Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 1, 2, 7, 28, 30; Alemanha: 4.1, 4.2; Países Baixos: 4; França: 6; Itália: 5.a.1, 5.a.4, 6.1, 6.2.

14. Proposta: Políticas sociais mais fortes

Objectivo: Propomos reduzir as desigualdades, combater a exclusão social e a pobreza. Temos de pôr em prática uma estratégia abrangente de luta contra a pobreza que possa incluir, nomeadamente, o reforço da Garantia para a Infância e da Garantia para a Juventude, a introdução de salários mínimos, um quadro europeu comum para regimes de rendimento mínimo e habitação social digna. Temos de assegurar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo as suas grandes metas pertinentes para 2030, a nível europeu, nacional, regional e local nos domínios da «proteção e inclusão sociais», respeitando simultaneamente as respetivas competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, e incluir um protocolo sobre o progresso social nos Tratados. Este objetivo poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas:¹¹

1. Reforçar as competências da União em matéria de políticas sociais e propor legislação harmonizada a nível da União para promover as políticas sociais e assegurar a igualdade de direitos, incluindo a saúde, tendo em conta a regulamentação adotada e os requisitos mínimos em todo o território. (PCE 19 & 21) A UE poderia apoiar e complementar as políticas dos Estados-Membros, nomeadamente propondo um quadro comum para assegurar um rendimento mínimo para que ninguém fique para trás. Estas ações devem ser realizadas no âmbito da plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do seu plano de ação (debates).
2. Não comprometer os direitos sociais (saúde pública, educação pública, políticas laborais). (IT 4.a.1)
3. Promover a investigação no domínio social e da saúde na UE, seguindo linhas prioritárias consideradas de interesse público e acordadas pelos Estados-Membros, e prever um financiamento adequado. Tal poderia ser parcialmente alcançado através do reforço da cooperação entre áreas de especialização, países e centros de estudo (universidades, etc.) (PCE 20).
4. Conceder acesso a serviços médicos a todas as pessoas com menos de 16 anos em toda a UE, se estes serviços não estiverem disponíveis no contexto nacional (discussões).
5. Assegurar que a UE, juntamente com os parceiros sociais e os governos nacionais, apoie o acesso específico dos cidadãos a uma habitação social digna, de acordo com as suas necessidades específicas; o esforço financeiro deve ser partilhado entre doadores privados, proprietários, beneficiários de habitação, governos dos Estados-Membros a nível central e local e a União Europeia (PCE 25).

¹¹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 19, 20, 21, 25; Itália: 4.a.1.

15. Proposta: Transição demográfica

Objectivo: Propomos dar resposta aos desafios decorrentes da transição demográfica, que é uma componente crítica da resiliência global da Europa, em especial as baixas taxas de natalidade e o envelhecimento constante da população, assegurando o apoio às pessoas ao longo da vida. Deve ser uma ação abrangente para todas as gerações, desde as crianças e os jovens às famílias, à população em idade ativa, aos idosos ainda prontos a trabalhar e às pessoas reformadas ou que necessitam de cuidados. Este objetivo poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas:¹²

1. Assegurar estruturas de acolhimento de crianças de qualidade, acessíveis e a preços comportáveis em toda a UE, para que as mães e os pais possam conciliar com confiança a sua vida profissional e familiar. Se for caso disso, tal poderá incluir oportunidades de acolhimento de crianças no local de trabalho ou nas suas proximidades. Em alguns Estados-Membros, também estão disponíveis estruturas de acolhimento de crianças durante a noite, o que deve servir de exemplo. Além disso, estas medidas poderiam ser acompanhadas de medidas de apoio, tais como taxas reduzidas de IVA sobre o equipamento necessário às crianças. É essencial prevenir a pobreza infantil e a exclusão social. (PCE 22 e 26) O reforço da Garantia para a Infância, garantindo o acesso das crianças necessitadas a serviços como a educação e o acolhimento de crianças, os cuidados de saúde, a nutrição e a habitação, pode ser um instrumento para alcançar este objetivo (plataforma em linha, debates).
2. Estabelecer apoio específico e proteção laboral para os jovens. As medidas destinadas à população em idade ativa devem incluir o acesso ao conhecimento por parte das mães e dos pais após o seu regresso ao trabalho (PCE 22). O reforço da Garantia para a Juventude poderia ser um instrumento para melhorar o acesso dos jovens com menos de 30 anos a uma boa oferta de emprego, formação contínua, aprendizagem ou estágio. (discussões)
3. Promover o direito à livre circulação do ensino na União, nomeadamente através do reconhecimento mútuo de diplomas, graus, competências e qualificações. (discussões)
4. Melhorar a legislação e a sua aplicação, a fim de prestar apoio às famílias em todos os Estados-Membros, por exemplo no que diz respeito à licença parental e aos subsídios de nascimento e de acolhimento de crianças. (PCE 26 e IT 5.a.1) A habitação desempenha um papel crucial no apoio às famílias e deve ser abordada (plataforma em linha, debates).
5. Tomar medidas para garantir que todas as famílias gozem dos mesmos direitos familiares em todos os Estados-Membros. Tal deve incluir o direito ao casamento e à adoção. (PCE 27)
6. Promover uma idade de reforma flexível, tendo em conta a situação específica dos idosos. Ao determinar a idade da reforma, é necessário diferenciar de acordo com a profissão e, por conseguinte, ter em conta o trabalho particularmente exigente, tanto mental como físico. (PCE 21 e IT 5.a.1)
7. Prevenir a pobreza na velhice através da introdução de pensões mínimas. Esses níveis mínimos deverão ter em conta o nível de vida, o limiar de pobreza e o poder de compra no Estado-Membro em causa. (PCE 21)
8. Assegurar assistência social e cuidados de saúde adequados aos idosos. Ao fazê-lo, é importante abordar tanto os serviços de cuidados de proximidade como os cuidados residenciais. Do mesmo modo, as medidas devem ter em conta tanto os beneficiários como os prestadores de cuidados. (PCE 23)
9. Assegurar o desenvolvimento sustentável e a resiliência demográfica das regiões menos desenvolvidas, a fim de as tornar mais dinâmicas e atrativas, nomeadamente

através da política de coesão. (plataforma em linha e debates)

10. Tomar medidas coordenadas a nível europeu para recolher dados desagregados por fatores como o género e analisar as tendências demográficas, partilhar boas práticas e conhecimentos e apoiar os Estados-Membros na elaboração e

aplicação de políticas adequadas, nomeadamente através da criação de um organismo da UE especializado neste domínio. (plataforma em linha e debates).

- 12 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 21, 22, 23, 26, 27; Itália: 5.a.1.

16. Proposta: Políticas orçamentais e orçamentais

Objectivo: propomos que a UE incentive investimentos orientados para o futuro centrados nas transições ecológica e digital com uma forte dimensão social e de género, tendo em conta os exemplos do NextGenerationEU e do Instrumento Europeu de Apoio Temporário para Mitigar os Riscos de Desemprego numa Emergência (SURE). A UE deve ter em conta o impacto social e económico da guerra contra a Ucrânia e a ligação entre a sua governação económica e o novo contexto geopolítico, reforçando o seu próprio orçamento com novos recursos próprios. Os cidadãos querem que a tributação se afaste dos cidadãos e das PME e vise os evasores fiscais, os grandes poluidores e os gigantes digitais, ao mesmo tempo que querem que a UE apoie a capacidade dos Estados-Membros e das autoridades locais para se financiarem e utilizarem os fundos da UE. Este objetivo deve ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas:¹³

1. Harmonizar e coordenar as políticas fiscais nos Estados-Membros da UE para prevenir a evasão e a elisão fiscais, evitar os paraísos fiscais na UE e visar a deslocalização na Europa, nomeadamente assegurando que as decisões fiscais possam ser tomadas por maioria qualificada no Conselho da UE. Por outro lado, há recomendações dos painéis de cidadãos de que a tributação é da competência dos diferentes países, que têm os seus próprios objetivos e circunstâncias. (PCE 13 e 31, IT 4.b.3, NL 2.3)
2. Promover a cooperação entre os Estados-Membros da UE para garantir que todas as empresas da UE pagam a sua quota-parte de impostos; introduzir uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades (MCCIS) ou uma taxa efetiva mínima. (NL 3)

3. Garantir que as empresas paguem impostos onde os lucros são obtidos. (PCE 13)
4. Assegurar que a política fiscal apoie a indústria europeia e evite a perda de postos de trabalho na Europa. (PCE 13 e 31)
5. Analisar mais pormenorizadamente a possibilidade de contrair empréstimos comuns a nível da UE, com vista a criar condições de contração de empréstimos mais favoráveis, mantendo simultaneamente políticas orçamentais responsáveis a nível dos Estados-Membros. (LT 9)
6. Reforçar o acompanhamento da absorção e utilização dos fundos da União, nomeadamente a nível local e municipal (LT 10).

- 13 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 13, 31; Países Baixos: 2.3; Itália: 4.b.3, 4.b.6; Lituânia: 9, 10.



«A UE no mundo»

17. Proposta: Reduzir a dependência da UE de intervenientes estrangeiros em setores estratégicos do ponto de vista económico

Objectivo: Propomos que a UE tome medidas para reforçar a sua autonomia em setores estratégicos fundamentais, como os produtos agrícolas, os bens económicos estratégicos, os semicondutores, os produtos médicos, as tecnologias digitais e ambientais inovadoras e a energia, através das seguintes medidas:

Medidas:

1. Promoção de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e colaboração entre parceiros públicos e privados neste domínio.
2. Manter uma agenda ambiciosa de negociações comerciais que possa ajudar a reforçar a resiliência e a diversificação das cadeias de abastecimento, em especial no que diz respeito às matérias-primas, partilhando simultaneamente os benefícios do comércio de forma mais equitativa e com mais parceiros, limitando assim a nossa exposição e dependência de um pequeno número de fornecedores que podem representar um risco.¹⁴
3. Maior resiliência das cadeias de abastecimento da UE, promovendo o investimento em setores estratégicos na UE, armazenando produções e dispositivos críticos e diversificando as fontes de aprovisionamento de matérias-primas críticas.
4. Novos investimentos na realização do mercado interno e na criação de condições de concorrência equitativas para tornar a produção e a aquisição destes artigos na União Europeia mais atrativas.
5. Apoio que disponibilize estes produtos a preços acessíveis aos consumidores europeus e ajude a reduzir as dependências externas, por exemplo

através de políticas estruturais e regionais, benefícios fiscais, subsídios, investimentos em infraestruturas e investigação, reforço da competitividade das PME, bem como programas educativos para manter as competências e os empregos pertinentes na Europa, que sejam pertinentes para garantir as necessidades básicas.¹⁵

6. Um programa europeu para apoiar os pequenos produtores locais em setores estratégicos em todos os Estados-Membros,¹⁶ recorrendo mais aos programas e instrumentos financeiros da UE, como o InvestEU.
7. Melhor cooperação entre os Estados-Membros para gerir a gestão dos riscos da cadeia de abastecimento.¹⁷

14 Com base nos debates do grupo de trabalho e da reunião plenária.

15 Ver Recomendação 1 do PCE4, Recomendação 2 do PCN Alemanha, Painel 1 «A UE no mundo», e do PCN Itália, Grupo 2, Rec. 1, desenvolvida no grupo de trabalho.

16 Ver recomendação 4 do PCE4 e recomendações 5 e 6 do PCN de Itália, grupo 2, desenvolvidas no grupo de trabalho.

17 Ver as Recomendações 2 e 3 do Grupo 2 da Plataforma Digital e do PCN Itália desenvolvidas no grupo de trabalho, <https://futureu.europa.eu/processes/EUInTheWorld/f/16/proposals/197870?local=en>.

18. Proposta: Reduzir a dependência da UE em relação a intervenientes estrangeiros no setor da energia

Objectivo: Propomos que a UE alcance uma maior autonomia na produção e no aprovisionamento de energia, no contexto da transição ecológica em curso, através das seguintes medidas:

Medidas:

1. A adoção de uma estratégia para a tornar mais autónoma na sua produção de energia. Um organismo europeu deve integrar as agências europeias de energia existentes, coordenar o desenvolvimento das energias renováveis e promover a partilha de conhecimentos.¹⁸
 2. Apoio ativo a projetos de transportes públicos e de eficiência energética, a uma rede ferroviária europeia de alta velocidade para o transporte de mercadorias, à expansão do fornecimento de energias limpas e renováveis (incluindo a energia solar e eólica), a tecnologias alternativas (como o hidrogénio ou a produção de energia a partir de resíduos), bem como à transição nas zonas urbanas de uma cultura de automóveis individuais para uma cultura de transportes públicos, partilha de automóveis eléctricos e utilização da bicicleta.¹⁹
 3. Assegurar uma transição justa e equitativa, apoiando, em especial, os cidadãos vulneráveis, que enfrentam os maiores desafios na transição para a neutralidade climática e que já sofrem com o aumento dos preços da energia devido à dependência energética e à recente triplicação dos preços da energia.
 4. Maior colaboração na avaliação da utilização da energia nuclear no âmbito da transição ecológica em curso para as energias renováveis na Europa, analisando questões coletivas que poderia resolver ou criar, uma vez que ainda é utilizada por muitos Estados-Membros.²⁰
 5. Cooperação com os parceiros internacionais para os comprometer a atingir objetivos mais ambiciosos em matéria de alterações climáticas em várias instâncias internacionais, incluindo o G7 e o G20.
 6. Associar o comércio externo às medidas políticas em matéria de alterações climáticas (por exemplo, através do lançamento de um pacote de investimento em tecnologias e inovações respeitadoras do clima, incluindo programas de financiamento).²¹
 7. Aquisição conjunta de parcerias no domínio da energia importada e da energia sustentável, a fim de reduzir a dependência da Europa das importações de energia, nomeadamente no domínio do gás e do petróleo, e desenvolver as fontes de energia internas da UE.
-
- 18 Ver Recomendação 14 do PCE4, elaborada no âmbito do grupo de trabalho.
- 19 Ver a Recomendação 2 do PCE4 e a Recomendação 4 do PCN de Itália, grupo 2, desenvolvidas no grupo de trabalho.
- 20 Ver a Recomendação 17 do PCE4 e a Recomendação 4 do PCN de Itália, grupo 2, desenvolvidas no grupo de trabalho.
- 21 Ver Recomendação 1 do PCN Alemanha, Painel 1 «A UE no mundo», desenvolvida no grupo de trabalho.

19. Proposta: Estabelecimento de normas dentro e fora da UE nas relações comerciais e de investimento

Objectivo: Propomos que a UE reforce a dimensão ética das suas relações comerciais e de investimento:

Medidas:

1. Preservar e reformar a nossa arquitetura comercial internacional multilateral assente em regras e estabelecer parcerias com democracias que partilham as mesmas ideias.
 2. Legislação da UE eficaz e proporcionada para assegurar que as normas de trabalho digno são plenamente aplicadas ao longo das cadeias de valor mundiais, incluindo nos processos de produção e abastecimento da UE, e que os bens importados cumprem as normas éticas de qualidade, o desenvolvimento sustentável e as normas em matéria de direitos humanos, incluindo os direitos laborais e sindicais, oferecendo certificação para os produtos que cumprem esta legislação da UE²² e participando num processo de diálogo à escala da UE que visa informar e educar sobre os efeitos ambientais e éticos das alterações estratégicas no comércio internacional.
 3. Restrições à importação e venda de produtos provenientes de países que permitem o trabalho forçado e infantil, uma
- lista negra de empresas regularmente atualizada e a sensibilização dos consumidores para o trabalho infantil através de informações publicadas através dos canais oficiais da UE.²³
4. Acompanhamento e aplicação de capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável com força executiva nos acordos de comércio livre da UE, incluindo a possibilidade de um mecanismo de último recurso baseado em sanções.
 5. A reforma do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da UE, a fim de incluir disposições rigorosas em matéria de condicionalidade e processos eficazes e adequados de acompanhamento, comunicação de informações e diálogo para melhorar o impacto que o SPG pode ter no comércio, nos direitos humanos e no desenvolvimento nos países parceiros, com a possibilidade de retirar as preferências comerciais em caso de incumprimento.

22 Ver recomendação 3 do PCE4, elaborada no âmbito do grupo de trabalho.

23 Ver Recomendação 11 do PCE4, elaborada no âmbito do grupo de trabalho.

20. Proposta: Estabelecimento de normas dentro e fora da UE para as políticas ambientais

Objectivo: Propomos que a UE reforce a dimensão ambiental das suas relações comerciais:

Medidas:

1. Harmonização e reforço da rotulagem ecológica e aposição obrigatória de um indicador europeu de impacto ambiental (ecoscore) em todos os produtos de consumo. A pontuação ecológica seria calculada com base nas emissões provenientes da produção e do transporte e na nocividade do conteúdo, com base numa lista de produtos perigosos. A pontuação ecológica deve ser gerida e controlada por uma autoridade europeia.²⁴
2. Normas ambientais mais rigorosas para a exportação de resíduos, bem como controlos e sanções mais rigorosos para pôr termo às exportações ilegais. A UE deve incentivar os Estados-Membros a reciclarem os seus próprios resíduos e a utilizá-los para produzir energia.²⁵
3. Estabelecer uma meta para a eliminação das embalagens poluentes, promovendo embalagens menos poluentes ou mais respeitadoras do ambiente²⁶ e criando parcerias com os países em desenvolvimento, apoiando as suas infraestruturas e ponderando acordos comerciais mutuamente benéficos, a fim de os ajudar na sua transição para fontes de energia ecológicas.²⁷
4. A possibilidade de recompensar os países com elevadas normas de sustentabilidade, oferecendo-lhes um acesso adicional ao mercado da UE para os seus bens e serviços sustentáveis, quer unilateralmente através do Sistema de Preferências Generalizadas SPG+, bilateralmente através de acordos comerciais negociados, quer multilateralmente através de iniciativas no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

24 Ver Recomendação 13 do PCE4, elaborada no âmbito do grupo de trabalho.

25 Ver recomendação 15 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

26 Ver recomendação 16 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

27 Ver recomendação 12 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

21. Proposta: Tomada de decisões e coesão na UE

Objectivo: Propomos que a UE melhore a sua capacidade para tomar decisões rápidas e eficazes no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), falando a uma só voz e agindo como um interveniente verdadeiramente global, de modo a demonstrar um papel positivo no mundo e fazer a diferença em resposta a qualquer crise, incluindo:

Medidas:

1. Assegurar que, em especial no que se refere à PESC, as questões actualmente tomadas por unanimidade sejam normalmente tomadas por maioria qualificada.²⁸
2. Baseando a cooperação na política de segurança e defesa nas orientações estratégicas recentemente aprovadas e utilizando o Mecanismo Europeu²⁹ de Apoio à Paz.
3. Reforçar o papel do alto representante para assegurar que a UE fala a uma só voz.³⁰
4. Chegar a acordo sobre uma visão forte e uma estratégia comum para consolidar a unidade e a capacidade de decisão da UE, a fim de preparar a União para novos alargamentos.³¹
5. Acelerando a ratificação dos acordos comerciais recentemente celebrados, sem abandonar o escrutínio e o debate adequados.

28 Ver recomendação 21 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

29 Ver a plataforma digital, desenvolvida no âmbito do grupo de trabalho.

30 Ver a plataforma digital, desenvolvida no âmbito do grupo de trabalho.

31 Ver recomendação 26 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

22. Proposta: Transparência da UE e das suas relações com os cidadãos

Objectivo: Propomos que a UE, em especial através das suas ações a nível internacional, incluindo as suas negociações comerciais, melhore a sua acessibilidade para os cidadãos, melhorando a informação, a educação, a participação dos cidadãos e a transparência da sua ação, nomeadamente:

Medidas:

1. Reforçar as ligações com os cidadãos e as instituições locais, a fim de melhorar a transparência, chegar aos cidadãos e melhorar a comunicação e a ligação com eles sobre iniciativas concretas da UE a nível internacional.³²
2. Maior participação dos cidadãos na política internacional da UE e em eventos de participação direta dos cidadãos, como a Conferência sobre o Futuro da Europa, organizados a nível nacional, local e europeu³³ e com a participação ativa da sociedade civil organizada.³⁴
3. Pleno apoio de todas as partes interessadas pertinentes aos cidadãos que optem por participar em organizações da sociedade civil organizada, como foi o caso da COVID-19 e da Ucrânia.
4. A atribuição de um orçamento específico para o desenvolvimento de programas educativos sobre o funcionamento da UE e os seus valores, que poderá propor aos

Estados-Membros que o desejem, para que possam integrá-los nos seus programas curriculares (primário, secundário e universitário). Além disso, poderá ser oferecido um curso específico sobre a UE e o seu funcionamento aos estudantes que pretendam estudar noutro país europeu através do programa Erasmus. Os estudantes que escolherem este curso terão prioridade para beneficiar destes programas Erasmus.

5. Melhorar a estratégia da UE para os meios de comunicação social, aumentando a visibilidade das redes sociais e promovendo ativamente os seus conteúdos; promover a inovação melhorando a acessibilidade da presença da UE nas redes sociais.³⁵

32 Ver recomendação 18 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

33 Ver recomendação 19 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

34 Ver recomendação 19 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

35 Ver Recomendação 25 do PCE4.

23. Proposta: A UE enquanto líder mundial em matéria de paz e segurança

Objectivo: Propomos que a UE continue a agir para promover o diálogo e assegurar a paz e uma ordem internacional assente em regras, reforçando o multilateralismo e baseando-se nas iniciativas de paz de longa data da UE que contribuíram para a atribuição do Prémio Nobel em 2012, reforçando simultaneamente a sua segurança comum, através das seguintes medidas:

Medidas:^{36 37}

1. Forças armadas conjuntas, utilizadas para fins de autodefesa e destinadas a prevenir qualquer ação militar agressiva de qualquer tipo, com capacidade para prestar assistência em tempos de crise, incluindo catástrofes naturais. Fora das fronteiras europeias, podem ser destacados em circunstâncias excecionais, de preferência ao abrigo de um mandato legal do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por conseguinte, em conformidade com o direito internacional,³⁸ sem competirem com a NATO nem a duplicarem e respeitando as várias relações nacionais com a NATO; a este respeito, deve ser realizada uma avaliação das relações da UE com a NATO no contexto do debate sobre a autonomia estratégica da UE.
2. Um papel de liderança na criação da ordem de segurança mundial após a guerra na Ucrânia, com base nas orientações estratégicas da UE recentemente adotadas.

3. A proteção da sua investigação estratégica e das suas capacidades em setores prioritários como o setor espacial, a cibersegurança, o setor médico e o ambiente.³⁹
4. Reforçar as capacidades operacionais necessárias para assegurar a eficácia da cláusula de assistência mútua prevista no artigo 42.o, n.o 7, do Tratado da União Europeia, que garante uma proteção adequada da UE a qualquer Estado-Membro atacado por um país terceiro.
5. Uma reflexão sobre a forma de combater a desinformação e a propaganda de forma objetiva e factual.

36 Com base nos debates do grupo de trabalho e da reunião plenária.

37 Ver alteração 2 do painel/eventos nacionais franceses.

38 Ver a Recomendação 20 do PCE4 e a Recomendação 7 do PCN de Itália, grupo 2, desenvolvidas no grupo de trabalho.

39 Ver alteração 2 do painel de cidadãos nacionais franceses.

24. Proposta: A UE como líder mundial na construção de relações

Objectivo: Propomos que a UE, nas suas relações com países terceiros:

Medidas:

1. Tirar maior partido do seu peso político e económico coletivo, falando a uma só voz e agindo de forma unida, sem que alguns Estados-Membros dividam a União por intervenções bilaterais inadequadas.⁴⁰
2. Reforça a sua capacidade para sancionar Estados, governos, entidades, grupos ou organizações, bem como indivíduos que não respeitem os seus princípios, acordos e leis fundamentais, e assegura que as sanções existentes sejam rapidamente

aplicadas e aplicadas. As sanções impostas a países terceiros devem ser proporcionais à ação que as desencadeou, ser eficazes e aplicadas em tempo útil.⁴¹

3. Promove o comércio sustentável e baseado em regras, abrindo simultaneamente novas oportunidades de comércio e investimento para as empresas europeias. Embora os acordos bilaterais de comércio e investimento sejam essenciais para promover a competitividade europeia, são necessárias normas e regras para

assegurar condições de concorrência equitativas. A UE deve continuar a ser um parceiro ativo e fiável na negociação, celebração e aplicação de acordos comerciais que também estabeleçam normas de sustentabilidade elevadas.

4. Celebra acordos de cooperação internacional fundamentais através da representação da UE e não de países individuais.⁴²
5. Reformar a política comercial e de investimento da UE para relançar o multilateralismo mundial, com os objetivos de criar empregos dignos e proteger os direitos humanos fundamentais, incluindo os direitos laborais e sindicais, preservar o ambiente e a biodiversidade, bem como respeitar o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, assegurar serviços públicos de qualidade e reforçar a base industrial da Europa. A UE deve contribuir para o relançamento do multilateralismo mundial, através de uma reforma profunda baseada na democracia e na paz, na solidariedade e no respeito pelos direitos humanos, sociais e ambientais, bem como no reforço do papel da OIT.
6. Inclui a luta contra o tráfico de seres humanos e a imigração irregular, bem como a cooperação em eventuais operações de regresso, em acordos de cooperação e investimento com países terceiros.
7. Estabelecer parcerias com os países em desenvolvimento para apoiar as suas infraestruturas e ponderar acordos comerciais mutuamente benéficos para os ajudar na sua transição para fontes de energia ecológicas.⁴³
8. Desenvolve uma política mais eficaz e unida em relação a regimes autocráticos e híbridos e desenvolve parcerias com organizações da sociedade civil nestes países.
9. Aumenta os recursos para as missões de observação eleitoral da UE.
10. Oferece uma perspetiva de adesão credível aos países candidatos e potenciais candidatos, a fim de promover a paz e a estabilidade na Europa e trazer prosperidade a milhões de europeus.⁴⁴

40 Ver a Recomendação 24 do PCE4 e a Recomendação 7 do PCN de Itália, grupo 2, desenvolvidas no grupo de trabalho.

41 Ver recomendação 22 do PCE4, elaborada no grupo de trabalho.

42 Ver a Recomendação 1 sobre «A UE no mundo» do Painel de Cidadãos Nacionais Neerlandeses, elaborada no âmbito do Grupo de Trabalho.

43 Ver a plataforma digital e os debates em sessão plenária, desenvolvidos no grupo de trabalho.

44 Ver a plataforma digital, desenvolvida no âmbito do grupo de trabalho.

NOTA: Vários membros do grupo de trabalho consideram que as propostas «Reduzir a dependência da UE em relação a intervenientes estrangeiros no domínio da energia» e «Transparência da UE e das suas relações com os cidadãos», em particular, são da competência de outros grupos de trabalho. Alguns membros desejaram fazer referência, para além da votação por maioria qualificada, a alternativas à unanimidade no Conselho, como a geometria variável, as opções de autoexclusão e a cooperação reforçada. Alguns membros do grupo de trabalho defenderam a utilização do termo «sustentável» em vez de «ética» na proposta «Definir normas dentro e fora da UE nas relações comerciais e de investimento». Existe uma divergência de pontos de vista quanto à questão de saber se a adesão de novos Estados-Membros deve continuar a exigir o acordo unânime de todos os actuais Estados-Membros. Surgiu uma variedade de pontos de vista quanto ao grau desejável de estabelecimento de forças armadas conjuntas. Dois membros referiram a perspetiva de unidade da Irlanda no caso de a Irlanda do Norte votar a favor, em conformidade com as disposições do Acordo de Sexta-Feira Santa, e a necessidade de a UE estar preparada para tal eventualidade.



Valores e direitos, Estado de direito, segurança

25. Proposta: Estado de direito, valores democráticos e identidade europeia

Objectivo: Defender sistematicamente o Estado de direito em todos os Estados-Membros, incluindo:

Medidas:⁴⁵

1. Assegurar que os valores e princípios consagrados nos Tratados da UE e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia não sejam negociáveis e irreversíveis e constituam condições sine qua non para a adesão à União. Os valores da UE devem ser plenamente respeitados em todos os Estados-Membros; devem também funcionar como uma norma internacional e um polo de atração através da diplomacia e do diálogo. O alargamento da União não deve comprometer o acervo da União no que diz respeito aos valores fundamentais e aos direitos dos cidadãos.⁴⁶
2. Tornando os valores europeus uma realidade tangível para os cidadãos da UE, em especial através de uma participação mais interativa e direta. Para o efeito, a cidadania europeia deve ser reforçada, por exemplo, através de um estatuto de cidadão da União com direitos e liberdades específicos dos cidadãos, bem como de um estatuto para as associações europeias transfronteiriças e as organizações sem fins lucrativos. Do mesmo modo, os valores europeus devem ser promovidos através de um «conjunto de ferramentas de integração» com materiais educativos e de informação para os cidadãos. Por último, deve ser criada uma esfera pública europeia que reúna os meios de comunicação audiovisuais e em linha através de novos investimentos da UE, da melhoria das plataformas de comunicação social existentes e de um maior apoio aos mais de 500 Gabinetes de Ligação Europeus locais.⁴⁷
3. É importante que a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia seja universalmente aplicável. Além disso, devem ser organizadas conferências anuais sobre o Estado de direito (na sequência do relatório da Comissão sobre o Estado de direito), que reúnam delegações de todos os Estados-Membros, compostas por cidadãos, funcionários, deputados, autoridades locais, parceiros sociais e sociedade civil, selecionadas de forma aleatória e diversificada. É igualmente necessário um maior apoio às organizações, incluindo as organizações da sociedade civil, que promovem o Estado de direito no terreno.⁴⁸
4. Aplicando eficazmente o Regulamento Condicionalidade, avaliando o âmbito de aplicação do Regulamento Condicionalidade e de outros instrumentos do Estado de direito, bem como ponderando o alargamento do seu âmbito de aplicação a novos domínios, independentemente da sua relevância para o orçamento da UE. Todas as vias jurídicas necessárias, incluindo as alterações ao Tratado, devem ser consideradas para sancionar as violações do Estado de direito.⁴⁹
5. Promover programas educativos e de comunicação social que coloquem os valores da UE no centro do processo de integração dos migrantes e incentivem as interações entre os cidadãos da UE e os migrantes, com o objetivo de permitir a sua integração bem-sucedida nas sociedades da UE e sensibilizar os cidadãos da UE

para as questões relacionadas com a migração.⁵⁰

- 45 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 2 (PCE 2) 10, 11, 14, 30; Painel Nacional de Cidadãos (PCN) belga: 1.3.1, 1.4.2, 1.4.3; PCN alemão: 5.1, 5.2; PCN neerlandeses: 1.2.
- 46 Recomendação 14 do PCE2. Recomendações 1.3.1, 1.4.2 e 1.4.3 do PCN belga e 1.2 do PCN

neerlandês.

- 47 Recomendação 11 do PCE2. Recomendações 5.1 e 5.2 do PCN alemão. Discussão no Grupo de Trabalho.
- 48 Recomendação 11 do PCE2. Discussão no Grupo de Trabalho. Debate em sessão plenária.
- 49 Recomendação 10 do PCE2.
- 50 Recomendação 30 do PCE2.

26. Proposta: Proteção de dados

Objectivo: Assegurar uma política de tratamento de dados mais protetora e convívil para os cidadãos, em especial:

Medidas:⁵¹

1. Aplicar e rever plenamente a legislação em vigor em matéria de proteção de dados, a fim de avaliar a necessidade de reforçar os mecanismos de execução para as entidades que tratam dados pessoais, que são atualmente da competência das autoridades nacionais independentes de proteção de dados, respeitando o princípio da subsidiariedade. Essas entidades devem ser sancionadas de forma mais rigorosa do que no âmbito da atual aplicação das regras, proporcionalmente ao seu volume de negócios anual (até 4 %), ou mesmo através de uma proibição das suas atividades, e ser sujeitas a uma auditoria anual independente.^{52 53}
2. Ao conferir maior efeito ao princípio da privacidade desde a conceção ou por defeito, por exemplo, avaliando e desenvolvendo formulários de consentimento de dados que sejam fáceis de compreender, concisos e intuitivos e indiquem claramente o que é necessário e o que não é. Os utilizadores devem poder dar ou retirar o seu consentimento ao tratamento de dados de forma simples, rápida e permanente.^{54 55}
3. Avaliar e introduzir regras mais claras e mais protetoras sobre o tratamento de dados relativos a menores, possivelmente no RGPD da UE, nomeadamente através da criação de uma categoria especial para os dados sensíveis de menores e da

harmonização da idade mínima de consentimento nos Estados-Membros. Embora a maior parte da aplicação das regras em matéria de privacidade e sensibilização deva continuar a ser da competência dos Estados-Membros, nomeadamente através do aumento do investimento e dos recursos a nível nacional, a União deve também desempenhar um papel mais importante, por exemplo através da criação de competências europeias em matéria de educação cívica em matéria de proteção de dados.⁵⁶

4. Reforçar o cumprimento dos critérios de elegibilidade das autoridades europeias e nacionais de proteção de dados, em termos de qualificações e adequação, a fim de assegurar a máxima independência dos seus membros.^{57 58}

51 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 7, 8, 9; PCN neerlandeses: 1.3, 4.3.

52 Recomendação 7 do PCE2. Discussão no Grupo de Trabalho.

53 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

54 Recomendação 9 do PCE2.

55 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

56 Recomendação 8 do PCE2. Recomendações 1.3 e 4.3 do PCN neerlandês.

57 Recomendações 7 e 8 do PCE2.

27. Proposta: Meios de comunicação social, notícias falsas, desinformação, verificação de factos, cibersegurança

Objectivo: Combater a desinformação através de uma maior promoção da independência e do pluralismo dos meios de comunicação social, bem como da literacia mediática, em especial:

Medidas:⁵⁹

1. Introduzindo legislação para fazer face às ameaças à independência dos meios de comunicação social através de normas mínimas aplicáveis em toda a União, incluindo uma revisão do modelo de negócio dos meios de comunicação social para assegurar a integridade e a independência do mercado europeu dos meios de comunicação social.⁶⁰
2. Aplicando rigorosamente as regras de concorrência da UE no setor dos meios de comunicação social, a fim de evitar a criação de grandes monopólios dos meios de comunicação social e assegurar o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social face a interferências indesejadas das esferas política, empresarial e/ou estrangeira. Deve também ser incentivado o jornalismo de qualidade com normas éticas e de autorregulação reconhecidas e elevadas.⁶¹
3. Criação de um organismo da UE para combater a desinformação e a ingerência direcionadas, melhorar o conhecimento da situação e reforçar as organizações de verificação de factos e os meios de comunicação social independentes. Os «números de emergência» e os sítios Web, como o Europe Direct, que permitem aos cidadãos e aos meios de comunicação social nacionais solicitar e receber informações verificadas sobre as estratégias e políticas da UE, devem também ser apoiados e promovidos de forma mais ativa.^{62 63}
4. Incentivar a literacia mediática e sensibilizar os cidadãos para a desinformação e a

58 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

propagação não intencional de infox, nomeadamente através do ensino obrigatório. Os Estados-Membros devem também ser incentivados a afetar recursos humanos e financeiros adequados para o efeito.⁶⁴

5. Com base nas iniciativas existentes, como o Código de Conduta sobre Desinformação e o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO), obrigar as plataformas em linha a publicar informações claras sobre os algoritmos que utilizam (com ou sem o consentimento dos utilizadores) e sobre os riscos de desinformação a que os utilizadores estão expostos, salvaguardando simultaneamente o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade.^{65 66}

59 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 5, 12, 13, 17, 28; PCN belga: 1.5.1, 2.1.1 a 2.4.3; PCN neerlandeses: 3.1.

60 Recomendação 5 do PCE2. Recomendação 2.1.1 do PCN belga. Recomendação 3.1 do PCN neerlandês.

61 Recomendação 12 do PCE2. Recomendação 2.1.4 do PCN belga.

62 Recomendações 17 e 28 do PCE2. Recomendações 1.5.1, 2.1.3, 2.2.1 e 2.2.2 do PCN belga.

63 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

64 Recomendações 5 e 28 do PCE2. Recomendações 2.3.2 e 2.3.3 do PCN belga.

65 Recomendação 28 do PCE2. Recomendações 2.3.1, 2.4.1 e 2.4.2 do PCN belga.

66 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

28. Proposta: Meios de comunicação social, notícias falsas, desinformação, verificação de factos, cibersegurança (bis)

Objectivo: Reforçar o papel da UE na luta contra as ameaças à cibersegurança, nomeadamente:

Medidas:

1. Reforçar a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), a fim de proteger melhor as pessoas, as organizações e as instituições contra violações da cibersegurança e a utilização da inteligência artificial para fins criminosos. Ao mesmo tempo, a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais devem ser preservadas.^{67 68}
2. Melhorar a coordenação das autoridades nacionais de cibersegurança e envidar esforços adicionais para assegurar a aplicação efetiva das regras da União a nível nacional.^{69 70}

67 Recomendação 13 do PCE2.

68 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

69 Recomendação 13 do PCE2.

70 Esta questão foi igualmente debatida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.

29. Proposta: Luta contra a discriminação, a igualdade e a qualidade de vida

OBJETIVO: Tomar medidas para harmonizar as condições de vida em toda a União e melhorar a qualidade de vida socioeconómica dos seus cidadãos, nomeadamente:

Medidas:⁷¹

1. Desenvolver indicadores transparentes da qualidade de vida, incluindo critérios económicos, sociais e do Estado de direito, em consulta com peritos e parceiros sociais, a fim de estabelecer um calendário claro e realista para o reforço das normas sociais e a criação de uma estrutura socioeconómica comum da União, nomeadamente através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Estas medidas devem ser integradas no quadro de governação económica e no processo do Semestre Europeu.^{72 73}
2. Aumentar e facilitar o investimento público direto na saúde, na educação, nas infraestruturas físicas e nos cuidados aos idosos e às pessoas com deficiência. Os investimentos adicionais devem também ter por objetivo assegurar um equilíbrio satisfatório entre a vida profissional e a vida privada dos cidadãos. Esses investimentos devem ser realizados de forma totalmente transparente, de modo a permitir o acompanhamento de todo o processo.⁷⁴
3. Incentivando a tributação das grandes empresas, lutando contra o acesso aos paraísos fiscais e abolindo a sua existência na UE, com vista a aumentar o investimento público em domínios prioritários como a educação (bolsas de estudo, Erasmus) e a investigação. A luta contra a elisão fiscal a nível da UE deve também ser um meio de angariar fundos para iniciativas financiadas por fundos públicos.^{75 76}
4. Estabelecer critérios à escala da UE para combater a discriminação no mercado de trabalho e incentivar a contratação pelas empresas privadas das pessoas geralmente mais afetadas pela discriminação (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres e as pessoas pertencentes a minorias), nomeadamente através de subsídios e, numa segunda fase, através de quotas temporárias. Os parceiros sociais devem ser estreitamente associados a estes esforços. A discriminação fora do mercado

de trabalho também deve ser proibida por lei e a igualdade deve ser incentivada.⁷⁷

5. Assegurar a criação e a facilitação de jardins de infância públicos e privados a preços acessíveis e de estruturas gratuitas de acolhimento de crianças para as pessoas necessitadas.⁷⁸

71 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 1, 2, 21, 22, 23; PCN neerlandeses: 1.1.

72 Recomendação 22 do PCE2. Discussão no Grupo de Trabalho.

73 Questão igualmente analisada pelo Grupo de Trabalho sobre Uma Economia Mais Forte, Justiça Social e Emprego.

74 Recomendação 21 do PCE2. Recomendação 1.1 do PCN neerlandês.

75 Recomendação 23 do PCE2.

76 Questão igualmente analisada pelo Grupo de Trabalho sobre Uma Economia Mais Forte, Justiça Social e Emprego.

77 Recomendação 1 do PCE2. Discussão no Grupo de Trabalho.

78 Recomendação 2 do PCE2. Discussão no Grupo de Trabalho.

30. Proposta: Direitos dos animais, agricultura

Objectivo: Tomar medidas decisivas para promover e assegurar uma agricultura mais ecológica e respeitadora do clima, nomeadamente:

Medidas:⁷⁹

1. Estabelecendo critérios mínimos pormenorizados, mensuráveis e calendarizados para a proteção dos animais de criação, com o objetivo de assegurar normas mais rigorosas em matéria de bem-estar dos animais, em consonância com a introdução de objetivos de sustentabilidade e com base numa abordagem integrada do sistema alimentar.^{80 81}
2. Introduzindo sanções financeiras para os efeitos negativos induzidos pela atividade agrícola (por exemplo, emissões de gases com efeito de estufa, utilização de pesticidas, consumo excessivo de água, transporte de longa distância, etc.) em função do seu impacto no ambiente. Os produtos agrícolas importados para a União deverão também ser avaliados nessa base, nomeadamente através de direitos aduaneiros, a fim de eliminar qualquer vantagem competitiva decorrente de normas ambientais menos exigentes.⁸²

3. Reduzindo os subsídios à produção agrícola em massa quando esta não contribui para uma transição sustentável e redirecionando estes recursos para apoiar uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental, assegurando simultaneamente a acessibilidade dos preços dos produtos alimentares.^{83 84}

79 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 3, 4, 6.

80 Recomendação 3 do PCE2.

81 Questão igualmente analisada pelo Grupo de Trabalho sobre as Alterações Climáticas e o Ambiente.

82 Recomendação 4 do PCE2.

83 Recomendação 6 do PCE2.

84 Questão igualmente analisada pelo Grupo de Trabalho sobre as Alterações Climáticas e o Ambiente.



"Transformação digital"

A Europa deve estar na vanguarda mundial e definir as normas para a transformação digital, bem como traçar um caminho europeu rumo a uma sociedade ética, centrada no ser humano, transparente e segura. A Europa tem de adotar uma abordagem ambiciosa e tirar pleno partido das oportunidades oferecidas pela digitalização, gerindo simultaneamente os riscos e os desafios por ela colocados. A digitalização diz respeito a todos os domínios da nossa sociedade e deve ser sistematicamente tida em conta. A este respeito, foi feita referência à Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital e sugeriu-se que se ponderasse o possível desenvolvimento futuro de uma Carta de Direitos Digital.

A agressão russa contra a Ucrânia confirma apenas muitos dos elementos abordados nas propostas, como a necessidade de soberania digital, uma maior atenção à ciberdefesa e a proteção contra a desinformação. Também prova que os conflitos contemporâneos têm consequências na esfera digital e levanta novas questões, como as consequências a longo prazo do uso indevido de informações pessoais e a utilização ilegítima desses dados no futuro.

31. Proposta: Acesso a infraestruturas digitais

Objectivo: A igualdade de acesso à Internet é um direito fundamental de todos os cidadãos europeus. Propomos que todos na Europa tenham acesso efetivo à Internet e aos serviços digitais e que a soberania da infraestrutura digital da UE seja reforçada, aplicando as seguintes medidas:

Medidas:⁸⁵

1. Investir em infraestruturas digitais europeias inovadoras e de elevada qualidade (incluindo o desenvolvimento das redes 5G e 6G na Europa) (Recomendações 40 e 47 dos PCE 1 e 1 do PCN neerlandês).
2. Assegurar um acesso rápido, a preços acessíveis, seguro e estável à Internet em toda a União, incluindo a itinerância, dando prioridade ao estabelecimento de ligações à Internet em «zonas brancas/mortas», zonas rurais e zonas remotas e periféricas, a fim de colmatar o fosso digital entre os Estados-Membros e no interior dos mesmos e assegurar que ninguém seja deixado para trás (Recomendações 17 e 47 dos PCE 1 e 1 do PCN neerlandês).
3. Promover a implantação de infraestruturas digitais e elétricas em espaços públicos e privados que permitam a utilização de

veículos elétricos e autónomos (debate no Grupo de Trabalho).⁸⁶

4. Tomar medidas para assegurar uma concorrência leal e aberta e evitar monopólios, dependência de fornecedores, concentração de dados e dependência de países terceiros em matéria de infraestruturas e serviços; Melhorar os mercados do ponto de vista dos consumidores (Recomendação 17 do PCE 1).
5. Tornar as crianças, as famílias, os idosos e os grupos vulneráveis uma prioridade no acesso à Internet e ao equipamento informático, incluindo o acesso à educação, aos serviços públicos e à saúde (Recomendação 17 do PCE1 e debate do grupo de trabalho).
6. Melhorar o acesso digital, em plena acessibilidade, a serviços públicos e privados essenciais para os cidadãos e as

empresas, por exemplo, procedimentos administrativos, e assegurar o acesso e o apoio a todos esses serviços, por exemplo, através de serviços de apoio (debate no grupo de trabalho, plataforma digital multilingue).

7. Harmonizar normas digitais de elevada qualidade e melhorar a mobilidade segura dos dados para facilitar a interoperabilidade transfronteiras (debate no grupo de trabalho, plataforma digital multilingue).
8. Refletir sobre os impactos ambientais das infraestruturas digitais e da digitalização, a

fim de tornar a transformação digital sustentável e avançar para uma sociedade digital ecológica (debate no grupo de trabalho, plataforma digital multilingue).

- 85 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Paineis de Cidadãos Europeus 1 (PCE 1): 17, 40, 47; Paineis de Cidadãos Nacional Neerlandês (PCN) n.º 1.
- 86 Ver ligação para a Recomendação 38 do PCE3, no que diz respeito às infraestruturas para veículos elétricos.

32. Proposta: Conhecimentos e competências digitais que capacitam as pessoas

Objectivo: Propomos que a UE assegure que todos os cidadãos europeus possam beneficiar da digitalização, capacitando-os para adquirir as competências e oportunidades digitais necessárias, aplicando as seguintes medidas:

Medidas:⁸⁷

1. Assegurar o acesso à formação e à educação, nomeadamente a nível escolar, formal e não formal, às competências e aos conhecimentos digitais ao longo da vida, com base nas iniciativas existentes a nível europeu, prestando especial atenção à inclusão das pessoas pertencentes a grupos vulneráveis e dos idosos, bem como ao reforço das competências digitais das crianças de uma forma compatível com o seu bom desenvolvimento e à luta contra as desigualdades digitais, incluindo o fosso digital entre homens e mulheres (Recomendação 8 do PCE, Recomendação 5.2 do PCN italiano e debate do grupo de trabalho).
2. Assegurar uma utilização inteligente da Internet, incentivando os Estados-Membros a introduzirem formação em competências digitais para todos os grupos etários, com programas e conteúdos harmonizados a nível europeu, nomeadamente sobre os riscos e as oportunidades da Internet, os direitos em linha dos utilizadores e a netiqueta (Recomendação 47 do PCE 1 e debate do grupo de trabalho).
3. Tomar todas as medidas necessárias para garantir que a digitalização da sociedade não exclua os idosos e que a tecnologia lhes seja acessível, incentivando programas e iniciativas neste domínio, como cursos adaptados às suas necessidades. Ao mesmo tempo, importa assegurar que os serviços essenciais também sejam acessíveis presencialmente e de forma não digital (Recomendações 34 e 47 do PCE 1).
4. Introduzir uma certificação europeia de competências digitais nas escolas que prepare os jovens para o futuro mercado de trabalho (Recomendação 8 do PCE 1).
5. Implementar iniciativas de formação coordenadas a nível da UE com vista à requalificação e à melhoria das competências dos trabalhadores para se manterem competitivos no mercado de trabalho, tendo igualmente em conta, e sobretudo, as competências e qualificações necessárias nas pequenas e médias empresas, bem como com vista à formação de especialistas digitais (Recomendação 8 do PCE 1 e debate do grupo de trabalho).
6. Promover as plataformas digitais existentes que ligam os cidadãos aos empregadores e os ajudam a encontrar emprego na UE,

como a EURES (Recomendação 8 do PCE 1).

7. Aumentar os investimentos e os esforços para impulsionar a digitalização da educação, incluindo o ensino superior

(debate no grupo de trabalho/plataforma digital multilíngue).

- 87 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE 1): 8, 34 e 47; Painel Nacional de Cidadãos (PCN) italiano 5.2.

33. Proposta: Uma sociedade digital segura e fiável – cibersegurança e desinformação

Objectivo: Propomos que, a fim de criar uma sociedade digital segura, resiliente e fiável, a UE assegure a aplicação rápida e eficaz da legislação em vigor e disponha de mais poderes para reforçar a cibersegurança, combater os conteúdos ilegais e a cibercriminalidade, combater as ciberameaças de intervenientes não estatais e de Estados autoritários e fazer face às suas consequências, bem como combater a desinformação, aplicando as seguintes medidas:

Medidas:⁸⁸

1. Reforçar a capacidade da Europol/Centro Europeu da Cibercriminalidade em termos de recursos financeiros e humanos, a fim de permitir uma abordagem mais proativa da luta contra a cibercriminalidade e reforçar as capacidades europeias comuns de ciberdefesa contra ataques em grande escala, nomeadamente através de uma melhor cooperação (Recomendação 39 do PCE, Recomendação 2.6 do PCN lituano e Recomendação 1 do PCN neerlandês e debate do grupo de trabalho).
2. Tomar as medidas necessárias para estar preparado para ataques em grande escala e perturbações dos serviços e para poder ultrapassá-los rapidamente, por exemplo, assegurando infraestruturas resilientes e canais de comunicação alternativos (debate no grupo de trabalho).
3. Assegurar sanções semelhantes e a sua aplicação rápida e eficaz nos Estados-Membros em caso de cibercriminalidade através de uma melhor coordenação dos centros e autoridades de cibersegurança locais, regionais e nacionais (Recomendação 39 do PCE 1).
4. Melhorar o conhecimento digital e o pensamento crítico como meio de combater a desinformação, as ameaças em linha e o discurso de ódio, bem como as interfaces

falsas e os preços preferenciais (debate no grupo de trabalho).

5. Combater a desinformação através da adoção de legislação e orientações que assegurem que as plataformas em linha e as empresas de redes sociais abordam as suas vulnerabilidades de desinformação e aplicam medidas de transparência, incluindo, por exemplo, algoritmos baseados na inteligência artificial que possam destacar a fiabilidade das informações nas redes sociais e nos novos meios de comunicação social, fornecendo ao utilizador fontes de informação verificadas. Quando são utilizados algoritmos, o controlo final nos processos de tomada de decisão deve ser da responsabilidade dos seres humanos (Recomendação 46 do PCE1 e debate do grupo de trabalho).
6. Apoiar plataformas digitais que contribuam para o pluralismo dos meios de comunicação social e disponibilizem recursos e iniciativas para avaliar a fiabilidade e a imparcialidade das informações provenientes dos meios de comunicação social tradicionais (televisão, imprensa, rádio) e de outros meios de comunicação social, no pleno respeito do princípio da liberdade dos meios de comunicação social, e para fornecer aos cidadãos informações sobre a qualidade da informação (Recomendação 46 do PCE 1).

88 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Recomendações n.os 39 e 46 do Painel de

Cidadãos Europeus n.o 1 (PCE 1) e recomendações n.o 2.6 do Painel de Cidadãos Nacional (PCN) da Lituânia e n.o 1 do PCN dos Países Baixos.

34. Proposta: Uma sociedade digital segura e fiável – proteção de dados

Objectivo: Apoiamos a soberania dos dados das pessoas, uma melhor sensibilização e uma aplicação e execução mais eficazes das regras em vigor em matéria de proteção de dados (RGPD), a fim de reforçar o controlo das pessoas sobre os seus dados e limitar a utilização abusiva de dados, aplicando as seguintes medidas:

Medidas:⁸⁹

1. Explicar melhor as regras em matéria de proteção de dados (RGPD), aumentar a transparência e melhorar a comunicação, desenvolvendo princípios orientadores para textos de consentimento informado que utilizem uma linguagem simples, clara e compreensível para todos, incluindo uma apresentação mais visual para consentir na utilização de dados, acompanhada de uma campanha de informação, bem como assegurar que os responsáveis pelo tratamento de dados possuem as competências necessárias e aconselham as pessoas que necessitam de assistência (Recomendações 42 e 45 dos PCE 1 e 2 do PCN neerlandês).
2. Assegurar a aplicação da atual proibição de consentimento por defeito para a reutilização ou revenda de dados (Recomendação 42 do PCE 1).
3. Assegurar que os pedidos dos utilizadores de eliminação definitiva de dados são satisfeitos dentro de um prazo especificado (Recomendação 42 do PCE 1).
4. Fornecer aos utilizadores informações claras e concisas sobre como e por quem os dados serão utilizados (Recomendação 42 do PCE 1)
5. Assegurar que as empresas de países terceiros cumprem as regras da UE em matéria de proteção de dados (Recomendações 42 e 43 do PCE 1).
6. O incentivo à criação de um sistema de certificação a nível da União que certifique a conformidade com o RGPD de forma acessível, clara e simples é visível nos sítios Web e nas plataformas e deve ser emitido por um certificador independente a nível europeu. Tal não deve constituir um encargo desproporcionado para as pequenas e médias empresas (Recomendação 44 do PCE1 e debate do grupo de trabalho).
7. Assegurar uma assistência eficaz e atempada aos cidadãos que tenham dificuldades em opor-se ao tratamento dos seus dados ou em retirar o seu consentimento. Para o efeito, é necessário, a nível europeu, definir melhor o comportamento intrusivo e desenvolver princípios orientadores e mecanismos que permitam aos cidadãos opor-se ao tratamento dos seus dados e obter o seu apagamento, bem como identificar e sancionar os autores de fraudes (Recomendação 43 do PCE 1 e debate do grupo de trabalho).
8. Prever sanções, incluindo uma multa proporcional ao volume de negócios das empresas e limitações às suas atividades, por exemplo, proibições temporárias ou definitivas de tratamento indesejado de dados, e ajudar a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e as agências nacionais a assegurar a sua aplicação (Recomendações 42 e 43 do PCE 1 e debate do grupo de trabalho).

89 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Recomendações 42, 43, 44 e 45 do Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE 1) e Recomendação 2 do Painel de Cidadãos Nacional (PCN) dos

35. Proposta: Inovação digital para reforçar a economia social e sustentável

Objectivo: Propomos que a UE promova medidas de digitalização que reforcem a economia e o mercado único de forma justa e sustentável, tornem a Europa mais competitiva em termos de tecnologia e inovação, melhorem o mercado único digital para empresas de todas as dimensões e coloquem a Europa na vanguarda mundial da transformação digital e da digitalização centrada no ser humano, aplicando as seguintes medidas:

Medidas:⁹⁰

1. Introduzir ou reforçar a legislação em vigor em matéria de «trabalho móvel (centrado no ser humano), tendo em conta o seu impacto na saúde física e mental dos trabalhadores, por exemplo, assegurando o direito a desligar. Uma abordagem «centrada no ser humano» pressupõe o princípio do «controlo humano» (Recomendação 7 do PCE 1 e debate do grupo de trabalho).⁹¹
2. legislar a nível da UE para incentivar as empresas a serem socialmente responsáveis e a manterem «empregos móveis» de elevada qualidade na Europa, evitando assim a deslocalização destes postos de trabalho para países com custos mais baixos. Os incentivos podem ser de natureza financeira e/ou afetar a imagem da empresa e devem ter em conta critérios ambientais, sociais e de governação (ASG) internacionalmente reconhecidos. Para o efeito, a UE deve criar um grupo de trabalho composto por peritos de todas as partes interessadas para rever e reforçar esta legislação (Recomendação 7 do PCE 1).
3. Assegurar o controlo humano dos processos de tomada de decisão utilizando a inteligência artificial no local de trabalho e a transparência dos algoritmos utilizados; ter em conta os efeitos nocivos da vigilância digital ilimitada no local de trabalho; informar e consultar os trabalhadores antes da introdução das tecnologias digitais que afetam as condições de trabalho; assegurar que as novas formas de emprego, como o trabalho nas plataformas digitais, estão em consonância com os direitos dos trabalhadores e oferecem condições de trabalho adequadas (debate no grupo de trabalho).
4. Tomar iniciativas para ajudar a apoiar o trabalho à distância, por exemplo, criando espaços de escritórios com acesso a uma ligação rápida e fiável à Internet, organizando formação digital e disponibilizando recursos para equipamento ergonómico para trabalhar a partir de casa (Recomendação 17 do PCE 1 e debate do grupo de trabalho).
5. Criar um painel de avaliação digital acessível ao público, que crie um sistema de classificação que mostre e compare o atual nível de digitalização das empresas da UE (PCN alemão).
6. Construir uma economia digital forte e competitiva e partilhar equitativamente os benefícios da transformação digital em toda a Europa, centrando-se na tecnologia e na inovação como motores do crescimento, promovendo a investigação de ponta orientada para a transformação, bem como proporcionando espaço para ecossistemas de inovação em todas as regiões, melhorando o ambiente operacional para as PME e as empresas em fase de arranque e o acesso equitativo ao financiamento e eliminando os encargos legais ou outros que dificultam as atividades transfronteiriças (Recomendação 1.3 do PCN italiano, debate do grupo de trabalho e plataforma digital multilingue). Criação de uma infraestrutura de dados baseada nos valores europeus; aplicar os princípios da «prioridade ao digital» e da «transmissão única de informações» e facilitar o acesso digital e seguro aos dados para a inovação e as empresas; incentivar a digitalização dos serviços públicos (debate no grupo de trabalho e plataforma digital multilingue). Tirar pleno partido do potencial da utilização fiável e responsável da inteligência artificial e tirar partido do potencial da tecnologia de

cadeia de blocos e dos serviços de computação em nuvem, definindo salvaguardas e normas que garantam a transparência e a interoperabilidade, criem confiança, facilitem a utilização e excluam algoritmos discriminatórios ou tendenciosos (debate no grupo de trabalho e na plataforma digital multilingue).

9. Promover o FOSS, a sua utilização na educação e na formação e o livre acesso à investigação e ao software financiados por fundos públicos (debate do grupo de trabalho e plataforma digital multilingue).
10. Introduzir uma identidade digital europeia comum para facilitar as transações e os serviços digitais transfronteiras, através de um quadro de normas e princípios orientadores europeus que proporcionem as salvaguardas necessárias (debate no

grupo de trabalho e plataforma digital multilingue).

11. Avaliar se seria possível digitalizar a informação sobre os consumidores e os produtos alimentares através de uma aplicação europeia normalizada que permitisse o acesso à informação de uma forma mais convivial e fornecesse informações adicionais sobre os produtos e a cadeia de produção (Recomendação 16 do PCE 1).

90 Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus n.o 1 (PCE 1), n.os 7, 16 e 17 e painéis de cidadãos nacionais (PCN) da Alemanha e da Itália n.o 1.3.

- 91 A debater no âmbito das propostas do Grupo de Trabalho para uma Economia mais Forte.



"Democracia europeia"

36. Proposta: Informação aos cidadãos, participação e juventude

Objectivo: Aumentar a participação dos cidadãos e a participação dos jovens na democracia a nível da UE, a fim de criar uma «experiência cidadã completa» para os europeus; Assegurar que os seus pontos de vista sejam tidos em conta, incluindo fora dos períodos eleitorais, e que a sua participação seja genuína. Por conseguinte, é necessário determinar qual a forma de participação mais adequada para cada tema, por exemplo:

1. Desenvolver novos mecanismos de participação dos cidadãos e tornar os já existentes mais eficazes, em conformidade com o acervo europeu, melhorando simultaneamente a comunicação sobre todos estes mecanismos. Idealmente, todas as informações sobre os espaços participativos devem ser resumidas⁹² num sítio Web oficial abrangente com várias funcionalidades.⁹³ Deve ser desenvolvido um mecanismo para acompanhar as iniciativas políticas e legislativas decorrentes dos processos de democracia participativa.⁹⁴ Os mecanismos participativos devem chegar a toda a população, a fim de alcançar uma variedade de públicos. Deve-se prestar atenção ao conteúdo, tópicos e habilidades dos moderadores. Esses mecanismos devem basear-se numa análise dos efeitos das medidas em questão, em especial para as mulheres e as pessoas vulneráveis.⁹⁵
2. Aumentar a frequência das interações em linha e fora de linha entre as instituições da UE e os cidadãos através de vários meios, a fim de assegurar que os cidadãos possam participar no processo de elaboração de políticas da UE, expressar os seus pontos de vista e obter reações, e elaborar uma Carta sobre a Participação dos Cidadãos para os funcionários da UE.⁹⁶
3. Propor uma plataforma digital de fácil utilização em que os cidadãos – e, em especial, os jovens – possam partilhar as suas ideias, fazer perguntas aos representantes das instituições europeias e expressar os seus pontos de vista sobre questões europeias importantes, bem como sobre propostas legislativas. Deverá igualmente prever-se a possibilidade de organizar inquéritos em linha nessa plataforma.⁹⁷
4. Melhorar e harmonizar os mecanismos existentes a nível europeu, nacional e local, a fim de os tornar mais seguros, mais acessíveis, mais visíveis e mais inclusivos.⁹⁸
5. Envolvendo as organizações da sociedade civil, as autoridades regionais e locais e os organismos existentes, como o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e o Comité das Regiões (CR),⁹⁹ nos processos de participação dos cidadãos.¹⁰⁰
6. Através da criação de um sistema de conselheiros locais da UE, a fim de aproximar as instituições europeias dos cidadãos europeus.¹⁰¹
7. Convocando periodicamente assembleias de cidadãos, numa base juridicamente vinculativa do direito da União. Os participantes serão sorteados de acordo com critérios de representatividade e a participação será fortemente incentivada. Se necessário, os especialistas fornecerão aos membros da assembleia informações relevantes para as suas deliberações. Se as instituições não tiverem em conta as conclusões dessas assembleias, devem fundamentar a sua decisão.¹⁰² É importante

que os representantes eleitos consultem os cidadãos e a sociedade civil antes de tomarem decisões políticas e tenham em conta os seus contributos. A União Europeia assenta na democracia representativa: Nas eleições europeias, os cidadãos enviam uma mensagem clara aos seus representantes e falam indiretamente sobre as políticas da UE.¹⁰³

8. prestação de apoio estrutural reforçado, financeiro ou não, à sociedade civil, em especial aos jovens, e às autoridades locais para a criação de conselhos locais de juventude;¹⁰⁴ a participação da sociedade civil e dos parceiros sociais poderia ser um pilar de pleno direito do Plano de Ação para a Democracia Europeia e uma estratégia específica poderia ser dedicada à sociedade civil.¹⁰⁵
9. Estabelecer um «controlo da legislação para os jovens», que incluiria uma avaliação de impacto e um mecanismo de consulta dos representantes da juventude, sempre que a legislação seja suscetível de ter impacto nos jovens.¹⁰⁶

10. Reforçar a cooperação entre os legisladores da UE e as organizações da sociedade civil, a fim de tirar partido das suas ligações entre os decisores e os cidadãos.¹⁰⁷

11. Resumir os pontos sobre a participação dos cidadãos numa Carta Europeia do Contributo dos Cidadãos para os Assuntos Europeus.

92 Alterações 3A e 3B do Grupo de Trabalho (GT).

93 Recomendações 32 e 37 do Painel de Cidadãos Europeus 2 (PCE 2); Painéis nacionais BE, FR e NL.

94 Painel nacional FR.

95 Alteração n.º 8 do GT, formulação mais concisa.

96 Recomendação 29 2 do PCE.

97 Recomendações 19 e 32 do PCE2; Painéis nacionais BE e FR e representantes DK de eventos nacionais.

98 Painel nacional BE.

99 Alteração n.º 7B do GT.

100 Painel nacional BE.

101 Relatório final da Kantar, p. 85.

102 Recomendação 39 do PCE2; N.º 3 do Painel Nacional BE.

103 Alteração n.º 10-A do GT, redação mais concisa.

104 DK representante de eventos nacionais.

105 Alteração n.º 54C do GT.

106 DK representante de eventos nacionais.

107 DK representante de eventos nacionais.

37. Proposta: Informação aos cidadãos, participação e juventude (a)

Objectivo: Tornar a União Europeia mais compreensível e acessível; reforçar a identidade europeia comum, em especial:

1. ¹⁰⁸Assegurar um nível mínimo de ensino sobre a União Europeia, em especial sobre os seus processos democráticos, sem negligenciar a história da integração europeia e da cidadania europeia. As pessoas de todas as idades devem poder

beneficiar desses programas, que devem ser concebidos de forma atrativa e adequada à idade, por exemplo, desenvolvendo programas curriculares e materiais didáticos específicos para as crianças, as escolas¹⁰⁹ e as organizações

da sociedade civil ativas na educação não formal.¹¹⁰

2. Assegurando, de forma inclusiva, que todos os cidadãos tenham fácil acesso a informações fiáveis sobre a União. As instituições europeias devem utilizar uma linguagem mais acessível e evitar utilizar jargão burocrático nas suas comunicações, mantendo simultaneamente a qualidade e o nível técnico das informações prestadas, e adaptar as informações aos diferentes canais de comunicação e perfis de destinatários.¹¹¹ Devem ponderar, por exemplo, a criação de uma aplicação móvel que apresente informações sobre as políticas da União numa linguagem clara.¹¹² Devem ser envidados esforços especiais para chegar aos jovens nas redes sociais, mas também através de movimentos de jovens e de vários «embaixadores» (organizações e indivíduos) que expliquem¹¹³ o projeto europeu.¹¹⁴
3. Aumentar a utilização da inteligência artificial e das tecnologias de tradução automática para superar¹¹⁵ a barreira linguística,¹¹⁶ assegurando que todas as ferramentas digitais sejam acessíveis às pessoas com deficiência¹¹⁷ e fáceis de utilizar.
4. Defender e apoiar a liberdade, o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social e incentivar os meios de comunicação social, incluindo os organismos públicos de radiodifusão, as agências noticiosas públicas e os meios de comunicação social europeus, a cobrirem os assuntos europeus de forma mais regular, respeitando simultaneamente a sua liberdade e independência, de modo a que essa cobertura seja regular e abrangente em todos os Estados-Membros da UE,¹¹⁸ intensificando os esforços para combater a desinformação e a ingerência estrangeira e protegendo os jornalistas.¹¹⁹
5. Aproximar a Europa dos cidadãos através do reforço dos¹²⁰ pontos de contacto locais e dos polos especializados («Casas da Europa»), que ofereceriam recursos, informações e aconselhamento aos cidadãos sobre questões europeias, ouviriam as suas preocupações e debateriam com as associações, a fim de ajudar a trazer os pontos de vista dos cidadãos de volta ao nível europeu.¹²¹
6. Tomando novas medidas para reforçar uma identidade comum entre os europeus, por exemplo através de um fundo da UE que incentive interações em linha e fora de linha (como programas de intercâmbio, painéis ou reuniões) de duração variável entre os cidadãos da UE, organizando eventos desportivos europeus, criando equipas conjuntas ou tornando 9 de maio (Dia da Europa) um feriado público adicional¹²² para todos os cidadãos europeus.¹²³

108 Alteração n.º 15A do GT, redação de compromisso.

109 Recomendações 24, 36 e 38 do PCE2; Painel Nacional BE.

110 Alteração n.º 16C do GT.

111 Recomendação 33 do PCE2; Painéis nacionais BE, FR e NL.

112 Recomendação 26 2 do PCE.

113 Alteração n.º 17 do GT.

114 Painel nacional BE.

115 Alteração n.º 18-A do GT.

116 Recomendação 25 do PCE2.

117 Alteração n.º 18B do GT.

118 Recomendação 31 do PCE2; Painéis nacionais BE e NL.

119 Alterações do GT n.º 19-A, reformuladas para produzir um texto mais adequado.

120 Alteração 21 do GT, compromisso.

121 Painéis nacionais BE e FR.

122 Alteração n.º 23B do GT.

38. Proposta: Democracia e eleições

Objectivo: Reforçar a democracia europeia através do reforço das suas bases, incentivar os cidadãos a participar nas eleições europeias, promover debates transnacionais sobre questões europeias e assegurar uma forte ligação entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, nomeadamente:

1. Assegurar a salvaguarda dos valores europeus consagrados nos Tratados, incluindo o Estado de direito e um modelo social sólido,¹²⁴ que constituem o cerne da democracia europeia. Nas suas relações com o resto do mundo, a UE deve dar prioridade aos valores democráticos comuns nos países fronteiriços. Só depois de atingir este objetivo poderá tornar-se embaixadora do nosso modelo democrático em países que tenham a capacidade e a vontade de o alcançar, através da diplomacia e do diálogo.¹²⁵
 2. Introduzindo a possibilidade de convocar um referendo em toda a União, por iniciativa do Parlamento Europeu, a título excecional, se um tema se revelar particularmente importante para todos os cidadãos europeus.¹²⁶
 3. Alterando a lei eleitoral da União Europeia a fim de harmonizar as disposições relativas às eleições europeias (idade da maioria eleitoral, data das eleições, requisitos aplicáveis às circunscrições eleitorais, aos candidatos, aos partidos políticos e respetivo financiamento), bem como avançando para listas pan-europeias ou transnacionais^x que incluam candidatos de diferentes Estados-Membros, após ter em conta¹²⁷ os pontos de vista expressos pelos cidadãos dos Estados-Membros sobre esta questão.¹²⁸
- Alguns deputados ao Parlamento Europeu deveriam ser eleitos em listas pan-europeias, enquanto outros seriam escolhidos a nível dos Estados-Membros.¹²⁹
 - A reforma deve também ter por objetivo facilitar as modalidades de votação digital¹³⁰ e assegurar o direito efetivo de voto das pessoas com deficiência.¹³¹
 - 4. Ao reforçar os laços entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, tendo em conta as especificidades nacionais: os cidadãos querem sentir que os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados nacionais estão próximos deles e respondem às suas preocupações com medidas específicas.¹³² Este é um problema universal e as pessoas de todas as idades devem envolver-se.¹³³
 - Os cidadãos europeus devem ter mais peso na eleição do Presidente da Comissão. Tal poderá ser alcançado através da eleição direta do Presidente da Comissão¹³⁴ ou através do sistema de candidatos cabeças de lista.^{x1}

XI Posição do Parlamento: o líder do partido político europeu com o maior número de votos nas eleições europeias e o apoio da maioria dos deputados ao Parlamento Europeu devem ser eleitos presidentes da Comissão Europeia. Caso não surja uma maioria baseada na coligação, a posição deve voltar ao topo seguinte da lista. Para o efeito, os partidos políticos europeus poderiam nomear candidatos à Presidência da Comissão. Paulo Rangel: a fim de reforçar o processo dos candidatos cabeças de lista, os papéis do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu devem ser invertidos, o que implica alterações ao Tratado: o Presidente da Comissão será proposto pelo Parlamento e aprovado pelo Conselho Europeu. MNP (relatório final Kantar: “um grupo de contributos trata da eleição do Presidente da Comissão e da nomeação dos Comissários, incluindo o sistema de candidatos cabeças de lista.”) EYE, p. 23: Os candidatos ao cargo de Presidente da Comissão não devem ser eleitos em negociações de bastidores entre os partidos vencedores.

X Os representantes da Comissão Europeia explicaram que seria necessário um período de transição para evitar uma evolução demasiado abrupta.

- O Parlamento Europeu deve ter o direito de iniciativa legislativa para propor temas¹³⁵ para debate e, em seguida, adotar os textos necessários para dar seguimento às recomendações resultantes das deliberações.¹³⁶
 - O Parlamento Europeu deve decidir sobre o orçamento da UE, tal como os parlamentos nacionais.^{XII137}
 - Os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os sindicatos devem ser mais dinâmicos e acessíveis, para que os cidadãos se empenhem e invistam mais na democracia europeia.¹³⁸ Promoveria igualmente a inclusão das questões europeias nos debates públicos organizados pelos partidos políticos, pelas organizações da sociedade civil e pelos parceiros sociais, tanto na perspetiva das eleições europeias como das eleições nacionais, regionais ou locais.¹³⁹
5. A democracia está incorporada nas instituições e na sociedade em geral, incluindo no local de trabalho através dos parceiros sociais.¹⁴⁰

Devemos aplicar o sistema de candidatos cabeças de lista, em que cada partido anuncia, antes da campanha eleitoral, o candidato que será Presidente da Comissão se esse partido ganhar a maioria. Ao participar ativamente na campanha e ao interagir diretamente com os cidadãos europeus, o futuro Presidente poderá estar mais próximo deles»; debate no grupo de trabalho.

- XII O Conselho considera que esta proposta não se baseia numa recomendação dos cidadãos. Por conseguinte, não está em conformidade com a metodologia acordada. Ver também a posição da componente «cidadão» expressa na página 42.

124Alteração n.o 25C do GT.

125Recomendação 14 do PCE.

126Recomendação 18 do PCE. NB: Os representantes dos cidadãos explicaram que este mecanismo deve ser concebido e utilizado com precaução.

127Alterações 28E, 28G e 28H do GT.

128Recomendação 16 do PCE2; Painel Nacional NL n.o 20, dividido em listas transnacionais.

129Com base na Recomendação 16 do PCE2; debate no grupo de trabalho.

130Recomendação 19 do PCE2 e Plataforma Digital Multilingue (PDM).

131CESE.

132Alteração n.o 32B do GT.

133Recomendação 36 do PCE2; Painéis nacionais BE e FR.

134Painel Nacional FR («Eleição do Presidente da Comissão Europeia por sufrágio universal»); MNP (relatório final Kantar: um grupo de contributos trata da eleição direta do Presidente da Comissão pelos cidadãos).

135Alteração n.o 34C do GT.

136Painel Nacional BE (3.2), Painel Nacional FR (11) MNP (Relatório Final Kantar: "No que diz respeito ao Parlamento Europeu, os participantes pedem, na maioria das vezes, que lhe seja conferido um verdadeiro poder de iniciativa legislativa").

137MNP (relatório final Kantar: «Relativamente ao Parlamento Europeu, (...) existem também pedidos de atribuição de poderes orçamentais»).

138MNP (relatório final Kantar: «De acordo com outro contributo, as partes devem tornar-se mais acessíveis a pessoas de diferentes origens culturais ou socioeconómicas»).

139CR no Grupo de Trabalho.

140Alteração n.o 38 do GT, texto de compromisso.

39. Proposta: O processo de decisão da UE

Objectivo: Melhorar o processo de tomada de decisões da União, a fim de assegurar a sua capacidade de ação, tendo simultaneamente em conta os interesses de cada Estado-Membro e assegurando um processo transparente e compreensível para os cidadãos, nomeadamente:

1. Revisão das regras relativas à tomada de decisões e à votação nas instituições europeias. A questão da votação por

unanimidade merece especial atenção, uma vez que dificulta muito a obtenção de um acordo. Deve ser assegurada a equidade

na ponderação dos votos, a fim de proteger os interesses dos pequenos países.¹⁴¹

- Todas as decisões atualmente tomadas por unanimidade deverão, no futuro, ser adotadas por maioria qualificada. As únicas exceções devem ser a admissão de novos Estados-Membros na União Europeia e a alteração dos princípios fundamentais da União consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.¹⁴²
- 2. Assegurando a transparência do processo de tomada de decisão, permitindo que os cidadãos observadores independentes acompanhem de perto este processo, aplicando um direito mais amplo de acesso aos documentos¹⁴³ e estabelecendo laços mais estreitos e um diálogo reforçado entre os cidadãos e as instituições europeias nesta base.¹⁴⁴
- A UE tem de melhorar a transparência do seu processo decisório e das suas instituições. Por exemplo, as reuniões do Conselho e do Parlamento Europeu, incluindo as sessões de votação, devem ser divulgadas em linha da mesma forma. Tal permitiria aos cidadãos interessados acompanhar a elaboração das políticas da UE e responsabilizar os decisores políticos.¹⁴⁵ O direito de inquérito do Parlamento Europeu também deve ser reforçado.¹⁴⁶ Alteração n.º 44-A do GT.
- O processo de decisão da UE deve continuar a ser desenvolvido de modo a envolver mais representantes nacionais, regionais e locais, parceiros sociais e organizações da sociedade civil.¹⁴⁷ A cooperação e o diálogo interparlamentares devem ser reforçados. O Parlamento Europeu deve também envolver mais estreitamente os parlamentos nacionais no processo legislativo europeu, por exemplo, convidando-os para audições.¹⁴⁸ Além disso, seria útil obter uma maior participação dos órgãos de poder infranacional e do CR, a fim de melhor ter em conta a sua experiência na aplicação da legislação da UE.¹⁴⁹
- 3. Ponderando alterar o nome das instituições europeias, a fim de clarificar a função e o papel de cada uma delas no processo de

tomada de decisões da UE aos olhos dos cidadãos.¹⁵⁰

- O processo de decisão da União deve basear-se numa estrutura mais clara e compreensível, que se assemelhe aos sistemas nacionais¹⁵¹ e indique explicitamente a repartição de competências entre as instituições europeias e os Estados-Membros.¹⁵²
- Por exemplo, o Conselho da União Europeia poderia passar a designar-se «Senado da União» e a Comissão Europeia «Comissão Executiva da União».¹⁵³
- 4. Reforçar a capacidade da União para produzir resultados em domínios fundamentais.¹⁵⁴
- 5. Assegurar a existência de mecanismos de diálogo social e de consulta dos cidadãos em todas as fases do processo decisório da UE, desde a avaliação de impacto até à conceção e aplicação das medidas.¹⁵⁵
- 6. Reformar o funcionamento da União Europeia, nomeadamente através de uma maior participação dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil. As estruturas existentes devem ser reforçadas para que o processo de tomada de decisões reflecta melhor as necessidades e expectativas dos cidadãos europeus, que são fundamentais para a democracia europeia. Neste contexto, o CESE deve dispor de meios para desempenhar um papel institucional mais importante enquanto garante e facilitador das atividades de democracia participativa, como o diálogo estruturado com as organizações da sociedade civil e os painéis de cidadãos. Uma sociedade civil dinâmica é essencial para a vida democrática da União.¹⁵⁶
- 7. Reabrindo o debate sobre a Constituição, se for caso disso, a fim de definir claramente os nossos valores. Uma Constituição poderia trazer mais clareza, mobilizar os cidadãos e chegar a acordo sobre as regras do processo de tomada de decisões.¹⁵⁷

141 Recomendação 20 2 do PCE.

142 Recomendação n.º 21 4 do PCE.

143Alteração n.o 43 do GT.

144Recomendação 34 do PCE2; Painel Nacional dos Países Baixos.

145Debate do grupo de trabalho com base na Recomendação 34 do PCE2; Painel Nacional dos Países Baixos; MNP (relatório final Kantar: «É igualmente apoiada uma maior transparência e participação dos cidadãos no processo de decisão da UE».

146Alteração n.o 44-A do GT.

147Debate do grupo de trabalho (apresentação pelos parlamentos nacionais e pelo CR).

148Alteração n.o 45C do GT.

149Alteração n.o 46B do GT.

150Recomendação 15 do PCE2.

151Debate do grupo de trabalho com base na necessidade expressa na Recomendação 15 do PCE2 de «clarificar as funções das instituições europeias»; MNP (relatório final Kantar: "Há também [...] sugestões para aprofundar o poder legislativo bicameral na UE.")

152Alteração n.o 48-B do GT.

153Recomendação 15 do PCE2.

154Discussões no Grupo de Trabalho.

155Alteração n.o 52-A do GT.

156CESE, formulação de compromisso.

157Recomendação 35 do PCE, alterações combinadas 51C e 51D do painel nacional francês e do grupo de trabalho.

40. Proposta: Subsidiariedade

1. A subsidiariedade ativa e a governação a vários níveis são princípios essenciais para que a União Europeia funcione de forma democrática e responsável;¹⁵⁸

2. A UE deve rever o mecanismo através do qual os parlamentos nacionais examinam se as propostas legislativas europeias colidem ou não com as competências nacionais; os parlamentos nacionais devem poder propor iniciativas legislativas às instituições europeias. Estes mecanismos devem ser alargados a todos os parlamentos regionais com poderes legislativos.¹⁵⁹

3. O CR deve ser reformado para abrir canais adequados de diálogo com as regiões, as cidades e os municípios. Deve desempenhar um papel mais importante¹⁶⁰ na arquitetura institucional quando se trata de temas com consequências territoriais.¹⁶¹

4. A utilização sistemática de uma definição comum de subsidiariedade, aprovada por todas as instituições europeias, poderia definir mais claramente a que nível (europeu, nacional ou regional) devem ser tomadas as decisões.¹⁶²

5. Os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, que são fundamentais para a democracia europeia, devem ser mais envolvidos no processo de tomada de decisões. Uma sociedade dinâmica é essencial para a vida democrática da União.¹⁶³

6. Apelamos às instituições da UE para que apliquem as conclusões deste grupo de trabalho e as tornem eficazes. Tal poderá ser feito através das disposições em vigor do Tratado de Lisboa e, se necessário, apelando ao lançamento de uma Convenção Europeia.¹⁶⁴

158Alteração n.o 53-D do GT.

159Debate no grupo de trabalho; Parlamentos nacionais.

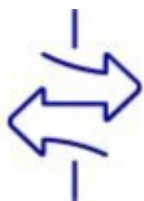
160Debate no grupo de trabalho; CR e CESE; Relatório final da Kantar, p. 85.

161Alteração n.o 58B do GT.

162Alteração n.o 59B do GT.

163Debate no grupo de trabalho; parceiros sociais e outros membros.

164Alteração 63A do Grupo de Trabalho, redação de compromisso.



«Migrações»

41. Proposta: Migração legal

Objectivo: Reforçar o papel da UE em matéria de migração legal

Medidas:¹⁶⁵

1. Lançar uma campanha de comunicação a nível europeu para tornar a EURES (Rede Europeia dos Serviços de Emprego), o Portal Europeu da Imigração e a ferramenta europeia de definição de perfis de competências para os nacionais de países terceiros mais conhecidos dos cidadãos europeus e mais frequentemente utilizados pelas empresas da UE aquando do recrutamento (Recomendação 6).
2. Criar uma entidade europeia para o acesso dos migrantes ao mercado de trabalho da UE ou, na sua falta, alargar as competências da Rede Europeia de Serviços de Emprego (EURES), por exemplo, melhorar os projetos no âmbito da Parceria de Talentos (recomendação 7 e debate do grupo de trabalho), com a possibilidade de satisfazer em linha a oferta e a procura de competências, no país de partida, com base em critérios de avaliação (recomendação 9 e debate do grupo de trabalho). A UE deve incentivar os Estados-Membros a simplificarem o processo de acolhimento e integração dos migrantes legais e o seu acesso ao mercado de trabalho da UE, melhorando a interoperabilidade entre as diferentes administrações em causa (debate no grupo de trabalho).
3. Melhorar o funcionamento e a aplicação da Diretiva Cartão Azul, a fim de atrair as competências de que a economia da UE necessita (recomendação 7 e debate no grupo de trabalho), tendo devidamente em conta o risco de fuga de cérebros (de acordo com a medida 1 da proposta 42).
4. Promover a convergência ascendente das condições de trabalho de forma harmoniosa em toda a União, a fim de combater as desigualdades nas condições de trabalho, assegurar uma política europeia eficaz em matéria de migração laboral e defender os direitos dos trabalhadores. Neste contexto, reforçar o papel dos sindicatos a nível nacional e transnacional (recomendação 28 e debate do grupo de trabalho), em cooperação com as organizações patronais (debate na plenária).
5. Intensificar os esforços para informar e educar os cidadãos dos Estados-Membros sobre questões de migração e integração (Recomendação 30, Recomendação 9 do Painel LT e debate no Grupo de Trabalho).

¹⁶⁵Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus n.º 4 (PCE 4), n.ºs⁶ 7, 9, 28 e 30, Lituânia n.º 9.

42. Proposta: Migração irregular

Objectivo: Reforçar o papel da UE na luta contra todas as formas de migração irregular e reforçar a proteção das fronteiras externas da UE, respeitando simultaneamente os direitos humanos

Medidas:¹⁶⁶

1. Participar ativamente, por exemplo através de acordos de parceria, no desenvolvimento económico e social de países fora da União Europeia, a partir dos quais se verifica um afluxo significativo de migrantes, a fim de combater as causas profundas da migração, incluindo as alterações climáticas. Estas ações devem ser transparentes e produzir resultados tangíveis com efeitos mensuráveis, que devem ser claramente comunicados aos cidadãos da UE (Recomendação 27, Recomendação 3 dos Países Baixos e debate do Grupo de Trabalho).
2. Assegurar a proteção de todas as fronteiras externas, melhorando a transparência e a responsabilização da Frontex e reforçando o seu papel (recomendação 8 e debate do grupo de trabalho) e adaptar a legislação da UE para responder melhor aos atuais desafios da migração irregular, como o tráfico de seres humanos, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual, os ataques híbridos perpetrados por Estados que instrumentalizam migrantes e as violações dos direitos humanos (recomendação 10 da LT e debate do grupo de trabalho).

¹⁶⁶Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeu n.o 4 (PCE 4), n.os⁸ e 27, Lituânia n.o 10, Países Baixos n.o 3.

43. Proposta: Migração irregular (a)

Objectivo: Aplicar regras comuns de modo uniforme em todos os Estados-Membros no que diz respeito ao primeiro acolhimento de migrantes

Medidas:¹⁶⁷

1. Desenvolver medidas à escala da UE para garantir a segurança e a saúde de todos os migrantes, em especial das mulheres grávidas, das crianças, dos menores não acompanhados e de todas as pessoas vulneráveis (recomendações 10 e 38 e debate no grupo de trabalho).
2. Aumentar o apoio financeiro, logístico e operacional da UE, nomeadamente às autoridades locais, aos decisores regionais e às organizações da sociedade civil, para a gestão do primeiro acolhimento, eventualmente conducente à integração de refugiados ou migrantes legais na UE e ao repatriamento de migrantes em situação irregular (recomendação 35 e debate no grupo de trabalho).

¹⁶⁷Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus n.o 4 (PCE 4) n.os¹⁰, 35 e 38.

44. Proposta: Asilo, integração

Objectivo: Reforçar o papel da União e reformar o sistema europeu de asilo com base nos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades

Medidas:¹⁶⁸

1. Adotar regras comuns da União sobre os procedimentos de análise dos pedidos de proteção internacional nos Estados-Membros, aplicadas uniformemente a todos os requerentes de asilo. Estes procedimentos devem respeitar a dignidade humana e o direito internacional (Recomendação 29, Recomendações TI 3.8 e 4.4, p. 15 e debate no grupo de trabalho). Uma vez que o acolhimento dos requerentes de asilo envolve diferentes intervenientes a nível nacional, a UE deve incentivar os Estados-Membros a simplificar e acelerar este processo, melhorando a interoperabilidade entre as diferentes administrações em causa, e a criar um serviço único (balcão único ou ponto de entrada único) para os requerentes de asilo, a fim de simplificar os procedimentos administrativos nacionais (recomendação 37 e debate no grupo de trabalho).
2. Rever o sistema de Dublin para assegurar a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades, incluindo a distribuição de migrantes entre os Estados-Membros; poderão também ser consideradas outras formas de apoio (recomendações 33, 36, 37, 40; Recomendação 2 da LT; recomendações IT 3.8 (p. 15) e NL 2, debate no grupo de trabalho e debate em sessão plenária).
3. Reforçar as normas mínimas de acolhimento dos requerentes de asilo estabelecidas na Diretiva 2013/33/UE através de medidas legislativas mais rigorosas para melhorar as instalações de acolhimento e o alojamento (Recomendação n.º 31 do PCE, Recomendação n.º 5.6, p. 11, e debate no grupo de trabalho).
4. Deve ser prestada especial atenção às mulheres grávidas e às crianças, incluindo os menores não acompanhados (recomendação 38 e debate no grupo de trabalho).
5. Reforçar e aumentar os recursos financeiros e humanos e as capacidades de gestão da Agência da União Europeia para o Asilo, a fim de coordenar e gerir a recolocação dos requerentes de asilo nos Estados-Membros da UE, com vista a alcançar uma distribuição equitativa (recomendações 36 e 37, recomendação 3 da Lituânia e debate do grupo de trabalho).

¹⁶⁸Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeu n.º 4 (PCE 4)^{n.os 29, 31, 33, 36, 37, 38, 39 e 40, Itália n.º^{3.8} 4.4 (p. 15) e 5.6 (p. 11), Lituânia n.os² e 3, Países Baixos n.os 1 e 2.}

45. Proposta: Asilo, integração(bis)

Objectivo: Melhorar as políticas de integração em todos os Estados-Membros

Medidas:¹⁶⁹

1. A UE assegura, também com a participação dos órgãos de poder local e regional e o contributo das organizações da sociedade civil, que todos os requerentes de asilo e refugiados participem em cursos e atividades de língua e integração, bem como em formação profissional, enquanto o seu pedido de residência é examinado (recomendação 32, recomendação FR n.o 13, debate no grupo de trabalho e debate em sessão plenária).
2. Os requerentes de asilo com as qualificações adequadas devem ter acesso ao mercado de trabalho, se possível com o objetivo de reforçar a sua autonomia, em toda a UE (Recomendação 7 e debate no grupo de trabalho).

¹⁶⁹Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus n.o 4 (PCE 4) n.os⁷ e 32, França n.o 13.



Educação, Cultura, Juventude e Desporto

46. Proposta: Educação

Objectivo: A UE e os seus Estados-Membros devem lutar por um Espaço Europeu da Educação inclusivo até 2025, em que todos os cidadãos tenham igualdade de acesso a uma educação de qualidade e à aprendizagem ao longo da vida, incluindo as pessoas que vivem em zonas rurais e remotas. Para o efeito, a União Europeia e os seus Estados-Membros devem, em especial:

Medidas:

1. Coordenar o nível de todos os diferentes programas educativos na União Europeia através da aceitação de conteúdos nacionais, regionais e locais e criar laços mais estreitos entre os sistemas educativos, nomeadamente através da equivalência de diplomas.¹⁷⁰ Deve ser adotado um nível mínimo certificado de ensino em matérias essenciais logo no ensino primário¹⁷¹ 171. Devem ser estabelecidas competências partilhadas no domínio da educação, pelo menos no que diz respeito à educação cívica, e o exercício desta competência pela União não pode impedir os Estados-Membros de exercerem as suas próprias competências. Os diplomas e a formação profissional devem ser validados e mutuamente reconhecidos em todos os Estados-Membros da UE.¹⁷² A UE deve também explorar o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal e das organizações¹⁷³ de juventude que a oferecem, bem como os períodos de aprendizagem no estrangeiro.
2. Desenvolver uma educação orientada para o futuro e uma aprendizagem ao longo da vida na Europa – em consonância com o direito à formação no local de trabalho para todos – com destaque para os seguintes aspetos:
 - Educação cívica sobre os processos democráticos, bem como sobre os valores da UE e a história europeia.¹⁷⁴ Deve tornar-se um módulo comum a ensinar em todos

os Estados-Membros. O conhecimento da economia deve também ser melhorado, a fim de permitir uma melhor compreensão do processo de integração europeia.¹⁷⁵

– Competências digitais.¹⁷⁶

– CTIAM¹⁷⁷

– Empreendedorismo e investigação.

– Desenvolvimento do pensamento crítico.

A literacia mediática deve ser melhorada para garantir a segurança em linha e permitir que os cidadãos de todos os Estados-Membros avaliem de forma independente se a informação é credível ou não e identifiquem notícias falsas, tirando simultaneamente partido das oportunidades oferecidas pela Internet. Essa educação deve envolver a organização de cursos específicos ao nível do ensino básico e deve ser oferecida noutros espaços públicos a cidadãos de todas as idades, sob a égide de um organismo especializado a nível da União, tirando partido das boas práticas existentes em todos os Estados-Membros. A UE deve assegurar que os fundos especificamente afetados a estas atividades sejam utilizados para o fim a que se destinam.¹⁷⁸

– Integração de competências sociais em todos os cursos nos programas escolares. «Competências não técnicas»: escuta mútua, diálogo, resiliência, compreensão, respeito e apreciação dos outros, pensamento crítico, autoaprendizagem, bem como curiosidade e orientação para os resultados;¹⁷⁹ Dar a todos a oportunidade de aprender mais sobre a sustentabilidade

ambiental e suas ligações com a saúde. A biodiversidade deve ser uma disciplina obrigatória na escola. Deve começar na escola com tópicos específicos que abordem todas as questões ambientais e incluir excursões para apresentar exemplos relevantes da vida real, tudo com a ajuda de um programa de financiamento.¹⁸⁰ Combater o bullying nas escolas e o racismo.

3. Apoiar a formação de professores,¹⁸¹ a fim de aprender com as melhores práticas e utilizar técnicas de ensino inovadoras e criativas atualizadas que reflitam a evolução dos métodos de ensino, incluindo atividades práticas, também com base nos ensinamentos a retirar da pandemia de COVID-19 e de outros tipos de crises, bem como promover oportunidades¹⁸² de mobilidade.
4. A fim de satisfazer as necessidades educativas de todas as crianças e famílias, dar prioridade ao acesso a equipamentos e a uma conectividade de banda larga eficiente.¹⁸³
5. Criar uma plataforma de informação para o intercâmbio de conhecimentos e experiências a nível da União, através da partilha de informações sobre cursos de educação e formação transnacionais na União, apresentando exemplos de boas práticas e oferecendo aos cidadãos a oportunidade de apresentarem novas ideias para intercâmbios transfronteiriços. Deve disponibilizar material educativo sobre as alterações climáticas, as questões ambientais e a digitalização e fornecer informações sobre os fóruns especializados existentes sobre temas fundamentais.¹⁸⁴ - Tal poderia ser acompanhado de um programa de financiamento para apoiar a

utilização e a exploração da informação das plataformas.

- 170 PCN francês, alteração 6.
- 171 Recomendação 37 1 do PCE.
- 172 Recomendação 3 do PCE. PCN francês, alteração 6.
- 173 Recomendação 41 1 do PCE.
- 174 Aspecto debatido mais pormenorizadamente pelo Grupo de Trabalho para a Democracia Europeia. Ver Recomendação 24 do PCE2, Recomendações 1.1, 1.2 e 2.12 do PCN belga e a Recomendação do PCN italiano sobre «Políticas de inclusão».
- 175 Recomendação do PCN italiano sobre «Políticas de inclusão».
- 176 Aspecto debatido mais pormenorizadamente pelo grupo de trabalho sobre a transformação digital. Ver recomendações 8 e 34 do PCE 1.
- 177 Recomendação do PCN italiano sobre «Encorajar os jovens a estudar matérias científicas».
- 178 Recomendações n.os 33 e 48 do PCE 1. Aspecto igualmente abordado pelo grupo de trabalho sobre a transformação digital. Ver Recomendação 47 do PCE1 sobre a utilização saudável da Internet.
- 179 Recomendação 5 1 do PCE.
- 180 Recomendações 15 e 18 do PCE 1.
- 181 Recomendação do PCN italiano sobre a «Europa Global»
- 182 Recomendações¹⁸ e 41 do PCE1 e Recomendação do PCN italiano sobre «Investir na formação de formadores».
- 183 Recomendação 17 do PCE1 dirigida na íntegra ao Grupo de Trabalho Digital.
- 184 Recomendação 15 1 do PCE. Recomendação do PCN alemão sobre uma «plataforma de informação para um intercâmbio de conhecimentos e experiências à escala da UE».

47. Proposta: Questões relativas à juventude europeia

Objectivo: A UE e os seus Estados-Membros devem centrar-se nas necessidades específicas dos jovens em todas as políticas pertinentes, incluindo a política regional da UE, a fim de lhes proporcionar as melhores condições possíveis para estudar, trabalhar e iniciar uma vida independente, envolvendo-os simultaneamente na vida democrática e nos processos de tomada de decisão, incluindo a nível europeu. As organizações de juventude têm um papel fundamental a desempenhar. Para atingir este objetivo, propomos o seguinte:

Medidas:

1. Proporcionar aos jovens mais oportunidades de participação e representação nos processos democráticos e de tomada de decisão a todos os níveis e apoiar os programas existentes neste domínio, nomeadamente através da organização de painéis de cidadãos com crianças (por exemplo, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos) nas escolas. Os representantes europeus poderiam encontrar-se com crianças em idade escolar nas suas escolas, a fim de reforçar a proximidade e a compreensão da Europa pelos cidadãos desde tenra idade.¹⁸⁵ Para que todas as decisões políticas da UE sejam analisadas do ponto de vista da juventude, deve ser desenvolvido um «teste da juventude» a nível europeu, a fim de assegurar que qualquer nova proposta política e legislativa seja objeto de uma avaliação de impacto centrada na juventude, incluindo uma consulta dos jovens.
2. A concessão do direito de voto a partir dos 16 anos nas eleições para o Parlamento Europeu, juntamente com o reforço da cidadania e da educação da UE, deve ser debatida e ponderada. Os partidos políticos nacionais devem igualmente assegurar que os candidatos mais jovens são inscritos nas suas listas para as eleições para o Parlamento Europeu.¹⁸⁶
3. Preparar melhor os jovens para a vida profissional, dar aos alunos do ensino secundário (a partir dos 12 anos) a oportunidade de participarem em visitas de observação de qualidade a organizações com e sem fins lucrativos, em estreita cooperação entre escolas, autoridades locais e organizações e empresas relevantes.¹⁸⁷ Estas visitas devem ser encaradas como parte de um processo mais vasto de orientação profissional no ensino formal, a fim de permitir que os jovens tenham um primeiro contacto com o mundo do trabalho, para que possam orientar as suas escolhas profissionais e/ou considerar a possibilidade de se tornarem empresários.
4. Deve também ser dedicado mais financiamento da UE ao abrigo do NextGenerationEU à execução da Garantia Europeia para a Juventude reforçada, incluindo uma maior participação, sensibilização, melhoria da qualidade da oferta, do financiamento e da ação de todos os Estados-Membros e dos níveis pertinentes das autoridades competentes. Uma vez que as organizações de juventude são mais capazes de identificar as necessidades dos jovens, os governos nacionais devem trabalhar com estas organizações, através de um diálogo estreito, para assegurar a aplicação mais eficaz da Garantia para a Juventude.
5. Assegurar que os estágios e empregos para os jovens cumprem as normas de qualidade, em especial no que diz respeito à remuneração, pondo termo aos salários mínimos para os jovens e a quaisquer outras disposições discriminatórias do direito do trabalho específicas dos jovens, bem como proibindo, através de um instrumento jurídico, os estágios não remunerados no mercado de trabalho e fora do ensino formal.¹⁸⁸
6. Assegurar um nível de vida razoável aos jovens, incluindo o acesso à proteção social e à habitação. Os jovens devem ter acesso a um nível de proteção social equivalente ao de outros grupos etários. O acesso dos

jovens à habitação a preços acessíveis deve também ser facilitado, nomeadamente através de financiamento da UE.¹⁸⁹

7. São necessárias medidas específicas para evitar a fuga de cérebros de determinadas regiões e países da União devido a oportunidades insuficientes para os jovens, tornando simultaneamente a Europa mais atrativa para evitar a fuga de talentos e mão de obra europeus para países terceiros, a fim de evitar comprometer a coesão territorial, em especial no que diz respeito às regiões que registam uma perda significativa de jovens talentos, nomeadamente através de financiamento da UE.¹⁹⁰
8. Em caso de crise grave (por exemplo, crise sanitária, guerra), devem ser preparados planos bem concebidos com cenários pormenorizados para serem aplicados de forma flexível, a fim de minimizar o impacto

na educação, na formação profissional, na transição para o mercado de trabalho e no bem-estar mental dos jovens.¹⁹¹

- 185 Recomendação 6.1 do PCN belga. PCN francês, alteração 7.
- 186 Recomendação 7.2 do PCN belga.
- 187 Recomendação 4.1 do PCE.
- 188 Proposta para complementar as recomendações 1 e 30 do PCE1 abrangidas pelo Grupo de Trabalho para uma Economia mais Forte, Justiça Social e Emprego.
- 189 Proposta de complemento da Recomendação 25 do PCE1 abrangida pelo Grupo de Trabalho para uma Economia mais Forte, Justiça Social e Emprego.
- 190 Recomendação 28.4 do PCE. PCN neerlandeses («A nossa visão para a cultura, a juventude e o desporto»), Recomendação 1. PCN francês, alteração 6.
- 191 Recomendação 6.1 do PCE.

48. Proposta: Cultura e intercâmbios

Objectivo: A fim de fomentar uma cultura de intercâmbio e promover a identidade e a diversidade europeias em diferentes domínios, os Estados-Membros devem, com o apoio da União Europeia:

Medidas:¹⁹²

1. Promover intercâmbios europeus em diferentes domínios, tanto físicos como digitais, incluindo intercâmbios educativos, geminação, viagens e mobilidade profissional (nomeadamente para professores e representantes eleitos locais). Esses intercâmbios devem ser acessíveis a todos em todos os Estados-Membros, independentemente da idade, do nível de educação, da origem e dos meios financeiros.¹⁹³ Para o efeito, a União deve, nomeadamente, reforçar os programas de intercâmbio e mobilidade existentes a nível da União, como o Corpo Europeu de Solidariedade, o Erasmus+ e a iniciativa DiscoverEU, assegurar uma participação mais ampla e diversificada nesses programas e ponderar o aditamento de novos elementos, como um objetivo adicional de serviço cívico incentivado pelo voluntariado (para o Corpo Europeu de Solidariedade) e «passes de acesso cultural» (para a iniciativa DiscoverEU). Os órgãos de poder local e regional, sob os auspícios do Comité das Regiões, devem desempenhar um papel de liderança neste domínio.
2. Promover o multilinguismo como porta de entrada para outras culturas desde tenra idade. As línguas regionais e minoritárias necessitam de proteção adicional, tendo em conta a Convenção do Conselho da Europa sobre as Línguas Minoritárias e a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais. A UE deve ponderar a criação de uma instituição para promover a diversidade linguística a nível europeu. As crianças devem ser obrigadas, a partir do ensino primário, a adquirir competências numa língua ativa da UE que não a sua, ao mais alto nível possível. A fim de facilitar a capacidade dos cidadãos europeus de comunicarem com grupos mais vastos de

outros europeus e como fator de coesão europeia, os Estados-Membros devem incentivar a aprendizagem da língua dos Estados-Membros da UE que fazem fronteira direta com as regiões fronteiriças e a aquisição de um nível certificado de inglês.¹⁹⁴

3. Criar oportunidades para partilhar culturas europeias, aproximar as pessoas e promover uma identidade europeia comum, por exemplo, através de eventos e manifestações que envolvam todos os grupos-alvo e se realizem em diferentes locais. Entre os exemplos contam-se a organização dos Dias Mundiais da Arte,¹⁹⁵ uma exposição europeia com eventos educativos ou a transformação do Dia da Europa (9 de maio) num dia oficial de folga europeu para todos os cidadãos da UE.¹⁹⁶

4. Proteger o património cultural europeu e a cultura europeia,¹⁹⁷ nomeadamente reconhecendo as especificidades culturais e de produção locais e regionais,¹⁹⁸ através de novas iniciativas para o preservar e celebrar, da mobilidade para incentivar o intercâmbio do património cultural e da promoção das medidas existentes, como o programa Europa Criativa, o Novo Bauhaus Europeu, os programas de geminação de cidades e as Capitais Europeias da Cultura, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5. Tomar medidas para garantir que os profissionais da cultura sejam suficientemente protegidos a nível da UE, especialmente em futuras crises, através da adoção de um estatuto jurídico a nível europeu.

192PCN neerlandeses («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), Recomendação 2.

193Recomendação 36 1 do PCE. PCN francês, alteração 6. Recomendações 2.10 e 2.11 do PCN belga. PCN alemão, «Creating more exchange opportunities for students in Europe» [Criar mais oportunidades de intercâmbio para estudantes na Europa]. PCN neerlandeses (A nossa visão para a cultura, a juventude e o desporto), recomendações 1 e 3. PCN italiano,

Recomendação «Agir como uma confluência entre o Oriente e o Ocidente, promovendo intercâmbios culturais e iniciativas culturais conjuntas».

194Recomendações 32 e 38 do PCE 1. PCN neerlandeses («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), Recomendação 3.

195Recomendação do PCN italiano sobre a «Europa Global»

196PCN francês, alteração 7. Recomendações^{2.5}, 6.1 e 8.7 do PCN belga. PCN italiano, Recomendação «Reforçar os valores e as características culturais europeias e as especificidades regionais».

197PCN neerlandeses («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), Recomendação 2.

198Recomendação do PCN italiano sobre «Exceder o modelo de produção do século passado»

49. Proposta: Desporto

Objectivo: O desporto é essencial para as nossas sociedades – defender os nossos valores, ter um estilo de vida e uma idade saudáveis, promover uma cultura de intercâmbio e celebrar a diversidade do património europeu. Por este motivo, os Estados-Membros devem procurar, com o apoio da União Europeia:

Medidas:

1. Salientar valores, em especial a igualdade de género, a equidade e a inclusão, que possam ser concretamente refletidos na prática de um desporto ao longo de todo o percurso educativo.
2. Sensibilização para os benefícios do desporto e da atividade física¹⁹⁹ para a saúde.
3. Integrar as atividades desportivas nos programas de intercâmbio e mobilidade a nível da UE²⁰⁰.
4. Melhorar a ênfase não só nos desportos profissionais e comerciais, mas também nos desportos locais e tradicionais, que são testemunhas da diversidade cultural europeia, a fim de promover o património

cultural e apoiar os campeões desportivos num contexto não profissional.

5. Incentivar, paralelamente, a promoção da identidade europeia através da organização de mais eventos desportivos intereuropeus, da criação de equipas desportivas da UE ou da exibição de bandeiras ou símbolos europeus em eventos desportivos europeus.
6. Investir mais na comunicação, como a Semana Europeia do Desporto, para que os cidadãos de toda a UE possam beneficiar conjuntamente de oportunidades de alto nível.

199Recomendação 29 1 do PCE.

200Recomendação 36 1 do PCE.

Considerações finais da Comissão Executiva

O principal objetivo da Conferência sobre o Futuro da Europa era assegurar que a União Europeia está preparada para enfrentar os desafios atuais e futuros, dando aos cidadãos a oportunidade de expressarem as suas preocupações e aspirações e, juntamente com representantes das três instituições, dos parlamentos nacionais e de outras partes interessadas, fornecer orientações para o futuro. Para alcançar este objetivo, a Conferência teve de ser um exercício centrado nos cidadãos, baseado numa abordagem da base para o topo, capaz de criar um novo espaço para debater as prioridades da Europa e desenvolver uma panorâmica do que os cidadãos esperam da União Europeia.

A conferência conseguiu, de facto, desempenhar esse papel. Os cidadãos europeus de todos os quadrantes e de toda a UE participaram na conferência e formularam as recomendações dos painéis de cidadãos, bem como propostas para o futuro da Europa, em colaboração com a assembleia plenária subsequente, composta por membros do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, bem como por representantes de todos os parlamentos nacionais, do Comité das Regiões, de representantes eleitos a nível regional e local, do Comité Económico e Social Europeu, dos parceiros sociais e da sociedade civil e de outras partes interessadas fundamentais. Os instrumentos e a metodologia desenvolvidos para este processo constituem um conjunto único de recursos que poderão servir de base para futuros exercícios sobre a participação dos cidadãos e a democracia deliberativa a nível da UE.

Graças a uma multiplicidade de eventos e debates em toda a UE, à plataforma digital

multilíngue interativa, aos painéis de cidadãos europeus e nacionais e ao Plenário da Conferência, a Conferência apresentou agora um relatório final, que inclui uma panorâmica do trabalho realizado de forma sustentada durante este ano, bem como as propostas apresentadas pela Assembleia Plenária para o Futuro da Europa. Resulta muito claro destas propostas que a UE deve agir para ter êxito nas transições ecológica e digital, reforçar a resiliência da Europa e o seu contrato social, corrigindo simultaneamente as desigualdades e assegurando que a União Europeia é uma economia justa, sustentável, inovadora e competitiva que não deixa ninguém para trás.

A evolução geopolítica durante a Conferência e, em especial, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, demonstraram igualmente que a UE tem de se tornar mais assertiva, desempenhando um papel de liderança na cena mundial na promoção dos seus valores e normas num mundo cada vez mais turbulento.

A Conferência forneceu orientações claras nestes domínios e as três instituições da UE têm agora de ponderar a forma de dar resposta às preocupações, aspirações e ideias expressas. A próxima etapa deste processo consiste em desenvolver ações concretas da UE com base nos resultados da Conferência, que são incluídos no presente relatório final. Por conseguinte, as instituições da UE analisarão agora o presente relatório e o seu seguimento, cada um no âmbito das suas competências e em conformidade com os Tratados. No outono de 2022, realizar-se-á um evento de acompanhamento para informar os cidadãos sobre a forma como as instituições cumprirão o seu compromisso de assegurar que são ouvidas e têm o futuro da Europa nas suas mãos.



Anexo I – Recomendações dos quatro painéis de cidadãos europeus



Conferência sobre o futuro da Europa

Painel de Cidadãos Europeus 1: Uma economia mais forte, justiça social e emprego/Educação, cultura, juventude e desporto/Transformação digital

Recomendações

Fotografias © União Europeia, 2021 – PE/Kenton Thatcher

Painel de Cidadãos Europeus 1: Uma economia mais forte, justiça social e emprego/Educação, cultura, juventude e desporto/Transformação digital

RECOMENDAÇÕES ADOPTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR À PLENÁRIA)

Eixo 1: Trabalhar na Europa

Subeixo 1.1 Mercado de trabalho

1. Recomendamos a introdução de um salário mínimo para garantir uma qualidade de vida semelhante em todos os Estados-Membros. Estamos cientes dos esforços em curso ao abrigo da Diretiva da UE COM(2020) 682 para harmonizar o modo de vida. O salário mínimo deve garantir um rendimento líquido mínimo para alcançar um objetivo essencial: Todos os necessitados devem ter um rendimento mais elevado. O salário mínimo deve ter em conta os seguintes aspetos:

- **a UE deve assegurar a sua aplicação efetiva, uma vez que nem todos os Estados-Membros aplicam atualmente corretamente a proteção dos trabalhadores;**
- **Deve ser prestada especial atenção ao acompanhamento da melhoria do nível de vida;**
- **O salário mínimo deve ter em conta o poder de compra nos diferentes países. É necessário um procedimento de revisão periódica para o adaptar à evolução do custo de vida (por exemplo, para ter em conta a inflação).**

Fazemos esta recomendação porque um salário mínimo reforça a justiça social no mercado de trabalho e melhora as condições de vida concretas dos trabalhadores em todos os Estados-Membros, o que é particularmente importante no contexto de um ambiente de trabalho em rápida mutação, por exemplo devido à transição digital.

2. Já existe um ato legislativo da UE (Diretiva 2003/88/CE relativa ao tempo de trabalho), mas não é suficiente para assegurar um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar. Como primeiro passo, recomendamos que o quadro existente seja revisto, a fim de assegurar a sua adaptação às circunstâncias atuais. Em segundo lugar, a UE deve criar um mecanismo de acompanhamento mais rigoroso para assegurar a sua aplicação em todos os Estados-Membros. Deve ser prestada especial atenção aos vários setores com diferentes níveis de stress e encargos, tanto do ponto de vista psicológico como físico. No entanto, ao mesmo tempo, outros setores dependem de uma maior flexibilidade por parte dos seus trabalhadores para se adaptarem às necessidades específicas das empresas.

Fazemos esta recomendação devido à importância de um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada. Um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar reforça a coesão social e ajuda a criar condições de concorrência equitativas para os trabalhadores. Além disso, tem um impacto positivo no bem-estar individual dos trabalhadores.

Subeixo 1.2 Juventude e emprego

3. Recomendamos a harmonização do nível de todos os diferentes programas educativos na UE, aceitando conteúdos nacionais. Por conseguinte, recomendamos que todos os diplomas profissionais sejam validados e mutuamente reconhecidos em todos os Estados-Membros da UE.

Fazemos esta recomendação porque queremos facilitar a mobilidade da mão de obra europeia e reduzir os encargos administrativos.

4. Recomendamos que os alunos do ensino secundário (a partir dos 12 anos) tenham uma visão geral do seu futuro mercado de trabalho, dando-lhes a oportunidade de participar em várias visitas de observação de qualidade a organizações com e sem fins lucrativos. Propomos incentivar as empresas a acolher estudantes para estágios de observação, concedendo-lhes bolsas. Nas zonas remotas com menos oportunidades, as escolas locais, as autoridades públicas, as organizações e as empresas têm de trabalhar em estreita colaboração para garantir que estas visitas de observação também estão disponíveis.

Fazemos esta recomendação porque queremos que os jovens possam ter uma ideia das diferentes oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, para que possam escolher melhor a sua educação e o seu futuro profissional e compreender a importância de escolher a educação certa. Ensinar-lhes-ia também um sentido de responsabilidade e respeito pelo mercado de trabalho e ajudá-los-ia a integrar-se no mercado de trabalho, o que traria benefícios para todos.

5. Recomendamos a incorporação da prática de soft skills em todos os cursos curriculares. As competências não técnicas incluem: escuta mútua, diálogo, resiliência, compreensão, respeito e apreciação dos outros, pensamento crítico, autoaprendizagem, bem como permanecer curioso e orientado para os resultados. Os professores devem receber formação sobre a transmissão destas competências, trabalhando em estreita colaboração com assistentes sociais e/ou psicólogos. Outras sugestões de aplicação: a organização de programas de intercâmbio de alunos entre escolas, a participação em eventos desportivos e culturais interescolares, etc.

Fazemos esta recomendação porque as competências sociais são competências básicas necessárias que se perdem na era digital e que os nossos jovens necessitarão absolutamente nas suas vidas futuras. É por isso que insistimos na integração destas competências nos currículos escolares para ajudar os jovens a serem resilientes e a evitarem ou superarem problemas mentais que possam vir a experimentar nas suas vidas futuras. As competências sociais fortalecem as relações humanas e, portanto, ajudam as pessoas a encontrar o seu lugar na sociedade.

6. Recomendamos que, em caso de crise grave (crise sanitária, guerra, etc.), estejam preparados planos bem concebidos, com cenários pormenorizados, para serem aplicados de forma flexível, a fim de minimizar o impacto na educação, na formação profissional e no bem-estar mental dos nossos jovens, etc. Por impacto entendemos: um aumento do custo da educação ou da formação, um prolongamento obrigatório dos estudos, a impossibilidade de realizar estágios, um aumento dos problemas de saúde mental. Estes planos devem ser implementados de forma a minimizar o impacto nos jovens e na sua transição para o mercado de trabalho.

Fazemos esta recomendação porque os jovens se encontram numa situação altamente vulnerável em tempos de crise.

Subeixo 1.3 Transformação digital no trabalho

7. Recomendamos que a UE introduza ou reforce a legislação em vigor em matéria de «trabalho inteligente», ou seja, trabalho em linha e à distância, por exemplo, em casa ou a partir de outro local conectado em linha. Recomendamos igualmente que a UE legisle no sentido de incentivar as empresas a serem socialmente responsáveis e a manterem empregos móveis de qualidade na UE. Os incentivos podem ser de natureza financeira e/ou afetar a imagem da empresa e devem ter em conta critérios ambientais, sociais e de governação (ASG) internacionalmente reconhecidos. Para o efeito, a UE deve criar um grupo de trabalho composto por peritos de todas as partes interessadas para rever e reforçar esta legislação.

Fazemos esta recomendação porque precisamos de promover empregos móveis de qualidade e evitar a sua deslocalização para países terceiros com custos mais baixos. A pandemia de COVID-19 e as tendências económicas mundiais aumentam a urgência de proteger os postos de trabalho na UE e de regulamentar o trabalho móvel.

8. Recomendamos que a UE garanta o direito à formação digital a todos os cidadãos da UE. Em especial, as competências digitais dos jovens poderiam ser reforçadas através da introdução de um certificado da UE nas escolas, que os prepararia para o futuro mercado de trabalho. Recomendamos igualmente formação específica a nível da UE para a requalificação e a melhoria de competências dos trabalhadores, para que se mantenham competitivos no mercado de trabalho. Por último, recomendamos que a UE sensibilize para as plataformas digitais existentes que ligam os cidadãos aos empregadores e os ajudam a encontrar emprego na UE, como a EURES.

Fazemos esta recomendação porque as competências digitais certificadas são essenciais para aceder ao mercado de trabalho e permitir que os trabalhadores se requalifiquem e permaneçam competitivos.

Eixo 2 Uma economia virada para o futuro

Subeixo 2.1 Inovação e competitividade europeia

9. Recomendamos que a UE crie oportunidades de investimento em investigação e inovação para várias entidades (universidades, empresas, institutos de investigação, etc.), com vista a desenvolver:

- **materiais novos, mais sustentáveis e biodiversificados para substituir os atualmente utilizados,**
- **Utilizações inovadoras de materiais existentes (com base, nomeadamente, na reciclagem e em técnicas de ponta com a menor pegada ambiental).**

Recomendamos que este seja um compromisso permanente e a longo prazo da UE (pelo menos até 2050).

Fazemos esta recomendação porque vivemos num planeta com recursos limitados. Se quisermos ter um futuro, precisamos proteger o clima e procurar alternativas amigas do planeta. Queremos também que a UE se torne um actor de primeiro plano neste domínio, com uma forte vantagem competitiva na cena internacional. A recomendação visa produzir resultados inovadores que possam ser amplamente aplicados e aplicados em vários domínios e países. Teria também efeitos positivos na economia e no mercado de trabalho, através da criação de novas oportunidades de emprego no domínio da inovação sustentável. Poderia contribuir para a luta contra as injustiças sociais, na medida em que os atuais meios de produção, baseados na exploração, fossem substituídos por outros, mais éticos.

10. O Tribunal recomenda que a UE assuma um compromisso contínuo a longo prazo no sentido de aumentar significativamente a sua quota de energia produzida de forma sustentável, utilizando uma vasta gama de fontes renováveis com a menor pegada ambiental (com base numa avaliação global do ciclo de vida). Além disso, a UE deve investir na melhoria e manutenção da qualidade da infraestrutura e da rede elétricas. Recomendamos igualmente que o acesso à energia e a acessibilidade dos preços da energia sejam reconhecidos como um direito fundamental dos cidadãos.

Fazemos esta recomendação pelas seguintes razões:

- A diversificação das fontes de energia (incluindo a energia solar, a energia eólica, o hidrogénio, a água do mar ou qualquer outro método sustentável futuro) tornaria a UE mais independente do ponto de vista energético;
- reduziria os custos da eletricidade para os cidadãos da UE;
- criaria postos de trabalho e reestruturaria o mercado da energia (em especial nas regiões até agora dependentes dos combustíveis fósseis);
- poderia incentivar o desenvolvimento científico de técnicas inovadoras de aprovisionamento energético;
- A qualidade da infraestrutura e da rede elétricas é tão importante como as fontes de energia, uma vez que permite uma distribuição e um transporte de energia fluidos, eficientes e a preços acessíveis.

11. Recomendamos que a UE promova ativamente processos de produção mais ecológicos, subsidiando ou recompensando de outra forma as empresas que investem na redução dos custos ambientais da sua produção. Apelamos também a um esforço para recultivar sítios pós-industriais e criar zonas verdes protegidas em torno dos sítios existentes. As empresas devem ser obrigadas a financiar estes esforços, pelo menos em parte, com fundos próprios.

Fazemos esta recomendação porque os processos de produção são uma parte importante da cadeia de fornecimento. Torná-las mais respeitadoras do ambiente poderia reduzir significativamente o nosso impacto no clima. Acreditamos que as empresas e as indústrias devem ser responsabilizadas pela forma como fabricam os seus produtos (incluindo a replantação e as medidas de proteção ambiental). A ecologização dos processos de produção também prepara as empresas para o futuro e reforça a sua resiliência (que protege os postos de trabalho).

Subeixo 2.2 Economia sustentável/Subeixo 2.3 Fiscalidade

12. Recomendamos abandonar as embalagens de plástico e generalizar as embalagens reutilizáveis. Devem ser dados incentivos aos consumidores e às empresas para que não seja mais dispendioso para um consumidor comprar produtos a granel do que produtos embalados. As empresas que contribuem para esta transição devem beneficiar de vantagens fiscais e outras devem pagar mais impostos. Os produtos que não podem ser reutilizados devem ser recicláveis e/ou biodegradáveis. É necessário criar uma instituição pública ou uma instituição de supervisão responsável pelo acompanhamento, pela definição das regras e pela sua divulgação a todos. Recomenda-se educar e comunicar - inclusive através das redes sociais - sobre estas ações, dirigindo-se tanto às empresas como aos consumidores, a fim de alterar o seu comportamento a longo prazo. As empresas (por exemplo, as empresas de construção) devem ser incentivadas e ajudadas a encontrar as melhores soluções para os seus resíduos.

Fazemos esta recomendação porque todos devemos ser responsáveis pelas nossas ações. Portanto, precisamos repensar todos os processos de produção. A reciclagem requer muitos recursos (água, energia) e, portanto, não pode ser a única solução, razão pela qual oferecemos a venda de produtos a granel. A reciclagem só deve ser utilizada para materiais facilmente recicláveis, e aprendemos com o exemplo finlandês que é possível reciclar em grande escala.

13. Recomendamos a aplicação da mesma tributação em toda a Europa e a harmonização da política fiscal em toda a UE. A harmonização neste domínio deve deixar margem aos Estados-Membros para definirem as suas próprias regras, evitando simultaneamente a evasão fiscal. Pôr fim às práticas fiscais prejudiciais e à concorrência fiscal. Devem ser cobrados impostos sobre as transações comerciais em que se realizem: Quando uma empresa vende num país, teria de pagar impostos nesse país. Estas novas regras visam evitar a deslocalização e garantir que a produção e as transações se realizem entre países europeus.

Fazemos esta recomendação para proteger e desenvolver o emprego e a actividade económica na Europa de uma forma que seja justa para todos os Estados-Membros. Desta forma, a Europa terá um entendimento comum do sistema fiscal e será posto termo à situação de monopólio absurda das empresas muito grandes que não pagam impostos suficientes em comparação com as empresas mais pequenas. Além disso, os recursos financeiros serão redirecionados para onde decorrem as atividades comerciais.

14. Recomendamos a remoção do sistema de obsolescência programada de todos os dispositivos eletrónicos. A mudança deve ocorrer tanto a nível individual como comercial,

para garantir que os dispositivos possam ser reparados e atualizados a longo prazo e possam ser mantidos durante um longo período de tempo. Recomendamos a promoção de dispositivos renovados. O regulamento deve exigir que as empresas garantam o direito à reparação, incluindo atualizações e atualizações de software, bem como à reciclagem de todos os dispositivos a longo prazo. Recomenda-se também que cada empresa utilize conectores padrão.

Fazemos esta recomendação porque, no mundo moderno, os produtos tendem a durar dois anos e nosso desejo é que eles tenham uma vida útil muito mais longa, cerca de 10 anos. Esta proposta terá um impacto positivo nas alterações climáticas e na ecologia. Reduzirá também os custos para os consumidores e o consumismo.

15. Recomendamos ajudar todos a aprender mais sobre o nosso ambiente e suas ligações com a saúde individual através da educação. Os percursos educativos ajudarão todos a definir as suas próprias estratégias pessoais para integrar estes temas na sua vida quotidiana. Esta educação deve começar na escola com assuntos específicos que abordam todas as questões ecológicas, e devemos continuar a educar-nos ao longo de nossas vidas (no trabalho, por exemplo). Contribuirá para reduzir os resíduos, proteger o ambiente e a saúde humana e promover o consumo local de produtos saudáveis e não transformados provenientes de produtores locais. Aqueles que não fizerem nada para reduzir os seus resíduos terão de se submeter a formação gratuita nesta área. Para adaptar o modo de vida, os preços devem ser justos tanto para o produtor como para o consumidor. Por conseguinte, propomos que os pequenos produtores locais respeitadores do ambiente beneficiem de isenções fiscais.

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que muitas pessoas ainda não se sentem preocupadas com estas questões. É por isso que a educação para todos nesta área deve ser estabelecida. Além disso, os produtos locais e saudáveis tendem a ser incomportáveis para muitas pessoas. Temos de garantir que os produtos locais estão mais amplamente disponíveis para todos.

Subeixo 2.4 Agricultura/Subeixo 2.5 Infraestrutura digital

16. Recomendamos a aplicação de um sistema europeu comum de rotulagem nutricional e dos consumidores que seja fácil de compreender (por exemplo, indicação de alergénios, país de origem, etc.); recomendamos a transparência dos processos de autorização em curso e a digitalização da informação sobre os produtos através de uma aplicação europeia normalizada que permita um acesso mais fácil à informação e forneça informações adicionais sobre os produtos e a cadeia de produção. Vemos também a necessidade de um organismo verdadeiramente independente que regule as normas alimentares em toda a UE e tenha poderes legislativos para aplicar sanções.

Fazemos estas recomendações porque todos os cidadãos da UE devem poder contar com a mesma qualidade dos produtos alimentares. A integridade dos produtos alimentares é necessária para garantir a segurança dos cidadãos. Estas recomendações foram formuladas para melhorar,

de forma harmonizada, o controlo dos processos de autorização e a transparência da produção alimentar.

17. Recomendamos que a infraestrutura seja detida pelo Estado para evitar o surgimento de monopólios no setor das telecomunicações e dos serviços de Internet. O acesso à Internet deve ser um direito; Trazer a ligação à Internet para "zonas brancas/zonas mortas" (zonas sem acesso à Internet) deve ser uma prioridade. No que diz respeito ao acesso à Internet e aos equipamentos informáticos, as crianças e as famílias são uma prioridade, especialmente em termos de educação e especialmente em tempos de pandemia. É necessária uma iniciativa para ajudar a apoiar o trabalho à distância, por exemplo, criando espaços de escritórios com acesso a uma ligação à Internet rápida e fiável ou organizando formação digital.

Fazemos esta recomendação porque temos de assegurar que a transformação digital é feita de forma justa. O acesso à Internet é fundamental para a democracia e um direito de todos os cidadãos europeus.

18. Recomendamos respeitar os insetos locais e protegê-los de espécies invasoras. Propomos também promover e defender a obrigação de proporcionar espaços verdes em novos projetos de urbanização. Apelamos a que a biodiversidade se torne uma disciplina obrigatória nas escolas e seja objeto de atividades escolares, por exemplo, atividades práticas. É importante aumentar a sensibilização do público para a biodiversidade através de campanhas nos meios de comunicação social, bem como de «concursos» promovidos em toda a UE (concursos a nível das comunidades locais). Recomendamos a fixação de metas nacionais vinculativas em todos os Estados-Membros da UE para a reflorestação por árvores autóctones e a reintrodução da flora local.

Fazemos esta recomendação porque a biodiversidade é essencial para o ambiente, a qualidade de vida e a luta contra as alterações climáticas.

Eixo 3 Uma sociedade justa

Subeixo 3.1 Segurança social

19. Recomendamos a promoção da igualdade de direitos e de políticas sociais harmonizadas, incluindo políticas de saúde, em toda a UE, tendo em conta os regulamentos adotados e os requisitos mínimos em todo o território.

Fazemos esta recomendação porque existem grandes disparidades entre os Estados-Membros em termos de políticas sociais, que têm de ser reduzidas para garantir uma vida digna a todos os cidadãos e prestar os cuidados e apoio necessários às pessoas vulneráveis por várias razões (saúde, idade, orientação sexual, etc.).

20. Recomendamos a promoção da investigação no domínio social e da saúde na UE, seguindo linhas prioritárias consideradas de interesse público e aprovadas pelos Estados-Membros e com financiamento adequado. Temos de reforçar a cooperação entre áreas de especialização, países, centros de estudo (universidades, etc.).

Fazemos esta recomendação porque há muitas áreas em que precisamos avançar e aprofundar nossos conhecimentos. A experiência da pandemia dá-nos um exemplo de que a investigação é essencial para melhorar a vida, que a colaboração entre os setores público e privado e entre os governos é essencial e que é necessário apoio financeiro.

21. Recomendamos que a UE tenha competências acrescidas em matéria de políticas sociais, a fim de harmonizar as regras mínimas e as prestações de reforma em toda a UE e de estabelecer novas regras, com base num diagnóstico aprofundado. A pensão mínima deve situar-se acima do limiar de pobreza do país. A idade de reforma deve variar de acordo com as categorias de profissões e ser inferior para as profissões mental e fisicamente exigentes. Ao mesmo tempo, o direito ao trabalho deve ser garantido às pessoas mais velhas que desejem continuar a trabalhar numa base voluntária.

Fazemos esta recomendação porque a esperança de vida aumenta e a taxa de natalidade diminui. A população europeia está a envelhecer, razão pela qual temos de tomar medidas adicionais para evitar o risco de marginalização dos idosos e garantir-lhes uma vida digna.

22. Recomendamos a adoção de um conjunto de medidas para incentivar o aumento da taxa de natalidade e assegurar soluções adequadas em matéria de acolhimento de crianças. Essas medidas devem abranger, nomeadamente, serviços de acolhimento de crianças acessíveis e a preços comportáveis (no local de trabalho, à noite, redução do IVA sobre o equipamento das crianças), habitação, estabilidade do emprego, apoio à maternidade, apoio específico e proteção laboral para os jovens e os pais, bem como apoio às mães e aos pais sob a forma de acesso ao conhecimento após o regresso ao trabalho.

Fazemos esta recomendação porque a UE se caracteriza por baixas taxas de natalidade, que também contribuem para o envelhecimento da população europeia e exigem uma ação imediata. O pacote proposto visa garantir que as famílias jovens tenham a estabilidade necessária para cuidar das crianças.

23. Recomendamos a garantia de assistência social e cuidados de saúde para os idosos em casa e em lares de idosos. É igualmente necessário melhorar o apoio às pessoas que cuidam de pessoas (quase) idosas.

Fazemos esta recomendação porque a esperança de vida aumenta e a taxa de natalidade diminui; a população europeia está a envelhecer, razão pela qual temos de tomar medidas adicionais para evitar o risco de marginalização dos idosos e garantir-lhes uma vida digna.

24. Recomendamos que a UE apoie os cuidados paliativos e a morte assistida [eutanásia] de acordo com um conjunto concreto de regras e regulamentos.

Fazemos esta recomendação porque reduziria a dor dos doentes e das famílias e garantiria um fim de vida decente.

Subeixo 3.2 Igualdade de direitos

25. Recomendamos que a UE apoie o acesso específico dos cidadãos a uma habitação social digna, de acordo com as suas necessidades específicas. O esforço financeiro deve ser partilhado entre doadores privados, proprietários, beneficiários de habitação, governos dos Estados-Membros a nível central e local e a União Europeia. O objetivo deve ser facilitar a construção/reparação do parque habitacional social existente, nomeadamente através do recurso a associações cooperativas, ao arrendamento e à aquisição. Os auxílios devem ser concedidos com base em critérios claros (por exemplo, superfície máxima/pessoa a subvencionar, rendimento dos beneficiários, etc.).

Fazemos esta recomendação porque a melhoria do acesso à habitação garantiria que os cidadãos da UE gozam de igualdade de direitos tangíveis e contribuiria para aliviar as tensões sociais. O principal papel da UE consiste em supervisionar o mecanismo de apoio; As autoridades nacionais e locais devem fazer mais para resolver os problemas de habitação.

26. Recomendamos que a UE melhore a regulamentação e a aplicação uniforme das medidas de apoio às famílias com filhos em todos os Estados-Membros. Essas medidas devem incluir, nomeadamente: um aumento da duração da licença parental, do montante do subsídio de nascimento e do montante do subsídio de guarda de crianças.

O Tribunal formula esta recomendação porque considera que estas medidas atenuariam o problema demográfico com que a UE se depara. Também melhorariam a igualdade de género entre os pais.

27. Recomendamos que a UE tome medidas para garantir que todas as famílias gozem dos mesmos direitos familiares em todos os Estados-Membros. Estes direitos incluem o direito ao casamento e à adoção.

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que todos os cidadãos da União devem gozar de direitos iguais, incluindo os direitos familiares. A família é a forma básica de organização social. Uma família feliz contribui para uma sociedade saudável. A recomendação visa garantir que todos os cidadãos gozem dos direitos da família, independentemente do seu género, idade adulta, etnia ou saúde física.

Subeixo 3.3 Equidade/Subeixo 3.4 Acesso ao desporto

28. Recomendamos que a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025 seja fortemente incentivada e de elevada prioridade enquanto questão urgente abordada de forma eficaz pelos Estados-Membros. A UE deve a) definir indicadores (atitudes, disparidades salariais, emprego, liderança, etc.), acompanhar anualmente a estratégia e ser transparente quanto aos resultados alcançados; e b) criar um provedor de justiça para obter reações diretas dos cidadãos.

Fazemos esta recomendação porque consideramos que a situação da igualdade de género na UE está longe de ser satisfatória. Deve haver harmonia em termos de igualdade de género e direitos civis a nível europeu, de modo a alcançar os objetivos de igualdade de género em todos os países, e não apenas naqueles em que o compromisso é mais forte. Estamos empenhados na presença e contribuição das mulheres em cargos de poder e em todos os tipos de profissões, a fim de ter uma União Europeia diversificada e gratificante. As mulheres estão em desvantagem em muitas situações (mesmo quando estão bem educadas/têm um diploma de ensino superior ou outros privilégios), pelo que tal estratégia é absolutamente necessária.

29. Recomendamos que a UE promova e sensibilize o público para o desporto e a atividade física em todos os Estados-Membros devido aos seus benefícios para a saúde. O desporto e a atividade física devem ser incluídos nas políticas sociais, nas políticas de saúde mental e física, bem como nas políticas de educação e de trabalho (ou seja, promover a prescrição do desporto e/ou da atividade física pelos médicos e, sempre que tal seja feito, garantir o acesso a instalações desportivas; 1 hora de trabalho/semana para a atividade física, etc.).

Fazemos esta recomendação porque é um investimento de longo prazo. O investimento no desporto e na atividade física reduz os custos e os encargos para os serviços de saúde. Por exemplo, o desporto e a atividade física como intervenção na saúde reduziram a duração dos tratamentos e torná-los-iam mais eficazes. Esta estratégia já está a ser aplicada com êxito em alguns países, como a Alemanha. O desporto é uma forma de construir valores como o compromisso, o esforço, a autoestima, o respeito ou a camaradagem. Os estilos de vida sedentários são mais comuns do que nas gerações anteriores devido, entre outras coisas, a mais empregos de escritório e/ou mudanças nos hábitos de lazer.

30. Recomendamos que a UE obrigue cada Estado-Membro a ter um salário mínimo que seja definido de acordo com o custo de vida no seu território e considerado um salário justo que permita condições de vida mínimas, acima do limiar de pobreza. Cada Estado-Membro deve dar seguimento a esta questão.

Fazemos esta recomendação porque é injusto não poder chegar ao final do mês quando se trabalha. Salários justos devem contribuir para a qualidade de vida social. Os salários injustos têm um custo elevado para os Estados (segurança, evasão fiscal, custos sociais mais elevados, etc.).

31. Recomendamos a harmonização fiscal nos Estados-Membros a nível da UE (para evitar paraísos fiscais na UE e combater a deslocalização no interior da Europa), bem como um

incentivo fiscal para desencorajar a deslocalização de postos de trabalho para fora da Europa.

Fazemos esta recomendação porque estamos preocupados com o impacto da deslocalização de postos de trabalho para fora da Europa e acreditamos que isso impediria a concorrência fiscal entre os Estados-Membros da UE.

Eixo 4 Aprendizagem na Europa

Subeixo 4.1 Identidade europeia/Subeixo 4.2 Educação digital

32. Recomendamos a promoção do multilinguismo desde tenra idade, por exemplo no jardim de infância. A partir da escola primária, deve ser obrigatório que as crianças atinjam o nível C1 numa língua ativa da UE que não a sua.

Fazemos esta recomendação porque o multilinguismo é uma ferramenta que liga os cidadãos e uma ponte para outras culturas, na medida em que torna outros países e as suas culturas mais acessíveis. Reforça a identidade europeia e os intercâmbios interculturais. É importante conhecer outras culturas no contexto da União Europeia. Por conseguinte, a possibilidade de conversar a um bom nível em duas línguas ajudaria a criar uma identidade europeia comum e a compreender outras culturas europeias. A UE tem de trabalhar em estreita colaboração com os estabelecimentos de ensino para obter bons resultados no domínio da educação. É igualmente necessário criar um programa específico (por exemplo, plataformas digitais, programas Erasmus+ alargados, etc.) para promover exclusivamente o multilinguismo. As atuais Escolas Europeias podem servir de modelo a este respeito. A UE deve criar mais escolas deste tipo e promovê-las ativamente.

33. Recomendamos que a UE sensibilize os jovens para os perigos da Internet e da digitalização através da criação de uma disciplina obrigatória no ensino primário. A UE deve desenvolver instrumentos e criar espaços de formação comuns para os jovens aprenderem em conjunto.

Fazemos esta recomendação porque as iniciativas ou programas atuais nesta área não são suficientes. Além disso, muitos cidadãos da UE não têm conhecimento das iniciativas da UE existentes nestes domínios. As crianças não estão suficientemente conscientes dos perigos da Internet, razão pela qual devemos fazer muito mais para sensibilizar a geração mais jovem.

34. Recomendamos que a UE trabalhe no sentido de tornar a tecnologia mais acessível aos idosos, incentivando programas e iniciativas, por exemplo, sob a forma de cursos adaptados às suas necessidades. A UE deve garantir o direito de utilização do digital para aqueles que o desejem e oferecer alternativas para aqueles que não o desejem.

Fazemos esta recomendação porque a UE deve assegurar que os idosos possam participar no mundo digital e que ninguém seja discriminado. Devem ser criados instrumentos simplificados para as gerações menos experientes na utilização de determinadas tecnologias, a fim de as integrar no mundo de hoje. Recomendamos que as iniciativas existentes sejam mais bem promovidas para que os cidadãos as conheçam. Os idosos não devem ser discriminados na UE no que diz respeito à utilização de ferramentas informáticas. (Como acessório, isto significa que os cidadãos devem poder viver as suas vidas sem terem de passar por uma rede de Internet). A UE deve organizar e disponibilizar aos idosos assistência gratuita permanente para facilitar o acesso às ferramentas digitais.

Subeixo 4.3 Intercâmbio cultural/Subeixo 4.4 Educação ambiental

35. Recomendamos que a UE crie uma plataforma na qual seja disponibilizado material educativo sobre as alterações climáticas, a sustentabilidade e as questões ambientais para fins educativos. Essas informações devem basear-se em factos, ser verificadas por peritos e adaptadas a cada Estado-Membro. A Plataforma deve:

- **devem incluir lições para vários grupos-alvo, por exemplo, para as pessoas que vivem em zonas urbanas ou rurais, todos os grupos etários e todos os níveis de conhecimento prévio;**
- **devem ser disponibilizados a todos os Estados-Membros e ser facilmente acessíveis;**
- **deve incluir, na sua execução, um plano de promoção que envolva as empresas em causa;**
- **Poderão ser disponibilizadas juntamente com um programa de financiamento para apoiar a utilização e a implementação das informações disponíveis na plataforma. Este financiamento deve também apoiar visitas no terreno para apresentar exemplos concretos.**

Fazemos esta recomendação porque as pessoas de todas as idades precisam ter acesso a informações baseadas em evidências sobre como lidar com as alterações climáticas, a sustentabilidade e as questões ambientais. Conceitos importantes, como a pegada ecológica, devem ser compreendidos por todos, especialmente pelos jovens, porque o que aprendemos quando crianças nos acompanha ao longo de nossas vidas. Estes temas são complexos e a desinformação é generalizada. Precisamos de uma fonte fiável e a UE tem credibilidade e recursos para assumir este papel. Este aspeto é igualmente importante, uma vez que os níveis de conhecimento e de acesso a informações credíveis variam de um Estado-Membro para outro.

36. Recomendamos que a UE dê prioridade à garantia de que os programas de intercâmbio sejam acessíveis a todos (grupos etários, Estados-Membros, níveis de educação e capacidade financeira) e permitam estágios ou intercâmbios entre setores, países, instituições de ensino, cidades e empresas. A UE deve ser responsável pelo lançamento, mediação e financiamento de intercâmbios culturais e sociais em toda a UE, tanto físicos como digitais. A UE deve promover activamente estas iniciativas e dirigir-se àqueles que ainda não conhecem os programas de intercâmbio cultural e social. A Conferência sobre o Futuro da Europa, para a qual os cidadãos foram selecionados aleatoriamente, é o exemplo perfeito de um intercâmbio europeu. Queremos mais iniciativas deste tipo, mas também queremos iniciativas de menor dimensão, bem como intercâmbios nos domínios do desporto, da música, dos estágios (sociais), etc.

Fazemos esta recomendação porque é importante criar um sentimento de pertença e coesão e promover a tolerância para com a nossa magnífica diversidade e diferentes perspetivas, bem como o desenvolvimento de competências individuais. Este processo irá desenvolver amizades, compreensão mútua e pensamento crítico. Gostaríamos de promover o envolvimento de todos os membros das nossas comunidades, mesmo aqueles que não participaram em tais iniciativas até à data.

Subeixo 4.5 Qualidade, financiamento e acesso à educação/Subeixo 4.6 Harmonização da educação

37. Recomendamos que todos os Estados-Membros definam e adotem um nível mínimo de ensino certificado em matérias essenciais a partir da escola primária. O objetivo é garantir que todos os cidadãos tenham igualdade de acesso a uma educação de qualidade que garanta a equidade e a igualdade.

Fazemos esta recomendação pelas seguintes razões:

- A existência de uma norma mínima reforçaria a confiança dos pais, professores e estudantes nos seus sistemas educativos, deixando simultaneamente margem para a iniciativa e a diversidade.
- Se for aplicada, a nossa recomendação reforçará e reforçará a identidade europeia comum, promovendo a coesão, a unidade e o sentimento de pertença.
- A aplicação desta recomendação reforçaria a cooperação e os intercâmbios entre escolas em toda a UE, o que melhoraria as relações entre o pessoal docente e os alunos e facilitaria consideravelmente os programas de intercâmbio.

38. Recomendamos que o inglês seja ensinado, de acordo com um padrão certificável, como uma disciplina central nas escolas primárias em todos os Estados-Membros da UE, a fim de facilitar e reforçar a capacidade dos cidadãos europeus de comunicar de forma eficaz.

Fazemos esta recomendação pelas seguintes razões:

- Tal permitiria uma maior unidade e igualdade através do reforço da capacidade dos cidadãos para comunicarem entre si e apoiaria uma identidade europeia comum mais forte;
- Tal alargaria o mercado de trabalho e torná-lo-ia mais flexível e acessível, dando aos cidadãos a confiança para trabalhar e comunicar em todos os outros Estados-Membros que oferecem mais oportunidades pessoais e profissionais.
- uma tal abordagem permitiria divulgar uma língua europeia comum num prazo muito curto;
- A utilização de uma linguagem comum acelera a partilha de informações, o que seria benéfico para a cooperação, a resposta conjunta a situações de crise, a ajuda humanitária e a aproximação entre a Europa e os europeus.

Eixo 5 Uma transformação digital ética e segura

Subeixo 5.1 Democratização da transformação digital/Subeixo 5.2 Cibersegurança

39. Recomendamos que a UE disponha de mais poderes para combater os conteúdos ilegais e a cibercriminalidade. Recomendamos o reforço das capacidades da Europol/Centro Europeu da Cibercriminalidade, incluindo:

- aumento dos recursos financeiros e do pessoal
- Assegurar sanções semelhantes em cada país • Assegurar um controlo da legalidade rápido e eficaz

Fazemos esta recomendação a fim de garantir a liberdade na Internet, assegurando simultaneamente que a discriminação, o abuso e o assédio sejam punidos. Apoiamos a ideia de um organismo público europeu porque não queremos deixar a regulamentação das plataformas em linha apenas para as empresas privadas. As plataformas em linha devem assumir a responsabilidade pelos conteúdos distribuídos, mas queremos garantir que não são os seus interesses que têm prioridade. A regulamentação dos conteúdos e a ação penal contra os responsáveis devem ser rápidas e eficazes, para que tenham também um efeito dissuasor sobre as pessoas mal-intencionadas.

40. Recomendamos que a UE invista em infraestruturas digitais inovadoras e de elevada qualidade (como a tecnologia 5G em desenvolvimento na Europa), a fim de assegurar a autonomia da Europa e evitar a dependência de países terceiros ou de empresas privadas. A UE deve também prestar especial atenção aos investimentos nas suas regiões mais atrasadas.

Fazemos esta recomendação porque as infraestruturas digitais desempenham um papel essencial na economia europeia, bem como na vida quotidiana dos europeus, que facilitam. Por conseguinte, a Europa necessita de infraestruturas digitais de elevada qualidade. Se depender de terceiros, a Europa pode ser vulnerável a influências negativas de empresas privadas ou de países estrangeiros. Por conseguinte, a Europa deve investir em infraestruturas digitais para melhorar a sua autonomia. É igualmente importante assegurar a inclusão digital, assegurando que as regiões menos desenvolvidas do ponto de vista digital beneficiem de investimentos.

41. Recomendamos que a UE promova a educação sobre notícias falsas, desinformação e segurança em linha nas Escolas Europeias. Deve basear-se em exemplos de boas práticas de toda a UE. A UE deve criar uma organização específica para promover este trabalho e formular recomendações aos sistemas educativos. Deve também promover a educação não formal, bem como técnicas de ensino inovadoras e criativas (por exemplo, jogos participativos).

Fazemos esta recomendação porque a introdução de cursos sobre segurança em linha e cultura de segurança digital (luta contra burlas em linha, notícias falsas, etc.) na escola é importante para dar a todos as ferramentas para se protegerem das ameaças em linha. É importante visar os

jovens, que estão altamente expostos a este tipo de ameaças. As escolas também podem comunicar com os pais para promover boas práticas. Estes cursos podem inspirar-se em exemplos de boas práticas na Europa (por exemplo, na Finlândia), adaptando-se simultaneamente às necessidades de cada país.

Subeixo 5.3 Proteção de dados

42. Recomendamos que se limite ainda mais a utilização abusiva de dados por «gigantes de dados», melhorando o cumprimento do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), criando mecanismos mais normalizados em toda a UE e assegurando que mesmo as empresas de países terceiros que operam na UE cumprem este regulamento. Essa melhoria deve proporcionar uma explicação clara e sucinta das condições de utilização dos dados, a fim de evitar ambiguidades e a prestação de informações adicionais sobre como e por quem os dados serão utilizados, bem como para evitar que o consentimento para a reutilização e revenda dos dados seja a opção por defeito. Deve assegurar que os dados são permanentemente apagados quando um cidadão os solicita. Deverá também aumentar a coerência da execução em relação à definição de perfis de pessoas com base nas suas atividades em linha. Propomos dois tipos de sanções: Uma coima proporcional ao volume de negócios da empresa e às limitações das atividades da empresa.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, a transparência é muito limitada quanto ao tipo de dados recolhidos, à forma como são tratados e à identidade daqueles a quem são vendidos. Temos de limitar ainda mais os abusos de poder por parte dos gigantes dos dados e assegurar que os cidadãos dão o seu consentimento informado ao tratamento dos seus dados.

43. Recomendamos a criação de uma agência pan-europeia independente que defina claramente o comportamento intrusivo (por exemplo, spam) e elabore orientações sobre a forma como os cidadãos podem opor-se ao tratamento dos seus dados e obter o seu apagamento, em especial junto de terceiros. Esta agência deve ter o mandato de identificar e sancionar os autores de fraudes e as organizações que não cumpram as regras. Deve centrar-se na garantia do cumprimento das regras da UE por entidades estabelecidas fora da UE, mas que aí operam. Seria financiado pelas instituições da UE e seria composto por um conselho conjunto de organismos independentes (ou seja, peritos do meio académico e entidades que representam profissionais). Deve ter um praesidium rotativo. Propomos dois tipos de sanções: uma coima proporcional ao volume de negócios das empresas e às limitações das atividades das empresas.

Fazemos esta recomendação porque não existe uma agência central com um mandato forte que possa ajudar os cidadãos, especialmente quando têm um problema e precisam de ajuda, aconselhamento ou apoio. Não existem regras claras e vinculativas que as empresas devam respeitar. As sanções não são aplicadas ou têm um impacto negligenciável nas empresas.

44. Recomendamos a criação de um sistema de certificação da UE que certifique a conformidade com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) de forma transparente e assegure que as informações sobre a proteção de dados são apresentadas de forma acessível, clara e simples. Este certificado seria obrigatório e visível nos sítios

Web e plataformas. Deve ser emitido por um certificador independente a nível europeu, existente ou estabelecido para o efeito, que não esteja ligado aos governos nacionais ou ao setor privado.

Fazemos esta recomendação porque atualmente existe pouca ou nenhuma transparência sobre a forma como os dados são protegidos por cada empresa e os utilizadores/clientes não podem fazer uma escolha informada.

45. Recomendamos que se explique melhor o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e que se melhore a comunicação sobre o mesmo através da criação de um texto normalizado sobre a conformidade que utilize uma linguagem simples e clara que todos possam compreender. Este texto deve apresentar uma mensagem-chave e/ou princípios fundamentais. O procedimento de consentimento deve ser mais visual (por exemplo, um pedido de autorização explícita para aceder ao telefone através de uma aplicação). Deve ser acompanhada de uma campanha de informação (especialmente televisão) e, sistematicamente, de cursos obrigatórios (pelo menos para os que trabalham com dados) e de aconselhamento para as pessoas que necessitam de assistência.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, a redação do RGPD é demasiado vaga e demasiado técnica e a quantidade de informações é esmagadora e não acessível a todos. A comunicação também não é semelhante entre países e exclui frequentemente diferentes grupos, principalmente idosos e pessoas nascidas antes do digital.

Subeixo 5.4 Transformação digital e saúde

46. Recomendamos que a UE aborde o problema da «falsa informação» de duas formas:

- **Legislação que permita às empresas de redes sociais aplicar algoritmos de aprendizagem automática que possam realçar a fiabilidade das informações nas redes sociais e nos novos meios de comunicação social, fornecendo ao utilizador fontes de informação verificadas. Recomendamos que os algoritmos sejam verificados por peritos para garantir o seu bom funcionamento;**
- **Criação de uma plataforma digital para atribuir uma classificação à informação dos meios de comunicação social tradicionais (por exemplo, televisão, imprensa escrita, rádio), independentemente dos interesses políticos e económicos, e para informar os cidadãos sobre a qualidade da informação sem aplicar qualquer forma de censura. A plataforma deve estar sujeita ao escrutínio público e aos mais elevados padrões de transparência, e a UE deve assegurar que os fundos que lhe são atribuídos são utilizados para o fim a que se destinam.**

Fazemos esta recomendação porque estão envolvidos diferentes tipos de meios de comunicação social e consideramos que as sanções ou a remoção de conteúdos podem conduzir à censura e comprometer a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Recomendamos que os especialistas verifiquem e controlem o bom funcionamento do algoritmo para garantir que está a funcionar corretamente. Por último, recomendamos que a plataforma seja apolítica e independente, a fim de garantir a transparência e a liberdade de expressão. Além disso, uma vez

que é impossível eliminar completamente as notícias falsas, a disponibilização destes instrumentos aos cidadãos contribuirá para reduzir o seu impacto na Europa.

47. Recomendamos que a UE implemente diferentes ações para assegurar uma utilização saudável da Internet:

- em primeiro lugar, a UE tem de dar resposta à falta de infraestruturas e equipamentos que impeçam os cidadãos de aceder à Internet;
 - Em segundo lugar, o Tribunal recomenda que a UE incentive os Estados-Membros a disponibilizarem formação na Internet e os seus riscos para todos os grupos etários. Tal poderia ser feito através da introdução de cursos nas escolas para crianças e jovens e da criação de diferentes currículos e currículos para chegar aos cidadãos adultos e idosos. O conteúdo destes cursos deve ser determinado a nível europeu por um grupo de peritos independentes.
 - Por último, instamos a UE a tomar todas as medidas necessárias para garantir que a digitalização da sociedade não exclua as pessoas idosas e para garantir que os serviços essenciais também sejam acessíveis presencialmente.
- A UE deve assegurar que os fundos especificamente afetados a estas atividades sejam utilizados para o fim a que se destinam.

Fazemos esta recomendação, devido à falta de infraestruturas e equipamentos (por exemplo, dispositivos) em alguns locais da Europa e à necessidade de assegurar a ligação antes de educar os cidadãos, porque sabemos que o acesso à Internet é limitado em determinadas regiões e para determinados perfis. Recomendamos a organização de aulas para ajudar as crianças a adquirir literacia digital, a disponibilização de outros programas para ajudar as pessoas mais velhas a tornarem-se digitais e a tomada de medidas para as tranquilizar de que a transformação digital não prejudica os direitos das pessoas mais velhas.

48. Recomendamos que a UE promova a educação dos cidadãos em cada Estado-Membro, a fim de reforçar o pensamento crítico, o ceticismo e a verificação de factos e ensiná-los a avaliar de forma independente se a informação é fiável ou não. Esta educação deve envolver a organização de cursos específicos ao nível do ensino básico e deve ser oferecida, noutros espaços públicos, a cidadãos de todas as idades que desejem beneficiar dela. A UE deve assegurar que os fundos especificamente afetados a estas atividades sejam utilizados para o fim a que se destinam.

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que é impossível livrar-se completamente de informações falsas. Esta formação ajudará os cidadãos a reconhecê-los por si próprios. Consequentemente, os efeitos das informações falsas na sociedade e nos próprios cidadãos serão reduzidos. Proporcionaria também aos cidadãos maiores oportunidades de ação, em vez de dependerem de instituições para obter informações fiáveis.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES EXAMINADAS PELO PAINEL QUE NÃO FORAM ADOTADAS

Eixo 3 Uma sociedade justa

Subeixo 3.2 Igualdade de direitos

O Tribunal recomenda que a UE crie um mecanismo para acompanhar e fazer respeitar os direitos das minorias (por exemplo, um portal ou um gabinete onde as pessoas possam apresentar queixas).

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que cada indivíduo pode expressar a sua opinião e tem o direito de procurar e receber ajuda. Tal escritório é necessário para reduzir as tensões entre as minorias e a maioria.

Subeixo 3.3 Capital próprio/Subeixo 3.4 Acesso ao desporto

Recomendamos que a UE sensibilize para a atividade física através da «modelização de papéis», envolvendo figuras públicas (por exemplo, os eventos organizados pelo Parlamento devem incluir alguma forma de atividade física ou de movimento durante alguns segundos, como alongamentos, caminhadas ou saltos).

Fazemos esta recomendação porque a mobilização de figuras públicas para a atividade física aumentará a conscientização pública.

Eixo 5 Uma transformação digital ética e segura

Subeixo 5.3 Proteção de dados

Recomendamos a criação de um identificador Web que armazene dados pessoais e sensíveis, mas que apenas os disponibilize às autoridades e à polícia. As plataformas em linha e os vendedores utilizarão o código em linha associado a este identificador Web e os dados necessários para uma determinada atividade. A configuração por defeito para a partilha de dados utilizando este identificador não deve dar o seu consentimento. Os dados só devem ser comunicados às partes diretamente interessadas e não a terceiros. Se os dados forem comunicados a terceiros, um cidadão deve poder opor-se facilmente. Os dados só devem estar disponíveis por um período de tempo limitado ou para uma transação específica. A autorização para utilizar os dados deve ser limitada no tempo ou definir claramente o que as empresas podem fazer com os dados.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, as empresas podem recolher todos os dados, incluindo dados pessoais e dados sensíveis, e utilizá-los para muitas finalidades sem divulgar como e porquê exatamente. Portanto, os operadores obtêm mais informações do que realmente precisam para nos fornecer serviços e podem revender ou reutilizar outros dados sem o nosso consentimento. Ao mesmo tempo, tal assegurará a responsabilização dos utilizadores da Internet, preservando simultaneamente o seu anonimato relativo.

Painel de Cidadãos Europeus 2: "Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança»

RECOMENDAÇÕES ADOPTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR EM PLENÁRIA)

Eixo 1: Garantir os direitos e a não discriminação

Subeixo 1.1 Não discriminação / Subeixo 1.2 Igualdade de género

1. «Recomendamos que a UE inclua critérios para combater a discriminação no mercado de trabalho (quotas para jovens, idosos, mulheres, minorias). Se as empresas satisfizerem estes critérios, recebem subsídios ou benefícios fiscais.»

Recomendamos que os funcionários sejam mais sensibilizados para as seguintes questões:

- instituições supranacionais e nacionais (por exemplo, sindicatos);
- mecanismos para garantir que as empresas cumprem as regras em vigor em matéria de não discriminação no local de trabalho;
- Programas de qualificação para grupos sociais vítimas de discriminação no mercado de trabalho (jovens, idosos, mulheres, minorias).

Recomendamos a adoção de um ato legislativo da UE em duas fases. Em primeiro lugar, devem ser concedidos subsídios para a contratação de trabalhadores de determinadas categorias que possam ser discriminados. Em segundo lugar, o ato legislativo deve exigir que os empregadores empreguem estes grupos durante um período mínimo."

Com efeito, a União é responsável por manter um equilíbrio entre os interesses do mercado livre e a proteção dos grupos vulneráveis que necessitam de proteção jurídica. Grupos heterogêneos são desejáveis para as empresas, uma vez que oferecem diversas qualificações. As subvenções constituem um incentivo adicional para as empresas.

2. «Recomendamos que a UE crie um regime de incentivos que facilite a criação de jardins de infância e parques infantis a preços acessíveis em grandes e pequenas empresas. As instalações partilhadas são também uma solução viável para as pequenas empresas beneficiarem da subvenção.

Recomendamos que a UE obrigue as empresas a criar jardins de infância proporcionalmente ao número de trabalhadores.»

Recomendamos esta medida porque a conciliação da vida familiar e profissional melhora o desempenho no trabalho, reduz o desemprego e coloca os pais, especialmente as mulheres, em condições de prosseguir as suas carreiras. Focada na dimensão social, a solução proposta garante a segurança das crianças e reduz as ansiedades dos pais.

Subeixo 1.3: Proteger os direitos humanos e os direitos da natureza e dos animais

3. «Recomendamos a preservação do bem-estar dos animais e da sustentabilidade das explorações pecuárias através da alteração da Diretiva 98/58/CE relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias. É necessário definir critérios mínimos mais pormenorizados. Devem ser precisas, mensuráveis e limitadas no tempo. Os critérios mínimos devem ser estabelecidos de forma a conduzir a normas mais elevadas em matéria de bem-estar dos animais e, ao mesmo tempo, permitir a transição para um clima e ambiente sustentáveis e uma agricultura ecológica.»

Enquanto cidadãos, consideramos que é importante dispor de normas mínimas mais rigorosas a harmonizar na União no domínio da pecuária. Reconhecemos que a transição pode colocar desafios em alguns setores agrícolas subsidiados e para os que estão em transição para uma agricultura ecológica e sustentável. No entanto, consideramos que é muito importante assegurar que esta transição se realize.

4. «Recomendamos a promoção de uma agricultura mais respeitadora do ambiente e do clima na Europa e em todo o mundo, por exemplo, através da tributação de todas as emissões negativas, pesticidas e utilização extrema da água, com base no seu impacto no ambiente. Os direitos aduaneiros aplicáveis a todos os produtos agrícolas importados na União devem permitir eliminar as vantagens concorrenciais dos países terceiros que não cumprem as mesmas normas que a União. Para promover uma agricultura respeitadora dos animais, recomendamos a tributação das emissões causadas pelo transporte de animais a longa distância.»

Ao criar esse sistema, consideramos que é possível apoiar a transição para uma agricultura respeitadora do clima e do ambiente.

5. «Embora muitas notícias falsas tenham circulado ultimamente, recomendamos a promoção de uma cobertura mediática mais independente, objetiva e equilibrada: 1. Elaborar uma diretiva da UE que estabeleça normas mínimas para a independência dos meios de comunicação social; 2. Promover, a nível da União, o desenvolvimento de competências mediáticas para cada cidadão.»

A União deve elaborar uma directiva que garanta a independência dos meios de comunicação social e a liberdade de expressão.

6. «Recomendamos que deixe de subsidiar a produção agrícola em massa se esta não conduzir a uma transição para uma agricultura climática, ecológica e sustentável. Em vez disso, recomendamos o redirecionamento das subvenções para apoiar uma transição sustentável.»

Em vez de subsidiar o setor da agricultura de massas, os subsídios devem ser redirecionados para explorações agrícolas em transição, a fim de cumprir as novas normas mínimas em matéria de bem-estar dos animais.

Subeixo 1.4 Direito à privacidade

7. «Recomendamos que as entidades que tratam dados pessoais sejam autorizadas a nível da União. Estas entidades terão também de ser sujeitas a uma auditoria anual externa e independente em matéria de proteção de dados. Estas entidades serão sancionadas por violações da proteção de dados proporcionalmente ao seu volume de negócios anual, de forma mais rigorosa do que ao abrigo do atual regulamento. A autorização deverá ser retirada após duas infracções consecutivas e imediatamente após uma infracção grave.»

Recomendamos tais medidas porque os regulamentos atuais (RGPD) não são suficientes e as entidades precisam ser melhor controladas e sancionadas para garantir que não violem os direitos de proteção de dados e privacidade.

8. «Recomendamos o reforço das competências da UE nos seguintes domínios: 1) educação em matéria de proteção de dados, 2) sensibilização para a proteção de dados e 3) proteção dos dados pessoais dos menores. Recomendamos a clarificação e o reforço das regras relativas ao tratamento de dados de menores no RGPD, incluindo as regras em matéria de consentimento, verificação da idade e controlo pelos tutores legais. Recomendamos igualmente a introdução de uma categoria especial no RGPD para os dados sensíveis de menores (por exemplo, registo criminal, informações sobre saúde, nudez), de modo a que os menores sejam protegidos contra qualquer forma de abuso e discriminação.»

Esta recomendação é necessária porque os menores são particularmente vulneráveis às violações da proteção de dados e da privacidade e, atualmente, a população em geral (especialmente os menores, os professores e os tutores legais) não está suficientemente ciente da proteção de dados. Todos precisam de aprender a utilizar os serviços de dados em linha e fora de linha e a proteger o direito das crianças à privacidade. Além disso, os tutores legais podem muitas vezes consentir no tratamento dos dados das crianças sem estarem plenamente conscientes ou informados e as crianças podem falsificar o consentimento dos pais. Por último, esta recomendação é necessária porque não existe uma verdadeira campanha de sensibilização para a proteção de dados à escala da UE dirigida, em especial, a menores, tutores legais e professores, embora tal campanha seja indispensável.

9. «Recomendamos a criação de políticas de privacidade normalizadas e de formulários de consentimento fáceis de compreender, concisos e intuitivos, que indiquem claramente o tratamento de dados estritamente necessário e o que é facultativo. Recomendamos que a retirada do consentimento seja fácil, rápida e permanente. Recomendamos que as entidades sejam proibidas de limitar os seus serviços mais do que o necessário se não tiver sido dado consentimento para o tratamento facultativo de dados.»

Recomendamos esta medida porque as atuais regras da UE não são suficientemente precisas, a retirada do consentimento é longa, temporária e complexa e as entidades não têm interesse em oferecer os seus serviços aos cidadãos que invocam o seu direito à proteção de dados.

Eixo 2: Proteger a democracia e o Estado de direito

Subeixo 2.1 Proteção do Estado de direito

10. «Recomendamos que o Regulamento relativo à condicionalidade (2020/2092, adotado em 16 de dezembro de 2020) seja alterado de modo a aplicar-se a todas as violações do Estado de direito e não apenas às violações com impacto no orçamento da UE.»

O Regulamento Condicionalidade permite a suspensão do desembolso de fundos da UE aos Estados-Membros que violem o Estado de direito. No entanto, na sua redação atual, aplica-se apenas a infrações que tenham ou sejam suscetíveis de ter impacto no orçamento da União. Além disso, a atual redação do Regulamento Condicionalidade protege o orçamento da UE e as instituições da UE e não os cidadãos dos Estados-Membros em causa. Por conseguinte, recomendamos que o atual texto do regulamento seja alterado de modo a abranger todas as violações do Estado de direito.

11. «Recomendamos que a UE organize conferências anuais sobre o Estado de direito após a publicação do relatório anual sobre o Estado de direito (mecanismo da Comissão para controlar o cumprimento do Estado de direito pelos Estados-Membros). Os Estados-Membros deverão ser obrigados a enviar à Conferência delegações nacionais socialmente diversificadas, incluindo cidadãos e funcionários.»

Esta conferência promoveria o diálogo entre os cidadãos da UE sobre questões relativas ao Estado de direito, bem como o diálogo entre os cidadãos e os peritos que elaboram os relatórios anuais sobre o Estado de direito. Acreditamos que, num clima de apreciação e partilha mútuas, os participantes poderão trazer as melhores práticas e ideias de volta para os seus países de origem. Além disso, a conferência aumentaria a sensibilização e a compreensão do princípio do Estado de direito e das conclusões e do processo subjacentes ao relatório anual sobre o Estado de direito. Além disso, atrairia a atenção dos meios de comunicação social e permitiria aos cidadãos partilhar as suas experiências e compará-las com as conclusões do relatório.

Subeixo 2.2 Proteção e reforço da democracia/Subeixo 2.4 Meios de comunicação social e desinformação

12. «Recomendamos que a UE aplique as suas regras de concorrência de forma mais rigorosa no setor dos meios de comunicação social, a fim de assegurar a proteção do pluralismo dos meios de comunicação social em todos os Estados-Membros. A UE deve evitar grandes monopólios dos meios de comunicação social e nomeações políticas para conselhos de comunicação social. Recomendamos igualmente que o futuro Regulamento

Liberdade dos Meios de Comunicação Social da UE inclua regras para impedir que os políticos detenham ou tenham uma forte influência nos conteúdos dos meios de comunicação social.»

Recomendamos esta medida porque a aplicação das regras de concorrência da UE promove um panorama mediático pluralista em que os cidadãos têm escolha. Uma vez que a Comissão está atualmente a elaborar legislação (sobre a liberdade dos meios de comunicação social) para a integridade do mercado dos meios de comunicação social da UE, importa também prever que os meios de comunicação social não sejam detidos ou influenciados por políticos.

Subeixo 2.3 Segurança

13. «Recomendamos que as instituições da UE desempenhem um papel mais forte com todos os instrumentos à sua disposição, incluindo os centros nacionais de cibersegurança e a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), a fim de proteger os cidadãos, as organizações e as instituições contra novas ameaças decorrentes de violações da cibersegurança e da utilização da inteligência artificial para fins criminosos. Recomendamos igualmente que as diretivas emanadas da Europa e das suas agências sejam devidamente aplicadas e divulgadas em todos os Estados-Membros.»

Recomendamos esta medida porque os cidadãos se sentem impotentes e desconhecem o que a União Europeia está a fazer para combater estas ameaças. Recomendamos esta medida porque estas ameaças constituem um grave problema de segurança nacional e europeia. Recomendamos esta medida porque a Europa deve ser um verdadeiro motor de inovação neste domínio.

14. «Recomendamos que, nas suas relações com os países externos, a União reforce, em primeiro lugar, os valores democráticos comuns às suas fronteiras. Só depois de alcançar este objetivo é que recomendamos que a União se torne embaixadora do nosso modelo democrático nos países que estão dispostos e dispostos a aplicar este modelo, através da diplomacia e do diálogo.»

Recomendamos esta medida porque temos que olhar para dentro antes de olhar para fora. Porque a Europa pode e deve ajudar os Estados-Membros a reforçar as suas democracias. Porque é também ao darmos o exemplo e ao apoiarmos os esforços dos países externos em prol da democracia que nos protegemos.

Eixo 3: Reformar a União Europeia

Subeixo 3.1 Reforma institucional

15. «Recomendamos a alteração dos nomes das instituições da UE, a fim de clarificar as suas funções. Por exemplo, o Conselho da União Europeia poderia chamar-se Senado da União Europeia. A Comissão Europeia poderia chamar-se Comissão Executiva da União Europeia.»

O Tribunal recomenda esta medida porque, atualmente, é difícil para os cidadãos compreender os papéis e as funções de cada instituição da UE. Os seus nomes não reflectem as suas funções. Não se pode esperar que os cidadãos distingam entre o Conselho da União Europeia, o Conselho Europeu e o Conselho da Europa. É importante evitar sobreposições.

16. «Recomendamos a adoção de uma lei eleitoral para o Parlamento Europeu, que harmonize as condições eleitorais (idade do direito de voto, data das eleições, requisitos aplicáveis às circunscrições eleitorais, candidatos, partidos políticos e respetivo financiamento). Os cidadãos europeus devem ter o direito de votar em diferentes partidos a nível da UE, cada um composto por candidatos de vários Estados-Membros. Durante um período de transição suficiente, os cidadãos ainda podem votar em partidos nacionais e transnacionais.»

Recomendamos esta medida porque a União precisa de desenvolver um sentimento de unidade, que poderia ser alcançado através de uma eleição verdadeiramente unificada do Parlamento Europeu. Esta eleição conjunta permitirá capacitar os deputados ao Parlamento Europeu e centrar a campanha eleitoral em temas europeus comuns.

Subeixo 3.2 Tomada de decisões

17. «Recomendamos a criação de uma plataforma em linha onde os cidadãos possam encontrar e solicitar informações verificadas. A plataforma deve ser claramente associada às instituições da União, estruturada por temas e facilmente acessível (por exemplo, através da disponibilização de uma linha direta). Os cidadãos devem ter a oportunidade de fazer perguntas críticas a peritos (por exemplo, académicos, jornalistas) e obter respostas factuais de fontes.»

O acesso aberto a informações factuais é da maior importância para a nossa sociedade, para que os cidadãos estejam bem informados e protegidos contra notícias falsas e desinformação. Precisamos de uma fonte de informação credível e independente que não seja influenciada por interesses políticos, económicos e nacionais. Além disso, a Plataforma pode estabelecer uma ponte (ou seja, uma relação direta) entre os cidadãos e a União.

18. «Recomendamos a realização de um referendo à escala da UE, em casos excepcionais, sobre questões extremamente importantes para todos os cidadãos europeus. O referendo deve ser lançado pelo Parlamento Europeu e deve ser juridicamente vinculativo.»

Os cidadãos da UE devem ter uma influência mais direta nas decisões importantes sobre questões da UE. No entanto, os referendos só devem ser realizados em circunstâncias

excepcionais, uma vez que, dado o seu elevado custo, não seria possível realizá-los regularmente. Estamos cientes de que esta recomendação poderá exigir uma alteração do Tratado e a adaptação das constituições nacionais.

19. «Recomendamos a criação de uma plataforma digital multifuncional através da qual os cidadãos possam votar em eleições e sondagens em linha. Os cidadãos devem ter a oportunidade de motivar o seu voto sobre questões importantes e propostas legislativas das instituições europeias. Esta plataforma deve ser segura, amplamente acessível e altamente visível para todos os cidadãos.»

O objetivo desta plataforma é aumentar a participação na política europeia e facilitar o acesso dos cidadãos à consulta e ao voto. As ferramentas e os processos existentes não são suficientemente visíveis, razão pela qual precisamos de uma nova ferramenta integrada para estas diferentes funções. Uma maior participação conduz a melhores decisões, a uma maior confiança entre os cidadãos europeus e a um melhor funcionamento da União em geral.

20. «Recomendamos que os sistemas de votação nas instituições da UE sejam reavaliados, centrando-se na questão da votação por unanimidade. A "ponderação" dos votos deve ser calculada de forma justa, a fim de proteger os interesses dos pequenos países.

A votação por unanimidade constitui um desafio importante para a tomada de decisões na União. Dado o grande número de Estados-Membros, é muito difícil chegar a acordo. Se necessário, os Tratados europeus devem ser alterados para abordar a questão da unanimidade.

Subeixo 3.3 Integração mais estreita

21. «Recomendamos que a União realize investimentos públicos que conduzam à criação de postos de trabalho adequados e à melhoria e harmonização da qualidade de vida em toda a União, entre os Estados-Membros e no interior dos Estados-Membros (ou seja, a nível regional). É necessário assegurar a supervisão, a transparência e uma comunicação eficaz com os cidadãos na execução dos investimentos públicos e permitir que os cidadãos acompanhem todo o processo de investimento. Para uma melhor qualidade de vida, devem ser feitos investimentos em domínios como a educação, a saúde, a habitação, as infraestruturas físicas, os cuidados aos idosos e às pessoas com deficiência, tendo em conta as necessidades de cada Estado-Membro. Os investimentos adicionais devem ter por objetivo encontrar um bom equilíbrio entre uma vida profissional e pessoal adequadas, a fim de permitir um estilo de vida saudável.»

Recomendamos esta medida porque a harmonização do nível de vida na União melhorará o progresso económico em toda a União, conduzindo a uma União Europeia unificada. Trata-se de um indicador fundamental para uma maior integração da União. Embora alguns destes mecanismos já estejam em vigor, consideramos que ainda há margem para melhorias.

22. «Recomendamos o estabelecimento de uma base comum, baseada num conjunto de indicadores económicos e indicadores de qualidade de vida, para todos os Estados-Membros, a fim de oferecer as mesmas oportunidades e colocar todos em pé de igualdade para alcançar uma estrutura económica comum. É importante que esta base comum seja estabelecida de acordo com um calendário claro e realista estabelecido pelas instituições sob recomendação dos peritos. Os peritos devem também ser consultados sobre a forma que essa estrutura económica comum deve assumir. É igualmente importante que os indicadores em que se baseia esta base comum sejam definidos mais pormenorizadamente com a assistência de peritos.»

Recomendamos esta medida porque, se tivermos uma União justa, teremos uma Europa mais unida. Para sermos justos, temos de oferecer igualdade de oportunidades e uma base comum a toda a União. Só será possível alcançar uma estrutura económica comum quando for estabelecida uma base comum.

23. «Recomendamos a tributação das grandes empresas e do rendimento das sociedades para contribuir para o investimento público e a utilização da tributação para investir na educação e no desenvolvimento de cada país (I&D, bolsas de estudo – Erasmus, etc.). É igualmente importante assegurar a abolição dos paraísos fiscais na União.»

Recomendamos esta medida, uma vez que ajudará a prevenir a evasão fiscal e a criação de paraísos fiscais e promoverá o cumprimento.

Eixo 4: Construir a identidade europeia

Subeixo 4.1 Educação para a democracia

24. Recomendamos que se garanta que a educação para a democracia na UE melhore e alcance um nível mínimo de conhecimentos em todos os Estados-Membros. Essa educação deve abranger, entre outros, os processos democráticos e as informações gerais sobre a União, que devem ser ministradas em todos os Estados-Membros da União. Deve ser enriquecida por um conjunto de diferentes conceitos destinados a ensinar o processo democrático, que devem ser atrativos e adequados à idade.»

Esta recomendação e as suas razões são importantes porque, se for aplicada, conduzirá a uma vida mais harmoniosa e democrática na União. As justificações são as seguintes: os jovens seriam educados nos processos democráticos; essa educação poderia limitar o populismo e a desinformação no debate público; pode reduzir a discriminação; e, por último, permitiria educar e mobilizar os cidadãos a favor da democracia para além do seu mero dever de voto.

25. «Recomendamos que as tecnologias de tradução existentes e emergentes, como a inteligência artificial, continuem a ser desenvolvidas, melhoradas e tornadas mais

acessíveis, a fim de reduzir as barreiras linguísticas e reforçar a identidade comum e a democracia na União.»

Esta recomendação e as suas razões são importantes porque, se for aplicada, contribuirá para a construção de uma identidade europeia comum, melhorando a comunicação entre os cidadãos de todos os Estados-Membros.

26. «Recomendamos que as informações verificáveis sejam facilmente acessíveis, em termos compreensíveis, aos cidadãos através de uma aplicação para dispositivos móveis, a fim de melhorar a transparência, o debate público e a democracia. Esta aplicação poderia ser utilizada para divulgar informações sobre, por exemplo, legislação, debates na União, alterações aos Tratados, etc.

Esta recomendação e as suas razões são importantes porque, se for aplicada, facilitará a comunicação, uma vez que permitirá um debate mais informado entre cidadãos de diferentes Estados-Membros, através de uma aplicação que poderá ter muitas funções diferentes. Esta aplicação deve ser concebida de forma a ser suscetível de interessar a todos e ser capaz de aumentar a curiosidade e tornar a informação técnica mais acessível e atrativa. A aplicação deve ser vista como uma fonte complementar, divulgando informações oficialmente verificadas diretamente pela União, a fim de melhorar a confiança e a transparência no debate público e contribuir para a construção de uma identidade europeia comum.

Subeixo 4.2 Valores e identidade europeus

27. «Recomendamos que a UE crie um fundo especial para as interações em linha e fora de linha (ou seja, programas de intercâmbio, painéis, reuniões) de curta e longa duração entre os cidadãos da UE, a fim de reforçar a identidade europeia. Os participantes devem ser representativos da sociedade da União e ser selecionados, em especial, a partir de grupos escolhidos de forma direcionada com base em vários critérios, nomeadamente demográficos, socioeconómicos e profissionais. Os objetivos deste fundo devem ser claramente enunciados, a fim de promover a identidade europeia, e este fundo deve ser avaliado a intervalos regulares."

Recomendamos esta medida, uma vez que este tipo de interação permite aos cidadãos partilhar ideias e os intercâmbios mais longos permitem-lhes compreender diferentes culturas e partilhar experiências, incluindo práticas profissionais. É necessário um fundo da UE, uma vez que é importante que todos possam participar, incluindo aqueles que normalmente não participam.

28. «Recomendamos que a UE invista rapidamente na luta contra a desinformação, apoiando as organizações e iniciativas existentes, como o Código de Conduta sobre Desinformação e o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais, bem como iniciativas comparáveis nos Estados-Membros. Poderão ser postas em prática diferentes contramedidas: verificação de factos, sensibilização para a desinformação, produção de estatísticas facilmente acessíveis, imposição de sanções adequadas ao abrigo de um

quadro jurídico às pessoas que difundem desinformação e combate às fontes de desinformação.»

Esta recomendação é importante porque a desinformação e a desinformação, tanto dentro como fora da União, têm o efeito de criar conflitos entre os cidadãos da União, polarizar a sociedade, comprometer a democracia e prejudicar a economia. Dada a complexidade do tema, são necessários recursos humanos e financeiros significativos.

29. «Recomendamos 1) aumentar a frequência das interações em linha e fora de linha entre a UE e os seus cidadãos (ou seja, entrevistar diretamente os cidadãos sobre questões da UE e criar uma plataforma de fácil utilização para assegurar que todos os cidadãos possam interagir com as instituições e os dirigentes da UE), e 2) assegurar que os cidadãos possam participar no processo de elaboração de políticas da UE, expressar os seus pontos de vista e obter reações, e recomendamos a criação de uma carta ou código de conduta ou orientações para os dirigentes da UE. Devem existir diferentes meios de interação para que todos os cidadãos possam participar.»

Recomendamos esta medida, uma vez que existem várias formas de entrar em contacto com as instituições europeias (plataformas em linha, organismos representativos), mas estas não são conhecidas, eficazes e transparentes. A acessibilidade varia consideravelmente de país para país. Interações mais frequentes e melhores darão origem a um sentimento de apropriação da cidadania europeia.

30. «Recomendamos que a identidade e os valores europeus (ou seja, o Estado de direito, a democracia e a solidariedade) tenham um lugar especial no processo de integração dos migrantes. Podem ser previstas várias medidas, como a criação de programas ou o apoio a programas (locais) já existentes, a fim de incentivar as interações sociais entre os migrantes e os cidadãos da UE, ou a participação das empresas em programas de apoio à integração dos migrantes. Ao mesmo tempo, devem ser lançados programas semelhantes para sensibilizar os cidadãos da União para as questões relacionadas com a migração.»

Esta recomendação é importante porque os programas de interação social podem ajudar os migrantes nas suas novas vidas e permitir que os não migrantes compreendam melhor a vida quotidiana dos migrantes. Se os migrantes vivem em guetos, não há possibilidade de os integrar na sociedade, quer a nível nacional quer a nível da UE. É necessária uma política comum, porque quando os migrantes entram no território da União, podem deslocar-se a todos os países da União. As iniciativas locais devem ser apoiadas, uma vez que os governos locais utilizarão os fundos de forma mais eficaz do que a nível nacional.

Subeixo 4.3 Informações sobre a UE

31. «Recomendamos que a UE informe mais os cidadãos europeus. Para o efeito, a União deve utilizar todos os meios necessários, respeitando simultaneamente a liberdade e a independência dos meios de comunicação social. Deve fornecer aos meios de comunicação social recursos, bem como informações gerais e fiáveis sobre as atividades e

as políticas da União. A União deve assegurar que a informação seja divulgada de forma equitativa em todos os Estados-Membros pelos meios de comunicação social nacionais e europeus e garantir que os Estados-Membros incentivem os organismos públicos de radiodifusão e as agências de imprensa públicas a tratar as questões europeias."

Recomendamos esta medida porque, de acordo com a nossa experiência pessoal e com os dados do Eurobarómetro, a maioria dos cidadãos europeus é informada pelos meios de comunicação social tradicionais (imprensa, rádio e televisão) e estes canais oferecem atualmente muito pouca informação sobre a União. Os meios de comunicação social, incluindo os meios de comunicação social públicos, têm uma função de serviço público. Por conseguinte, é essencial abordar as questões europeias que afetam a população europeia, a fim de desempenhar esta função. Recomendamos que as informações sobre a União divulgadas nos diferentes Estados-Membros sejam as mesmas, a fim de promover a integração, e recomendamos que se evitem informações divergentes sobre diferentes questões em cada país. É mais conveniente e menos dispendioso utilizar canais multimédia já existentes do que criar um novo canal, para o mesmo resultado. Os canais existentes também têm a vantagem de já serem conhecidos pelos cidadãos. Nenhum cidadão deve ter de escolher entre diferentes canais para poder aceder a diferentes conteúdos (nacionais ou europeus).

32. «Recomendamos que a UE crie e promova fóruns multilingues em linha e reuniões fora de linha que permitam aos cidadãos lançar um debate com representantes da UE, independentemente do tema e do âmbito geográfico da questão suscitada. As respostas às perguntas colocadas nestes fóruns em linha e nas reuniões fora de linha devem ser dadas num prazo curto e bem definido. Todas as informações relativas a estes espaços devem ser centralizadas num sítio Web oficial integrado com diferentes características, como um espaço para perguntas frequentes, a possibilidade de partilhar ideias, propostas ou preocupações com outros cidadãos e um mecanismo para indicar quais recebem mais apoio. Em qualquer caso, o acesso a este sítio deve ser fácil e deve ser utilizada uma linguagem não burocrática.»

Recomendamos esta medida, uma vez que é uma forma de criar uma ponte direta entre os cidadãos europeus e os representantes europeus para falar e dialogar em conjunto, proporcionar aos cidadãos um acesso fácil à informação sobre a União e chamar a sua atenção para a informação já disponível. Tal criará uma União mais transparente e aberta e ajudará os cidadãos a partilhar os seus problemas e pensamentos e a receber respostas e soluções políticas, permitindo-lhes envolver-se e partilhar perspetivas e experiências com outros cidadãos.

33. «Recomendamos que as instituições e os representantes da UE utilizem uma linguagem mais acessível e evitem utilizar termos burocráticos nas suas comunicações, mantendo simultaneamente a qualidade e o nível técnico das informações prestadas. A UE deve também adaptar as informações que fornece aos cidadãos utilizando diferentes canais de comunicação e diferentes audiências (por exemplo, jornais, televisão, redes sociais). A União deve envidar esforços especiais para adaptar a comunicação aos meios de comunicação digitais, a fim de aumentar a sua capacidade de chegar aos jovens.»

Recomendamos esta medida, porque dispor de informações compreensíveis permitirá à União chegar a mais cidadãos europeus e não apenas àqueles que estão empenhados. Com novos instrumentos modernos destinados a públicos específicos, os cidadãos terão uma melhor

compreensão das atividades e políticas da UE, em especial dos jovens que não se sentem próximos ou apegados à UE.

Eixo 5: Reforçar a participação dos cidadãos

Subeixo 5.1 Participação dos cidadãos

34. «Recomendamos a presença de observadores cidadãos independentes em todos os processos de tomada de decisão da UE. Deveria existir um fórum ou órgão permanente de representantes dos cidadãos, que seria responsável pela divulgação de informações úteis e importantes a todos os cidadãos da União definidos como tal. Estes cidadãos dialogariam com todos os outros cidadãos europeus numa abordagem descendente/ascendente, que continuaria a desenvolver o diálogo entre os cidadãos e as instituições da UE.»

É óbvio que os cidadãos merecem ser informados de todas as questões, e é importante garantir que os políticos não possam esconder aos cidadãos certas questões que prefeririam que ignorassem. Tal medida colmataria o fosso entre os cidadãos e os representantes eleitos, estabelecendo novas vias de confiança.

35. "Recomendamos que a União reabra o debate sobre a Constituição da Europa com vista à elaboração de uma Constituição inspirada nos cidadãos da União. Os cidadãos devem poder votar a favor da elaboração dessa Constituição. A fim de evitar qualquer conflito com os Estados-Membros, os valores dos direitos humanos e da democracia devem ser incorporados prioritariamente na presente Constituição. Na elaboração de uma Constituição deste tipo, devem ser tidos em conta os esforços anteriores que nunca resultaram numa Constituição.»

Porque esta Constituição envolveria os jovens na política a nível da União e impediria as forças do nacionalismo que estão a ganhar terreno. Porque proporcionaria uma definição comum do que é a democracia na Europa e seria aplicada de forma equitativa em todos os Estados-Membros. Porque a União partilha valores comuns em matéria de democracia e direitos humanos. Porque os cidadãos teriam assim a oportunidade de se envolverem no processo de tomada de decisão e de se identificarem mais com a União através da sua participação nesse processo.

36. «Recomendamos que os políticos sejam mais responsáveis na forma como representam os cidadãos que os elegeram. Os jovens, em particular, estão particularmente afastados da política e não são levados a sério quando participam. Mas o desinteresse é um problema universal e as pessoas de todas as idades devem estar mais empenhadas do que estão agora.

Porque a definição de democracia precisa de ser actualizada. Devemos lembrar-nos do que é realmente a democracia. Porque os jovens já tiveram o suficiente e estão desiludidos com os políticos que vêm como elites que não compartilham suas opiniões. É por isso que temos de

mobilizar mais os cidadãos, de uma forma original e atrativa. O sistema educativo, as redes sociais e todas as outras formas de comunicação social podem desempenhar este papel ao longo do ciclo de vida e em todas as línguas.

Subeixo 5.2 Participação dos cidadãos

37. «Recomendamos que a UE se aproxime dos cidadãos de uma forma mais assertiva. Para tal, os Estados-Membros devem participar na promoção da participação dos cidadãos na União. A União deve promover a utilização de mecanismos de participação dos cidadãos, através da criação de campanhas comerciais e publicitárias. Os governos nacionais e locais devem ser obrigados a participar neste processo. A União deve assegurar a eficácia das plataformas de democracia participativa.»

Recomendamo-lo porque a plataforma existente tem de ser reforçada e tornada mais eficiente: deve haver mais reações dos cidadãos à União e vice-versa. Não há debate suficiente na União, tanto entre os cidadãos como entre os governos. Porque os cidadãos não apresentam petições, quer porque não sabem que o mecanismo existe, quer porque não acreditam que tais petições possam ser bem sucedidas.

38. «Recomendamos que a UE crie e implemente programas para as escolas sobre o que está a ser feito na UE no que diz respeito aos mecanismos de participação. Esses programas devem ser integrados nos programas escolares sobre cidadania europeia e ética, com conteúdos adequados à idade. Também deve haver programas para adultos. Devem ser disponibilizados aos cidadãos programas de aprendizagem ao longo da vida, a fim de aumentar os seus conhecimentos sobre as oportunidades de participação dos cidadãos na União.»

Recomendamos esta medida porque é importante para o futuro dos nossos filhos. Os cidadãos querem saber como expressar a sua voz. É importante que conheçam os mecanismos exactos e a forma como podem ser utilizados, para que a sua voz seja ouvida pela União. Isto é importante para que todos os cidadãos europeus sejam colocados em pé de igualdade. Enquanto cidadãos europeus, precisamos de saber como exercer os nossos direitos. Enquanto cidadãos europeus, temos o direito de conhecer esta informação.

Subeixo 5.3 Participação dos cidadãos

39. «Recomendamos que a União organize assembleias de cidadãos. Recomendamos vivamente que sejam postas em prática ao abrigo de uma lei ou regulamento juridicamente vinculativo e vinculativo. Estas assembleias de cidadãos devem ser realizadas a cada 12 a 18 meses. A participação dos cidadãos não deve ser obrigatória, mas sim incentivada, embora organizada com base em mandatos limitados. Os participantes devem ser seleccionados aleatoriamente, de acordo com critérios de representatividade. Não devem representar organizações de qualquer tipo e não devem ser chamados a participar devido à sua função profissional quando são membros da assembleia. Se necessário, será prestado apoio por peritos para que os membros da assembleia disponham de informações

suficientes para deliberar. A tomada de decisões estará nas mãos dos cidadãos. A União deve assegurar que os políticos estão empenhados nas decisões tomadas pelos cidadãos nas assembleias de cidadãos. Se as propostas dos cidadãos forem ignoradas ou explicitamente rejeitadas, as instituições europeias devem prestar contas das mesmas, indicando as razões pelas quais esta decisão foi tomada."

Recomendamos a criação de assembleias de cidadãos, porque queremos que os cidadãos se sintam mais próximos das instituições europeias e contribuam diretamente para a tomada de decisões, em conjunto com os políticos, a fim de reforçar o sentimento de pertença e a eficácia direta. Além disso, queremos que os partidos políticos sejam responsabilizados perante os cidadãos, nomeadamente no que se refere aos seus programas eleitorais.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES EXAMINADAS PELO PAINEL MAS NÃO ADOPTADAS

Eixo 1: Garantir os direitos e a não discriminação

Subeixo 1.1 Não discriminação / Subeixo 1.2 Igualdade de género

«Recomendamos que a UE envolva ativamente as minorias na elaboração de políticas sobre aspetos fundamentais das instituições estatais (por exemplo, polícia e ONG). Recomendamos que a União crie um conselho consultivo, eleito diretamente pelas minorias. Deve ser composto principalmente por representantes de minorias, incluindo simultaneamente representantes de ONG. Deve ter um papel de formação na sensibilização dos funcionários públicos para as necessidades das minorias. Este organismo deve dispor de um direito de veto sobre as questões relativas às minorias."

Recomendamos esta medida porque as vozes das minorias não são suficientemente ouvidas. Devem exprimir-se em seu próprio nome, de forma autodeterminada e a nível profissional; É por isso que combinamos a representação através do voto e da experiência.

Eixo 2: Proteger a democracia e o Estado de direito

Subeixo 2.2 Proteção e reforço da democracia/Subeixo 2.4 Meios de comunicação social e desinformação

«Recomendamos a criação de uma agência de monitorização dos meios audiovisuais, impressos e digitais a nível europeu. Esta agência deve verificar se os meios de comunicação social nacionais seguem um processo imparcial e objetivo na produção dos seus conteúdos. A fim de prevenir a desinformação, a Agência deve prever um sistema de classificação da fiabilidade dos meios de comunicação social nacionais. Este sistema de classificação deve ser fácil de compreender pelos cidadãos.»

Recomendamos esta medida, porque precisamos de uma avaliação dos meios de comunicação social e da sua fiabilidade, mas também da diversidade dos meios de comunicação social nos países da União. Uma agência europeia seria o organismo mais objectivo para levar a cabo essa missão. Além disso, esse sistema de classificação permite que os cidadãos façam escolhas informadas e incentiva os meios de comunicação social a fornecerem informações fiáveis. Se o sistema de classificação se revelar insuficiente para garantir a fiabilidade dos meios de comunicação social, a agência deve também estar habilitada a impor sanções.

Eixo 5: Reforçar a participação dos cidadãos

Subeixo 5.1 Participação dos cidadãos

«Recomendamos a criação de um órgão representativo dos cidadãos para debater e contribuir significativamente para o processo de tomada de decisão – sempre que uma questão fundamental para os cidadãos europeus seja decidida a nível da UE (dependendo da decisão dos cidadãos – possivelmente através de um inquérito). Deve ser um grupo heterogéneo de cerca de 100 cidadãos de todos os países da UE, em que cada país esteja igualmente representado. Deve ser um grupo rotativo, cujos membros são substituídos regularmente.»

Porque é importante evitar problemas como a corrupção, que podem surgir de um órgão de representação permanente, e é vital que esse órgão tenha uma representação igual de todos os países para evitar um poder de decisão injusto. Porque este modo de operação evitaria problemas relacionados à instalação ou ao uso constante de tecnologias remotas.

Painel de Cidadãos Europeus 3: "Alterações climáticas e ambiente / Saúde"

RECOMENDAÇÕES ADOPTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR À PLENÁRIA)

Eixo 1: Melhores estilos de vida

Subeixo 1.1 Estilos de vida saudáveis

1. Recomendamos que a UE conceda subsídios à agricultura biológica, incluindo incentivos aos pesticidas biológicos, a fim de tornar os produtos biológicos mais acessíveis. Além disso, a UE deve apoiar a educação dos agricultores para a agricultura biológica e sustentável, devendo evitar-se a monocultura. As pequenas explorações biológicas, as explorações não intensivas e as explorações com cadeias de abastecimento curtas devem ser apoiadas para serem mais competitivas.

Subsidiar os produtos biológicos torná-los-ia mais acessíveis. Devemos ajudar os supermercados com cadeias de abastecimento mais curtas e os pequenos agricultores com oportunidades de vender os seus produtos. Isto aumenta o acesso a produtos mais frescos. Por outro lado, os preços baixos dos produtos não biológicos não refletem os danos que causam.

2. Recomendamos que a inovação na agricultura vertical seja financiada pelo investimento da UE.

A agricultura vertical permite-nos poupar espaço de terra que poderia, em vez disso, ser utilizado para a silvicultura. Também não requer pesticidas, permitindo-nos produzir mais alimentos orgânicos. Além disso, não é afetada por condições meteorológicas adversas, que são cada vez mais comuns devido às alterações climáticas, e encurta as cadeias de abastecimento.

3. A UE deve estabelecer normas mínimas para a qualidade dos alimentos, a rastreabilidade dos alimentos e o consumo de produtos sazonais nas cantinas escolares. Ingredientes saudáveis para cantinas escolares devem, portanto, ser subsidiados para fornecer aos alunos alimentos acessíveis e de alta qualidade.

Adquirimos hábitos desde tenra idade que moldam a nossa atitude em relação à saúde; Os bons hábitos devem ser incentivados na escola e os alunos podem replicá-los em casa. Trata-se também de uma questão de justiça social: Todos os alunos da UE devem ter direito a alimentos de qualidade na escola.

4. Recomendamos o investimento em novas ciclovias e a melhoria das existentes, a fim de tornar as bicicletas seguras e atrativas e garantir que todos os grupos etários na Europa possam beneficiar de formação sobre as regras de trânsito rodoviário, especialmente para os utilizadores de bicicletas elétricas e as pessoas sem carta de condução. Os fabricantes de bicicletas elétricas devem ser obrigados a fornecer informações sobre a utilização da bicicleta elétrica e os riscos a ela associados. Deve ser oferecida proteção jurídica aos ciclistas em caso de acidente que envolva um veículo (ver legislação neerlandesa). Somos a favor de zonas sem automóveis nas cidades (sem prejudicar as zonas comerciais). De um modo mais geral, recomendamos que se dê prioridade e direitos adicionais aos ciclistas e peões em detrimento dos veículos a motor, garantindo simultaneamente a segurança rodoviária e o cumprimento das regras de trânsito.

Estas recomendações são importantes porque o ciclismo traz benefícios em termos de saúde individual e pública, qualidade do ar, nível de ruído, clima e tráfego nos centros das cidades. Os ciclistas e os peões devem sentir-se seguros, tendo em conta os riscos associados ao aumento da utilização de bicicletas elétricas. Às vezes, as ciclovias estão em falta ou em mau estado.

5. Recomendamos a integração da produção alimentar na educação pública. Recomendamos subsidiar e apoiar a criação de jardins nas escolas, se possível, e projetos de jardinagem urbana em espaços públicos e privados. Os quadros de planeamento urbano devem integrar a necessidade de espaço, água e infraestruturas de apoio. Por exemplo, os antigos parques de estacionamento podem ser utilizados para projetos de ecologização, os projetos de jardinagem vertical podem ser realizados em edifícios ou a obtenção de licenças de construção pode ser condicionada pela integração de espaços verdes. Recomendamos a partilha de práticas inovadoras e de boas práticas entre os Estados-Membros.

Os projetos de jardinagem promovem a resiliência das cidades e dos seus habitantes, reunindo pessoas de diferentes idades e grupos sociais. A proliferação de espaços verdes melhora a qualidade de vida, a qualidade do ar, a saúde mental e física e o ambiente.

Subeixo 1.2 Educação ambiental

6. Recomendamos que a UE adote uma diretiva que exija que os programas de desenvolvimento urbano cumpram requisitos ambientais específicos, a fim de tornar as cidades mais ecológicas. A presente diretiva deverá aplicar-se aos bens e espaços privados e públicos, incluindo os novos edifícios em desenvolvimento. Deve impor normas mínimas para garantir que os edifícios e os espaços sejam tão ecológicos quanto possível. O adjetivo "verde" refere-se aqui à utilização de fontes de energia renováveis, à redução do consumo de energia, aos baixos níveis de emissões de CO₂ e à inclusão de plantas em projetos arquitetónicos.

As cidades mais verdes contribuem ativamente para reduzir os efeitos das alterações climáticas e, em particular, das emissões de CO₂ e de ozono, que têm um impacto negativo na saúde dos

cidadãos. Investir em cidades mais verdes contribui para o desenvolvimento comunitário sustentável que proporciona benefícios económicos e sociais a longo prazo.

7. Recomendamos que a UE, com o apoio dos Estados-Membros, desenvolva, adote e aplique uma Carta Europeia comum que vise as questões ambientais na sua complexidade. A Carta proporcionará um quadro para que os Estados-Membros organizem regularmente campanhas de informação e formação, divulgadas em todos os canais de comunicação social disponíveis e num novo portal de informação criado para o efeito. Estas campanhas devem ser organizadas em toda a UE e a todos os níveis, a fim de aumentar a sensibilização ambiental de todos os cidadãos.

A falta de coordenação entre os Estados-Membros prejudica a eficácia das campanhas existentes e atrasa os esforços para enfrentar o desafio global das alterações climáticas. Uma carta comum promoverá sinergias entre os planos de ação dos Estados-Membros, assegurando esforços mais eficazes. Além disso, assegurará a prestação de informações coerentes e homogêneas aos cidadãos sobre o impacto das suas ações quotidianas, como a escolha do seu modo de transporte e o tratamento dos seus resíduos.

Eixo 2: Proteger o nosso ambiente e a nossa saúde

Subeixo 2.1 Um ambiente natural saudável

8. Recomendamos um sistema de pontuação ecológica uniforme que exiba a pegada ambiental global de cada produto disponível adquirido na UE. Os produtos provenientes de países terceiros devem respeitar este sistema de pontuação ecológica de forma transparente. Este sistema deve basear-se em critérios de classificação claros aplicáveis aos próprios produtos e utilizar, por exemplo, um código QR que forneça informações mais pormenorizadas sobre o produto.

Estas informações sobre o ciclo de vida dos produtos são fundamentais para que todos os cidadãos da UE capacitem os consumidores quando fazem compras. Tal permitirá aos cidadãos da UE tomar decisões responsáveis que contribuirão para a proteção do seu ambiente.

9. Recomendamos que sejam feitos mais investimentos para explorar novas fontes de energia respeitadoras do ambiente e que, no momento em que estas novas fontes forem implantadas, sejam feitos investimentos adicionais em soluções de geração de energia ótimas existentes. Recomendamos igualmente que os cidadãos europeus sejam informados e educados de forma transparente sobre fontes de energia específicas. Recomendamos vivamente que sejam tidos em conta todos os impactos ecológicos e sociais do processo de produção de energia para as gerações atuais e futuras.

Enfrentamos níveis muito elevados de emissões de carbono e outras substâncias tóxicas provenientes da produção de energia que degradam o clima e a qualidade do ar. Para cumprir as

orientações da UE, as recomendações dos relatórios do PIAC e os objetivos da COP 26, temos de reforçar a investigação e o investimento para alcançar uma produção de energia com impacto neutro no clima.

Subeixo 2.2 Proteger a nossa biodiversidade

10. Recomendamos uma redução drástica da utilização de pesticidas químicos e fertilizantes em todos os tipos de agricultura, assegurando a aplicação de normas comuns mais rigorosas, acelerando a investigação sobre alternativas naturais e apoiando a adoção de novas soluções, incluindo a formação dos agricultores.

Embora se tenham registado progressos em matéria de fertilizantes e pesticidas alternativos, a maioria deles ainda não é utilizável pelas grandes explorações agrícolas. Por conseguinte, é necessário um esforço mais sustentado para desenvolver novas soluções. A investigação deve ser incentivada através da despesa pública e de normas mais rigorosas para a utilização de pesticidas e fertilizantes. Os resultados da investigação devem ser rapidamente divulgados a nível da UE.

11. Recomendamos o alargamento das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade (mamíferos, aves, insetos e plantas) e o reforço do Estado de direito no que diz respeito à intervenção humana nessas áreas. As zonas protegidas serão consideradas não só como ilhas, mas também como um continuum com zonas urbanas mais verdes, em conformidade com as normas harmonizadas da UE.

A biodiversidade sofre muito com a desflorestação. A criação de áreas protegidas é uma das principais formas de proteger a biodiversidade terrestre. No entanto, é difícil preservar áreas protegidas perto de cidades poluídas ou evitar a interferência humana quando as áreas circundantes deixam pouco espaço para a natureza. Precisamos de zonas residenciais verdes e integrá-las na natureza circundante.

12. Recomendamos a reorientação dos subsídios genéricos a favor da agricultura, principalmente para projetos relacionados com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, integrando o respeito pela natureza e pelos trabalhadores. Os beneficiários devem respeitar normas ambientais claras e ser rigorosamente monitorizados.

Consideramos que só deve ser incentivada a agricultura sustentável, o que significa reafectar os fundos actualmente utilizados para subsídios genéricos. Além disso, é possível aumentar a eficiência dos fundos utilizados, centrando-se em projetos transformadores e soluções inovadoras e não em pagamentos anuais. Deve ser assegurado um melhor acompanhamento do impacto ecológico das atividades e projetos agrícolas. Os direitos humanos dos trabalhadores também devem ser vistos como parte integrante da sustentabilidade.

13. Recomendamos que a UE assegure uma concorrência leal para os produtos agrícolas respeitadores do ambiente, estabelecendo normas mais rigorosas tanto para os produtos

da UE como para os produtos importados, assegurando a sua rastreabilidade, rotulagem e controlo de qualidade.

A menor produtividade dos produtos agrícolas sustentáveis compromete a sua competitividade em termos de custos. Os produtos importados devem cumprir as mesmas normas rigorosas em matéria de impacto ecológico da sua produção. As nossas autoridades devem poder garantir a rastreabilidade dos produtos agrícolas importados.

14. Recomendamos uma reflorestação e florestação rápidas e maciças na UE através de uma utilização otimizada dos solos. Deve ser prestada especial atenção à reflorestação de florestas colhidas ou destruídas e à florestação de zonas com solos degradados. Devem ser promovidas soluções novas e mais responsáveis para uma melhor utilização da madeira, por exemplo, para substituir o plástico e outros materiais químicos, alcançar uma maior eficiência energética a partir da biomassa e reciclar produtos de madeira.

A reflorestação tem um claro impacto positivo no ambiente e na biodiversidade em geral. Ao mesmo tempo, precisamos de utilizar menos madeira para nos aquecermos, mas mais para a transformar em produtos de elevado valor acrescentado; por exemplo, para substituir os plásticos, a utilização de madeira é essencial.

Subeixo 2.3 Alimentos seguros e saudáveis

15. Recomendamos a remoção rápida e progressiva das embalagens insustentáveis utilizadas para os alimentos, incluindo as embalagens de plástico e as embalagens baseadas noutros materiais que não são biodegradáveis. Para o efeito, sugerimos a oferta de incentivos financeiros às empresas que mudem para formas de embalagem totalmente biodegradáveis, investindo na procura de alternativas e introduzindo sanções para as empresas que não utilizem embalagens biodegradáveis.

Os resíduos de plástico, especialmente os microplásticos, estão a tornar-se cada vez mais abundantes e a deteriorar-se lentamente. O consumo de plástico é prejudicial para a qualidade e a segurança dos alimentos e, ao mesmo tempo, representa riscos para a saúde humana e animal. Além disso, a legislação da UE em vigor para reduzir as embalagens não biodegradáveis é insuficiente.

16. Recomendamos o abandono gradual da criação intensiva, incluindo o fim das condições de vida degradantes dos animais. Propomos estabelecer normas comuns para a pecuária (por exemplo, número máximo de animais, espaço exterior adequado) e investir mais em métodos não intensivos (agricultura extensiva e sustentável), oferecendo incentivos financeiros e formação aos agricultores para apoiar este desenvolvimento.

A eliminação progressiva da agricultura intensiva reduzirá os níveis de poluição ambiental e reforçará a proteção da natureza. Além disso, a eliminação progressiva da pecuária intensiva reduzirá a quantidade de medicamentos necessários para combater as doenças animais e

melhorar a qualidade da nossa dieta. A agricultura intensiva também não respeita o bem-estar dos animais, mas existem formas de agricultura mais sustentáveis, como a agricultura extensiva; é necessário conceder subsídios aos agricultores para os ajudar a avançar nesta direção.

17. Recomendamos o reforço dos controlos sobre a proibição da utilização desnecessária de antibióticos e outros medicamentos veterinários em aditivos para a alimentação animal: Façamos desta iniciativa uma realidade! Propomos que a utilização de antibióticos na criação de animais só seja permitida quando for absolutamente necessária, para proteger a saúde e o bem-estar dos animais, e não de forma preventiva. Além disso, é necessário investir mais na procura de antibióticos mais eficazes, desenvolvendo alternativas com base na investigação em curso neste domínio.

A resistência humana aos antibióticos é reduzida pelo consumo de alimentos derivados de animais aos quais foram administrados antibióticos. Além disso, é necessário tempo para desenvolver alternativas adequadas aos antibióticos existentes e para garantir que os agricultores estão informados e dispostos a utilizá-los. Reconhecemos que existem directivas europeias sobre antibióticos; no entanto, não foram aplicadas da mesma forma em todos os Estados-Membros. Por último, os medicamentos veterinários são utilizados indevidamente para fins de dopagem; Uma legislação mais rigorosa em matéria de bem-estar dos animais reforçará, por conseguinte, o bem-estar dos animais e melhorará a sua qualidade de vida.

18. Recomendamos que a legislação da UE exija a declaração da utilização de substâncias hormonais e desreguladores endócrinos na produção de alimentos, a fim de especificar o tipo, a quantidade e a exposição do produto final utilizado. Devem figurar na embalagem de todos os produtos alimentares em causa rótulos que indiquem claramente as substâncias presentes e as razões da sua utilização. Além disso, a investigação sobre os efeitos das substâncias hormonais e dos desreguladores endócrinos na saúde humana deve ser acelerada.

Atualmente, a rastreabilidade dos produtos alimentares é insuficiente, em especial no que diz respeito às substâncias hormonais e aos desreguladores endócrinos. Acreditamos que a transparência na produção de alimentos é necessária para cumprir a responsabilidade. Por outro lado, os consumidores devem poder conhecer a composição completa dos alimentos que consomem e poder escolher livremente o que comem. Além disso, a investigação sobre os impactos humanos (e os potenciais riscos) do consumo de produtos alimentares que contêm substâncias hormonais e desreguladores endócrinos é insuficiente.

19. Recomendamos desencorajar o consumo de alimentos processados através da aplicação de impostos sobre alimentos não saudáveis e investir os fundos obtidos em alimentos saudáveis. Propomos a criação de um sistema de classificação à escala europeia para alimentos saudáveis baseado nas melhores práticas nos Estados-Membros e a colocação de rótulos nos alimentos para informar os consumidores sobre os seus efeitos na saúde.

Desta forma, os fundos angariados podem ser utilizados para desenvolver medidas de sensibilização e campanhas promocionais, dar prioridade a uma alimentação saudável no setor da educação e garantir que os alimentos não saudáveis sejam menos visíveis nos supermercados.

Os investimentos em alimentos saudáveis também contribuem para melhorar a saúde geral da população e, conseqüentemente, para reduzir o nível de despesas públicas necessárias para resolver os problemas de saúde resultantes da má nutrição. Além disso, acreditamos que os impostos e os subsídios incentivarão as empresas a produzir alimentos mais saudáveis.

Eixo 3: reorientar a nossa economia e o nosso consumo

Subeixo 3.1 Regulação da sobreprodução e do consumo excessivo

20. Recomendamos que a UE tome mais medidas para permitir que os consumidores utilizem os produtos durante mais tempo e para os incentivar a fazê-lo. A UE deve combater a obsolescência programada, prorrogando a garantia do produto e fixando um preço máximo para as peças sobresselentes após o termo do período de garantia. Todos os Estados-Membros devem introduzir uma redução fiscal para os serviços de reparação, como é o caso da Suécia. Os fabricantes devem ser obrigados a indicar o tempo de vida esperado dos seus produtos. A UE deve fornecer informações sobre como reutilizar e reparar produtos através de um sítio Web e de ações educativas.

A nossa sociedade dos resíduos não é sustentável porque gera demasiados resíduos. Com a aplicação das medidas propostas, avançaremos para uma sociedade em que os produtos serão reutilizados e reparados, cujo número diminuirá, reduzindo assim o consumo excessivo.

21. Recomendamos que a UE aplique normas ambientais mais rigorosas e assegure condições de trabalho justas em toda a cadeia de produção. As normas de produção da UE devem ser mais sustentáveis e harmonizadas em todos os Estados-Membros e aplicadas aos bens importados. Estas normas devem também ser de natureza social, incluindo um rendimento digno para os trabalhadores e condições de trabalho satisfatórias nas fábricas. Deve haver consequências para as mercadorias que não cumpram estas normas.

É importante estabelecer normas de fabrico homogêneas do ponto de vista ambiental e social na Europa, a fim de garantir que todos os produtos oferecidos são fabricados de forma sustentável. Estas medidas são fundamentais para reorientar a nossa economia e mudar os modelos empresariais de produção.

22. Recomendamos que a UE e os Estados-Membros adotem medidas para limitar a publicidade a produtos nocivos para o ambiente. Os produtos com baixa durabilidade devem ser sujeitos a uma cláusula de não responsabilidade obrigatória em todas as formas de publicidade que demonstrem que são nocivos para o ambiente. A UE deve proibir a publicidade a produtos que não sejam de todo sustentáveis.

A publicidade incentiva o consumo; os produtos nocivos para o ambiente não devem ser promovidos. Desta forma, os consumidores terão menos probabilidades de comprar produtos nocivos para o ambiente.

23. Recomendamos que a UE crie e desenvolva a infraestrutura do sistema de depósito e devolução para todas as embalagens primárias de vidro, plástico, alumínio, etc., de forma homogênea em toda a UE. Os fabricantes devem, sempre que possível, reutilizar as embalagens recuperáveis esterilizando-as em vez de simplesmente reciclar o material. Além das embalagens para alimentos e bebidas, o dispositivo deve também abranger outros tipos de garrafas e recipientes, como as garrafas de champô.

Neste momento, os consumidores estão a deitar fora demasiadas embalagens, poluindo e destruindo os nossos ecossistemas. Os sistemas de reembolso de depósitos ajudam a reduzir os resíduos, incentivando os cidadãos a devolverem as embalagens em vez de as deitarem fora. Com o desenvolvimento deste dispositivo, utilizaremos menos recursos; a quantidade de resíduos produzidos será reduzida.

Subeixo 3.2 Redução de resíduos

24. Recomendamos que se promova uma maior aplicação das políticas da economia circular a nível europeu, visando tanto as empresas como os cidadãos, sob a forma de incentivos financeiros para aqueles que as cumprem.

Muitas pessoas acabarão por ficar desempregadas se as empresas de produção reduzirem a sua mão de obra ou mesmo acabarem num estado de cessação do pagamento/encerramento. As medidas de reconversão destinadas aos desempregados incentivarão práticas respeitadoras do ambiente, limitando simultaneamente o desemprego e promovendo a modernização de uma economia diversificada.

25. Recomendamos que a UE regule a utilização de embalagens ambientalmente seguras (ou seja, embalagens feitas de materiais biodegradáveis, recicláveis ou mais sustentáveis, se possível) e/ou a utilização de embalagens menos volumosas, também com um código QR que forneça informações pertinentes para o processo de reciclagem e/ou eliminação pós-utilização.

Esta recomendação resultará em menos embalagens, menos resíduos e, consequentemente, menos poluição; o ambiente será, por conseguinte, mais limpo e, em última análise, a pegada de carbono será menor. A carga fiscal sobre os produtores também será menor.

Subeixo 3.3 Produtos justos, igualdade de acesso e consumo justo

26. Recomendamos que a União Europeia estabeleça um quadro jurídico para garantir que todos os consumidores europeus tenham um acesso melhorado e a preços acessíveis a produtos alimentares locais de qualidade.

Com efeito, não existe atualmente uma interpretação comum a nível da UE do que deve ser considerado um alimento local e de elevada qualidade. Esta lacuna tem de ser colmatada.

A importação de produtos de má qualidade tem um impacto negativo direto no ambiente. Para combater as alterações climáticas, temos de combater todas as suas causas, incluindo a importação de produtos de baixa qualidade: é necessário reduzir a distância de transporte e promover os produtos sazonais.

Esta recomendação é promissora, uma vez que pode também aplicar-se a produtos não alimentares.

27. Recomendamos que a União Europeia incentive a investigação e o desenvolvimento, através de programas de financiamento, a fim de garantir a disponibilidade no mercado europeu de produtos mais sustentáveis e a preços acessíveis. A União Europeia deve igualmente organizar consultas com os cidadãos a todos os níveis da tomada de decisões, incluindo a nível local, a fim de determinar as suas necessidades em termos de produtos sustentáveis.

Consideramos que a investigação sobre produtos sustentáveis é insuficiente e que é urgente afetar mais recursos financeiros à investigação para que os europeus possam ter acesso a produtos sustentáveis a preços mais acessíveis.

Os cidadãos devem participar no processo de tomada de decisões. O programa de ações de investigação e inovação deve ser elaborado em conjunto com os cidadãos. Devem ser informados do seguimento e dos resultados.

28. Recomendamos que a União Europeia estabeleça um mecanismo de regulamentação para os artigos de moda que entram no mercado comum. Este mecanismo seria concebido para incentivar um melhor consumo através de um indicador que garanta que o produto cumpre os critérios de sustentabilidade.

O setor da moda, que produz demasiados produtos de baixa qualidade fora das fronteiras europeias, não aplica normas éticas e não adota um comportamento sustentável.

Temos de encontrar um mecanismo justo que permita aos consumidores consumir melhor. No entanto, é importante não aumentar os impostos, o que teria consequências negativas para os consumidores ao reduzir o seu poder de compra.

Os consumidores devem saber em que condições os produtos que comprem são fabricados e se cumprem normas de qualidade sustentáveis.

Eixo 4: rumo a uma sociedade sustentável

Subeixo 4.1 Energias renováveis, atualmente

29. Recomendamos que a UE tome medidas para tornar obrigatórios os filtros de CO₂, especialmente para as centrais elétricas a carvão, durante um período de transição, desde

que continuemos a depender da energia convencional. Além disso, o Tribunal recomenda que a UE preste apoio financeiro aos Estados-Membros que não dispõem de recursos financeiros para implementar filtros de CO₂. O apoio está subordinado ao cumprimento das políticas climáticas da UE relacionadas com o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico e quaisquer novas leis em matéria de clima.

Trata-se de um passo concreto a dar paralelamente ao investimento contínuo na investigação sobre a segurança da produção de energia, que visa ajudar os Estados-Membros da UE a alcançar gradualmente os objetivos comuns de redução das emissões de CO₂.

Sabemos que a utilização de combustíveis convencionais conduz à emissão de gases com efeito de estufa e os Estados-Membros da UE devem reduzir a utilização deste tipo de energia para cumprir o Acordo de Paris. Uma vez que as emissões de CO₂ não podem ser interrompidas imediatamente e que continuamos a depender do carvão, temos de tomar medidas a curto e médio prazo.

A redução das emissões de CO₂ é de interesse comum para todos os cidadãos, tanto dentro como fora da UE; a UE, enquanto instituição, tem as suas próprias responsabilidades e a instituição formula recomendações e permite encontrar soluções, uma vez que os Estados-Membros não podem alcançar os objetivos por si só.

30. Recomendamos reduzir a pecuária industrial intensiva para reduzir a produção de metano e a poluição da água. Para o efeito, a UE está a rever a sua política agrícola comum, a fim de orientar os seus subsídios para uma agricultura sustentável e local, nomeadamente através de um sistema de rotulagem que permita aos consumidores reconhecer produtos à base de carne sustentáveis. Incentivamos igualmente a UE a investir em formas de reutilizar os resíduos da produção animal e de outras indústrias.

A população está a crescer, o que resultará num aumento da procura de carne no futuro. É por isso que precisamos reduzir o consumo de carne.

Uma vez que o metano produz gases com efeito de estufa, acreditamos que é natural começar por reduzir as emissões provenientes da pecuária.

Todos sabemos que deve ser consumida menos carne e, por conseguinte, o número de bovinos deve ser reduzido em conformidade.

31. Embora a produção de hidrogénio verde seja um processo dispendioso, uma vez que são necessários 75% de energia para obter 25% de hidrogénio, este tipo de energia tem muitos aspetos positivos. A melhor solução pode ser produzir energia sem CO₂ juntamente com o desenvolvimento do hidrogénio verde. A energia eólica deve ser utilizada para a produção de hidrogénio verde e a UE deve investir mais e aumentar a produção de energia eólica e armazená-la para as necessidades futuras.

O hidrogénio verde é flexível e pode ser armazenado para utilização quando necessário. Não provoca poluição por CO₂.

Subeixo 4.2 Apoio à mudança

32. Recomendamos que a UE crie um sistema de coerção e recompensa para combater a poluição, incluindo a água, o solo, o ar e a radiação. Devem ser impostas coimas aos poluidores, juntamente com o apoio obrigatório de uma organização especializada, especificamente concebida para ajudar as entidades a eliminar a poluição e a restaurar o ecossistema. Esta organização especializada deve desempenhar um papel de liderança na prevenção e controlo do nível de poluição.

Porque é importante concentrar-se nas responsabilidades dos poluidores e incentivar as entidades a reduzir a poluição, visando a poluição zero. É essencial ter um planeta saudável, porque está diretamente relacionado ao nosso bem-estar e à nossa existência futura.

33. Recomendamos que a UE crie um sítio Web/plataforma específico, verificado por vários peritos – com informações científicas ambientais diversificadas e regularmente atualizadas – que seja facilmente acessível e transparente para todos os cidadãos. Este sítio/plataforma será associado a um fórum onde os cidadãos e os peritos podem interagir. Recomendamos também vivamente o lançamento de uma campanha nos meios de comunicação social para promover este sítio Web/plataforma (por exemplo, através de redes sociais como o YouTube, o TikTok e o LinkedIn).

Todos os cidadãos necessitam de fontes de informação independentes e baseadas em dados científicos para compreender os desafios das alterações climáticas (as suas consequências e o que é necessário fazer para as inverter), bem como para lidar com as notícias falsas. A campanha mediática informá-los-á da existência desta plataforma/sítio Web. É igualmente importante que as informações fornecidas pelo sítio Web/plataforma sejam compreensíveis para todos os cidadãos, com acesso a material de base para aqueles que pretendam aprofundar o tema.

34. O Tribunal recomenda que a UE reduza a quantidade de mercadorias importadas que não cumprem as normas da UE em matéria de pegada ambiental.

Ao fazê-lo, estamos a assegurar que as mercadorias importadas para a UE têm uma pegada mais ecológica. O objetivo é reduzir a poluição global. É igualmente importante apresentar aos países as normas que têm de cumprir para poderem exportar mercadorias para a UE.

35. Recomendamos que a UE incentive, promova e facilite o diálogo sobre as alterações climáticas entre todos os níveis de tomada de decisões, desde o nível muito local (cidadãos) ao nível mundial (nacional, internacional e intercontinental), a fim de dar resposta às preocupações de todas as partes envolvidas.

Porque o diálogo e o consenso são a melhor forma de enfrentar os desafios das alterações climáticas: se as partes se compreenderem umas às outras, há mais vontade de encontrar uma base comum.

Subeixo 4.3 Transportes respeitadores do ambiente

36. O Tribunal recomenda que a UE apoie financeiramente os Estados-Membros europeus para melhorar a conectividade das zonas rurais. Para tal, é necessário desenvolver uma rede europeia de transportes públicos baseada em preços acessíveis (priorizando os caminhos de ferro) e incentivos à utilização dos transportes públicos. Para o efeito, a conectividade à Internet deve também ser desenvolvida num prazo curto e realista nas zonas rurais.

O Tribunal formula esta recomendação porque não existe igualdade de acesso aos transportes públicos e à conectividade à Internet entre as zonas rurais e urbanas. Um projeto europeu comum seria reforçado porque todos os cidadãos sentiriam que tinham os mesmos direitos. O reforço da rede de transportes públicos e da conectividade à Internet incentivaria as pessoas a mudarem-se para as zonas rurais. Este processo reduziria a poluição, uma vez que menos pessoas viveriam em cidades sobrelotadas.

37. Recomendamos a melhoria das infraestruturas de transporte existentes que tenham caído em desuso ou que ainda possam ser melhoradas do ponto de vista ecológico (estabelecimento de comboios elétricos). Este processo deve ser realizado sem prejuízo das zonas protegidas do ponto de vista ambiental.

A melhoria das infraestruturas existentes evitaria gastar demasiados recursos e danos em áreas protegidas que são importantes para a conservação da biodiversidade. O aumento da infraestrutura ferroviária conduziria a uma redução das emissões de CO₂ e promoveria a mobilidade da população das zonas urbanas para as zonas rurais.

38. Recomendamos que a UE incentive a aquisição de veículos elétricos com boas normas de vida útil das baterias. Para o efeito, a UE poderia proporcionar incentivos a todos os Estados-Membros e melhorar as infraestruturas de eletricidade. Ao mesmo tempo, a UE deve investir no desenvolvimento de outras tecnologias limpas, como os biocombustíveis e o hidrogénio, para veículos difíceis de eletrificar, como embarcações e camiões.

Fazemos esta recomendação porque a eletricidade é a forma mais rápida de reduzir as emissões dos veículos, juntamente com outras fontes de energia, como o hidrogénio e os biocombustíveis. Com efeito, a solução mais rápida, económica e viável é a eletricidade, seguida dos biocombustíveis. A longo prazo, o hidrogénio verde deve desempenhar um papel complementar na cobertura dos modos de transporte que não podem ser eletrificados.

Eixo 5 Cuidados para todos

Subeixo 5.1 Reforço do sistema de saúde

39. Recomendamos que a União Europeia assegure normas sanitárias comuns, mas também defenda salários mínimos dignos, horários máximos de trabalho e as mesmas normas de formação, para as mesmas qualificações, para os profissionais de saúde em toda a União Europeia.

Se não dispusermos de normas comuns em matéria de cuidados de saúde, salários e formação dos profissionais de saúde, as diferenças entre os Estados-Membros poderão conduzir a situações de desequilíbrio em toda a União Europeia. A normalização dos cuidados de saúde poderia contribuir para um sistema mais forte, mais eficiente e mais resiliente (exemplo da crise da COVID-19 relativa à estabilidade dos nossos sistemas). Facilitaria igualmente a partilha de conhecimentos e informações no setor dos profissionais de saúde.

40. Recomendamos que a União Europeia assegure que os tratamentos em toda a UE sejam de igual qualidade e a um custo local justo. Tal poderia ser assegurado, por exemplo, através de um alargamento das competências da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) ou da criação de uma nova agência europeia de contratação pública especializada, que seria competente para negociar e obter preços mais adequados para os medicamentos para todos os Estados-Membros. O risco de monopólios na indústria farmacêutica deve ser reduzido ao mínimo.

A igualdade de tratamento e de tratamento médico garante a igualdade de direitos em matéria de saúde para todos os cidadãos europeus na UE. O aumento da capacidade de compra garante melhores condições de compra. No entanto, tal não deve conduzir a estruturas monopolistas e a atividades de lobbying no setor farmacêutico. A gestão da crise da COVID-19 tem sido um bom exemplo de gestão colaborativa da saúde por parte da União Europeia no seu conjunto.

41. Recomendamos a criação de uma base de dados europeia de cuidados de saúde, na qual os registos médicos estejam acessíveis em caso de emergência ou doença. A participação deve ser voluntária e a proteção dos dados pessoais deve ser assegurada.

O acesso aos dados e a sua utilização permitem reagir rapidamente nos casos em que a vida está ameaçada. A pirataria ou a utilização abusiva são grandes ameaças a esse sistema europeu de bases de dados de cuidados de saúde, daí a necessidade de proteger os dados, ao passo que a participação continua a ser facultativa e, obviamente, de prevenir ameaças relacionadas com a segurança.

42. Recomendamos que a União Europeia continue a desenvolver e a sincronizar os programas existentes de investigação e inovação no domínio da saúde, como é o caso no âmbito do atual programa Horizonte Europa. Os resultados dos estudos devem ser livremente acessíveis em todos os Estados-Membros.

A cooperação científica a nível da UE poderia enriquecer as capacidades e os conhecimentos científicos de cada investigador. A partilha de conhecimentos poderia, por exemplo, conduzir a um diagnóstico precoce e a melhores tratamentos para reduzir as doenças graves e potencialmente mortais em toda a Europa. Além disso, promoveria a autossuficiência europeia em medicamentos e equipamentos.

43. O Tribunal recomenda que a União Europeia aumente o seu orçamento para projetos conjuntos de investigação e inovação no domínio da saúde (sem cortes orçamentais noutros programas da UE relacionados com a saúde). Tal reforçaria igualmente as instituições científicas e de investigação europeias no seu conjunto.

A investigação e o investimento no domínio da saúde reforçarão a medicina preventiva a longo prazo e reduzirão os custos relacionados com a saúde. Um maior financiamento poderia impedir a fuga de cérebros da Europa para outros países desenvolvidos com orçamentos de I&D mais elevados no domínio da saúde. Este financiamento não deve provir dos recursos financeiros existentes para os cuidados de saúde.

Subeixo 5.2 Uma visão mais ampla da saúde

44. Recomendamos a criação de uma Semana da Saúde como iniciativa da UE em todos os Estados-Membros, na mesma semana, dedicada a todas as questões de saúde, com destaque para a saúde mental. Durante esta semana, todos os principais temas relacionados com a saúde mental serão abordados e promovidos coletivamente, bem como outras iniciativas já existentes, como as da Mental Health Europe.

Fazemos esta recomendação porque todos os cidadãos europeus devem sentir-se aceites e incluídos, especialmente se sofrerem de problemas de saúde mental. Além disso, é necessário normalizar e melhorar a sensibilização para os problemas de saúde mental, bem como prevenir problemas sociais conexos, como a discriminação. Além disso, uma vez que os problemas de saúde mental aumentaram com a pandemia e são suscetíveis de continuar, esta iniciativa é ainda mais importante.

45. Recomendamos que os produtos de higiene feminina deixem de ser considerados produtos de luxo em termos de tributação, uma vez que são produtos essenciais. Também recomendamos que os produtos contraceptivos hormonais utilizados por razões médicas, como fibromialgia e endometriose, sejam tributados como tratamento médico regular. Recomendamos igualmente que a União Europeia promova a harmonização dos tratamentos de reprodução medicamente assistida para todas as mulheres (únicas ou casadas) em todos os Estados-Membros.

Em alguns países europeus, os produtos de higiene feminina são tributados como produtos de luxo, o que é injusto. Alguns contraceptivos hormonais são utilizados para fins médicos e, por conseguinte, devem ser tributados em conformidade. Porque os tratamentos reprodutivos para as mulheres, como a fertilização in vitro e os métodos de congelação de ovos, têm condições de elegibilidade diferentes nos diferentes Estados-Membros, e a União Europeia deve esforçar-se por harmonizá-las.

46. Recomendamos que a União Europeia tome uma posição firme para incentivar todos os Estados-Membros a incluírem nos seus programas escolares, se for caso disso, questões relacionadas com a saúde mental e a educação sexual. Para ajudar os Estados-Membros a

adotar estas questões nos programas escolares, a União Europeia deve desenvolver e disponibilizar um programa curricular normalizado sobre saúde mental e questões sexuais.

É necessário reduzir a discriminação e os tabus em matéria de saúde mental. A desinformação e as abordagens não científicas também devem ser evitadas. Além disso, a educação sexual é fundamental para uma vida saudável e uma comunidade, e ajuda a evitar problemas como a gravidez na adolescência.

47. Recomendamos que a União Europeia desenvolva um melhor sistema de comunicação de todas as suas iniciativas em matéria de saúde mental, nomeadamente o portal de saúde pública sobre boas práticas, nos Estados-Membros e para todos os cidadãos. Os deputados ao Parlamento Europeu poderiam apresentar entre si estas boas práticas, a fim de as tornar mais conhecidas em todos os Estados-Membros.

Os cidadãos não estão bem informados sobre as iniciativas da UE e a partilha de boas práticas permite-nos aprender uns com os outros.

Subeixo 5.3 Igualdade de acesso à saúde para todos

48. Recomendamos que a UE estabeleça e promova normas mínimas para cuidados dentários de qualidade, incluindo a profilaxia, para todos os Estados-Membros da UE. As crianças, os grupos com baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis devem poder beneficiar de cuidados dentários gratuitos. Dentro de 15 a 20 anos, a UE deve assegurar a disponibilidade de cuidados dentários a preços acessíveis para todos.

Fazemos esta recomendação porque os cuidados dentários não são atualmente acessíveis para muitas pessoas que vivem na UE. A falta de cuidados dentários e de profilaxia dentária afeta a sua saúde e perspetivas de vida. A UE deve começar por estabelecer uma norma mínima para os cuidados dentários e exigir cuidados dentários gratuitos para crianças e grupos com baixos rendimentos. Em última análise, todos devem ter direito a cuidados dentários de qualidade.

49. Recomendamos a inclusão da saúde e dos cuidados de saúde nas competências partilhadas entre a UE e os seus Estados-Membros. A fim de incluir esta nova competência partilhada, é necessário alterar o artigo 4.o do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Fazemos esta recomendação porque a União Europeia não dispõe actualmente de poderes suficientes para legislar no domínio dos cuidados de saúde. A pandemia de COVID-19 demonstrou a necessidade de uma maior presença da UE nas políticas de saúde. Esta alteração do Tratado permitirá à UE fazer mais para garantir cuidados de saúde a todos os cidadãos da UE e publicar regulamentos e decisões vinculativos.

50. Recomendamos que a UE ofereça cursos gratuitos sobre a prestação de primeiros socorros a todos os cidadãos da UE. A UE poderia considerar a possibilidade de tornar estes cursos obrigatórios para os estudantes e no local de trabalho (tanto no setor público como no privado). Estes cursos também devem ser práticos, recorrentes e adequados à idade. Deve também estar disponível um número mínimo de desfibriladores em locais públicos em todos os Estados-Membros da UE.

Recomendamos isto porque muitas pessoas na União Europeia não estão preparadas para agir quando uma pessoa precisa de ajuda e porque não estão familiarizadas com as técnicas de primeiros socorros. É por isso que muitas vidas estão perdidas. Em alguns locais públicos, não há desfibriladores disponíveis.

51. Recomendamos que a União Europeia assegure que os prestadores de cuidados de saúde privados não beneficiem injustamente de fundos públicos e não recorram aos recursos dos sistemas de saúde públicos. A União Europeia deve fazer recomendações firmes aos Estados-Membros no sentido de aumentarem o financiamento dos cuidados de saúde públicos.

Fazemos esta recomendação porque a União Europeia e os seus Estados-Membros têm a obrigação de garantir o acesso aos cuidados de saúde a todos os seus cidadãos. Além disso, um sistema de saúde pública mais forte implica também uma melhor preparação para futuras pandemias.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES EXAMINADAS PELO PAINEL QUE NÃO FORAM ADOTADAS

Eixo 1: Melhores estilos de vida

Subeixo 1.1 Estilos de vida saudáveis

Recomendamos que a UE emita uma recomendação a todos os Estados-Membros sobre as melhores práticas para proibir ou limitar a publicidade ao álcool e ao tabaco em todos os meios de comunicação social e para todos os grupos etários, mas com especial destaque para o público jovem. A UE deve aplicar leis que restrinjam a venda destes produtos a menores. Todos os Estados-Membros devem assegurar a aplicação das disposições jurídicas relativas ao tabagismo em espaços públicos, em especial nas escolas, com sanções, e criar zonas designadas para os fumadores.

Os estilos de vida prejudiciais à saúde não podem aparecer na publicidade e devem ser menos visíveis na vida pública. Além disso, uma vez que o álcool e o tabaco estão entre as substâncias nocivas mais frequentemente utilizadas, esta recomendação evitará a sua utilização indevida.

Recomendamos que a UE incentive os Estados-Membros a incluírem nos programas escolares nacionais cursos para aprender a cozinhar de forma sustentável, saudável e saborosa. Para o efeito, a UE pode disponibilizar guias de cozinha saudáveis em linha e em papel. Os jovens devem ser contactados através de publicidade ativa nas redes sociais e tradicionais. Devemos também educar os pais a aprender a melhor forma de usar os alimentos para adotar um estilo de vida saudável. A investigação neste domínio deve ser incentivada e enriquecida.

As aulas de culinária e nutrição na escola melhorariam a saúde dos jovens e desencorajariam o consumo de fast food. Educar os jovens permitir-lhes-ia explicar aos pais o que aprenderam. Além disso, educar os pais sobre estilos de vida saudáveis permitir-lhes-ia dar o exemplo aos seus filhos.

Recomendamos que se intensifique a campanha pública da Comissão Europeia para estilos de vida saudáveis, HealthyLifestyle4All, bem como o impacto positivo da atividade social através de exemplos concretos e de uma estratégia abrangente. Devem ser definidas campanhas de informação para grupos-alvo bem estruturados e escolhidos meios de comunicação adequados para cada um desses grupos. Além disso, é importante criar sistemas de recompensa e incentivo para promover comportamentos positivos. As campanhas devem envolver influenciadores, celebridades ou autoridades. Devem destacar os benefícios duplos para a saúde, o ambiente e o clima. Além disso, devem ser disponibilizados subsídios em todos os Estados-Membros para promover infraestruturas desportivas públicas gratuitas.

Estilos de vida mais saudáveis têm um efeito positivo no sistema de saúde porque reduzem os problemas de saúde. A saúde física afeta a saúde mental e a felicidade. As campanhas atuais não são suficientemente conhecidas. São mais eficazes e motivadoras quando personalidades e influenciadores estão envolvidos.

Recomendamos uma campanha de informação sobre alimentação e nutrição saudáveis. A UE deve incentivar a adoção de um imposto mais elevado sobre a carne e o açúcar nos Estados-Membros. Deve examinar as possibilidades de distinguir os alimentos saudáveis dos alimentos nocivos para a saúde e aplicar-lhes um IVA diferenciado. Recomendamos que sejam colocados sinais de alerta muito claros em produtos muito nocivos para a saúde (como os produtos do tabaco). Além disso, recomendamos um sistema de pontuação nutricional à escala europeia, que forneça informações pertinentes e um código QR que permita aos consumidores tomar decisões mais informadas. Explorar oportunidades para tornar os alimentos saudáveis mais baratos do que os junk food e aumentar os incentivos para os agricultores produzirem produtos saudáveis.

Uma dieta saudável é a base para uma vida saudável. É necessário intervir tanto do lado dos produtores como do lado dos consumidores. A produção de produtos saudáveis também tem efeitos positivos no ambiente e pode ajudar a apoiar os agricultores locais. Se a produção de alimentos saudáveis aumenta, os preços caem e a procura aumenta.

Subeixo 1.2 Educação ambiental

Recomendamos que a UE crie um mecanismo de financiamento para promover a inclusão de um programa de educação ambiental a longo prazo nos sistemas educativos nacionais para as crianças do ensino primário e secundário. Este mecanismo de financiamento deve incluir o financiamento dos pais que necessitam de assistência financeira.

Os atuais sistemas educativos não contêm elementos práticos suficientes para facilitar interações diretas e profundas entre as crianças e o ambiente. Os programas existentes, concebidos numa perspetiva de curto prazo, são heterogéneos e não promovem a necessária mudança de atitude. Os pais devem ser apoiados para garantir que todas as crianças possam beneficiar equitativamente do programa e que nenhuma seja excluída por razões financeiras.

Eixo 2: Proteger o nosso ambiente e a nossa saúde

Subeixo 2.1 Um ambiente natural saudável

Recomendamos a aplicação imediata da mais elevada norma de qualidade da água possível em toda a UE. Para poupar água, propomos um sistema de recompensa baseado na tarifação da água, a fim de incentivar e incentivar um menor consumo, por exemplo: 1) criando um sistema dinâmico que desincentive o consumidor de exceder o consumo médio de água (por exemplo, um aumento de 10 % no consumo de água conduz a um aumento de 11 % no preço), 2) criando um sistema de mercado de quotas para a água poluída por empresas transformadoras, que seria semelhante ao mercado de licenças de emissão de carbono já em vigor.

Esta recomendação justifica-se pelo facto de o aumento dos preços incentivar todos os utilizadores a tomarem decisões mais informadas. Tendo em conta as diferentes realidades dos países da UE e com o objetivo de construir um sistema socialmente equitativo, podemos apoiar as pessoas mais pobres na sua gestão da água através do coinvestimento em infraestruturas de abastecimento de água e na investigação.

Eixo 3: reorientar a nossa economia e o nosso consumo

Subeixo 3.1 Regulação da sobreprodução e do consumo excessivo

Recomendamos que a UE aplique coimas às empresas que eliminem produtos não vendidos produzidos por excesso de produção.

Em alguns casos, as empresas consideram mais eficaz em termos de custos eliminar bens não vendidos em vez de os reciclar ou reutilizar. Por conseguinte, é importante desencorajar a sobreprodução através da aplicação de coimas, para que esta prática deixe de ser rentável para os produtores.

Subeixo 3.2 Redução de resíduos

Recomendamos que a UE conceba e aplique uma política de gestão de resíduos para os agregados familiares e os cidadãos, chamando a atenção para a quantidade real de resíduos que produzem e incluindo as medidas necessárias para sensibilizar os cidadãos para os benefícios da redução da produção de resíduos e da recolha seletiva de resíduos. As medidas destinadas às famílias socialmente desfavorecidas (por exemplo, famílias jovens com crianças, idosos, etc.) devem também ser aplicadas em conformidade com o princípio de «não deixar ninguém para trás».

O objectivo desta política é desenvolver uma abordagem uniforme da gestão dos resíduos nos agregados familiares; facilita igualmente a proteção do ambiente através da redução dos resíduos, estimula ainda mais a economia circular e aumenta a eficiência da recolha de resíduos. Por último, mas não menos importante, aumenta a sensibilização e reforça o sentido de responsabilidade ambiental.

Recomendamos que a UE incentive a livre concorrência e incentive o setor privado a contribuir mais ativamente para o tratamento de resíduos, incluindo águas residuais, e para as atividades de reciclagem e valorização de resíduos.

A UE é o nível adequado para aplicar esta recomendação, uma vez que complementa a Diretiva-Quadro Resíduos e o Plano de Ação para a Economia Circular. Além disso, a aplicação da recomendação reforçará soluções inovadoras de gestão de resíduos, melhorará a qualidade da gestão de resíduos e aumentará o volume de resíduos tratados, uma vez que mais empresas participarão nestas atividades.

Subeixo 3.3 Produtos justos, igualdade de acesso e consumo justo

Recomendamos a deslocalização de indústrias para a União Europeia, a fim de fornecer produtos de comércio justo de elevada qualidade e influenciar as questões climáticas.

A União Europeia dispõe de conhecimentos especializados que devem ser promovidos no seu próprio mercado.

Devido à deslocalização de indústrias para fora da UE, nomeadamente para a Ásia, algumas competências profissionais estão também a ser deslocalizadas. Esta recomendação envolve a formação profissional dos trabalhadores europeus. Salientamos a necessidade de evitar a deslocalização entre diferentes Estados-Membros, a fim de evitar a concorrência desleal.

Observámos que a deslocalização maciça de indústrias em todo o mundo tem um impacto nas indústrias europeias. Por conseguinte, a produção local melhorará a saúde dos cidadãos e o ambiente.

Eixo 4: rumo a uma sociedade sustentável

Subeixo 4.3 Transportes respeitadores do ambiente

Recomendamos que as grandes cidades sejam multadas ou subvencionadas com base no desempenho ambiental e de poluição dos seus transportes públicos (veículos elétricos, transportes públicos ecológicos, criação de zonas pedonais, promoção da utilização de bicicletas, etc.). Em especial, as coimas ou subvenções aplicáveis às autoridades locais de uma cidade devem ser determinadas com base nas alterações no transporte ecológico em comparação com a situação inicial nessa cidade. É a União Europeia que, através da sua legislação, deve definir indicadores de desempenho para as medidas de poluição e determinar a redução proporcional. A este respeito, deve ser tido em conta o ponto de partida de cada cidade.

Estamos a fazer esta recomendação porque as cidades foram afectadas pela poluição atmosférica, que causou problemas de saúde. O desenvolvimento de transportes ecológicos melhoraria a vida e a saúde das pessoas e reduziria o efeito de estufa. Os subsídios e as sanções são medidas eficazes para promover a mudança e facilitar a adaptação às diferentes situações existentes nas diferentes cidades.

Recomendamos que a legislação da UE limite e regule a utilização de voos de curta distância e de navios de cruzeiro. Devem ser oferecidas às pessoas alternativas de transporte respeitadoras do ambiente. Uma destas alternativas deve ser a normalização dos caminhos de ferro, a fim de ligar as capitais europeias. O Tribunal recomenda igualmente que a UE conceda subvenções para tornar o transporte de mercadorias mais respeitador do ambiente, incluindo o transporte por comboio e barco (para viagens curtas).

Fazemos esta recomendação, porque as viagens curtas são muito frequentes, poluentes e fáceis de substituir. A limitação dos navios de cruzeiro reduziria a poluição marinha (um grave problema ambiental), bem como os impactos negativos nas cidades costeiras. É por isso que precisamos de pôr em prática alternativas mais acessíveis a soluções mais poluentes. Uma bitola ferroviária uniforme melhoraria as ligações ferroviárias entre as capitais europeias.

Eixo 5: Cuidados para todos

Subeixo 5.2 Uma visão mais ampla da saúde

Recomendamos que a União Europeia, em consonância com o seu programa  HealthyLife4All, promova igualmente iniciativas como eventos sociais desportivos, atividades desportivas na escola, olimpíadas bianuais abertas a todas as idades e desportos [não destinados a profissionais]. Recomendamos igualmente o desenvolvimento de uma aplicação desportiva europeia gratuita para incentivar as atividades desportivas coletivas. Este aplicativo deve ajudar as pessoas a se encontrarem através do esporte. Além disso, estas iniciativas devem ser amplamente divulgadas e divulgadas.

Para melhorar a saúde da população europeia, a União Europeia deve promover o desporto e estilos de vida saudáveis. Além disso, muitas vezes a população desconhece a relação entre o desporto e um estilo de vida saudável. O aplicativo é importante, porque as pessoas estão mais dispostas a praticar esportes se o fizerem juntas.

Painel de Cidadãos Europeus 4: «A UE no mundo / Migração»

RECOMENDAÇÕES ADOPTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR NA REUNIÃO PLENÁRIA)

Eixo 1: Autossuficiência e estabilidade

Subeixo 1.1 – Autonomia da UE

1. Recomendamos que os produtos de fabrico europeus estratégicos (como os produtos agrícolas, os semicondutores, os produtos médicos ou as tecnologias digitais e ambientais inovadoras) sejam mais incentivados e apoiados financeiramente, a fim de estarem disponíveis e acessíveis aos consumidores europeus e de minimizar as dependências de fornecedores não europeus. Esse apoio poderá assumir a forma, nomeadamente, de medidas estruturais e regionais, apoio à manutenção das indústrias e das cadeias de abastecimento na União, benefícios fiscais, subsídios, uma política ativa para as PME ou programas educativos para salvaguardar as qualificações e os empregos pertinentes na Europa. No entanto, uma política industrial ativa deve ser seletiva e centrar-se em produtos inovadores ou em produtos essenciais para garantir bens e serviços básicos.

Recomendamos estas medidas porque a Europa está demasiado dependente de fornecedores não europeus em domínios fundamentais que podem causar conflitos diplomáticos e conduzir a uma escassez de produtos ou serviços básicos ou estrategicamente importantes. Uma vez que os custos de produção são geralmente mais elevados na União do que noutras partes do mundo, uma política ativa de incentivo e apoio a estes produtos permitirá aos europeus comprar produtos europeus competitivos e ser incentivados a fazê-lo. Esta política reforçará igualmente a competitividade europeia e contribuirá para manter as indústrias do futuro e os postos de trabalho na Europa. Além disso, uma maior regionalização da produção reduzirá os custos de transporte e evitará a degradação ambiental.

2. Recomendamos que a União reduza a sua dependência das importações de petróleo e gás. Tal deve ser feito através do apoio ativo a projetos de transportes públicos e de eficiência energética, a uma rede europeia de transporte ferroviário de mercadorias de alta velocidade, à expansão do fornecimento de energias limpas e renováveis (incluindo a energia solar e eólica), bem como a tecnologias alternativas (como o hidrogénio ou a produção de energia a partir de resíduos). A União Europeia deve também incentivar uma mudança de mentalidades e incentivar a transição dos veículos privados para os transportes públicos, a partilha de veículos elétricos e a utilização da bicicleta.

Recomendamos estas medidas porque criam uma situação que promove tanto a autonomia da Europa, reduzindo as suas dependências externas, como a consecução de metas ambiciosas em matéria de clima e de redução das emissões de CO₂. Permitirão igualmente que a Europa se

torne um interveniente importante nas tecnologias do futuro, reforce a sua economia e crie postos de trabalho.

3. Recomendamos a adoção de uma lei a nível da UE para assegurar que todos os processos de produção e fornecimento da UE e as mercadorias importadas cumprem as normas europeias de qualidade, ética e sustentabilidade, bem como todas as normas da UE aplicáveis em matéria de direitos humanos, e que os produtos que cumprem estes critérios são certificados.

Recomendamos estas medidas porque proporcionam aos consumidores e comerciantes um acesso fácil a informações sobre os produtos que compram ou vendem. Para fazer isso, basta consultar o sistema de certificação. A certificação também reduz a diferença entre produtos baratos e dispendiosos disponíveis no mercado. Os produtos baratos não cumprirão os critérios exigidos e, por conseguinte, não poderão apresentar-se como sendo de boa qualidade. Ao cumprir os critérios de certificação, o ambiente será protegido, poupando recursos e incentivando o consumo responsável.

4. Recomendamos a execução de um programa europeu de apoio aos pequenos produtores locais em setores estratégicos em todos os Estados-Membros. Estes produtores beneficiariam de formação profissional, de apoio financeiro através de subvenções e (caso estejam disponíveis matérias-primas na União) de um incentivo para produzirem mais bens elegíveis em detrimento das importações.

O Tribunal recomenda estas medidas porque, ao apoiar os produtores em setores estratégicos localizados na União, a União consegue obter independência económica nestes setores. Tal só pode promover o reforço de todo o processo de produção e, por conseguinte, incentivar a inovação. Tal resultará numa produção mais sustentável de matérias-primas na União, que reduzirá os custos de transporte e protegerá o ambiente.

5. Recomendamos que a aplicação dos direitos humanos a nível europeu seja melhorada do seguinte modo: Aumentar a sensibilização dos países que não respeitam, na medida do necessário, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) ou a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais; Assegurar um acompanhamento rigoroso, coordenado pela União Europeia e pelo Painel de Avaliação da Justiça, da medida em que os direitos humanos são respeitados nos vários Estados-Membros e assegurar o seu respeito rigoroso através de várias formas de sanções.

Recomendamos estas medidas porque os direitos humanos já foram aceites pelos Estados-Membros quando ratificaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, mas é agora necessário melhorar a sua aceitação em cada um dos Estados-Membros para que os direitos humanos sejam conhecidos e aplicados activamente nesses Estados-Membros.

6. Recomendamos o lançamento de uma revisão e de uma intensa campanha de comunicação a nível europeu para garantir que a EURES (a rede europeia de serviços de emprego), o portal da imigração da UE e a ferramenta europeia de definição de perfis de competências para os nacionais de países terceiros sejam mais bem conhecidos dos

cidadãos europeus e utilizados com mais frequência pelas empresas da UE para publicar e divulgar as suas ofertas de emprego.

Recomendamos que não se crie uma nova plataforma em linha para a publicação de ofertas de emprego para jovens europeus. Estas iniciativas já são mais do que suficientes a nível europeu. Consideramos que, a fim de aumentar a sensibilização para a mão de obra existente e as oportunidades de emprego a nível europeu, é melhor melhorar o que já existe.

Subeixo 1.2 – Fronteiras

7. Recomendamos a criação de um mecanismo da UE para a migração laboral baseado nas necessidades reais dos mercados de trabalho europeus. Deve existir um sistema unificado para o reconhecimento das qualificações profissionais e académicas existentes na União Europeia e em países terceiros. Devem existir ofertas de qualificação profissional, bem como ofertas de integração cultural e linguística para migrantes qualificados. Os requerentes de asilo com as qualificações adequadas devem ter acesso ao mercado de trabalho. Deveria haver uma agência integrada para a qual a rede europeia de serviços de emprego pudesse constituir a base.

Recomendamos estas medidas porque a Europa necessita de mão de obra qualificada em determinados setores em que não é possível cobrir plenamente a procura por parte dos trabalhadores da UE. Atualmente, não existem formas viáveis suficientes de requerer legalmente uma autorização de trabalho na UE. Um sistema europeu de reconhecimento das qualificações profissionais e académicas facilitará a satisfação destas necessidades e simplificará a migração laboral na União e a imigração de trabalhadores de países terceiros. A procura de mão-de-obra poderia, assim, ser mais bem satisfeita e a imigração ilegal mais bem gerida. A abertura do mecanismo de imigração laboral aos requerentes de asilo aceleraria a sua integração nas economias e sociedades europeias.

8. Recomendamos que a União Europeia reforce a sua legislação, a fim de conferir à Frontex mais poder e independência. Poderá, assim, intervir em todos os Estados-Membros para assegurar a proteção de todas as fronteiras externas da União. No entanto, a União deve realizar auditorias aos processos organizacionais da Frontex, uma vez que esta deve funcionar com total transparência para evitar qualquer tipo de abuso.

Recomendamos estas medidas porque, na nossa opinião, é inaceitável que seja negado à Frontex o acesso às fronteiras, especialmente quando existe uma violação dos direitos humanos. Queremos garantir que a Frontex aplica a legislação da UE. A própria Frontex deve ser sujeita a controlos e inspeções, a fim de evitar qualquer comportamento inadequado no seu seio.

9. Recomendamos que a União Europeia organize, em especial para os migrantes económicos, a possibilidade de selecionar cidadãos no país de origem (com base nas suas competências comprovadas, antecedentes, etc.), a fim de determinar quem poderá vir trabalhar na União de acordo com as necessidades da economia e as vagas do país de

acolhimento. Estes critérios de seleção devem ser públicos e acessíveis a todos. Para o efeito, deve ser criada uma Agência Europeia (em linha) para a Imigração.

Recomendamos estas medidas porque, desta forma, deixaria de ser necessário atravessar as fronteiras ilegalmente. O fluxo de pessoas que entram na UE seria controlado, o que reduziria a pressão nas fronteiras, facilitando simultaneamente a satisfação das necessidades de mão de obra dos países de acolhimento.

10. Recomendamos que a União Europeia assegure que a política e as instalações de acolhimento sejam idênticas em todas as fronteiras, respeitem os direitos humanos e garantam a segurança e a saúde de todos os migrantes (incluindo, por exemplo, mulheres grávidas e crianças).

Recomendamos estas medidas porque atribuímos grande importância à igualdade de tratamento dos migrantes em todas as fronteiras. Queremos evitar que os migrantes permaneçam demasiado tempo nas fronteiras e que os Estados-Membros sejam sobrecarregados pelo fluxo de migrantes. Os Estados-Membros devem estar bem equipados para os acolher.

Eixo 2: A UE enquanto parceiro internacional

Subeixo 2.1 – Comércio e relações numa perspetiva ética

11. Recomendamos que a UE imponha restrições às importações de produtos provenientes de países que permitem o trabalho infantil. Para o efeito, deve ser elaborada uma lista negra de empresas, que deve ser regularmente atualizada à luz da evolução da situação. Recomendamos igualmente que seja garantido às crianças que deixam de trabalhar o acesso progressivo à educação e que os consumidores sejam sensibilizados para o trabalho infantil através de informações oficialmente divulgadas pela União Europeia, por exemplo, através de campanhas ou narrativas.

Recomendamos estas medidas porque estamos convencidos de que existe uma ligação entre a falta de escolaridade e o trabalho infantil. Com esta recomendação, queremos sensibilizar os consumidores e reduzir a procura de produtos feitos por crianças para que esta prática eventualmente desapareça.

12. Recomendamos que a União Europeia estabeleça parcerias com os países em desenvolvimento para apoiar as suas infraestruturas e partilhar conhecimentos especializados em troca de acordos comerciais mutuamente benéficos, a fim de os acompanhar na transição para fontes de energia ecológicas.

Recomendamos estas medidas para facilitar a transição dos países em desenvolvimento para fontes de energia renováveis através de parcerias comerciais e acordos diplomáticos. A União

Europeia e os países em desenvolvimento desenvolveriam assim boas relações a longo prazo, o que contribuiria para combater as alterações climáticas.

13. Recomendamos que a União Europeia exija a afixação de um indicador europeu de impacto ambiental (ecscore) em todos os produtos de consumo. A pontuação ecológica seria calculada com base nas emissões provenientes da produção e do transporte e na nocividade do conteúdo, com base numa lista de produtos perigosos. A Ecoscore deve ser gerida e controlada por uma autoridade europeia.

Recomendamos estas medidas para sensibilizar os consumidores europeus para a pegada ambiental dos produtos que compram. A Ecoscore tornaria mais fácil indicar o quão respeitador do ambiente um produto é através de uma escala comum em toda a Europa. A pontuação ecológica deve ter um código QR no verso do produto, a fim de poder consultar informações adicionais sobre a sua pegada ambiental.

Subeixo 2.2 – Ação climática internacional

14. Recomendamos que a União Europeia adote uma estratégia para a tornar mais autónoma na sua produção de energia. Um organismo europeu que reúna as instituições europeias actualmente responsáveis pela energia deve coordenar o desenvolvimento das energias renováveis de acordo com as necessidades, capacidades e recursos dos Estados-Membros, respeitando simultaneamente a sua soberania. As instituições incentivariam o intercâmbio de conhecimentos entre si, a fim de implementar esta estratégia.

Recomendamos estas medidas porque a nossa dependência actual nos torna vulneráveis em caso de tensões políticas com os países dos quais importamos a nossa energia. Estamos a assistir a esta situação com a crise da eletricidade. No entanto, essa coordenação deve respeitar a soberania de cada país.

15. Recomendamos o reforço das normas ambientais para a exportação de resíduos dentro e fora da UE, bem como controlos e sanções mais rigorosos para pôr termo às exportações ilegais. A UE deve incentivar os Estados-Membros a continuarem a reciclar os seus próprios resíduos e a utilizá-los para produzir energia.

Recomendamos estas medidas para pôr termo aos danos ambientais causados por países que eliminam os seus resíduos em detrimento de outros países, especialmente quando existe uma total falta de cumprimento das normas ambientais.

16. Recomendamos que a UE promova de forma mais resoluta a transição ecológica em curso, com o objetivo de eliminar as embalagens poluentes. Tal deve ser feito incentivando a redução das embalagens ou promovendo embalagens mais respeitadoras do ambiente. Para que as pequenas empresas se adaptem, devem receber apoio e ajustamentos.

Recomendamos estas medidas porque precisamos de reduzir a utilização de recursos naturais, especialmente de matérias-primas provenientes de países fora da União. Temos também de reduzir os danos causados pelos europeus ao nosso planeta e ao seu clima. É essencial apoiar melhor as pequenas empresas para que possam adaptar-se sem terem de aumentar os seus preços.

17. Recomendamos que os países da União Europeia considerem em conjunto, de uma forma mais séria, a questão da energia nuclear. É necessária uma maior colaboração para avaliar a utilização da energia nuclear e o seu papel na transição da Europa para a energia verde.

Recomendamos estas medidas porque a questão nuclear não pode ser resolvida por um país isoladamente. Existem actualmente mais de 100 reactores em metade dos Estados-Membros e estão em construção novos reactores. Uma vez que partilhamos uma rede elétrica comum, a eletricidade hipocarbónica que produzem beneficia todos os europeus e aumenta a autonomia energética do nosso continente. Além disso, o abandono de resíduos nucleares ou um acidente afetariam vários países. Independentemente de a utilização da energia nuclear ser decidida ou não, os europeus devem discuti-la em conjunto e definir estratégias mais convergentes, respeitando simultaneamente a soberania nacional.

Subeixo 2.3 – Promoção dos valores europeus

18. A UE deve estar mais próxima dos cidadãos. Recomendamos que a UE desenvolva e reforce os laços com os cidadãos e as instituições locais, como as autoridades locais, as escolas e os municípios. O objetivo é melhorar a transparência, chegar aos cidadãos, informá-los mais sobre iniciativas concretas da UE e comunicar melhor informações gerais sobre a UE.

Recomendamos estas medidas porque as informações atuais sobre a UE não são suficientemente acessíveis a todos os grupos sociais e não afetam os cidadãos comuns. São muitas vezes aborrecidos, difíceis de compreender e hostis. Esta situação tem de mudar para que os cidadãos tenham uma visão clara das ações e do papel da UE. Para atrair o interesse público, as informações sobre a UE devem ser fáceis de encontrar, motivadoras, interessantes e escritas na linguagem corrente. Aqui estão as nossas sugestões: a organização de visitas de políticos europeus às escolas, campanhas radiofónicas sob a forma de podcasts, cartas, artigos de imprensa, autocarros publicitários e redes sociais, assembleias locais de cidadãos e a criação de um grupo de trabalho específico para melhorar a comunicação da UE. Estas medidas permitirão aos cidadãos obter informações sobre a UE que não são filtradas pelos meios de comunicação social nacionais.

19. Recomendamos uma maior participação dos cidadãos nas políticas da UE. Propomos a organização de eventos que envolvam a participação direta dos cidadãos, em consonância com a Conferência sobre o Futuro da Europa. Devem ser organizadas a nível nacional, local e europeu. A UE deve desenvolver uma estratégia coerente e orientações centralizadas para estes eventos.

Recomendamos estas medidas porque estes exercícios de democracia participativa fornecerão informações corretas sobre a UE e melhorarão a qualidade das políticas da UE. Os eventos devem ser organizados de forma a promover os valores fundamentais da União - a democracia e a participação dos cidadãos. Estes eventos constituiriam uma oportunidade para os políticos provarem aos cidadãos que é importante para eles que os cidadãos sejam informados sobre os acontecimentos atuais e que estão envolvidos na sua definição. A orientação centralizada assegurará a coerência e a uniformidade das conferências nacionais e locais.

Eixo 3: Uma UE forte num mundo pacífico

Subeixo 3.1 – Segurança e defesa

20. Recomendamos que as futuras «Forças Armadas Conjuntas da União Europeia» sejam utilizadas principalmente para fins de defesa. Estão excluídas ações militares agressivas de qualquer tipo. Na Europa, tal permitiria prestar assistência em caso de crise, nomeadamente em caso de catástrofe natural. Fora das fronteiras europeias, tal permitiria mobilizar recursos em territórios com circunstâncias excecionais, exclusivamente no âmbito de um mandato legal do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por conseguinte, em conformidade com o direito internacional.

Se for aplicada, esta recomendação permitirá que a União Europeia seja vista como um parceiro credível, responsável, forte e pacífico na cena internacional. O reforço da sua capacidade de resposta a situações de crise no país e no estrangeiro deverá, por conseguinte, ajudar a proteger os seus valores fundamentais.

Subeixo 3.2 – Processo de decisão da UE e política externa

21. Recomendamos que todos os domínios em que as decisões são tomadas por unanimidade sejam agora decididos por maioria qualificada. As únicas exceções devem ser a admissão de novos Estados-Membros na União e a alteração dos princípios fundamentais da União consagrados no artigo 2.º do Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Tal reforçaria a posição da UE no mundo, apresentando uma frente unida em relação a países terceiros, e facilitaria a sua capacidade de resposta em geral e, em particular, a sua resposta a situações de crise.

22. Recomendamos que a União Europeia reforce a sua capacidade de impor sanções aos Estados-Membros, aos governos, às entidades, aos grupos ou às organizações, bem como aos indivíduos que não respeitem os seus princípios, acordos e leis fundamentais. É imperativo que as sanções existentes sejam rapidamente aplicadas e efetivamente aplicadas. As sanções impostas a países terceiros devem ser proporcionais à ação que as desencadeou, ser eficazes e aplicadas em tempo útil.

Para que a UE seja credível e fiável, tem de impor sanções àqueles que violam os seus princípios. Essas sanções devem ser aplicadas de forma eficaz e expedita e ser sujeitas a controlos.

Subeixo 3.3 – Países vizinhos e alargamento

23. Recomendamos que a União Europeia afete um orçamento específico ao desenvolvimento de programas educativos dedicados ao funcionamento da UE e aos seus valores. Estes programas serão então oferecidos aos Estados-Membros que o desejem integrar nos seus programas escolares (ensino primário e secundário e universidades). Além disso, poderá ser oferecido um curso específico sobre a UE e o seu funcionamento aos estudantes que pretendam estudar noutro país europeu através do programa Erasmus. Os estudantes que escolherem este curso terão prioridade para beneficiar destes programas Erasmus.

Recomendamos estas medidas para aumentar o sentimento de pertença à UE. Desta forma, os cidadãos identificar-se-ão melhor com a União e transmitirão os seus valores. Além disso, estas medidas melhorarão a transparência sobre o funcionamento da UE e os benefícios de fazer parte dela, bem como a luta contra os movimentos antieuropeus. Estas medidas deverão dissuadir os Estados-Membros de sair da UE.

24. Recomendamos que a UE utilize mais o seu peso político e económico nas suas relações com outros países, a fim de evitar que certos Estados-Membros enfrentem pressões económicas, políticas e sociais bilaterais.

Recomendamos estas medidas por três razões. Em primeiro lugar, reforçarão o sentimento de unidade na UE. Em segundo lugar, uma reação unilateral será uma resposta clara, forte e rápida para evitar qualquer intimidação ou repressão por parte de países terceiros contra os Estados-Membros da UE. Por último, reforçarão a segurança da União e garantirão que nenhum Estado-Membro se sinta abandonado ou ignorado. As reações bilaterais dividem a UE e são uma fraqueza utilizada por países terceiros contra nós.

25. Recomendamos que a UE melhore a sua estratégia de comunicação. Por um lado, a UE deve aumentar a sua visibilidade nas redes sociais e promover ativamente os seus conteúdos. Por outro lado, deve continuar a organizar conferências anuais, como a Conferência sobre o Futuro da Europa. Recomendamos igualmente que continue a incentivar a inovação através da promoção de uma rede social europeia acessível.

Estas propostas não só chegariam aos jovens, como também aumentariam o interesse e a participação dos cidadãos europeus através de um instrumento de comunicação mais atrativo e eficaz. A organização de eventos, como a Conferência sobre o Futuro da Europa, deve permitir aos cidadãos uma maior participação no processo de tomada de decisão e assegurar que a sua voz é ouvida.

26. Recomendamos que os Estados-Membros adotem uma visão forte e uma estratégia comum para harmonizar e consolidar a identidade e a unidade europeias antes de alargar ainda mais a União.

Consideramos que é essencial reforçar a UE e as relações entre os Estados-Membros antes de considerar a integração de outros países. Quanto mais Estados-Membros existirem na UE, mais complicada será a tomada de decisões; Daí a importância de reexaminar a votação por unanimidade nos processos de tomada de decisão.

Eixo 4: Migração do ponto de vista humano

Subeixo 4.1 – Abordar as causas da emigração

27. Recomendamos que a União Europeia participe ativamente no desenvolvimento económico dos países terceiros e dos países de onde provêm os maiores fluxos de migrantes. Com a ajuda dos organismos competentes (ONG locais e políticos locais, trabalhadores especializados no terreno, etc.), a UE deve procurar formas de intervir de forma pacífica e eficaz nos países de onde provêm os maiores fluxos de migrantes e que aceitaram as modalidades de cooperação. Estas intervenções devem ter efeitos tangíveis e mensuráveis, que devem ser claramente destacados para que os cidadãos europeus possam compreender a política de ajuda ao desenvolvimento da União. Por conseguinte, as ações da UE em matéria de ajuda ao desenvolvimento devem tornar-se mais visíveis.

Mesmo que a UE esteja a trabalhar no desenvolvimento internacional, deve prosseguir o seu trabalho e investir na transparência e visibilidade da sua política de desenvolvimento internacional.

28. Recomendamos a criação de um quadro europeu comum para a harmonização das condições de trabalho em toda a União (salário mínimo, tempo de trabalho, etc.). A UE deve esforçar-se por criar normas laborais básicas comuns para evitar que os cidadãos saiam dos seus países para procurar melhores condições de trabalho noutros locais. No âmbito destas normas, a UE deve reforçar o papel dos sindicatos a nível transnacional. Ao fazê-lo, a UE reconhecerá que a migração económica interna (migração de cidadãos da UE) constitui um problema grave.

Esta recomendação decorre da constatação de que um grande número de pessoas na UE migra por razões económicas, devido à disparidade das condições de trabalho entre os Estados-Membros. Apoiamos a livre circulação dos cidadãos, mas acreditamos que a migração dos cidadãos da UE entre os diferentes Estados-Membros, quando não é desejada, se deve a razões económicas. É por isso que é importante estabelecer um quadro comum para o trabalho.

Subeixo 4.2 – Considerações humanas

29. Recomendamos a aplicação de uma política comum de migração, baseada no princípio da solidariedade. Queremos nos concentrar no problema dos refugiados. Um procedimento comum a todos os Estados-Membros da UE deve basear-se em práticas que se tenham revelado mais eficazes em todos os países da UE. Este procedimento deve ser aplicado proativamente pelas autoridades nacionais e pela administração da UE.

O problema dos refugiados diz respeito a todos os países membros. Atualmente, estes Estados têm práticas demasiado diferentes, com efeitos negativos para os refugiados e os cidadãos da UE. Por conseguinte, é necessário adoptar uma abordagem coerente e homogênea.

30. Recomendamos que a UE intensifique os seus esforços para informar e educar os cidadãos dos Estados-Membros sobre questões relacionadas com a migração. Este objetivo deve ser alcançado através da educação das crianças, o mais cedo possível, no início da escola primária, sobre temas como a migração e a integração. Se combinarmos esta educação precoce com as atividades das ONG e das organizações de juventude, bem como com campanhas mediáticas em grande escala, poderemos alcançar plenamente o nosso objetivo. Além disso, podem ser utilizados muitos meios de comunicação: folhetos, televisão e redes sociais, entre outros.

É importante mostrar que a migração também tem muitos aspetos positivos, como a mão de obra adicional. Gostaríamos de salientar a importância de aumentar a sensibilização para ambos os processos, para que os cidadãos compreendam as razões e consequências da migração para eliminar o estigma que surge de ser percebido como um migrante.

Subeixo 4.3 – Fronteiras

31. Recomendamos que a Diretiva 2013/33/UE que estabelece normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros seja substituída por um regulamento obrigatório da UE, que será aplicável uniformemente em todos os Estados-Membros. Deve ser dada prioridade à melhoria das instalações de acolhimento e alojamento. O Tribunal recomenda a criação de um organismo de supervisão específico da UE para a aplicação do regulamento.

Com efeito, a diretiva não é aplicada uniformemente em todos os Estados-Membros. As condições no campo de refugiados de Moria não devem ser duplicadas. O regulamento recomendado deve, por conseguinte, ser aplicado e incluir sanções obrigatórias. O organismo de supervisão deve ser sólido e fiável.

32. Recomendamos que a UE assegure que todos os requerentes de asilo e refugiados frequentem cursos de línguas e de integração enquanto o seu pedido de residência é examinado. Os cursos devem ser obrigatórios, gratuitos e incluir assistência pessoal para a integração inicial. Devem começar no prazo de duas semanas a contar da apresentação do pedido de residência. Devem também ser criados mecanismos de incentivo e de sanção.

Aprender a língua e compreender a cultura, a história e a ética do país de chegada é um passo essencial na integração. O período que antecede o início do processo de integração inicial tem um impacto negativo na assimilação social dos migrantes. Os mecanismos de sanções podem ajudar a identificar a vontade dos migrantes de se integrarem.

Eixo 5: Responsabilidade e solidariedade na UE

Subeixo 5.1 – Distribuição dos migrantes

33. Recomendamos a substituição do sistema de Dublin por um tratado juridicamente vinculativo para assegurar uma distribuição justa, equilibrada e proporcionada dos requerentes de asilo na UE, com base na solidariedade e na justiça. Atualmente, os refugiados são obrigados a apresentar um pedido de asilo no primeiro Estado-Membro de chegada. Esta alteração do sistema deve ser o mais rápida possível. A proposta da Comissão Europeia de um novo Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo a partir de 2020 é um bom começo e deve assumir uma forma jurídica, uma vez que inclui quotas para a distribuição de refugiados entre os Estados-Membros da UE.

Recomendamo-lo porque o atual sistema de Dublin não respeita os princípios da solidariedade e da justiça. Impõe um pesado encargo aos Estados-Membros situados perto das fronteiras externas da UE que os requerentes de asilo atravessam para entrar no seu território. Todos os Estados-Membros devem assumir a responsabilidade pela gestão dos fluxos de refugiados para a UE. A UE é uma comunidade de valores partilhados e deve agir em conformidade.

34. Recomendamos que a UE ajude os seus Estados-Membros a tratar os pedidos de asilo a um ritmo mais rápido e de acordo com normas comuns. Além disso, deve ser disponibilizada habitação humanitária aos refugiados. A fim de descarregar os países de chegada e poder tratar os seus pedidos de asilo noutros locais, recomendamos que os refugiados sejam recolocados rápida e eficazmente nos diferentes Estados-Membros após a sua primeira chegada à UE. Para o efeito, é necessário o apoio financeiro da UE e o apoio organizacional da Agência da UE para o Asilo. As pessoas cujos pedidos de asilo tenham sido indeferidos devem ser efetivamente repatriadas para o seu país de origem, desde que o seu país de origem seja considerado seguro.

Recomendamo-lo porque os procedimentos de asilo são atualmente demasiado morosos e podem diferir de um Estado-Membro para outro. Ao acelerar os procedimentos de asilo, os refugiados passam menos tempo à espera da decisão final em instalações de alojamento temporário. Os requerentes de asilo podem ser integrados mais rapidamente.

35. Recomendamos um forte apoio financeiro, logístico e operacional da UE para a gestão do primeiro acolhimento, que poderá conduzir à integração ou ao repatriamento de migrantes em situação irregular. Os beneficiários deste apoio são os Estados fronteiriços da UE que suportam os encargos do afluxo migratório.

Devido à sua localização geográfica, alguns Estados-Membros  os mais afetados pelo afluxo de migrantes.

36. Recomendamos o reforço do mandato da Agência da UE para o Asilo, a fim de alcançar uma distribuição equitativa dos requerentes de asilo nos Estados-Membros. Tal deverá ter em conta as necessidades destes requerentes de asilo, bem como as capacidades logísticas e económicas dos Estados-Membros e as suas necessidades no mercado de trabalho.

Uma distribuição coordenada e gerida a nível central dos requerentes de asilo, considerada equitativa pelos Estados-Membros e pelos seus cidadãos, evita situações caóticas e tensões sociais e reforça a solidariedade entre os Estados-Membros.

Subeixo 5.2 – Abordagem comum em matéria de asilo

37. Recomendamos a criação de uma instituição europeia abrangente ou o reforço da Agência da UE para o Asilo, para que esta possa tratar os pedidos de asilo em toda a União Europeia e decidir com base em normas uniformes. Esta agência deve também ser responsável pela distribuição equitativa dos refugiados. Deve também definir países de origem seguros e inseguros e ser responsável pelo regresso dos requerentes de asilo rejeitados.

A atual política de asilo caracteriza-se por responsabilidades pouco claras e normas diferentes entre os Estados-Membros da UE. Por conseguinte, o tratamento dos procedimentos de asilo não é o mesmo nos diferentes Estados-Membros. Além disso, a Agência da União Europeia para o Asilo exerce atualmente apenas um poder de influência. Só pode aconselhar os Estados-Membros em matéria de asilo.

38. Recomendamos a criação imediata de centros de asilo especializados para menores não acompanhados em todos os Estados-Membros da UE. O objetivo é acolher e cuidar dos menores de acordo com as suas necessidades especiais e o mais rapidamente possível.

Fazemos esta recomendação porque:

- 1) é provável que muitos menores sejam traumatizados (porque provêm de zonas de conflito);
- 2) as crianças diferentes têm necessidades diferentes (dependendo da idade, da saúde, etc.);
- (3) Se esta recomendação for aplicada, garantirá que os menores vulneráveis e traumatizados recebam todos os cuidados necessários o mais rapidamente possível;
- 4) estes menores são futuros cidadãos europeus e devem, por conseguinte, se forem tratados de forma adequada, contribuir positivamente para o futuro da Europa.

39. Recomendamos a criação de um sistema comum, rápido e transparente para o tratamento dos pedidos de asilo. Este processo deve incluir normas mínimas e ser aplicado da mesma forma em todos os Estados-Membros.

Fazemos esta recomendação porque:

- 1) se esta recomendação fosse aplicada, o tratamento dos pedidos de asilo seria mais rápido e mais transparente;
- 2) a lentidão dos procedimentos actuais conduz à ilegalidade e à criminalidade;
- 3) as normas mínimas previstas na nossa recomendação devem incluir o respeito pelos direitos humanos, a saúde e as necessidades educativas dos requerentes de asilo;
- 4) a aplicação desta recomendação resultaria num melhor acesso ao emprego e na autossuficiência, o que permitiria um contributo positivo para a sociedade europeia; os requerentes de asilo cujo estatuto profissional é regularizado são menos suscetíveis de serem vítimas de abusos no seu ambiente de trabalho; tal só poderia promover a integração de todos os interessados;
- 5) As estadas prolongadas em centros de asilo têm um impacto negativo na saúde mental e no bem-estar dos ocupantes.

40. Recomendamos vivamente uma revisão exaustiva de todos os acordos e legislação que regem o asilo e a imigração na Europa. Recomendamos uma abordagem à escala europeia.

Fazemos esta recomendação porque:

- 1) desde 2015, todos os acordos em vigor são inaplicáveis, impraticáveis e inadequados;
- 2) a UE deve ser vista como a principal "agência", que supervisiona todas as outras agências e ONG cuja tarefa é tratar directamente das questões de asilo;
- 3) os Estados-Membros que mais sofrem com a situação são os que, em grande medida, têm de lidar sozinhos com o problema; as escolhas "à la carte" de alguns Estados-Membros não dão uma imagem de unidade;
- 4) uma nova legislação específica melhoraria o futuro de todos os requerentes de asilo e reforçaria a unidade da Europa;
- 5) As deficiências da legislação em vigor dão origem a conflitos e a uma falta de harmonização em toda a Europa e conduzem a uma maior intolerância dos migrantes entre os cidadãos europeus.
- 6) Uma legislação mais rigorosa e pertinente reduziria a criminalidade e o abuso do atual sistema de asilo.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELO PAINEL MAS NÃO ADOPTADAS

Eixo 1: Autossuficiência e estabilidade

Subeixo 1.1 – Autonomia da UE

Se solicitado pelos países em desenvolvimento, recomendamos que os programas de intervenção para o desenvolvimento económico sejam desenvolvidos com base em parcerias adaptadas às necessidades de cada país e/ou com base em acordos comerciais. Para tal, é necessário, em primeiro lugar, avaliar o potencial económico dos países em questão e, em seguida, proporcionar-lhes apoio económico e a formação profissional necessária.

Tal conduziria a uma maior independência industrial e melhoraria a situação global da migração através da criação de emprego; tal conduziria também a melhores acordos comerciais nos países em desenvolvimento.

Eixo 2: A UE enquanto parceiro internacional

Subeixo 2.1 – Perspetiva ética das relações comerciais

O Tribunal recomenda que a UE introduza regras que exijam que as empresas auditem a sua cadeia de abastecimento e apresentem regularmente um relatório de auditoria completo, bem como disposições para recompensar ou restringir as importações com base em critérios éticos. As empresas devem apresentar um relatório de auditoria interna e/ou externa em função da sua dimensão.

É necessário desenvolver o aspeto ético do comércio com a UE. Tal pode ser feito através do acompanhamento das atividades das empresas nas cadeias de abastecimento internacionais e do incentivo às empresas para que se comportem de acordo com critérios éticos, por exemplo no que diz respeito a produtos perigosos, direitos e condições de trabalho, trabalho infantil e proteção do ambiente. Esta recomendação não se aplicaria aos produtos em linha adquiridos diretamente pelo consumidor.

Eixo 3: Uma UE forte num mundo pacífico

Subeixo 3.1 – Segurança e defesa

Recomendamos que se repense a atual arquitetura de segurança europeia, a fim de a tornar uma estrutura supranacional mais eficiente e eficaz, dotada de maiores capacidades, com vista à criação de um exército comum da União Europeia. Para isso, as forças armadas nacionais devem ser gradualmente fundidas e transformadas. O objectivo é que esta fusão de capacidades militares em toda a União Europeia promova também a integração europeia a longo prazo. A criação de um exército comum da União Europeia exigiria igualmente um novo acordo de cooperação com os Estados-Membros da UE e os membros não europeus da NATO.

Se esta recomendação for aplicada, acreditamos que as estruturas militares na União Europeia se tornarão mais eficazes em termos de custos e mais capazes de responder e agir quando necessário. Esta abordagem integrada reforçaria a capacidade da União Europeia para agir de forma decisiva e coordenada em situações críticas.

Eixo 4: Emigração do ponto de vista humano

Subeixo 4.1 – Abordar as causas da emigração

Recomendamos que a UE estabeleça um protocolo de ação em antecipação da próxima crise migratória, a dos refugiados climáticos. Nos termos do Protocolo, a UE tem de alargar a definição de refugiados e requerentes de asilo de modo a incluir as pessoas afetadas pelas alterações climáticas. Uma vez que o país de origem de muitos migrantes se terá tornado inabitável, o protocolo deve também assegurar que sejam encontradas novas utilizações para as zonas afetadas pelas alterações climáticas, com o objetivo de apoiar as pessoas que deixaram essas zonas. Por exemplo, as zonas inundadas podem ser utilizadas para criar parques eólicos.

Fazemos esta recomendação porque somos todos responsáveis pela crise climática. Portanto, temos uma responsabilidade para com aqueles que são mais afetados. Mesmo que não tenhamos previsões ou dados concretos sobre os futuros refugiados, as alterações climáticas afetarão indubitavelmente milhões de pessoas.

Subeixo 4.2 – Considerações humanas

Recomendamos o reforço e o financiamento imediatos de estradas e meios de transporte legais e humanitários para que os refugiados possam sair de zonas de crise de forma organizada. Um sistema especial para a segurança das estradas europeias deve ser criado e regulamentado pelo organismo especificamente criado para o efeito. Esta agência deve ser criada de acordo com o processo legislativo e dispor de poderes próprios especiais, tal como definidos no seu regulamento interno.

O tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes são questões graves que devem ser abordadas. A nossa recomendação reduziria certamente estas preocupações.

Subeixo 4.3 – Fronteiras

Recomendamos que uma directiva europeia assegure que não mais de 30% dos habitantes de países terceiros vivam em cada área da vida em cada Estado-Membro. Prevê-se que esta meta seja alcançada até 2030 e os Estados-Membros da UE têm de obter apoio para a sua aplicação.

Fazemos esta recomendação porque uma distribuição geográfica mais equitativa resultará numa melhor aceitação dos migrantes pela população local e, assim, permitir-lhes-á uma melhor integração. Esta percentagem baseia-se num acordo político recente na Dinamarca.

II A– Painéis nacionais: Bélgica



Aqui pode encontrar todas as recomendações feitas pelos 50 cidadãos do painel de cidadãos organizado sob os auspícios da Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros, Sophie Wilmès, como contributo do Governo Federal belga para a Conferência sobre a Chegada da Europa. O tema deste painel foi «Como envolver mais os cidadãos na democracia europeia». Embora esteja muito ciente de que a Conferência tem um âmbito mais vasto do que os assuntos da UE isoladamente, o tema deste painel esclarece por que razão são feitas tantas referências explícitas à UE e às suas instituições. Se for caso disso, deve ser feita referência à Europa em geral.

A fim de refletir todos os contributos dos cidadãos, o presente relatório apresenta todas as recomendações, incluindo as que não obtiveram maioria simples no período de votação final de todas as recomendações. São claramente reconhecíveis devido à percentagem **em vermelho e negrito**. Por outras palavras, algumas recomendações estão em contradição umas com as outras e, mesmo durante os debates finais, os cidadãos permaneceram inconclusivos sobre elas. Estas recomendações são reconhecíveis porque estão em *itálico*. Para uma única recomendação, a divisão foi tão clara que a votação terminou com um *ex aequo*, que está indicado **a laranja e a negrito**. Os cidadãos partilham o facto de as opiniões sobre estas recomendações serem divergentes. Por conseguinte, propõem que os órgãos da Conferência sobre o Futuro da Europa e as instituições da UE estejam vigilantes na aplicação destas recomendações, uma vez que existe uma forma de divisão baseada na votação.

1. Comunicação

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. A comunicação sobre a UE é insatisfatória	1.1 Propomos que os cursos sobre a União Europeia sejam incluídos nos currículos escolares a partir do terceiro nível do ensino primário. O objetivo é chegar a todos os cidadãos e melhorar o conhecimento da União Europeia.	88.4%
	1.2 A União Europeia e, em particular, a Comissão devem disponibilizar material didático sobre o funcionamento da Europa aos Ministérios da Educação dos diferentes Estados-Membros. Para além de explicarem o funcionamento, a composição e as competências das instituições, estes cursos de formação devem também fornecer uma breve panorâmica da história da integração europeia. Deve ser prestada especial atenção à utilização de uma linguagem clara e compreensível e acessível, bem como de instrumentos educativos, como documentários, clipes ou programas de televisão escolares, nas 24 línguas.	95.0%
2. O projeto europeu continua a ser estrangeiro para os cidadãos	2.1 Propomos às instituições europeias que, na sua comunicação, expliquem melhor o que é da competência da UE, mas também o que não é da sua competência.	97.6%
	2.2 A União Europeia deve incluir na sua comunicação exemplos familiares da vida quotidiana dos europeus. Estas explicações devem ser transmitidas nos Estados-Membros através de acordos entre as instituições europeias e os canais públicos de televisão nacionais, a fim de chegar a um vasto público.	80.5%
	2.3 Além disso, os nacionais dos Estados-Membros devem ser regularmente informados - por exemplo, através de vídeos - sobre o papel da União Europeia noutros Estados-Membros. As vantagens e desvantagens da Europa seriam, assim, melhor relativizadas nos debates sobre o futuro da Europa.	85.7%
	2.4 A fim de reforçar a identidade europeia, propomos recordar e disponibilizar regularmente informações sobre como seria a vida dos europeus sem a UE e as suas realizações concretas.	92.7%
	2.5 Propomos igualmente que o Dia da Europa (9 de Maio) seja um feriado europeu para todos os cidadãos da UE.	81.4%
	2.6 Recomendamos que as instituições europeias prestem ainda mais atenção à simplificação, compreensão e disponibilização de informações sobre temas prioritários tratados a nível europeu.	97.6%
	2.7 O Tribunal recomenda que a União Europeia forneça um painel que indique, para cada país, os recursos atribuídos pela UE a cada tema prioritário. Todas essas informações devem	93.0%

	estar acessíveis a partir do sítio Web da União Europeia.	
	2.8 O Tribunal recomenda que a União Europeia apresente de forma clara os trabalhos legislativos em curso. Todas essas informações devem estar acessíveis a partir do sítio Web da União Europeia.	90.7%
	2.9 Queremos que as instituições europeias sejam mais acessíveis aos europeus. A sua participação nos debates durante as sessões do Parlamento Europeu deve ser facilitada.	79.0%
	2.10 Recomendamos que a participação no programa Erasmus seja alargada a todos os estudantes, independentemente da sua formação académica (técnica profissional, alternância). Todos devem poder participar nos intercâmbios europeus.	79.5%
	2.11 Recomendamos que se permita que a população activa beneficie de programas de intercâmbio europeus, independentemente do sector de actividade, também para as empresas locais. Todos devem poder participar nos intercâmbios europeus.	83.7%
	2.12 Recomendamos a criação de cursos de cidadania europeia para todos os cidadãos europeus.	83.7%
3. A legislação da UE não é aplicada da mesma forma nos Estados-Membros.	3.1 O Tribunal recomenda que a UE recorra mais à legislação diretamente aplicável nos Estados-Membros. Tal reduziria as diferenças nacionais na aplicação da legislação europeia, o que enfraquece o projeto europeu. Permitiria também tirar partido das realizações europeias mais importantes, como o mercado interno, o euro e o espaço Schengen.	81.4%
4. A democracia europeia está ameaçada.	4.1 Recomendamos que a comunicação da UE sobre a democracia europeia seja um lembrete incansável e inequívoco do que significa para os europeus na Europa.	78.0%
	4.2 Os valores e princípios dos Tratados da UE subscritos pelos Estados-Membros aquando da adesão são irreversíveis. A sua proteção deve continuar a ser assegurada.	81.0%
	4.3 Os valores e princípios dos Tratados são protegidos pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e não podem ser postos em causa pelos Estados-Membros.	81.0%
5. As informações sobre a UE não são facilmente acessíveis e compreensíveis	5.1 Recomendamos o reforço da verificação da informação sobre questões europeias. Estas informações divulgadas e verificadas pelas instituições devem ser facilmente acessíveis ao público europeu e aos meios de comunicação social nacionais em cada Estado-Membro.	83.3%
6. Os meios de comunicação social nacionais transmitem frequentemente	6.1 A UE deve também estar mais presente na vida quotidiana dos europeus, comunicando de forma mais proactiva. (Por exemplo, patrocinando eventos como eventos culturais que aproximam os cidadãos e os orgulham de serem cidadãos da UE. Os relatórios e as provocações também dariam aos	85.7%

uma imagem negativa da UE	européus acesso a  informações contextualizadas sobre a UE).	
7. Os cidadãos não sabem quem os representa no Parlamento Europeu.	7.1 Recomendamos que os parlamentares se tornem mais conhecidos no seu país de origem, especialmente fora dos períodos eleitorais. Têm de ser mais acessíveis. As razões para os seus votos no Parlamento Europeu devem ser mais facilmente acessíveis aos cidadãos europeus através do sítio Web da União Europeia.	92.7%
	7.2 Recomendamos que os partidos políticos nacionais assegurem o rejuvenescimento dos candidatos nas listas apresentadas às eleições para o Parlamento Europeu. Tal mandato não deve ser visto como uma recompensa por um serviço bom e leal na política nacional.	74.4%
8. A comunicação da UE é demasiado uniforme; não tem em conta a diversidade da população	8.1 A fim de alcançar um público suficientemente amplo e variado, recomendamos que a UE tenha em conta, através de uma comunicação inclusiva, o estatuto educativo das pessoas visadas e as suas eventuais deficiências desde a fase de conceção. Além disso, recomendamos também a participação de pessoas e organizações (educadores de rua, trabalhadores da vizinhança, CPAS, sociedade civil) na transmissão da presente comunicação.	73.2%
	8.2 Para chegar à mão-de-obra, recomendamos que se invista mais na utilização dos canais de comunicação existentes para fornecer periodicamente informações adequadas sobre a UE, por exemplo, através de programas explicativos. Além disso, o Tribunal recomenda que se recorra a embaixadores (pessoas e organizações) para promover o projeto da UE.	83.7%
	8.3 A fim de chegar aos jovens e aos estudantes, recomendamos que, a par dos canais existentes, como a educação e os movimentos juvenis pertinentes, sejam utilizados embaixadores, visando em especial os influenciadores que podem chegar aos jovens através das redes sociais. Outra recomendação seria a organização de um concurso pan-europeu para criar um personagem de banda desenhada que atraísse os jovens e lhes enviasse mensagens europeias.	69.8%
	8.4 Para os idosos, recomendamos a utilização dos mesmos canais propostos para a população ativa. Além disso, recomendamos que se procure o equilíbrio certo entre a comunicação digital e não digital (impressão, rádio, eventos presenciais) para satisfazer as necessidades de todos, incluindo os que se sentem menos confortáveis num ambiente digital, bem como os que são menos móveis na sociedade.	85.7%
	8.5 Recomendamos que, através dos cursos de integração já existentes em muitos Estados-Membros, a UE se comprometa a incluir "novos europeus" (pessoas que, através de um ou outro procedimento de imigração legal, residem na UE) e a ser capaz de os sensibilizar para os outros canais tradicionais através dos	76.7%

	quais a UE comunica. Por fim, também recomendamos dar um lugar ao mundo associativo local.	
	8.6 Recomendamos igualmente que a UE saia às ruas com uma comunicação inclusiva. Por exemplo, poderiam ser utilizados painéis publicitários (digitais), bem como novos meios de comunicação, como códigos QR e meios tradicionais.	62.8%
	8.7 Outras recomendações consistiriam em tornar a UE mais visual (através de pequenos filmes ou infografias), criar um movimento desportivo europeu para criar uma ligação/um sentimento de pertença e dar a conhecer melhor o hino europeu.	68.2%

2. Desinformação

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. O risco de desinformação está cada vez mais presente nos meios de comunicação social	1.1 Recomendamos que o modelo de financiamento dos meios de comunicação social, bem como a publicação obrigatória dos fluxos de receitas, sejam revistos de forma clara e acessível. O modelo de financiamento dos meios de comunicação social leva-os, de facto, ao sensacionalismo e, por conseguinte, à publicação de informações retiradas do contexto, transformando-as em desinformação.	73.8%
	1.2 Recomendamos a citação obrigatória das fontes pelos meios de comunicação, fornecendo ligações para as verificar. Caso contrário, as informações devem ser rotuladas como não verificadas.	90.2%
	1.3 O Tribunal recomenda que o regulador europeu da luta contra a desinformação (ver ponto 2) seja igualmente responsável pela acreditação dos verificadores de factos.	85.4%
	1.4 O Tribunal recomenda a criação de uma autoridade independente em cada Estado-Membro para verificar a neutralidade dos meios de comunicação social. Esta autoridade deve ser financiada e controlada pela União Europeia.	75.6%
	1.5 Recomendamos a divulgação de informações sobre os URL dos sítios Web oficiais da União Europeia, a fim de tranquilizar os cidadãos sobre a origem das informações.	90.2%
2. Muitos cidadãos duvidam da neutralidade dos	2.1 Recomendamos a criação de um regulador europeu para combater a desinformação. A função desse regulador consistiria, nomeadamente, em estabelecer	87.5%

meios de comunicação social	os critérios para um rótulo de neutralidade e, se for caso disso, estabelecer um sistema de sanções ou incentivos ligados ao cumprimento das normas de neutralidade. Em alternativa, poderia considerar-se a adesão a uma carta de ética. O rótulo será atribuído pela autoridade nacional independente e terá em conta as medidas aplicadas pelos meios de comunicação social para combater a desinformação.	
	2.2 Recomendamos a criação de uma linha direta europeia que permita aos cidadãos denunciar a desinformação sobre as competências europeias (políticas e económicas).	82.1%
3. Os cidadãos não estão cientes dos riscos de desinformação a que estão expostos.	3.1 Recomendamos que as plataformas sejam obrigadas a publicar informações claras e compreensíveis sobre os riscos de desinformação a que os seus utilizadores estão expostos. Estas informações devem ser comunicadas automaticamente assim que uma conta é aberta.	85.7%
	3.2 Recomendamos a formação obrigatória na utilização dos meios de comunicação, desde tenra idade e adaptada aos diferentes níveis do sistema educativo.	74.4%
	3.3 Recomendamos que a UE lance repetidas campanhas de desinformação. Estas campanhas podem ser identificadas por um logótipo ou mascote. A União Europeia poderia obrigar as redes sociais a transmitir esta informação através de spots de difusão.	87.5%
4. Os meios para combater a desinformação são insuficientes.	4.1 Recomendamos a publicação de informações sobre algoritmos que organizam as mensagens recebidas pelos utilizadores da plataforma numa linguagem clara e inteligível.	83.3%
	4.2 Recomendamos que os utilizadores possam facilmente desactivar algoritmos que reforcem vieses comportamentais. Poderá também ser analisada a obrigação de oferecer aos utilizadores acesso a outras fontes que defendam posições diferentes sobre o mesmo assunto.	80.0%
	4.3 Recomendamos que a UE apoie a criação de uma plataforma de redes sociais que cumpra as suas próprias normas de neutralidade e de combate à desinformação. Em alternativa, poderão ser acrescentadas novas funcionalidades à plataforma multilingue criada para apoiar a Conferência sobre o Futuro da Europa.	56.4%

3. Painéis de cidadãos

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. Dificuldade em assegurar a representatividade de um painel de cidadãos. No final, apenas uma pequena parte da população está envolvida.	1.1 Recomendamos que se siga o que o mais recente trabalho científico sobre democracia deliberativa sugere em termos de amostragem, desenvolvimento e validação científica do método de seleção, a fim de assegurar a melhor representatividade possível.	89.7%
	1.2 Recomendamos que haja um número suficiente de pessoas à volta da mesa para garantir a diversidade de opiniões e perfis, incluindo – mas não exclusivamente – pessoas diretamente afetadas pelo tema.	90.2%
	1.3 Recomendamos acrescentar o critério da parentalidade (ou seja, a pessoa tem filhos ou não?) aos critérios que regem a amostragem, além de critérios mais tradicionais, como sexo, idade, local de residência ou nível de educação.	33.3%
	1.4 Recomendamos o estabelecimento de quotas por zona geográfica, ou seja, a determinação de que um painel de cidadãos europeu deve ser composto por X pessoas por zona geográfica europeia (a determinar), para que este painel seja verdadeiramente qualificado como europeu e possa deliberar validamente.	73.2%
	1.5 Recomendamos a utilização dos registos populacionais (ou seus equivalentes, dependendo do país) como bases de dados primárias para o sorteio, a fim de dar a todos a mesma oportunidade de serem escolhidos, e para gerar interesse num tópico entre a população.	70.0%
	1.6 Recomendamos que os participantes sejam compensados para valorizar o seu investimento e atrair pessoas que não participariam se não fossem compensados.	87.5%
	1.7 Recomendamos informar - minimamente: nem demasiada informação nem informação demasiado complicada - primeiro os participantes através de apresentações por peritos para garantir que mesmo pessoas sem conhecimento prévio se sintam à vontade para participar nos debates.	82.9%
	1.7.2 Recomendamos que o tema do Painel de Cidadãos seja comunicado com antecedência, para que as pessoas possam saber que tema estão empenhadas em debater.	78.6%

2. Dificuldade em organizar um painel a nível europeu.	1.8 Recomendamos que os cidadãos não sejam obrigados a participar.	97.6%
	2.1 Recomendamos que as reuniões do Painel de Cidadãos Europeus se realizem em formato híbrido (presental/distancial). As pessoas que não podem viajar fisicamente também podem participar.	70.0%
	2.2 Recomendamos que a União Europeia, para facilitar o acesso e a organização, delegue a organização de painéis de cidadãos (sobre temas europeus) em diferentes níveis de governo, a nível nacional.	69.0%
	2.3 Recomendamos que seja escolhido apenas um tema por painel organizado a nível europeu. Todos os participantes terão de debater o mesmo tema, independentemente da sua proveniência na Europa.	80.5%
3. Impedir que o painel de cidadãos seja utilizado de forma abusiva para fins diferentes dos declarados.	3.1 Recomendamos que qualquer cidadão possa submeter um tema à discussão e que este direito não seja reservado ao mundo político ou ao mundo dos lobistas.	82.1%
	3.2 Recomendamos que o direito de iniciativa pertença ao Parlamento Europeu, para que este defina o tema a debater e, em seguida, adote os textos necessários para dar seguimento às recomendações resultantes das deliberações.	63.4%
4. Dificuldade em decidir a melhor forma de organizar o processo para uma melhor representação dos cidadãos.	4.1.1 Recomendamos a criação de um painel permanente de cidadãos, a par do Parlamento, para a realização de tarefas específicas. Seria renovado regularmente. Tal permitiria reunir os cidadãos a longo prazo e dispor do tempo necessário para os debates. O tempo permite matizar os debates e chegar a um consenso. Paralelamente a este painel permanente, os painéis de cidadãos ad hoc debatem os temas escolhidos pelo painel permanente. Propomos seguir o modelo da Comunidade Germanófono.	54.8%
	4.1.2 Recomendamos a criação de apenas um ou mais painéis de cidadãos europeus não permanentes, que só se reuniriam para debater um tema específico durante um determinado período de tempo.	58.5%
	4.2 Recomendamos que não se organizem painéis de cidadãos europeus sobre questões urgentes, uma vez que é necessário tempo suficiente para garantir a qualidade dos debates.	63.4%
5. Com demasiada frequência, os cidadãos que participam em iniciativas de democracia	5.1 Recomendamos que os cidadãos sejam informados sobre o seguimento dado (ou não) às recomendações emitidas na sequência dos painéis de cidadãos europeus. Se as recomendações não forem seguidas, as instituições europeias envolvidas devem fundamentar a sua decisão (por exemplo, falta de competência). Para isso,	97.5%

participativa sob a forma de painéis de cidadãos não recebem informações sobre o seguimento dado ao seu trabalho, nem a curto nem a longo prazo.	recomendamos escrever resumos regulares durante todo o processo do painel.	
	6.1 Recomendamos a organização de painéis de cidadãos, também com crianças desde tenra idade (por exemplo, entre os 10 e os 16 anos), a fim de as sensibilizar para a participação e o debate. Isto pode ser organizado nas escolas.	59.5%

4. Referendos

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
	0.1 Recomendamos a realização de referendos sobre assuntos europeus a nível europeu.	73.3%
1. A cultura do referendo varia muito entre os Estados-Membros	1.1 Recomendamos que se encomende uma investigação sobre a forma de criar uma cultura comum de referendos na Europa.	70.7%
	1.2 Recomendamos que se investigue (por peritos independentes) a necessidade e a possibilidade de realizar um referendo sobre um tema específico a nível europeu.	77.5%
2. A formulação da pergunta colocada num referendo pode ter um impacto negativo, tal como a possibilidade de responder apenas com «sim» ou «não», o que muitas vezes polariza os debates e as sociedades.	2.1 Recomendamos a criação de um comité científico que estude a forma de fazer as perguntas que serão objecto de um referendo europeu da forma mais objectiva possível.	87.2%
	2.2 Recomendamos fazer perguntas de escolha múltipla, indo além da simples alternativa entre "sim" e "não", a fim de adicionar nuances ou mesmo associar condições a "sim" e "não" (ou seja, "sim se...", "não se...").	65.0%
	2.3 Recomendamos que os votos em branco não sejam tidos em conta no cálculo de qualquer maioria (maioria simples ou maioria absoluta). Tem de haver votos suficientes (o quórum tem de ser respeitado).	75.0%
A escolha do tema também é delicada.	2.4.1 Recomendamos que uma pergunta colocada num referendo europeu seja abrangida por qualquer assunto europeu que se enquadre nas competências da União Europeia.	87.5%

	2.4.2 Recomendamos que se excluam os tópicos que possam conduzir a conflitos entre os Estados-Membros.	39.0%
	2.5 Recomendamos que as perguntas técnicas e difíceis também possam ser feitas, com uma redação clara, porque as pessoas têm a capacidade de estar suficientemente informadas.	77.5%
3. O referendo não é um instrumento democrático se apenas o mundo político puder decidir organizá-lo.	3.1 Recomendamos que o Parlamento Europeu tenha o direito de iniciativa para organizar referendos europeus e que possa depois implementar os seus resultados (a Comissão Europeia e o Conselho devem segui-los, sem possibilidade de bloqueio).	67.5%
	3.2 O Tribunal recomenda que a iniciativa também possa provir dos próprios cidadãos (por exemplo, seguindo regras semelhantes às aplicáveis à Iniciativa de Cidadania Europeia).	77.5%
	3.3 Recomendamos que um organismo neutro seja responsável pela organização prática de um referendo europeu.	75.0%
4. O aspeto consultivo ou vinculativo do referendo deve ser claramente definido.	4.1.1 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu só seja vinculativo quando estiverem reunidas determinadas condições em termos de afluência às urnas.	92.7%
	4.1.2 Recomendamos que os resultados de um referendo só sejam vinculativos se forem alcançadas determinadas maiorias (51/49, 70/30). Estas condições são estabelecidas antes de cada referendo.	72.5%
	4.2 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu seja vinculativo se a iniciativa da sua organização tiver sido tomada por cidadãos (que teriam conseguido recolher uma série de assinaturas para o efeito), mas indicativo se a iniciativa tiver sido tomada por uma instituição política.	47.5%
	4.3 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu seja vinculativo apenas para determinados assuntos, mas não para aqueles para os quais as consequências da votação possam ser muito graves.	40.0%
5. As pessoas muitas vezes têm pouca informação antes de votar em um referendo. Ao mesmo tempo, é fundamental monitorizar as	5.1 Recomendamos que, antes de qualquer referendo europeu, o público seja claramente informado do impacto do resultado da votação na sua vida quotidiana, através de brochuras, como é o caso na Suíça, e/ou através de sessões de informação.	97.5%
	5.2 Recomendamos a criação de um comité científico para cada referendo europeu, a fim de garantir a	87.2%

informações fornecidas, a fim de evitar influências prejudiciais (nacionais ou estrangeiras) na votação.	neutralidade das informações fornecidas.	
6. Embora um referendo convide toda a população a votar diretamente (ao contrário do painel de cidadãos), existe sempre um certo absentismo, mais ou menos importante.	6.1.1 Recomendamos que a participação na votação num referendo europeu seja obrigatória.	43.6%
	6.1.2 Recomendamos que a votação num referendo europeu seja voluntária.	52.5%
	6.2 A fim de reduzir o absentismo, recomendamos permitir a votação eletrónica para além da votação em papel (ou mesmo para além de outros meios de votação, como a votação por correspondência). O voto eletrónico é particularmente interessante para as pessoas que vão de férias e também incentiva as pessoas que estão menos interessadas a votar porque a restrição de viagem já não existe.	90.0%
7. Com demasiada frequência, os cidadãos que participam em iniciativas de democracia participativa ao estilo de referendos não recebem informações sobre o seguimento dado ao seu voto, quer a curto quer a longo prazo.	7.1 Recomendamos que os cidadãos sejam informados sobre o seguimento dado (ou não) à decisão tomada pelos cidadãos através de um referendo europeu.	92.5%

5. Ferramentas existentes

5.1. Eleições europeias.

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. Existe uma diferença de regulamentação entre os diferentes Estados-Membros	1.1 Propomos a obrigatoriedade do voto no Parlamento Europeu, mas com informação suficiente para que os cidadãos compreendam as razões para tal.	50.0%
	1.2 A nossa recomendação consiste em tornar as regras relativas às eleições para o Parlamento Europeu tão uniformes quanto possível	87.2%

	em todos os países, incluindo a idade mínima.	
2. Não existe diversidade suficiente na idade, origem e género dos cidadãos europeus.	2.1.1 Propomos que os deputados ao Parlamento Europeu sejam de todas as idades e origens.	82.1%
	2.1.2 Propomos que os eurodeputados optem deliberadamente por uma carreira europeia e não apenas porque estão no final da sua carreira.	82.5%
	2.1.3 Propomos que se opte por uma distribuição equilibrada dos géneros nas listas de mecanismos do travessão.  E deve estabelecer estes critérios e verificar se são cumpridos na composição das quotas. Se um candidato recusar o seu mandato, o candidato seguinte, por ordem de preferência e do mesmo sexo, assumirá o seu lugar.	82.5%
	2.1.4 Recomendamos que os candidatos inscritos nas listas europeias exerçam o seu mandato se forem eleitos.	89.2%
3. Votamos a favor do Parlamento Europeu e não temos voz na composição da comissão.	3.1 Propomos uma alteração ao Tratado que permita ao maior partido do Parlamento Europeu nomear o Presidente da Comissão Europeia.	48.6%
	3.2 Recomendamos que a composição da Comissão Europeia seja mais transparente, de acordo com determinadas regras básicas, para que a composição reflita a voz do cidadão e este saiba como decorreu a seleção.	88.9%
4. Não há muita informação sobre os candidatos, não se sabe muito sobre eles e o seu programa e a facção política que representarão no Parlamento Europeu.	4.1 Propomos que os candidatos europeus se apresentem localmente de forma mais concreta com os seus objectivos e programa através de diferentes canais (comunicação).	84.2%

5.1.2 Provedor de Justiça Europeu

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. O sítio em línguas diferentes do inglês inclui apenas informações em inglês nas duas primeiras páginas. Isto cria uma barreira para os cidadãos não proficientes em inglês.	1.1 Propomo-nos colocar as informações na página inicial na língua de cada cidadão e publicar, se não for possível traduzi-las, as notícias em inglês em outra parte do site.	89.2%

2. O Provedor de Justiça não está envolvido na sanção nem na eventual indemnização do queixoso.	2.1 Propomos que o Provedor de Justiça faça parte do processo de encontrar e aplicar a solução/sanção/compensação e tenha uma palavra a dizer sobre o assunto.	71.1%
3. O prazo é, por vezes, muito longo para a validação do registo no sítio (e-mail de validação) Por vezes, demora 24 horas e desmotiva o cidadão que se desloca.	3.1 Propomos um sistema de validação imediata.	47.4%
4. Quando apresentamos uma reclamação, perguntam-nos: Já utilizou todos os procedimentos possíveis? O cidadão nem sempre conhece todos os procedimentos e não pode responder à pergunta.	4.1 Propomos incluir uma ligação para uma simples apresentação/explicação dos outros procedimentos	89.5%
5. O sítio do mediador está bem feito, mas não é «de marca» europeu, o que leva a perguntas para o cidadão (estou no sítio certo, é credível? ...).	5.1 Propomos rever a carta gráfica do sítio e alinhá-la mais estreitamente com a da UE (primeiro conselho: levante a bandeira europeia para o topo da página). Deve ficar claro no primeiro «clique» que o cidadão está no sítio Web do Provedor de Justiça das instituições.	78.4%

5.1.3 Consulta pública

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. O sítio Web da consulta mudou e o cidadão é enviado, em primeira instância, para um sítio obsoleto. É necessário procurar para encontrar o endereço do novo site.	1.1. Sugerimos eliminar o site antigo e fazer referência ao novo site primeiro.	81.6%
2. O roteiro (inglês) e os pareceres (língua do editor cidadão) de uma consulta não são traduzidos para a língua do leitor cidadão	2.1. Recomendamos vivamente que o roteiro seja traduzido para a língua do cidadão. O roteiro em inglês  queia qualquer cidadão que não domine a sua participação.	81.6%
	2.2. Propomos colocar uma guia / ícone "tradução automática" para cada revisão, que liga a um motor de tradução de código aberto como o google translate ou deepl.	65.8%
3. Deve inscrever-se para ter o	3.1. Propomos enviar o acompanhamento do	89.5%

seguimento da consulta	processo automaticamente a qualquer pessoa que tenha reagido, com a possibilidade de cancelar a assinatura.	
4. Não sabemos se o número de pareceres numa direção influencia a comissão ou se pareceres semelhantes são tomados como um único parecer (ponderação ou não). Se, num certo sentido, o número de opiniões conta, estamos preocupados com o peso dos lobistas/ativistas/grandes empresas nas consultas e, de facto, com as medidas tomadas pela UE em relação aos cidadãos e ao setor do voluntariado.	4.1. Recomendamos a colocação de informações claras no site sobre este assunto.	81.6%
	4.2. Se o número de opiniões numa direção tiver impacto, recomendamos a criação de um sistema capaz de filtrar lobistas/ativistas/grandes empresas, etc., de modo a não lhes conferir um peso excessivo.	60.5%
	4.3. Recomendamos a criação de um software de inteligência artificial que classifique diferentes opiniões e conte opiniões contrárias ou favoráveis.	47.4%
	4.4. Propomos a organização de centros de informação entre cidadãos e associações (militantes): dispor de locais onde os cidadãos possam vir dar a sua opinião, sob a forma de «Casas da Europa», que possam ajudar a divulgar as opiniões dos cidadãos a nível europeu. Estes locais devem estar localizados em locais diferentes, a nível local, realojados.	62.2%
5.O formulário de notificação não é claro: Há uma pergunta aberta e um questionário. Qual é o papel de cada documento, o que deve ser cumprido?	5.1 Clarificar esta informação no site.	81.6%
6. Há demasiados níveis de competências quando se trata de ferramentas	6.1 Propomos a criação de um centro de expedição para encaminhar os pedidos ao nível de autoridade competente.	78.9%

5.1.4 Iniciativa de Cidadania Europeia

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. Os cidadãos que não têm Internet são mais difíceis de alcançar.	1.1 Sugerimos que as autoridades locais ou bibliotecas, que são independentes do governo, possam estar envolvidas na divulgação desta iniciativa e na recolha de assinaturas. Tanto em formato eletrónico como em papel. A UE deve fazer um balanço desta rede por país e disponibilizá-la aos cidadãos iniciadores.	71.1%
2. O número de países que precisam de participar é demasiado pequeno para ter apoio	2.1 Propomos aumentar o número de países a partir dos quais as assinaturas são recolhidas para 13 países, a fim de obter um maior apoio à proposta. O número de assinaturas deve ser respeitado proporcionalmente ao número de habitantes.	64.9%

suficiente.		
3. Custo e esforço para recolher assinaturas são elevados	3.1 Propomos a existência de financiamento da UE para apoiar estas iniciativas.	71.1%
	3.2 Propomos a criação de um organismo que facilite a coordenação entre os diferentes países.	75.7%
4. O procedimento é complexo para os cidadãos.	4.1 Propomos a criação de um serviço de assistência para ajudar os cidadãos a concluir o processo.	83.8%
5. O resultado da iniciativa de cidadania não é claro.	5.1 Propomos obrigar a Comissão Europeia a debater e a trabalhar no seguimento da proposta, e não apenas a responder e acusar a receção. Se a Comissão decidir não dar seguimento à proposta, deve justificá-la.	100.0%
	5.2 Propomos a organização de uma consulta aos cidadãos aquando da receção de uma iniciativa de cidadania europeia, a fim de solicitar o seu parecer sobre a mesma antes de a comissão dar seguimento à mesma. Isso evitaria ter apenas opiniões/votos extremos para a iniciativa e ter as opiniões de pessoas que não assinaram. Além disso, se todos os cidadãos derem a sua opinião, a sugestão terá mais peso a nível da UE e o seu seguimento.	55.3%

5.1.5 Direito de petição

Problemas	Recomendações	Com o apoio de (%)
1. A Comissão Europeia tem a decisão final, não há certeza sobre o resultado	1.1 Propomos que a recomendação do Parlamento Europeu seja seguida pela comissão.	81.1%
2. Há pouca transparência quanto ao processo e à motivação da decisão.	2.1 Propomos manter a pessoa que submete a petição informada sobre o andamento e as decisões em intervalos regulares. A conclusão final deve igualmente ser fundamentada.	94.4%
3. É difícil para os cidadãos demonstrar a necessidade de nova legislação.	3.1 A nossa recomendação é que uma petição seja também utilizada como instrumento para demonstrar a necessidade de nova legislação.	78.4%

II B Painéis nacionais: França



L'avenir est entre vos mains

Contribution citoyenne à la Conférence sur l'avenir de l'Europe

O presente documento é um resumo do relatório sobre o «Contributo dos cidadãos para a Conferência sobre o Futuro da Europa», organizado pela França. A versão integral do relatório em francês está disponível no seguinte endereço:

<https://participation-citoyenne.gouv.fr/sites/default/files/2021-11/20211126%20-%20COFE%20-%20Relatório%20final.pdf>



WAVESTONE



Resumo

II B Painéis nacionais: França 197

Introdução 199

Apresentação dos principais resultados 202

Apresentação dos painéis das conferências regionais 204

Compromissos e enviesamentos metodológicos 206

Parte 1: Apresentação dos resultados das Conferências Regionais sobre o Futuro da Europa 212

Segunda parte: Apresentação dos resultados da consulta «Word to Youth» 223

Conclusão 227

1. Princípios orientadores do processo de organização do painel 236

2. Seleção dos participantes e modo de participação 237

3. Organização do painel 240

4. Programa de trabalho 240

5. Recomendações formuladas 242

Uma economia mais forte, justiça social e emprego 242

A Europa no mundo 247

6. Avaliação final pelos participantes 249

Introdução

A Conferência sobre o Futuro da Europa é um exercício sem precedentes de participação dos cidadãos que permite consultar os cidadãos dos 27 Estados-Membros da União Europeia, a fim de os colocar no centro das decisões que serão tomadas nos próximos anos e décadas. Desta forma, os cidadãos da UE são convidados a fazer ouvir a sua voz, a propor mudanças e formas de ação concretas que permitam à Europa definir uma nova ambição e enfrentar os desafios globais que enfrenta atualmente.

O Governo francês apoia as iniciativas do Trio de Presidências da Conferência sobre o Futuro da Europa, nomeadamente incentivando os seus cidadãos a darem um contributo significativo para a plataforma em linha e a organizarem eventos em toda a França.

Paralelamente a estas iniciativas europeias, o Governo pretendeu realizar um exercício participativo a nível nacional.

Com o apoio do Ministério das Relações com o Parlamento e da Participação dos Cidadãos (MRPCC) e os conhecimentos especializados do Centro Interministerial para a Participação dos Cidadãos (CIPC), o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (MEAE) organizou um exercício de cidadãos baseado em partidos metodológicos fortes (ver abaixo «Compromissos metodológicos e partidos»). Na execução do regime, o MEAE recorreu a um consórcio de serviços composto pela Roland Berger, pela Wavestone, pela Missions Publiques e pela Harris Interactive. Por último, as prefeituras regionais desempenharam um papel fundamental na organização das 18 conferências em todo o país.

No âmbito desta consulta, foi colocada aos participantes uma única pergunta: «Enquanto *cidadãos franceses*, que mudanças pretende para a Europa? (cf. Anexo IV “Mandato de participação”).

Este exercício nacional assumiu a forma de 18 conferências regionais, nas 13 regiões metropolitanas e nas 5 regiões ultramarinas francesas, que se realizaram ao longo de três fins de semana, em setembro e outubro de 2021, tendo cada uma reunido entre 30 e 50 cidadãos sorteados por sorteio (746 no total). A síntese destes 18 painéis regionais foi então realizada numa conferência nacional, que teve lugar de 15 a 17 de outubro de 2021 no Conselho Económico, Social e Ambiental (CESE em Paris) e reuniu 98 cidadãos voluntários entre os participantes nas conferências regionais.

Além disso, e a fim de destacar as vozes dos jovens franceses antes do Ano Europeu da Juventude em 2022, o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros organizou, em parceria com a *Make.org*, uma consulta em linha intitulada «Word to Youth». Mais de 50 000 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos exprimiram as suas ideias e prioridades para a Europa em 2035.

O presente relatório apresenta os principais resultados das duas consultas realizadas pelo Governo.

Metodologia de consulta

O recrutamento de cidadãos que participam em conferências regionais combinou uma seleção aleatória de participantes através do sorteio do seu número de telefone e uma seleção específica de perfis para chegar a um painel tão representativo quanto possível da diversidade de cada território.

Durante os painéis regionais, os participantes intervieram alternando horários de trabalho em grupo, por tabela de 6 a 8 cidadãos, acompanhados de um facilitador e horários de apresentação na reunião plenária. Os peritos estiveram presentes durante as reflexões para responder às perguntas dos cidadãos e lançar luz,

assegurando simultaneamente uma posição neutra.

Os cidadãos foram convidados pela primeira vez a debater a sua perceção atual da Europa. Em seguida, atribuíram os seus **desejos para a Europa em 2035**, em grupos e, em seguida, em sessão plenária. Estes discos permitiram identificar entre 3 e 8 desejos por região. Para cada um destes desejos, os cidadãos formularam as **mudanças** que consideraram necessárias para alcançar a Europa desejada e, em seguida, ilustraram-nas com propostas concretas a implementar. Este processo resultou num total de 515 alterações e 1 301 propostas concretas a nível nacional.

Cada conferência regional resultou na elaboração de um relatório de síntese regional para todos os participantes antes da conferência nacional.

A conferência nacional de síntese reuniu 98 cidadãos sorteados entre os participantes dos 18 oradores regionais. A fim de assegurar a diversidade do painel nacional, 6 cidadãos foram sorteados por sorteio entre os voluntários das conferências regionais na França metropolitana e na Reunião e 4 cidadãos para as conferências ultramarinas, respeitando a paridade e a diversidade étnica em cada sorteio regional (ver anexo II).

Napreparação da conferência nacional, as 515 alterações identificadas nas conferências regionais foram analisadas e conciliadas quando a sua intenção subjacente parecia semelhante ou próxima, a fim de constituírem 14 grupos de ideias que reflectem um desejo comum para a Europa (ver secção 6). Estes 14 desejos para a Europa serviram de base aos 98 participantes na conferência nacional, cuja missão era enriquecer o trabalho realizado nas regiões e comparar os desejos, alterações e propostas da Europa com a ajuda de cerca de 20 peritos, a fim de chegar a uma lista de alterações prioritárias. Por fim, cada grupo seleccionou três alterações fundamentais, a primeira das quais foi submetida à votação de todos os 98 cidadãos, estabelecendo uma classificação final das 14 alterações prioritárias. Um relatório de síntese consolida todo o trabalho desta conferência.

A consulta em linha «Word to Youth», realizada em parceria com a Make.org, realizou-se de maio a julho de 2021. Mais de 50 000 participantes participaram e apresentaram quase 3 000 propostas para a Europa. Com base em todas as reações dos jovens cidadãos, foram identificadas 35 ideias importantes, 22 das quais foram amplamente aclamadas e 13 foram controversas entre os participantes (ver parte 11).

Ponto de saída e dever de diligência

Este relatório será apresentado ao Governo pelos cidadãos em 29 de novembro de 2021, na presença dos membros franceses eleitos da Assembleia Plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa. Será membro do trio de Presidências da Conferência durante a Presidência francesa do Conselho da União Europeia (PFUE).

No final da conferência nacional de síntese no CESE, e a fim de satisfazer as elevadas expectativas dos cidadãos por sorteio, foi criado um comité de acompanhamento dos cidadãos que consagra o direito de acompanhamento dos participantes. Esta comissão, composta por 15 membros - 14 representantes das conferências regionais e um representante da consulta "Palavra aos Jovens" - será responsável por informar os cidadãos sobre o futuro das suas propostas. Em cada reunião do Plenário da Conferência, um ou mais membros do Comité de Acompanhamento participarão como representantes do exercício francês para destacar as propostas apresentadas no presente relatório, elaborando simultaneamente uma posição comum com todos os cidadãos europeus representados.

Todos os documentos da consulta francesa serão públicos e acessíveis a todos na plataforma de participação dos cidadãos do Estado francês: mandato de participação, resumos regionais, síntese nacional, relatório do garante e relatório final.

Apresentação dos principais resultados

(o original era na forma de uma ilustração)



Panorama de la contribution française à la conférence sur l'avenir de l'Europe

Les citoyens tirés au sort devaient répondre à la question :
« En tant que citoyens français, quels changements souhaitez-vous pour l'Europe ? »

TOP 10 DES CHANGEMENTS PRIORITAIRES POUR L'EUROPE DE 2035



1. Développer la **sobriété énergétique** pour consommer moins en arrêtant le superflu



2. Renforcer la **défense et la sécurité communes** de l'Union européenne



3. Favoriser la **performance économique collective** à travers une industrie autonome, compétitive et valorisée par l'UE



4. Mettre en place un **pouvoir citoyen** à plusieurs échelons : participation, décision, contrôle



5. Tendre vers une **fédération d'États d'Europe** dotée de compétences fortes dans des domaines d'intérêt commun



6. Proposer des **programmes d'échanges** tout au long de la vie

Source : Changements ayant recueilli le plus de votes lors de la conférence nationale sur l'Avenir de l'Europe (15-17 octobre 2021).

Fonte: Alterações mais votadas na Conferência Nacional sobre o Futuro da Europa (15-17 de outubro de 2021)

Panorâmica do contributo da França para a Conferência sobre o Futuro da Europa

Os cidadãos sorteados tiveram de responder à pergunta: «Enquanto cidadãos franceses, que mudanças pretende para a Europa?»

As 10 principais alterações prioritárias para a Europa a partir de 2035

1. Desenvolver a **sobriedade energética** para consumir menos ao parar o supérfluo

2. Reforçar a defesa e a **segurança** comum da União Europeia

3. Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma, competitiva e reforçada pela UE

4. Construir o poder dos cidadãos a vários níveis: participação, tomada de decisões, acompanhamento

5. Rumo a uma **federação de Estados europeus** com fortes competências em domínios de interesse comum

6. Oferecer programas de intercâmbio ao longo da vida



7. Partager les cultures européennes par des **manifestations et des événements fédérateurs**



8. Harmoniser la **santé** et la rendre accessible à tous les Européens par une politique commune de santé



9. Développer et piloter au niveau européen les **filières stratégiques** pour assurer notre souveraineté



10. Améliorer la **protection des milieux et des écosystèmes** et créer des **zones protégées** au cœur des zones urbaines, périurbaines et rurales

7. Partilhar as culturas europeias através da **unificação de eventos e eventos**

8. Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde

9. Desenvolver e gerir **setores estratégicos a nível europeu para garantir a nossa soberania**

10. Melhorar a **proteção dos ambientes e dos ecossistemas e criar zonas protegidas** no coração das zonas urbanas, periurbanas e rurais

Consultation en ligne « Parole aux jeunes »



Le 9 mai 2021, le secrétaire d'État chargé des Affaires européennes a lancé une consultation « Parole aux Jeunes » menée par Make.org qui s'est déroulée entre mai et juillet 2021.

50 000 jeunes âgés de 15 à 30 ans ont répondu à la question : « Quelles sont vos **priorités pour l'Europe de demain ?** », avec 2 918 propositions déposées.

Les **idées plébiscitées par les Jeunes français** dans le cadre de cette consultation en ligne s'intègrent à la contribution citoyenne à la Conférence sur l'avenir de l'Europe (cf. détails dans la 2^e partie de ce rapport)

Consulta em linha «Palavra aos jovens»

Em 9 de maio de 2021, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus lançou uma consulta «Word to Young People», liderada pela Make.org, que teve lugar entre maio e julho de 2021.

50 000 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos responderam à pergunta: «Quais são as vossas prioridades para a Europa de amanhã?», com 2918 propostas apresentadas.

As ideias aclamadas  pelos jovens franceses nesta consulta em linha fazem parte do contributo dos cidadãos para a Conferência sobre o Futuro da Europa (ver pormenores na parte 2 do presente relatório).

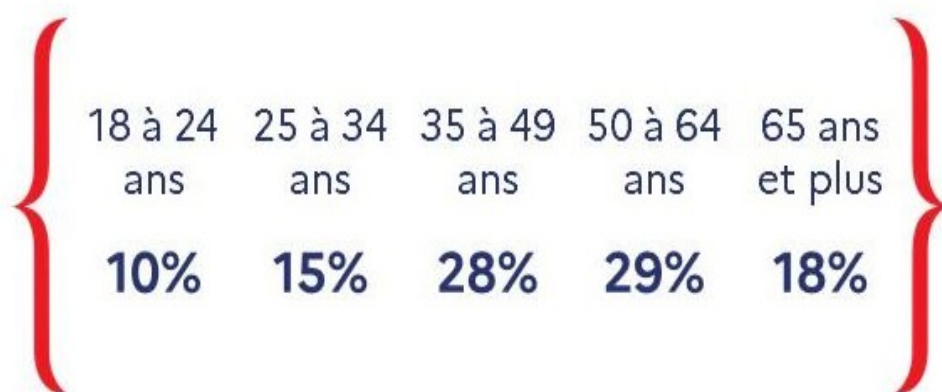
Apresentação dos painéis das conferências regionais

Um painel diversificado de 746 cidadãos

Panorâmica dos participantes nas 18 conferências regionais



60% 40%



Agricultores e agricultores

Artesãos – Comerciantes – Empresários

Quadros superiores – Profissões liberais

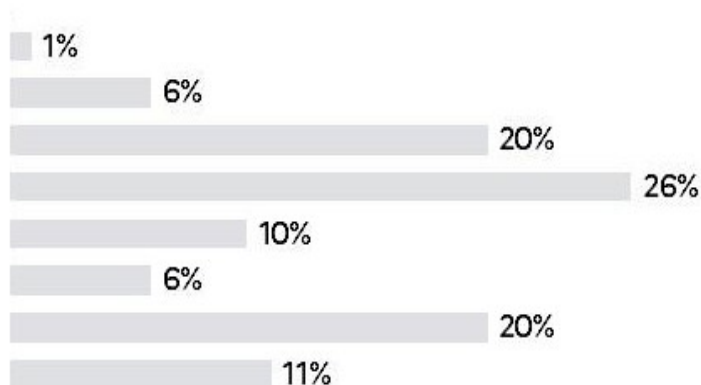
Profissões intermédias

Trabalhadores por conta de outrem

Trabalhadores

Aposentado

Outros inativos



Conferências sobre o Futuro da Europa em toda a França

18 conferências regionais, 13 na França metropolitana e 5 no exterior



Compromissos e enviesamentos metodológicos



Partes metodológicas

	Territorialisation et proximité	- Consultations organisées dans 13 régions métropolitaines et 5 régions d'outre-mer - Une consultation nationale de synthèse
	Diversité des profils et tirage au sort	- Tirage au sort par génération aléatoire de numéros de téléphone - Panels représentatifs de la diversité de la population et des points de vue sur l'Europe
	Transparence de la démarche	- Supervision par un collège de 3 garants - Publication en ligne de l'ensemble des documents de synthèse
	Débat ouvert sans thématique imposée	- Liberté totale des thèmes traités laissée aux citoyens - Absence de cadrage thématique
	Expertise inversée	- Pas d'apport d'information préalable - Réflexion collective basée sur le vécu et les opinions des citoyens, apport d'expertise sur demande des citoyens
	Collégialité et gouvernance agile-	- Gouvernance hebdomadaire avec l'ensemble des parties prenantes
	Devoir de suite	- Mise en place d'un comité de suivi citoyen - Engagement du gouvernement à porter la parole citoyenne dans l'exercice européen

a. Compromissos do Estado com a democracia participativa

A parte francesa da Conferência sobre o Futuro da Europa faz parte dos compromissos do Estado em matéria de democracia participativa, que se baseiam em três princípios: **transparência, neutralidade e dever de diligência.**

Uma abordagem não participativa obriga o organizador a seguir uma metodologia rigorosa. O método de participação dos cidadãos deve permitir-lhes participar nas melhores condições e expressar o seu ponto de vista de forma livre e fundamentada.

Transparência

A equipa organizadora da Conferência está empenhada em tornar todas as informações sobre a consulta acessíveis aos cidadãos:

- O quadro em que a consulta tem lugar;
- Compromissos com os cidadãos;
- Os objectivos da consulta;
- Os resultados da consulta.

A metodologia da Conferência sobre o Futuro da Europa foi assim estabelecida com o objetivo constante de garantir a transparência para os cidadãos. A metodologia para o recrutamento de cidadãos selecionados aleatoriamente, os preconceitos metodológicos e o tratamento da fala dos cidadãos foram claramente definidos. Os participantes também receberam um e-mail resumindo sua conferência regional no final da conferência. Além disso, todos os documentos de trabalho e de saída serão tornados públicos no final do regime na Plataforma Estatal de Participação dos Cidadãos.^{xiii}

XIII www.participation-citoyenne.gouv.fr

Neutralidade

Durante uma consulta, a equipa organizadora deve assegurar que se mantém neutra na facilitação das reuniões e na elaboração dos resumos que apresentam os resultados. As partes interessadas no sistema – facilitadores, facilitadores, peritos – não devem expressar a sua própria opinião ou procurar orientar o debate de forma subjetiva.

O objetivo de neutralidade foi prosseguido em todas as fases da preparação da presente consulta, garantindo, em especial, uma seleção imparcial dos participantes, total liberdade nos procedimentos e a falta de influência do patrocinador ou das partes interessadas na voz dos cidadãos. Este imperativo de neutralidade materializou-se por um processo objetivo e transparente de recrutamento dos participantes, por preconceitos metodológicos coerentes (perícia invertida, falta de enquadramento temático dos debates) e por uma atenção especial dada à postura dos vários oradores (facilitadores, facilitadores, peritos). Por último, a equipa organizadora assegurou que todas as declarações fossem valorizadas e que não fosse efetuada qualquer filtragem das propostas dos cidadãos.

Um painel **de três garantes**, nomeado pelos presidentes da Assembleia Nacional do Parlamento Europeu e pelo Governo, assegurou igualmente que todas as opiniões fossem expressas e tidas em conta.

Funções consecutivas

Os cidadãos, independentemente de terem ou não participado na consulta, têm o direito de ser informados sobre o que foi selecionado a partir das suas propostas e os pareceres delas resultantes, e por que razões. A isto chama-se **dever de agir imediatamente**.

É definido pelo Centro Interministerial para a Participação dos Cidadãos (CIPC) e pela Direção Interministerial para a Transformação Pública (DITP) como o compromisso do decisor público de dar aos cidadãos uma resposta clara e legível ao seguimento previsto para a consulta. Concretamente, o dever de acompanhamento é voltar aos cidadãos para lhes explicar a forma como as suas contribuições são tidas em conta e têm impacto na decisão e nas práticas da administração.

O Governo assumiu este dever no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa e anunciou um mecanismo de acompanhamento ambicioso no final da conferência nacional descrita na parte seguinte do presente relatório (ver «Partidos metodológicos»).

b. Abordagens metodológicas

Estes três compromissos estatais refletiram-se na metodologia de consulta sob a forma de **sete fortes enviesamentos metodológicos**.

1. Territorialização e proximidade

A componente nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa assumiu a forma de 18 conferências regionais, nas 13 regiões metropolitanas e nas cinco regiões ultramarinas francesas, seguidas de uma conferência nacional em Paris. Ao optar por organizar painéis a nível local, o objetivo era reunir **uma voz o mais próxima possível dos cidadãos**. Este viés também enriqueceu a consulta ao mostrar as linhas de consenso e dissenso entre os territórios sobre diferentes tópicos.

2. Diversidade dos perfis dos cidadãos e utilização do sorteio

Foi fixado um objetivo de recrutamento de 50 cidadãos por conferência regional antes do processo, com exceção das conferências ultramarinas na Martinica, Maiote, Guadalupe e Guiana, com 30 a 40 cidadãos cada, e da conferência Grand Est, na qual estiveram igualmente presentes 5 cidadãos alemães dos três Länder limítrofes. Uma geração aleatória de números de telefone permitiu sortear os cidadãos convidados a participar nas conferências regionais.

Para serem elegíveis, os cidadãos sorteados tinham de ter mais de 18 anos e ser franceses ou residentes permanentes em situação regular. Cada painel de cidadãos regional tinha de ser **representativo da diversidade da população regional** reunir uma **diversidade de pontos de vista sobre a Europa**. A metodologia precisa

para o recrutamento por lotes consta do anexo II.

3. Transparência da abordagem

Um **painel de três garantes nomeados** pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, pelo Presidente da Assembleia Nacional e pelo Presidente do Parlamento Europeu acompanhou todo o processo, a fim de assegurar a sua neutralidade e regularidade. Os garantes devem, em especial: verificar a sinceridade do recrutamento de cidadãos selecionados aleatoriamente, formula recomendações para a seleção de peritos e assegura que os debates são realizados corretamente no local. No final do procedimento, os garantes publicarão o seu parecer sobre a consulta. Este documento será publicado na Plataforma Estatal de Participação dos Cidadãos.

Serão igualmente publicados na Plataforma Estatal para a Participação dos Cidadãos: os resumos das 18 conferências regionais, o documento de síntese de todas as alterações expressas nas conferências regionais, o resumo da conferência nacional e, por último, o relatório final apresentado ao Governo.

4. Um debate aberto sem temas impostos

No âmbito desta consulta nacional, foi colocada uma única questão aos cidadãos participantes: «Enquanto *cidadãos* franceses, que mudanças pretende para a Europa?»

Através do processo e da metodologia posta em prática, os cidadãos puderam determinar por si mesmos a definição da agenda das mudanças desejadas, sem serem constrangidos por um tema específico ou por um enquadramento normativo prévio.

O objectivo era, assim, permitir que os cidadãos das conferências regionais gozassem de plena liberdade nos assuntos que pretendiam tratar. Por conseguinte, o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros para a parte nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa optou por desenvolver uma abordagem complementar ao exercício europeu, estruturada em torno de nove temas: alterações climáticas e ambiente; saúde; uma economia mais forte, justiça social e emprego; a UE no mundo; valores e direitos, Estado de direito, segurança; transformação digital; Democracia europeia; migração; educação, cultura, juventude e desporto; outras ideias.^{XIV}

Os temas para os intercâmbios das conferências regionais foram assim definidos pelos próprios cidadãos e não pelo patrocinador do exercício.

5. Competências inversas

A fim de influenciar o menos possível os participantes no processo de identificação dos seus desejos para a Europa, optou-se por não **fornecer informações prévias ou conhecimentos especializados (por exemplo, sobre o projeto da União Europeia, as suas competências ou o funcionamento das instituições), mas por partir das questões dos próprios cidadãos. Este enviesamento metodológico baseia-se no princípio da «competência inversa», segundo o qual a reflexão coletiva** assenta nas experiências e opiniões dos cidadãos, que entrevistam depois peritos para apoiar os seus debates e consolidar as suas hipóteses de trabalho.

Para atingir este objetivo, foram mobilizados peritos nas várias regiões (três em média), nomeadamente do mundo académico e dos centros de informação Europe Direct nos territórios em causa. Estiveram presentes aos sábados e domingos para responder às perguntas dos cidadãos, falando apenas a seu pedido. **Os verificadores defacto** também estavam disponíveis para verificar rapidamente as perguntas factuais dos cidadãos.

Na conferência nacional de síntese no CESE, participaram nos grupos de trabalho 19 peritos de alto nível do meio académico, de grupos de reflexão e do corpo diplomático. Estes peritos acompanharam um grupo durante todo o

XIV <https://futureu.europa.eu/processes?locale=fr>

fim de semana, permitindo-lhes aprofundar as mudanças expressas nas regiões.

6. Colegialidade e governação ágil

Todo o processo foi co-construído **pelo** Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (MEAE), com o apoio da estratégia participativa do Centro Interministerial para a Participação dos Cidadãos (CIPC) da Direção Interministerial para a Transformação Pública (DITP) e do Ministério responsável pelas relações com o Parlamento e a Participação dos Cidadãos (MRPC). O esquema foi implementado por um consórcio composto por Roland Berger, Wavestone, Missions Publiques e Harris Interactive para gerenciar o processo, facilitar conferências, sortear para os cidadãos e elaborar relatórios e resumos, em colaboração com as prefeituras regionais para a organização local de conferências regionais.

Foi criada uma **governança específica** em torno de uma equipa de projeto presidida pelo MEAE, que reúne o ICPC, o MRPC e o consórcio que presta os serviços.

7. Dever permanente e articulação com o exercício europeu

Por ocasião da conferência nacional, **foram anunciados vários elementos do** dever de acompanhamento das instituições francesas na sequência do exercício realizado para a Conferência sobre o Futuro da Europa:

- **Mestá disponível para todas as informações** sobre o processo, este documento e os relatórios de síntese das conferências regionais e nacionais, de forma transparente e acessível a todos na nova plataforma de participação cidadã, lançada por ocasião do regresso ao Governo;
- Organização de um **evento para informar o Governo sobre o relatório final da partenacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, em novembro de 2021;**
- Criação de um **comité de acompanhamento dos cidadãos** para assegurar que o acompanhamento do arranque é coerente com as propostas apresentadas. Este comité será composto por 15 cidadãos, incluindo 14 participantes das conferências regionais e um participante da consulta "*Palavra para a Juventude*";
- **Entrega do contributo francês para a Conferência sobre o Futuro da Europa às instituições europeias**, em janeiro de 2022;

As propostas dos cidadãos franceses serão levadas à reflexão colectiva dos Estados-Membros e das instituições europeias. Enquanto país que exerce a Presidência do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2022, caberá à França fazer ouvir a voz dos seus cidadãos, trabalhando simultaneamente para definir uma posição comum em todo o continente.

Parte 1: Apresentação dos resultados das Conferências Regionais sobre o Futuro da Europa

Em cada uma das 18 conferências regionais, os cidadãos expressaram individualmente e depois em grupos seus desejos para a Europa de 2035. Entre 3 e 8 grupos de desejos surgiram em cada região, conduzindo a um total de **101 Europa desejada em toda a França**. Em seguida, os cidadãos formularam as mudanças que consideravam necessárias para alcançar a Europa desejada e, em seguida, ilustraram-nas com ações concretas. Este processo gerou um total de **515 alterações e 1 301 ações concretas** em toda a França.

Nas semanas entre as conferências regionais e a conferência nacional, a equipa do projeto realizou trabalhos para reagrupar 515 mudanças em grupos coerentes. Todas as alterações expressas nas regiões foram sujeitas a uma análise lexicológica e aproximaram-se quando a sua intenção subjacente parecia semelhante ou próxima, de modo a constituírem grupos de trabalho para a conferência nacional com um desejo comum para a Europa. Por último, **as alterações identificadas nas regiões foram agrupadas em 14 desejos europeus distintos**.



Desejos
para a
Europa 2035

Mudanças para
alcançar esta
Europa desejada

Propostas concretas
para implementar
estas alterações

Pergunta aos cidadãos	Qual é o seu desejo para a Europa de 2035?	Que mudanças são necessárias para alcançar esta Europa desejada?	Que propostas concretas apresentaria para implementar estas alterações?
Resultados das conferências regionais	101 desejos	515 alterações	1301 propostas concretas
	Ordenação de 515 alterações regionais em 14 desejos coerentes por parte da equipa organizacional	Agrupar, priorizar e detalhar as mudanças dos participantes durante a conferência nacional	
Resultados da conferência nacional	14 desejos	80 alterações	Principais etapas de execução e critérios de sucesso para cada alteração

a. Classificação dos 14 desejos da Europa

No final de cada conferência regional, os cidadãos participantes votaram a favor das alterações identificadas pelos diferentes grupos de trabalho.

Com base nos agrupamentos realizados antes da conferência nacional de síntese, é possível determinar – graças às votações sobre as mudanças em cada região – os desejos da Europa que têm sido os mais populares entre os cidadãos. Assim, os desejos de «uma Europa que coloque a educação em primeiro lugar» e de «uma Europa mais próxima e mais acessível» foram amplamente aclamados, com mudanças apoiadas, em média, por 56 % dos cidadãos nas conferências regionais.

Classificação dos desejos da Europa por taxa de popularidade

Que alterações gostaria de ver implementadas?



b. Apresentação das 14 alterações prioritárias resultantes da conferência nacional

Na Conferência Nacional de Síntese, os 100 cidadãos participantes trabalharam em um dos 14 grupos de desejos estabelecidos. No final dos trabalhos, cada grupo selecionou **uma alteração prioritária a implementar até 2035 para representar o seu «souha it» europeu**. Estas 14 alterações prioritárias foram então propostas para a votação dos 100 cidadãos no último dia da conferência nacional. O resultado desta votação é apresentado a seguir, por ordem decrescente de acordo com o número de votos obtidos para cada alteração.

A mudança que obteve o maior número de votos dos 100 cidadãos da conferência nacional foi «Desenvolver a *sobriedade energética* para consumir menos, impedindo o supérfluo».

14 mudanças fundamentais para a Europa em 2035

- (1) Desenvolver a sobriedade energética para consumir menos fora de serviço e o supérfluo
- (2) Reforçar a defesa e a segurança comuns da União Europeia
- (3) Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma e competitiva valorizada pela União Europeia
- (4) Colocar em prática um poder dos cidadãos a vários níveis: Partel.I.P., decisão, controlo
- (5) Rumo a uma federação de Estados europeus com fortes competências em domínios de interesse comum
- (6) Propor programas de intercâmbio ao longo da vida
- (7) Partilhar as culturas europeias através da unificação de eventos e eventos
- (8) Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde
- (9) Desenvolver e gerir setores estratégicos a nível europeu para garantir a nossa soberania
- (10) Melhorar a proteção dos ambientes e dos ecossistemas e criar zonas protegidas no coração das zonas urbanas, periurbanas e rurais
- (11) Criação de centros de informação europeus nos territórios para ouvir e aconselhar os cidadãos
- (12) Unificar o método de eleição do Parlamento Europeu para os 27 Estados e melhorar a proximidade dos cidadãos, substituindo as actuais eleições por uma eleição de um único membro a nível regional
- (13) Definição de uma política comum para melhorar o acolhimento e a integração social e profissional dos migrantes (incluindo os migrantes em situação irregular)
- (14) Preservar as características específicas (rótulos alimentares, produtos artesanais, tradições) das várias regiões europeias, a fim de evitar a normalização dos estilos de vida e assegurar a rastreabilidade e a qualidade dos produtos

Para cada alteração prioritária, os cidadãos do grupo em causa apresentaram uma definição da alteração, propuseram ações concretas a executar para a sua aplicação e indicaram os critérios para o seu êxito até 2035.

Alteração 1 – Desenvolver a sobriedade energética para consumir menos, interrompendo o supérfluo

Desejo da Europa associada: Uma Europa empenhada no desafio climático e ambiental

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Desenvolvimento das energias renováveis, menor consumo de energia

O objectivo desta mudança é incentivar a redução do consumo de energia na Europa e o desenvolvimento das energias renováveis. A sua priorização pelos cidadãos reflete o seu desejo de colocar a Europa e os seus habitantes numa abordagem resoluta do desafio climático e ambiental.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

Esta mudança reflete-se no desenvolvimento de **programas de investigação** ambiciosos sobre as sobrelhas das energias renováveis e na **implantação de fundos de investimento europeus com participações diretas nas empresas do setor**.

Para os cidadãos, esta mudança seria bem-sucedida se fossem estabelecidos **objetivos vinculativos** para **reduzir** o consumo de energia **indicadores-chave** de sobriedade, como a quota da frota automóvel europeia ou o consumo de carne. A ambição é também conseguir estabelecer **quotas de consumo setoriais** que tenham em conta as flutuações do consumo das empresas e respeitem a confidencialidade dos seus dados.

Csuspensão 2 – Reforçar a defesa e a segurança comuns da União Europeia

Desejo da Europa associada: Uma Europa poderosa no mundo

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Exército Europeu, Autonomia Estratégica

Esta mudança responde à vontade unânime dos cidadãos de alcançar a autonomia em matéria de defesa e segurança na Europa, de modo a não depender de potências estrangeiras.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

O êxito desta mudança significaria, acima de tudo, para os cidadãos, a nomeação de um **Comissário Europeu** responsável pela defesa e segurança.

No que diz respeito à defesa, a criação de um **exército permanente, reactivo e projectável em qualquer parte do mundo** permitiria à Europa proteger as suas fronteiras e intervir, se necessário, a pedido de países terceiros.

Em termos de segurança, aos olhos dos cidadãos, a Europa deve garantir a **segurança dos seus aprovisionamentos** e proteger a sua **investigação estratégica** em sectores prioritários como

o sector postal, o sector da segurança, o sector médico e o ambiente. Uma melhor **proteção das fronteiras externas** deverá também contribuir para travar a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.

Alteração 3 – Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma e competitiva valorizada pela União Europeia

Desejo da Europa associada: Uma Europa que defende os seus interesses

O que significa esta mudança?

Palavras-chave:

Preferência europeia, protecção do saber-fazer, desenvolvimento de campeões europeus

Esta alteração visa alcançar três objetivos: reforçar uma **política de «preferência europeia»** na UE, assegurar a **proteção dos bens essenciais e do saber-fazer** e criar «campeões europeus».

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

A consecução destes objetivos exige, em primeiro lugar, a aplicação de uma **política de «preferência europeia»** no contexto dos concursos públicos e a introdução de um **imposto sobre o carbono** aplicável às importações.

A proteção do saber-fazer resultaria num maior controlo das aquisições e investimentos estrangeiros e no desenvolvimento de **auxílios à deslocalização**.

Por último, a criação de «campeões europeus» significa incentivar as **alianças industriais** europeias em setores estratégicos e impulsionar o investimento público em capital de risco.

O êxito desta mudança materializa-se para os cidadãos através do desenvolvimento de alianças industriais europeias em setores-chave, do aumento do número de deslocalizações de empresas e da melhoria da balança comercial.

Alteração 4 – Construir o poder dos cidadãos a vários níveis: participação, tomada de decisões, acompanhamento

Desejo da Europa associada: Uma Europa mais democrática

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: aumento da participação eleitoral, barómetro europeu de satisfação, generalização das consultas aos cidadãos

Nesta mudança, os cidadãos propõem-se desenvolver uma "experiência *cidadã completa*" para os europeus, mentindo sobre o seu **envolvimento** em todas as fases do processo de tomada de decisão. Reflete a vontade dos cidadãos de **fazerem ouvir** a sua voz e de influenciarem as políticas públicas que

afetam a sua vida quotidiana.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

O principal objetivo é que os cidadãos desenvolvam e apoiem iniciativas de participação dos cidadãos. Para o efeito, poderão ser implementadas várias alavancas: a criação de uma **câmara legislativa permanente**, a inclusão do poder **dos cidadãos** nos Tratados europeus ou a criação de um **rótulo** que certifique as leis que foram objeto de consulta dos cidadãos.

O êxito desta mudança traduzir-se-ia na progressão de indicadores como a participação **eleitoral**, o **interesse e a confiança** manifestados na União Europeia e a **recirculação dos sítios Web europeus**. O aumento do número de decisões tomadas após consulta dos cidadãos e a maior utilização das **Iniciativas de Cidadania Europeia (ICE)** também parecem ser marcadores de sucesso.

Alteração 5 – Rumo a uma federação de Estados europeus com fortes competências em domínios de interesse comum

Desejo da Europa associada: Uma Europa mais unida

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: unificação institucional, presidente eleito, reforço das competências da UE

Esta mudança reflete a ambição dos cidadãos de **unificar as** instituições políticas europeias. O modelo apresentado é o de uma federação de Estados com o objetivo de **reforçar as competências partilhadas ou exclusivas da União Europeia, sem, no entanto, tender para um Estado federal.**

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

A nível interno, esta mudança poderá implicar o desenvolvimento da **participação cívica**, a criação de **ministérios europeus nos Estados-Membros**, a **longo prazo**, a **eleição do Presidente da Comissão Europeia por sufrágio universal**.

A nível externo, o reforço da voz europeia no estrangeiro seria concretizado num **único representante da Europa** na cena internacional.

Esta federação de Estados beneficiaria igualmente de um aumento do **orçamento europeu**, com a ambição de atingir 10 % do PIB (em comparação com os atuais 2 %).

Alteração 6 – Oferecer programas de intercâmbio ao longo da vida

Desejo da Europa associada: Uma Europa que coloca a educação na linha da frente

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Intercâmbios escolares, Erasmus

Amplamente aclamada, esta mudança reflete a importância, aos olhos dos cidadãos, dos encontros e experiências no estrangeiro, como um poderoso fermento do sentimento europeu. A ambição é passar do «*conhecimento académico para uma abordagem viva, experiente e sensível da Europa*» e compreender a educação em sentido lato, **bem como a aprendizagem ao longo da vida.**

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

O êxito desta mudança deve-se principalmente à implementação de uma **oferta alargada de mobilidade**, incluindo, nomeadamente, intercâmbios escolares, geminação, viagens e mobilidade profissional. Para os cidadãos, esta oferta deve ser acessível a todos, especialmente às pessoas com baixos recursos ou deficiências. Por exemplo, o programa Erasmus poderia abranger todos os europeus sem limites de idade ou de recursos. Estes programas devem ser imaginados como **diversificados, inclusivos e acessíveis** com procedimentos administrativos simplificados.

Para além das mobilidades, foi igualmente mencionada a importância de **desenvolver pontes entre os sistemas de ensino** (equivalência de diplomas, etc.) e de reforçar a atratividade da Europa, a fim de evitar a fuga de talentos para o estrangeiro.

Mudança 7 – Partilhar as culturas europeias através da unificação de eventos e eventos

Desejo da Europa associada: Uma Europa com culturas e identidades partilhadas

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Festival europeu, feriado europeu, Exposição Mundial da Europa

Esta mudança visa criar e **viver um espírito europeu** através de experiências comuns, eventos e eventos festivos.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

Os eventos imaginados pelos cidadãos destinam-se a **ser divertidos, unificadores e populares** para serem partilhados pelo maior número possível de pessoas. Para o efeito, devem envolver **todos os públicos (incluindo as crianças, o público escolar, os jovens e os estudantes Erasmus)** e realizar-se em **vários locais** (casas de pensões, escolas, administrações públicas, prisões, etc.).

Em especial, foram previstos eventos *Deux* para aproximar os europeus: uma Exposição Universal **da Europa**, que representaria todos os Estados-Membros, e uma **reformulação do Dia da Europa**, em 9 de maio, que

incluiria um evento pedagógico «para não esquecer a paz ligada à Europa e aos seus valores». Ao mesmo tempo, os representantes europeus poderiam encontrar-se com alunos do continente nas suas escolas, a fim de reforçar a proximidade e a compreensão da Europa dos cidadãos desde tenra idade.

Alteração 8 – Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política de saúde comum

Desejo da Europa associada: Uma Europa solidária que protege

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: cobertura universal dos cuidados de saúde, harmonização dos cuidados de saúde, saúde como direito fundamental

Para garantir o acesso de todos os europeus à saúde e responder à «necessidade de proteção e solidariedade», foi proposto por unanimidade um **sistema de saúde supranacional**. Tal basear-se-ia num *financiamento justo* entre os Estados-Membros e inspirar-se-ia nos melhores sistemas da União. Tal mudança reflete a vontade dos cidadãos de ver a Europa assumir um papel mais ativo na proteção dos seus habitantes, especialmente no domínio da saúde, em que as ações até à data são consideradas demasiado tímidas.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

A fim de implementar esta alteração, foi aprovado o princípio de **segurança social europeia universal**. No entanto, não foi possível decidir como este sistema deve ser implementado. Enquanto alguns defendem «uma centralização dos dados que permita aos profissionais de saúde [europeus] aceder a todo o historial médico do doente», outros consideram esta medida «uma privação adicional de liberdade e um sistema de controlo».

A transparência e a harmonização dos **requisitos regulamentares** neste domínio em todo o continente, bem como um **Plano Europeu de Saúde**, foram, no entanto, identificados como pré-requisitos para qualquer transformação significativa.

Alteração 9 – Desenvolver e testar setores estratégicos a nível europeu para garantir a nossa soberania

Desejo da Europa associada: Uma Europa competitiva e inovadora

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: desenvolvimento de campeões europeus, controlo do investimento estrangeiro, autonomia digital e energética

A realização de projetos-piloto a nível europeu em setores considerados estratégicos, como a saúde, a alimentação, a energia, o digital, a defesa, os transportes ou os materiais, responde à **necessidade de soberania** identificada pelos cidadãos. Esta lotação limitaria a concorrência entre as empresas

europeias, incentivaria a emergência **de campeões continentais** e reindustrializaria a **Europa** através de uma preferência europeia.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

A fim de alcançar esta soberania, uma **autoridade europeia** poderia ser incumbida de orientar estes setores através da emissão de autorizações de aquisição de empresas europeias por concorrentes estrangeiros e da garantia de que os produtos importados cumprem as mesmas normas que a produção da UE. A médio prazo, **30 % a 50 %** do consumo europeu nestes setores estratégicos deverá ser **produzido no continente** e até **70 %** a longo prazo. O cumprimento destes critérios permitiria assegurar a **autossuficiência** e a influência, ou mesmo a exportação, do modelo industrial europeu.

Alteração 10 – Melhorar a proteção dos ambientes e dos ecossistemas e criar zonas protegidas no coração das zonas urbanas, periurbanas e rurais

Desejo da Europa associada: Uma Europa que promove o desenvolvimento sustentável

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: urbanização mais respeitadora do ambiente, respeito e proteção dos solos

O objetivo é limitar o **impacto negativo da urbanização nos solos**. Uma ação enérgica **permitiria limitar os efeitos associados à destruturação dos solos, como os deslizamentos de terras, e melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas, nomeadamente através da plantação de árvores.**

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

Foi proposto agir a dois níveis: em primeiro lugar, inverter a tendência para novas **construções, a fim de reduzir a taxa de impermeabilização do solo, e, em segundo lugar, melhorar a recuperação do solo, a fim de «devolver à natureza o que afetou».**

Alteração 11 – Criação de centros de informação europeus nos territórios para ouvir e aconselhar os cidadãos

Desejo da Europa associada: Uma Europa mais próxima e mais acessível

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Casas da Europa, referência local à Europa, melhor acesso à informação

O objetivo desta mudança é dar respostas concretas à falta **de concretização do íon europeu** na vida quotidiana, assinalada por muitos participantes, e trabalhar no sentido de aproximar a Europa dos seus cidadãos.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

Para fazer face a esta distância entre a UE e os cidadãos, poderia ser nomeado um **ponto focal especializado** em cada domínio com a missão de ouvir e aconselhar os cidadãos. As informações fornecidas por este centro podem ser de natureza socioeconómica, em especial sobre o acesso à ajuda europeia ou à informação, por exemplo sobre o papel dos representantes de grupos de interesses. As informações fornecidas destinam-se tanto ao público em geral como aos profissionais, em especial para aconselhar as PME e ajudar os promotores de projetos a aceder aos fundos da UE. A longo prazo, esta mudança poderá levar à criação de **locais dedicados à Europa**, semelhantes às casas existentes na Europa, mas a nível municipal, permitindo uma rede territorial fina.

O sucesso desta mudança seria completo se cada cidadão soubesse "como *prova*" a existência deste referente e deste local de recursos dedicados à Europa que traria recursos, escuta, informação e aconselhamento.

Changement 12 – Unificar o método de eleição do Parlamento Europeu para os vinte e seis Estados-Membros e melhorar a proximidade dos cidadãos, substituindo as atuais eleições por uma eleição de um único membro a nível regional

Desejo da Europa associada: Uma Europa com uma governação mais eficaz

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: mudança institucional, acompanhamento pelos cidadãos das ações ao longo do mandato

Esta alteração reflete o desejo dos cidadãos de reforçar a sua **proximidade com os representantes eleitos** e de acompanhar a sua eleição ao longo do seu mandato. Responde à conclusão amplamente partilhada de que os representantes eleitos do Parlamento Europeu não traduzem as preocupações dos cidadãos em ações concretas.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

A alteração do método de eleição consistiria numa **unificação do sistema de votação a nível europeu na transição dos círculos eleitorais nacionais para os regionais**, o que se estima ser possível até 2035.

Changement 13 – Definição de uma política comum para melhorar o acolhimento e a integração social e profissional dos migrantes (incluindo os migrantes em situação irregular)

Desejo da Europa associada: Uma Europa que garanta o respeito pelos direitos fundamentais

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Comité Europeu para as Migrações, assegurando um acolhimento digno em toda a Europa

Esta situação visava melhorar o acolhimento dos migrantes na União Europeia, um problema unanimemente

identificado como uma **emergência** pelos cidadãos. Rompendo com a situação actual, o estabelecimento de uma política de imigração comum, concertada e solidária parece ser um importante veículo para a paz.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

O êxito de tal mudança resultaria na aplicação gradual de uma política comum em matéria de acolhimento de migrantes.

Uma **iniciativa de cidadania** deve ser apresentada à Comissão e, a médio prazo, permitir a adoção de uma **norma comum** que estabeleça um quadro para o acolhimento e a integração social dos migrantes. A longo prazo, esta norma seria apoiada pela criação de um serviço europeu especializado em imigração e pelo reconhecimento da política de migração como uma competência da União Europeia.

Capítulo 14 – Preservação das características específicas (rótulos alimentares, produções artesanais, tradições) das várias regiões europeias, a fim de evitar a normalização dos estilos de vida e assegurar a rastreabilidade e a qualidade dos produtos

Souhait da Europa associada: Uma Europa em que prevaleçam os interesses de cada Estado

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Rótulos europeus, valorizando a diversidade de culturas e tradições

A ambição desta mudança é preservar a diversidade **das tradições e produções europeias** e evitar a **normalização dos estilos de vida**, muitas vezes referida como uma crítica à União Europeia.

Quais são os principais passos e critérios para o sucesso?

Para os cidadãos, o principal objetivo é tornar mais acessível a base de dados existente que enumera os vários **rótulos europeus e nacionais**. Para o efeito, propõe-se a criação de um sítio Web em «três cliques»: um clique para aceder ao sítio, um segundo para apresentar um mapa das regiões da União Europeia e um último para apresentar a descrição dos rótulos de cada região.

O êxito desta mudança seria uma maior comunicação em torno das realizações existentes, resultando num melhor **conhecimento** por parte dos cidadãos da diversidade das culturas europeias.

Segunda parte: Apresentação dos resultados da consulta «Word to Youth»

Datas da consulta

de 09/05/2021 a 18/07/2021

Números de participação

50 008 participantes

2 918 propostas

338 330 votos

A consulta «Falar com os jovens» foi lançada por iniciativa da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. Esta consulta tem lugar no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, um exercício de democracia participativa sem precedentes liderado pelas instituições europeias, cujo objetivo é permitir que todos os cidadãos europeus expressem os seus pontos de vista sobre o que esperam da União Europeia. Os ensinamentos retirados da consulta serão tidos em conta nos trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa e da Presidência francesa do Conselho da União Europeia.

4 principais lições

1. **Mobilização maciça dos jovens: Mais de 50 000 jovens cidadãos franceses** participaram na consulta, em todos os territórios.
2. **Os consensos mais importantes dizem respeito às políticas europeias de luta contra as alterações climáticas, à deslocalização da produção para a Europa, à revitalização da democracia europeia, ao peso da UE no mundo** (economia, investigação, direitos humanos, diplomacia).

3. **A ideia de uma Europa mais saudável e mais unida percorre todo o processo de consulta, chegando a um consenso** sobre vários pontos:

Uma Europa mais forte do ponto de vista económico (nomeadamente através da deslocalização) para enfrentar a China ou os Estados Unidos

Uma Europa diplomática que pesa mais na cena internacional

Uma Europa líder na luta contra as alterações climáticas no mundo

Uma Europa unida pela juventude

Uma Europa unida na investigação e na inovação

4. **Os jovens também inscreveram quatro ideias complementares às dos painéis de cidadãos:**

Uma economia europeia responsável do ponto de vista ambiental e social

- Uma Europa geograficamente mais conectada por caminho-de-ferro

Uma Europa mais justa do ponto de vista orçamental

Ação forte da UE em prol dos direitos das mulheres

22 ideias aclamadas e 13 ideias controversas sobre os 9 temas da Conferência sobre o Futuro da Europa

*As ideias aclamadas baseiam-se em propostas que são esmagadoramente apoiadas pelos participantes na consulta. As propostas aclamadas têm o maior apoio e capitalizam, em média, **79 % dos «votos a favor»**.*

*As ideias controversas são formadas a partir das propostas mais debatidas pelos participantes para a consulta, com um equilíbrio entre os votos a favor e contra. As propostas controversas são as mais debatidas na consulta, tirando partido, em média, **de 40 % dos «votos a favor» e de 38 % dos «votos contra»**.*

A análise destas propostas identificou 22 ideias populares e 13 controversas. Estas 22 ideias foram aclamadas e as 13 ideias controversas foram divididas em 9 eixos correspondentes aos principais temas da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Síntese de ideias populares e controversas

Alterações climáticas e ambiente			
Construir uma política ambiental europeia mais forte	Progressos no sentido de uma agricultura mais sustentável	Agir mais fortemente em prol da proteção da biodiversidade	
Desenvolvimento do transporte ferroviário na UE	Acelerar a transição energética	Limitar as embalagens e melhorar a gestão dos resíduos	
Aumentar a consciência ambiental		mais na energia nuclear	
Democracia europeia			
Melhor comunicação sobre o papel e o trabalho da UE	Alteração do funcionamento democrático da União Europeia	desinformação	
uma federação	Deixar mais autonomia aos Estados-Membros	um poder executivo europeu mais forte	
jovens um lugar nas instituições europeias			
Economia, justiça social e emprego			
Deslocalização da produção para a Europa para maior autonomia	e o comércio mais responsáveis	Combater a elisão e a elisão fiscais	
salários europeus	um rendimento universal	a Europa para um modelo anticapitalista	
Educação, cultura, juventude e desporto		Transformação digital	
Permitir que os jovens troquem mais informações com outros países da UE	Incentivar a aprendizagem de línguas não inglesas	na investigação científica, digital e ambiental	Sensibilizar para o digital e os seus perigos
		Desenvolver criptomoedas na Europa	
Valores e direitos, Estado de direito, segurança		Saúde	
Reforço da ação da UE em matéria de respeito pelos direitos humanos		Investir na saúde	Melhorar a qualidade dos nossos produtos alimentares
A UE no mundo		Imigração	
Permitir que a UE pondere a nível internacional	Criar uma força armada europeia		

⇒ Ideia predominante (10 propostas aclamadas)

✍✍ Ideia única (< 10 propostas aclamadas)

📖📖 Ideia controversa (3 propostas controversas)

Conclusão

«Em suma, para si, a Europa em 2035 terá de ser...»:



Respostados cidadãos da conferência nacional à pergunta final:

«Em suma, para si, a Europa em 2035 terá de ser...»

II C Painéis nacionais: Alemanha

Painel Nacional de Cidadãos sobre o Futuro da Europa em Berlim

- Recomendações dos cidadãos -

A Alemanha realizou o seu painel nacional de cidadãos sobre o futuro da Europa em 5, 8, 15 e 16 de janeiro. O processo de seleção dos cidadãos seguiu uma seleção aleatória estratificada dos participantes nos painéis de cidadãos europeus. 12 000 cidadãos alemães foram convidados a participar; Foram selecionados cem, tendo em conta os dados atuais do recenseamento da República Federal da Alemanha, a fim de refletir a diversidade da sociedade alemã e da população no seu conjunto. Durante o painel de cidadãos nacional, os participantes debateram cinco temas: a UE no mundo; uma economia mais forte; alterações climáticas e ambiente; justiça social; Valores europeus e Estado de direito. Em seguida, elaboraram recomendações concretas para cada um destes temas, que foram adotadas na reunião plenária final de 16 de janeiro: www.youtube.com/watch?v=cefqmarZXzY

Painel 1:

Associar os interesses do comércio externo às medidas de política climática

Recomenda-se que a UE (em especial a Comissão Europeia) lance um pacote de investimento em tecnologias e inovações respeitadoras do clima, incluindo programas de financiamento. Este pacote deve ser financiado por direitos de importação relacionados com o clima, que serão especificamente atribuídos e repercutidos como compensação financeira pelos danos causados pelo clima. Neste contexto, seria criado um sistema de pontos para avaliar a sustentabilidade de determinados produtos. Uma posição clara da UE e uma Europa forte e inovadora contribuiriam para alcançar os objetivos climáticos mundiais. Tal contribuiria para consolidar o papel da União Europeia enquanto modelo mundial pioneiro e responsável, que garante a riqueza e pode provocar mudanças duradouras à escala mundial. Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que a UE dá um contributo duradouro para a luta contra as alterações climáticas, que poderá, a longo prazo, desempenhar um papel fundamental na construção da paz mundial.

Mesa-Redonda 2:

Criar incentivos ao estabelecimento de produção na UE, em especial no que diz respeito aos produtos de base

A fim de facilitar a produção de produtos de base na UE, recomendamos a aceleração e a normalização dos procedimentos de aprovação, a redução da burocracia e a concessão de subvenções às empresas que se instalem na UE e/ou criem locais de produção na UE. A UE deve promover maciçamente as energias renováveis, a fim de reduzir os custos da energia.

Através destas medidas, queremos encurtar as cadeias de abastecimento e torná-las mais respeitadoras do clima, ajudar a reforçar a UE e criar empregos em que os direitos humanos sejam respeitados.

Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que a deslocalização da produção para a UE tornaria a UE mais autónoma a nível internacional e menos vulnerável do ponto de vista político.

Painel 1:

Digi-Score - um sistema de pontos para uma economia digital forte à escala da UE

Propomos a implementação de um painel digital acessível ao público, denominado Digi-Score, gerido pela Comissão Europeia (DG CNECT). Tratar-se-ia de um sistema de classificação preciso para indicar e comparar o atual nível de maturidade digital das empresas da UE. Com esta proposta, queremos impulsionar uma maior digitalização em toda a Europa. As empresas com uma pontuação digital baixa teriam direito a receber apoio específico para as ajudar a recuperar o atraso.

Este objectivo é importante para nós, porque ajudaria a preparar o caminho para o aumento da produtividade, da eficiência e das vendas, reforçando assim o papel da Europa como base para a produção.

Mesa-Redonda 2:

Plataforma de informação para um intercâmbio de conhecimentos e experiências à escala da UE

Recomendamos que a UE crie uma plataforma de informação para o intercâmbio de conhecimentos e experiências a nível da UE. O nosso objetivo é partilhar informações sobre as atividades transnacionais de educação e formação existentes na UE, apresentar exemplos de boas práticas e dar aos cidadãos a oportunidade de apresentarem novas ideias para intercâmbios transfronteiriços. Além disso, poderão ser fornecidas informações adicionais sobre os fóruns de peritos técnicos disponíveis (por exemplo, em matéria de energia, ambiente ou digitalização).

Não acreditamos que isto seja importante porque os cidadãos precisam de transparência no que diz respeito às atividades de educação e formação transfronteiriças que estão disponíveis. Devem receber melhores orientações a nível da UE sobre os fóruns e plataformas existentes.

Painel 1:

Regulamento Garantia de Vida do Produto

Recomendamos que a UE adote legislação para estabelecer uma vida útil prolongada específica para cada produto fabricado e vendido na UE e para ser transparente com os consumidores a este respeito.

Os recursos são limitados, o que permitiria poupar dinheiro e reduzir a quantidade de resíduos, o que beneficiaria o ambiente, o clima e os consumidores.

Desta forma, queremos incentivar os fabricantes a trazer produtos mais duráveis e reparáveis para o mercado.

Mesa-Redonda 2:

Campanha a longo prazo da UE em prol de um consumo e estilo de vida sustentáveis

Recomendamos que um organismo europeu, incluindo sucursais em países da UE, disponha de recursos próprios e lidere esta campanha.

O nosso objetivo é garantir que todos os cidadãos da UE se reconhecem numa identidade comum, se tornam mais conscientes da necessidade de um consumo e estilo de vida sustentáveis e adotam um estilo de vida sustentáveis.

Estes objetivos são importantes para nós porque queremos despertar uma motivação intrínseca para um estilo de vida sustentável.

Painel 1:

Criar mais oportunidades de intercâmbio para estudantes na Europa

Recomendamos que a União Europeia adote, para além do programa Erasmus, um regulamento relativo a um programa de intercâmbio para alunos e estudantes com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, independentemente da sua origem, género e nível de ensino. Este programa de intercâmbio deve ser sistematicamente implementado e promovido pelas escolas locais. Cada aluno deve ter a oportunidade de participar do programa de intercâmbio a qualquer momento durante a sua escolaridade. Para o efeito, a Comissão Europeia deve apresentar uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu.

O nosso objetivo é dar aos alunos e estudantes, independentemente do seu desempenho académico e do apoio financeiro dos seus pais, a oportunidade de participarem em programas de intercâmbio em toda a Europa. Deve ser promovida uma cultura de intercâmbio europeu em idade escolar. Acima de tudo, é importante que os programas de intercâmbio sejam facilmente acessíveis e isentos de burocracia. Através deste programa de intercâmbio, queremos estabelecer a solidariedade europeia e reduzir as barreiras linguísticas. Nesta perspetiva, a equidade educativa e a participação na educação devem ser tidas em conta, a fim de reforçar as competências interculturais e de comunicação.

Estes objectivos são importantes para nós porque podem contribuir para promover a coesão europeia, reforçar o respeito e a cooperação e transmitir os valores europeus desde tenra idade, para que a diversidade da Europa possa ser vista como uma oportunidade.

Mesa-Redonda 2:

Fixação de um vencimento de base específico para o emprego

Recomendamos que o Comissário Europeu para o Emprego e os Direitos Sociais apresente ao Parlamento Europeu uma proposta de introdução de um salário de base específico para o emprego em todos os Estados-Membros. Este salário de base deve consistir num rendimento mínimo suficiente para assegurar a subsistência e num complemento específico ao emprego.

O nosso objetivo é assegurar que o desempenho profissional e os salários sejam comparáveis na UE, a fim de reforçar a justiça social. Este objetivo é importante para nós, uma vez que asseguraria que o mercado de trabalho respeita um princípio fundamental da UE: condições de vida e de trabalho comparáveis, independentemente do local de residência e de trabalho de uma pessoa.

Painel 1:

Incorporar os valores europeus e comunicá-los através da utilização das emoções

Recomendamos tornar os valores europeus mais concretos e comunicá-los de forma mais emocional. Este objetivo poderia ser alcançado, por exemplo, através de um pacote de «integração» que abrangesse os meios de comunicação social, elementos interativos e uma maior participação dos cidadãos.

O nosso objetivo é que todas as pessoas que vivem na UE conheçam os valores comuns e os tornem seus.

Este objectivo é importante para nós porque constitui a base da nossa convivência no seio da nossa comunidade de valores. Estes valores são muito pouco conhecidos, porque falta a ligação pessoal. Temos de fazer essa ligação.

Mesa-Redonda 2:

«A vida na UE»

Recomendamos que a UE crie o seu próprio programa de educação e informação televisiva para aumentar a sensibilização para os nossos valores comuns entre todos os cidadãos da UE e garantir um acesso fácil e sem entraves a esta informação para todos. Estes objectivos são importantes para nós porque queremos compreender melhor a opinião pública em cada um dos países da UE. Desta forma, queremos reforçar o terreno comum e ajudar a reunir os cidadãos para promover uma maior solidariedade e treiná-los no Estado de direito, a fim de preservar a democracia.

II D Painéis nacionais: Itália

P-Anel dos cidadãos responsáveis pela formulação de recomendações para a Conferência sobre o Futuro da Europa, 11-12 de março de 2022

Relatório de síntese

Roma, 16 de março de 2022



Índice

II D Painéis nacionais: Itália 234

1. Princípios orientadores do processo de organização do painel 236
2. Seleção dos participantes e modo de participação 237
3. Organização do painel 240
4. Programa de trabalho 240
5. Recomendações formuladas 242

Uma economia mais forte, justiça social e emprego 242

1. Ultrapassar o modelo de produção do século passado 242
2. Regulamentação da produção generativa e inclusiva 243
3. Medir o crescimento em termos de felicidade dentro da população em vez da quantidade de produtos 243
4. Maior integração entre os Estados 244
5. Políticas de inclusão 245
6. Emprego 246

A Europa no mundo 247

1. Reforçar a identidade europeia 247
 2. Reforçar a economia e as instituições 247
 3. Cooperação e parcerias 248
 4. Referência política e cultural 249
6. Avaliação final pelos participantes 249

1. Princípios orientadores do processo organizacional do painel

Todo o processo de implementação do painel foi concebido para estar em consonância com as indicações contidas nas orientações para os painéis de cidadãos nacionais no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa. Mais especificamente:

- **Finalidade:**

Todos os convidados a participar no painel preencheram um questionário de participação com os objetivos e as finalidades do projeto, com referências específicas à Conferência sobre o Futuro da Europa, aos temas debatidos e às modalidades de participação.

- **Transparência:**

Todos os documentos que apresentam a iniciativa foram disponibilizados aos participantes através de vários meios, remetendo sempre para o sítio Web oficial da conferência. Os documentos foram enviados por correio eletrónico a todos os participantes.

- **Inclusão:**

O convite para participar foi enviado através de diferentes canais: por exemplo, correio eletrónico para os membros da comunidade SWG e divulgação através do Twitter e do LinkedIn da ligação para o formulário de candidatura. Tal resultou num total de mais de 400 acessos ao formulário de candidatura e 245 candidaturas. A seleção (aleatória) dos participantes foi efetuada de forma a assegurar a presença de pessoas de sexo, idade, origem social, local de residência e estatuto profissional diferentes.

- **Representatividade:**

Embora o tamanho da amostra não seja estatisticamente representativo, a amostra foi projetada para atingir a máxima heterogeneidade entre os participantes, a fim de reproduzir um microcosmo do público-alvo.

- **Informações:**

Todos os participantes receberam uma ampla gama de informações sobre a conferência e os tópicos discutidos durante o painel. Os participantes foram recordados dos objetivos e das modalidades do projeto na parte introdutória, em conformidade com os princípios da neutralidade e da exaustividade. Todos os participantes tiveram a oportunidade de solicitar mais informações e pormenores sobre o evento através dos números de telefone diretos dos gestores do projeto no âmbito do SWG.

- **Grupos de deliberação:**

O principal objetivo de todo o processo era formular recomendações criativas, amplamente partilhadas pelos participantes, a dirigir à União Europeia. A forma como o trabalho foi organizado e conduzido pelos grupos resultou num processo que se concentrou na recolha, processamento e síntese das indicações dos participantes, bem como na sua verificação e validação pelos próprios grupos numa sessão de trabalho subsequente.

- **Calendário:**

Foi criado um ambiente descontraído durante as sessões de trabalho, dando aos participantes muito tempo para aprofundar os temas sobre os quais tinham sido convidados a deliberar, expressar os seus pontos de vista e ouvir os dos outros. Pela mesma razão, decidiu-se dividir os dois grupos principais em dois subgrupos. Além disso, o trabalho foi distribuído ao longo de dois

dias, a fim de permitir que as ideias formuladas descansassem.

- **Seguimento:**

No último dia, todos os grupos verificaram e validaram o primeiro rascunho das recomendações feitas durante a primeira fase do trabalho. Uma vez apresentado o relatório sobre os resultados ao Departamento Temático Europeu da Presidência do Conselho de Ministros e recebida a respetiva autorização, a versão final das recomendações foi transmitida a todos os participantes no painel. Em todos os casos, os participantes foram convidados a continuar a acompanhar as atividades da conferência no sítio Web e através das atualizações que serão publicadas.

- **Integridade:**

Todo o processo de trabalho foi conduzido de forma independente pelo **SWG**, em função da missão recebida. O Departamento Temático Europeu da Presidência do Conselho de Ministros foi continuamente informado sobre as diferentes fases da iniciativa e os resultados.

- **Protecção da privacidade:**

A privacidade dos participantes foi totalmente garantida. Para serem elegíveis para participar no painel, todos os candidatos tinham de assinar o formulário de consentimento esclarecido exigido por lei.

- **Avaliação:**

No final do processo, foi enviado um questionário a todos os participantes para avaliar a sua experiência. Os resultados são resumidos neste relatório.

2. Seleção dos participantes e modo de participação

Seleção

O objetivo da fase de comunicação anterior ao evento era selecionar, pelo menos, 50 cidadãos italianos interessados em participar na iniciativa.

Para o efeito, foi criado um breve formulário de autocandidatura sob a forma de um questionário a preencher em linha na plataforma **SWG**, no qual todas as partes interessadas na iniciativa puderam apresentar os seus pedidos, indicando os dados que deviam ser incluídos nos grupos a partir dos quais os candidatos foram selecionados aleatoriamente. As condições necessárias para a participação eram as seguintes: ter uma ligação à Internet, um dispositivo equipado com um microfone e uma câmara de vídeo, bem como assinar a carta da conferência.

O formulário de candidatura foi publicado nas redes sociais a partir das **contas da SWG**. Para o efeito, foram publicadas seis publicações no Twitter e uma no LinkedIn, com os seguintes resultados:

Rede social	Datas	Número de visualizações	Acesso ao formulário de candidatura
 Twitter	6 lugares entre 8 e 10 de Março	889	31
 LinkedIn	1 lugar em 8 de Março	410	25

Ao mesmo tempo, os membros da comunidade **SWG** foram convidados a candidatar-se, em conformidade com uma estratégia de convite destinada a garantir a máxima representatividade da população italiana, não só em termos de características sociais, mas também em termos de ideias, orientações culturais e valores.

As candidaturas poderão ser apresentadas entre 8 de março, às 8 horas, e 10 de março de 2022, às 16 horas. No total, o processo gerou 420 acessos ao formulário de candidatura e foram recebidos 225 pedidos completos.

Um total de 140 pessoas eram efetivamente elegíveis, 70 das quais foram selecionadas com base num critério destinado a assegurar uma presença equilibrada em termos de género, distribuição geográfica, idade e nível de educação.

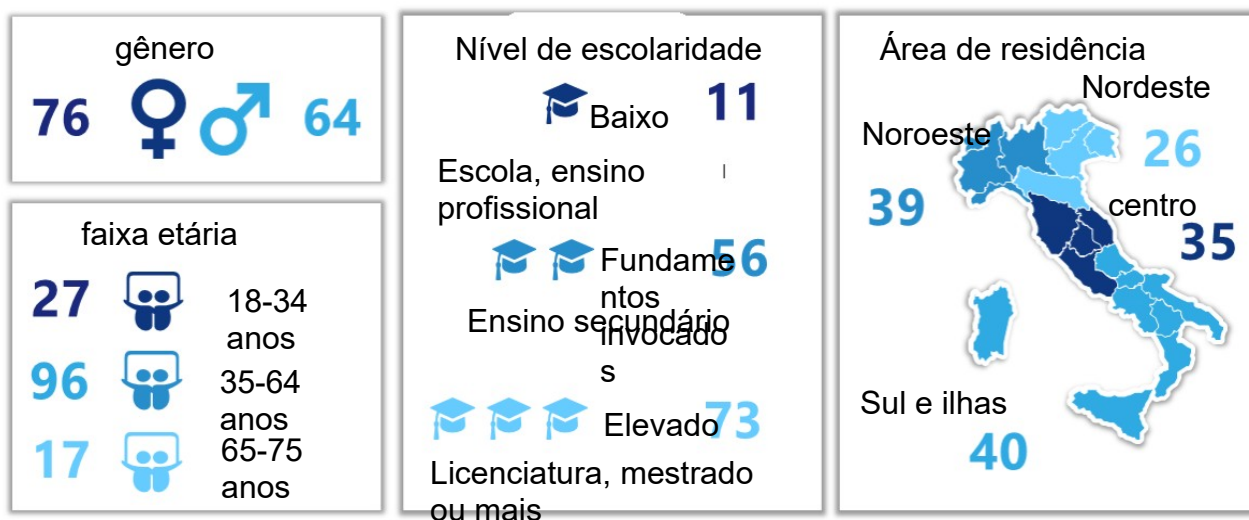
No processo de seleção dos candidatos, foi dada especial atenção ao princípio da probabilidade equitativa para a seleção dos participantes, acompanhado de procedimentos baseados num critério aleatório.

A aleatoriedade da seleção foi um elemento central do projeto para garantir a equidade do processo de acesso. No entanto, no espírito da iniciativa, pareceu importante pôr em prática uma estratégia destinada não só a envolver o maior número possível de pessoas, mas também a assegurar a máxima heterogeneidade das pessoas selecionadas, a fim de promover a máxima inclusividade.

Em resumo, a distribuição das pessoas elegíveis foi a seguinte:

Distribuição dos candidatos elegíveis

140 

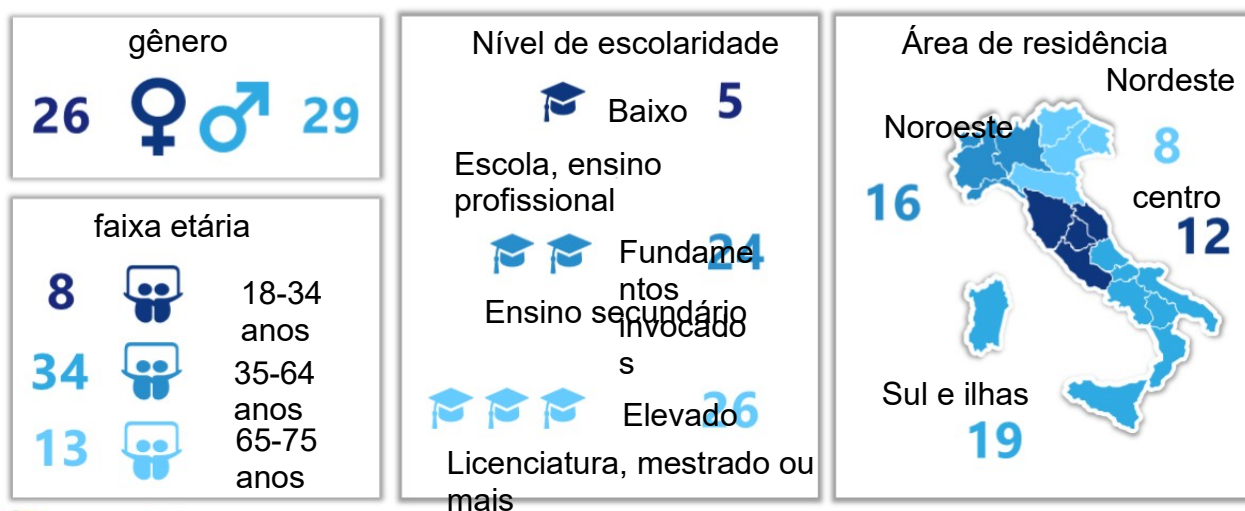


Uma vez selecionados os 70 candidatos, na manhã do evento, receberam um telefonema para confirmar a sua participação. Estas chamadas foram efetuadas pelo centro de contacto SWG utilizando o método CATI (inquérito telefónico assistido por computador). No total, ao final desta fase, 59 pessoas confirmaram a sua participação e registaram-se. **Destes, 55 participaram ativamente no painel.**

A distribuição social e etária dos membros do painel foi a seguinte:

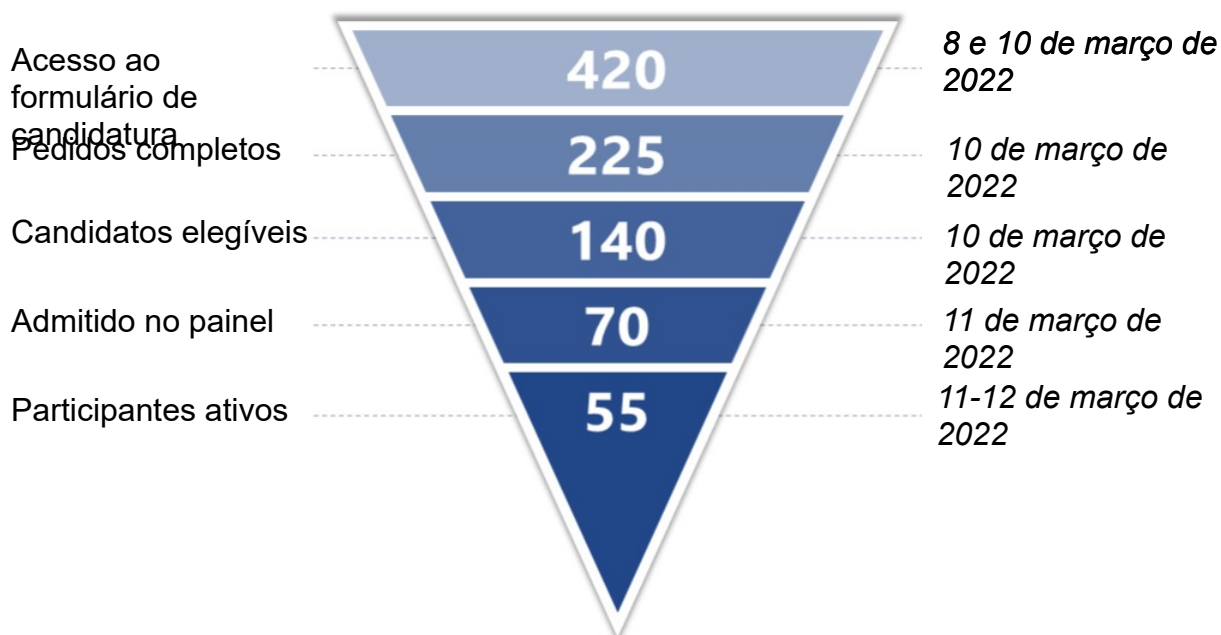
Distribuição dos participantes ativos

55 



Resumidamente, os resultados das fases do processo de seleção são os seguintes:

O processo de candidatura



Equipamento de comunicação

A fim de assegurar um elevado nível de motivação e participação desde o início, foram disponibilizados a todos os participantes os seguintes documentos:

- as fichas informativas para a Conferência sobre o Futuro da Europa e os painéis nacionais;
- a Carta da Conferência sobre o Futuro da Europa;
- os temas a debater durante os painéis;
- informações técnicas e organizativas necessárias à participação.

3. Organização do painel

A fim de permitir a máxima participação, incluindo pessoas com compromissos profissionais, o painel foi organizado ao longo de dois meios dias consecutivos, incluindo um aos fins de semana, de acordo com o seguinte calendário:

- **Sexta-feira, 11 de Março, das 16h00m às 20h00m**
- **Sábado, 12 de março, das 10 às 12 horas**

O objetivo desta escolha foi, por um lado, facilitar a participação dos trabalhadores na iniciativa e, por outro, dividir o tempo de assiduidade, a fim de incentivar uma maior atenção e participação, bem como uma reflexão mais aprofundada sobre os temas e as propostas apresentadas. Os participantes no painel ligaram-se às duas sessões de trabalho utilizando a plataforma GoToMeeting e foram divididos em quatro grupos (dois para cada área temática), liderados por um moderador do GTI e por deputados de uma pessoa responsável pela elaboração das atas das intervenções. Os moderadores moderaram os grupos utilizando duas vias de debate diferentes (uma para cada domínio temático), com o objetivo de envolver, tanto quanto possível, todas as pessoas selecionadas e assegurar uma abordagem baseada na máxima inclusão e neutralidade.

4. Programa de trabalho

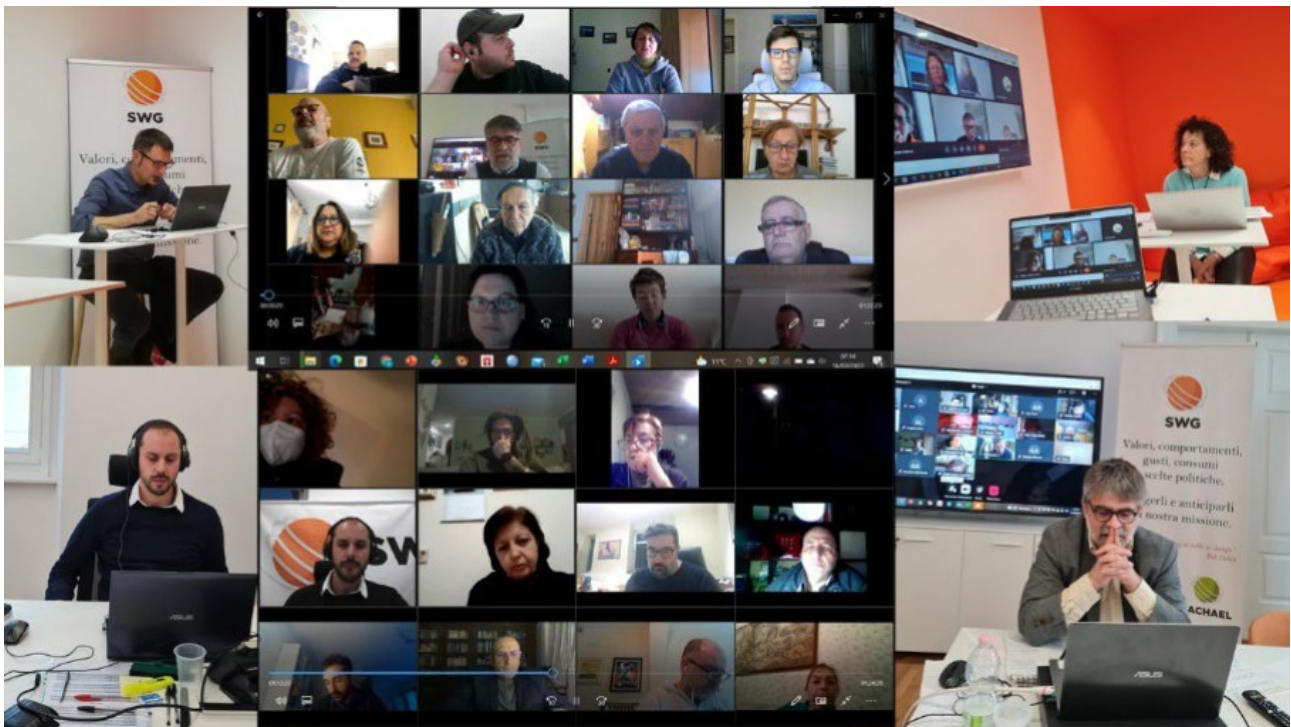
Primeira sessão (sexta-feira, 11 de março de 2022)

- 15h00m – Abertura da sala virtual e possibilidade de os participantes se ligarem à plataforma para verificar o bom funcionamento dos seus sistemas áudio e vídeo.
- 16:00 – Introdução pelo moderador: explicação das razões subjacentes à iniciativa e descrição da estrutura do trabalho.
- 16.15 – Repartição dos participantes em grupos com base nas preferências indicadas durante a fase de candidatura.
- 16.20 – Início do debate em grupo.

- 20h00 – Fim da sessão.

Segunda sessão (sábado, 12 de março de 2022)

- 10h00 – Reinício do trabalho através da leitura dos resultados do primeiro dia de trabalho.
- 10h15m – Continuação do debate, debates aprofundados e comentários dos participantes.
- 12.00 – Conclusão dos trabalhos.



5. Recomendações formuladas

Uma economia mais forte, justiça social e emprego

1. Ultrapassar o modelo de produção do século passado

Opainel considerou que os últimos acontecimentos mundiais (apandemia de COVID-19e o conflito entre a Rússia ea Ucrânia) mostraram ostensivamente os limites do atual modelo de produção europeu e salientou a necessidade de rever uma abordagem que muitos descrevem como «pertencente ao século passado».

As provasda dependência da Europa das importações de energia e alimentosde países fora da União Europeia, bem como a descoberta (durante a pandemia) de quenão era possível produzir sozinho a quantidade de dispositivos médicos e vacinas necessáriospara combater a propagação do vírus, deram a impressão de que o nosso sistema económico sofria de uma fragilidade estrutural associada à falta de autossuficiência.

Ao mesmo tempo, os participantes acreditam claramente que uma economia mais forte, capaz decriarpostos de trabalho num contexto de justiça social, deve ser capaz de adquirir ativos tecnológicos significativos. Para tal, é essencial apoiar um sistema educativo que preste cada vez mais atenção às disciplinas relacionadas com as CTEM.

A inovação tecnológica, aenergiasustentável, mas também o turismo ea cultura parecemser trêselementos fundamentaispara o desenvolvimento daeconomia europeia de amanhã, comespecial ênfase na manutenção da produção de base, a fim de evitar o risco de dependência excessiva de países terceiros para o fornecimento de produtos e matérias-primas essenciais.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Tomar medidas eficazes em matéria de alterações climáticas e energias alternativas.**
- 2. Investir na economia do turismo e da cultura,valorizando também os muitos pequenos destinos na Europa.**
- 3. Concentrar-se na tecnologia e na inovação como motores de crescimento.**
- 4. Reduzir as dependências de outros países em relação amatérias-primas, fontes de energia e agricultura.**
- 5. Incentivar os jovens a estudar temas científicos.**

2. Regulamentação da produção generativa e inclusiva

Para ir além da lógica económica do século passado, temos também de rever as regras e os procedimentos que regem as atividades das empresas. Há quatro recomendações neste sentido, que respondem a uma lógica comum: por um lado, a simplificação das regras e, por outro, a manutenção de um

elevado nível de vigilância contra as irregularidades (em especial no que diz respeito à contrafação e à concorrência desleal).

É dada grande atenção à necessidade de regras económicas que sejam essencialmente generativas, reduzindo tanto quanto possível as escolhas que exigem a normalização dos processos de produção (ameaçando produções locais específicas com raízes culturais profundas), mas também a destruição de bens agrícolas devido à necessidade de manter quantidades de produção predefinidas.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Reduzir a burocracia (autorizações, certificações).**
- 2. Reduzir a normalização dos produtos e reconhecer as especificidades locais e regionais em termos de cultura e produção (respeito pelas tradições de produção).**
- 3. Ultrapassar a lógica das quotas na produção agrícola e a consequente destruição dos excedentes de produção.**
- 4. Luta contra a contrafação e a concorrência desleal.**

3. Medir o crescimento em termos de felicidade dentro da população em vez da quantidade de produtos

Dedicar-se ao modelo de produção do século passado não significa apenas mudar os métodos de produção, mas também desenvolver uma nova cultura em que os indicadores de crescimento se concentrem não apenas na quantidade de bens produzidos, mas também na capacidade de garantir aos cidadãos um objetivo de felicidade. Nesta nova economia, os bens não podem ser o foco de considerações de impacto e investimento, mas as pessoas devem ser o foco. Isto significa passar de um sistema de indicadores baseado na quantidade de bens produzidos (PIB) para um sistema capaz de medir o bem-estar produzido para as pessoas (BIB – Felicidade Interna Bruta).

RECOMENDAÇÃO EM BRIEF

- 1. Desenvolver uma economia mais centrada na produção de felicidade (felicidade doméstica bruta) do que em bens (produto interno bruto).**

4. **Maior integração entre os Estados**

O que é claro para todos, mesmo entre aqueles que estão menos satisfeitos com a organização actual e com os resultados alcançados até agora pela União Europeia, é que uma união não é suficiente e que a Europa deve ser capaz de evoluir com força crescente em termos de unidade política coerente, capaz de negociar a uma só voz fora e de agir sem maior solidariedade interna. Uma União mais forte é um aspecto essencial do reforço da força política, comercial e produtiva da União Europeia: a homogeneidade das leis fundamentais e um sistema integrado e coerente de tributação das empresas e dos cidadãos, em que os salários e os serviços aos cidadãos estejam alinhados. Só assim teremos uma Europa capaz de reduzir as diferenças sociais e promover a qualidade de vida.

Isso significa não recuar nas conquistas dos últimos anos e preservar o conceito de Estado-Providência, que os membros do painel disseram ser o mais elogiado do mundo e o mais preocupado em garantir a igualdade de oportunidades e a justiça social para seus cidadãos.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Não comprometer os direitos sociais (saúde pública, educação pública, políticas laborais).**
- 2. Consolidar o que foi feito em relação à moeda única e à interconexão dos sistemas de pagamento e das telecomunicações.**

No entanto, hoje, tudo o que foi feito no passado já não parece suficiente, e a Europa do futuro deve dar um salto decisivo em termos de integração entre os Estados-Membros, de acordo com uma visão interna que já não se baseia na concorrência, mas na cooperação, assegurando que todos os cidadãos europeus possam ter os mesmos sistemas de garantias e oportunidades em todos os Estados-Membros da União.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Ir além do egoísmo dos Estados e da tendência a procurar benefícios individuais à custa dos outros.**
- 2. Estabelecer um sistema que preveja as mesmas leis, sistemas fiscais, deveres e obrigações em todos os países.**
- 3. Regimes fiscais coordenados entre diferentes Estados, especialmente no que diz respeito às empresas (ausência de zonas francas ou baixa tributação).**
- 4. Preços consistentes para os produtos e a garantia de igual poder de compra entre os diferentes Estados.**
- 5. Reduzir as disparidades salariais entre diferentes estados e regiões geográficas dentro do mesmo país.**
- 6. Tornar a dívida pública de vários Estados-Membros uma responsabilidade comum.**

5. Políticas de inclusão

Uma Europa justa, capaz de oferecer felicidade aos seus cidadãos, é uma Europa inclusiva, que presta sempre grande atenção à luta contra as desigualdades. As recomendações definem o caminho a seguir para alcançar objetivos de longa data (como a igualdade de género) e estabelecem novos requisitos relacionados com as transformações culturais das sociedades contemporâneas (desigualdades digitais e direito a viver num ambiente saudável).

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Alcançar a plena igualdade de género, nomeadamente através do reforço da licença parental paterna e das estruturas de acolhimento de crianças.**
- 2. Combater as desigualdades digitais.**
- 3. Garantir que todos os cidadãos europeus possam viver num ambiente saudável e sustentável.**
- 4. Garantir oportunidades de mobilidade social e, por conseguinte, ter todas as oportunidades de auto-realização e autodeterminação.**
- 5. Promover a renovação geracional a todos os níveis.**
- 6. Gerir o acolhimento de refugiados e migrantes de forma equilibrada entre os diferentes Estados.**

Mais uma vez, o papel das escolas e das políticas educativas parece ser central, não só para dotar os jovens das competências de que necessitam para entrar no mercado de trabalho, mas também para construir uma cultura europeia. Depois de construir uma Europa das instituições, é essencial construir uma Europa dos povos. A este respeito, coloca-se a tónica na centralidade de uma língua comum, a fim de permitir o diálogo entre cidadãos de diferentes países e a igualdade de acesso aos serviços. O sonho do Esperanto ter desmoronado, a saída do Reino Unido da União Europeia levantou dúvidas sobre a possibilidade de adotar como língua comum o inglês, uma língua-chave das relações internacionais, bem como dentro do sistema científico e económico.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Promover a adoção de uma língua comum.**
- 2. Investir nas escolas e no ensino da história da Europa em vez de cada nação, bem como no ensino da economia política e da educação cívica.**
- 3. Acesso à cultura, à educação e aos intercâmbios entre estudantes e cidadãos de diferentes Estados-Membros.**

As políticas de inclusão desempenham um papel fundamental para garantir que os cidadãos tenham acesso a oportunidades. A este respeito, os participantes no painel salientaram que, muitas vezes, a Itália não conseguiu utilizar os fundos da UE disponibilizados para este efeito. A inclusão e a acessibilidade significam que as instituições europeias devem estar mais próximas dos seus cidadãos e estes conceitos são indissociáveis de mais informação e de uma maior sensibilização para os direitos de que gozam os cidadãos europeus enquanto tais. Deste ponto de vista, surgiu a importância de uma relação direta entre as instituições da União e os cidadãos, sem que tenha necessariamente de ser mediada pelos Estados-Membros.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Promover a utilização dos fundos da UE para reduzir as desigualdades.**
- 2. Acessibilidade e proximidade das instituições europeias aos cidadãos.**
- 3. Comunicar claramente aos cidadãos os seus direitos e oportunidades e promover o acesso direto dos cidadãos aos mesmos.**

6. Emprego

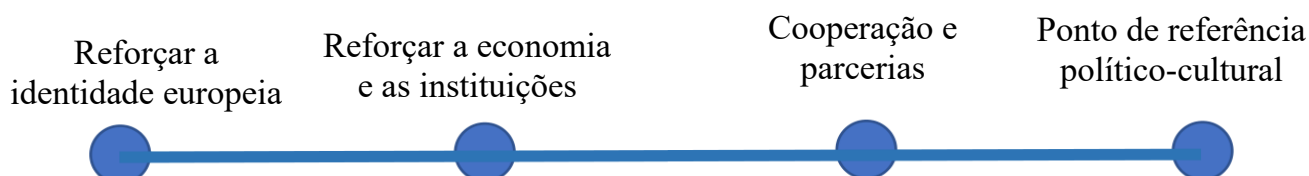
A questão do emprego tem surgido de forma contínua como um elemento transversal e um efeito direto da vontade da União Europeia de dar seguimento às suas recomendações. Durante o debate entre os participantes, ficou claro que a questão do emprego estava no cerne da vida dos cidadãos, mas que era indissociável do reforço das questões relacionadas com a economia e a justiça social. Uma União Europeia em que as políticas laborais ativas continuam a ser centrais e cada vez mais coordenadas é muito aguardada.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Promover o comércio entre os trabalhadores na Europa através de um Centro Europeu de Emprego.**
- 2. Ter políticas de emprego integradas a nível da UE.**
- 3. Proporcionar incentivos às empresas que oferecem emprego.**

A Europa no mundo

Os recentes acontecimentos internacionais e, em especial, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tiveram uma grande influência na percepção do papel que a Europa terá de desempenhar a nível internacional. As recomendações recolhidas centraram-se principalmente no reforço da União (tanto em termos de identidade como de potência económica) e na sua posição como modelo de referência e de recuperação nas suas relações com outros países.



1. Reforçar a identidade europeia

Para ser reconhecida para além das suas fronteiras, a União Europeia deve, em primeiro lugar, mostrar coesão a um nível aborrecido, não só económica e financeiramente, mas também em termos de identidade e valores. Uma identidade que não é criada pela homologação, mas pela valorização das especificidades locais num quadro de valores essenciais partilhados.

Neste contexto, foi igualmente ponderado um eventual alargamento do perímetro da União: de acordo com alguns membros do painel, não deve ter lugar de forma não diferenciada, mas sim centrar-se no reconhecimento mútuo da cultura e dos valores e não nas normas económicas.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Reforçar os valores e as características culturais europeias, bem como as especificidades regionais.**
- 2. Criação de um instituto para a cultura europeia para promover uma cultura de respeito e enriquecimento mútuo entre os cidadãos de diferentes Estados.**
- 3. Redefinição dos princípios de adesão para os novos países candidatos, com um reforço de factores como a identidade e os valores culturais.**

2. Reforçar a economia e as instituições

A Europa de amanhã é chamada a desempenhar um papel de liderança a nível internacional, um papel que só pode ser assumido com uma União forte e independente de outros países. É amplamente reconhecido que os países da UE são pobres em matérias-primas, mas parece essencial que a UE seja capaz de garantir uma maior independência em termos de aprovisionamento energético, agricultura e produtos tecnológicos.

Para tal, são necessários investimentos específicos para recuperar o atraso em domínios como a tecnologia (em que a União Europeia não parece desempenhar atualmente um papel de liderança), mas também nos setores alimentar e energético.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia também trouxe de volta ao centro do debate a importância de uma

política europeia de defesa integrada, com uma identidade específica e uma maior autonomia em relação à NATO, sem pôr em causa a sua adesão.

Por último, tal implica escolhas específicas para o futuro, acompanhadas de um investimento significativo na ciência e na investigação, a fim de aumentar as competências dos jovens europeus.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Reforço da capacidade de produção interna: cadeia alimentar (especialmente trigo) e tecnologia (microprocessadores).**
- 2. Valorização das produções típicas regionais e europeias.**
- 3. Reforçar os polos industriais europeus (por exemplo, o aço).**
- 4. Reforçar a produção local de energia numa perspetiva ecológica (gás, energia solar, eólica).**
- 5. Desenvolver tecnologias aeroespaciais.**
- 6. Criar laboratórios científicos europeus (Banco Europeu dos Vírus).**
- 7. Criar um exército europeu comum que atue no âmbito da NATO, mas que também contribua para a ultrapassar.**
- 8. Investir na formação de formadores (Intercâmbios Europeus de Professores, Erasmus para Professores).**
- 9. Aumentar a mobilidade dos investigadores europeus através do desenvolvimento de novas instituições científicas europeias.**
- 10. Promover a emergência de empresas inovadoras em fase de arranque.**

3. Cooperação e parcerias

A visão de amanhã da Europa não é a de uma fortaleza que defende a sua riqueza, mas a de um protagonista que conhece a cena internacional e é capaz de dialogar com todos os países do mundo. Um diálogo que parte de uma potência comercial e deve visar a liderança económica, e que pode ser consolidado através do estabelecimento de parcerias e projetos de grande alcance internacional.

Tudo isto tendo em vista a cooperação e a atenção às regiões mais frágeis do mundo, com projectos ad hoc destinados a destacar os países mais pobres, bem como os intercâmbios culturais e económicos com os países orientais.

É também dada especial atenção ao tema da migração, com uma melhor cooperação entre os países e a utilização de procedimentos comuns para a gestão dos pedidos e das pessoas.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

- 1. Aumentar as exportações.**
- 2. Promover rotas turísticas europeias transnacionais.**
- 3. Desenvolver um sistema comercial de negociações a nível europeu (não individualmente como Estados ou empresas, mas como uma União) para ter maior poder de negociação, mas com restrições relacionadas com o respeito pelos direitos humanos.**

- 4. Conduzir grandes projetos internacionais, como a Estação Espacial Internacional.**
- 5. Financiar projetos em África para construir escolas e hospitais, sem adotar uma atitude colonial, mas com um enfoque no respeito pelos valores e direitos europeus.**
- 6. Investir em formação no local (especialmente para as mulheres) nos países mais pobres.**
- 7. Promover o intercâmbio de técnicos e formadores.**
- 8. Estabelecer um sistema de regras comuns para o acesso dos migrantes, com diferentes processos entre a migração humanitária e económica, e com uma distribuição equitativa entre os diferentes Estados, mas com regras comuns (identificação e controlo do comportamento e do emprego).**

4. Referência política e cultural

No cenário acima descrito, a Europa é chamada a fornecer uma clara referência política e cultural a nível mundial do ponto de vista dos direitos e da ética, dando o exemplo através da tomada de decisões destinadas a garantir um ambiente saudável, o respeito pelos direitos humanos e o diálogo entre o Oriente e o Ocidente.

RECOMENDAÇÕES EM BRIEF

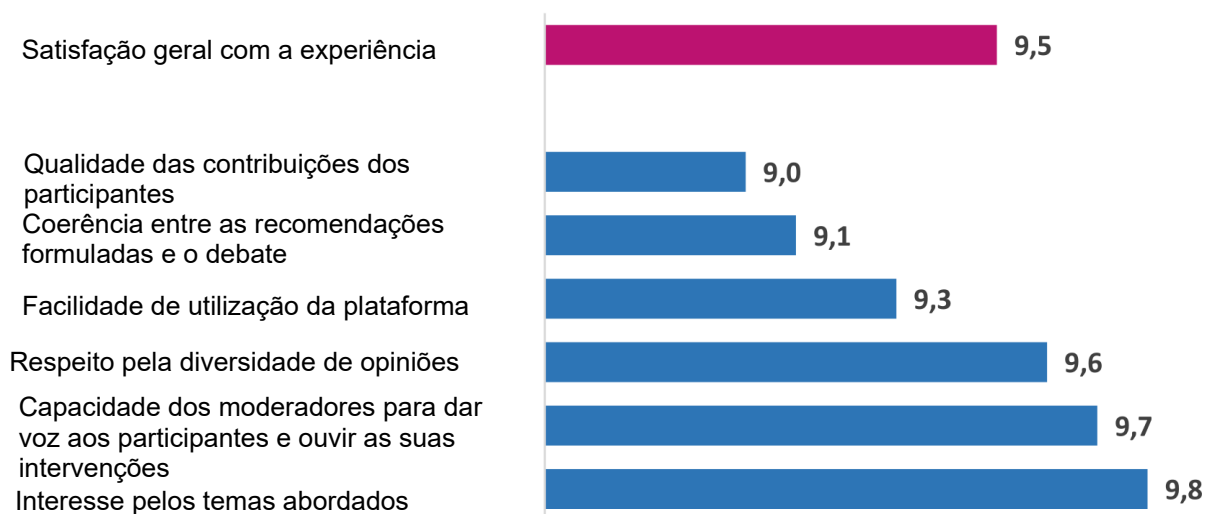
- 1. Liderar o caminho enquanto continente verde, alcançar emissões nulas à frente dos outros e aumentar a produção de energia limpa (eólica e solar).**
- 2. Exportar tecnologia para produzir bens de impacto zero.**
- 3. Funcionar como uma confluência (lugar público, ágora) entre o Oriente e o Ocidente, promovendo intercâmbios culturais e iniciativas culturais conjuntas (como as Jornadas Mundiais da Arte, a organizar alternadamente nas várias capitais europeias, com um programa artístico que envolva artistas ocidentais e orientais).**
- 4. Criar um modelo ético europeu para a gestão dos processos de migração que possa ser partilhado a nível internacional.**

6. Avaliação final pelos participantes

No final dos dias de trabalho, todos os participantes foram convidados a preencher uma breve pergunta para avaliar a sua experiência. O questionário de avaliação foi enviado dois dias após o final do painel, a fim de dar tempo a todos os participantes para se afastarem da experiência e poderem responder de forma mais objetiva.

Os resultados recolhidos revelam um nível de satisfação particularmente elevado, tanto em termos de interesse como de facilidade de participação e de sentido de escuta e inclusão.

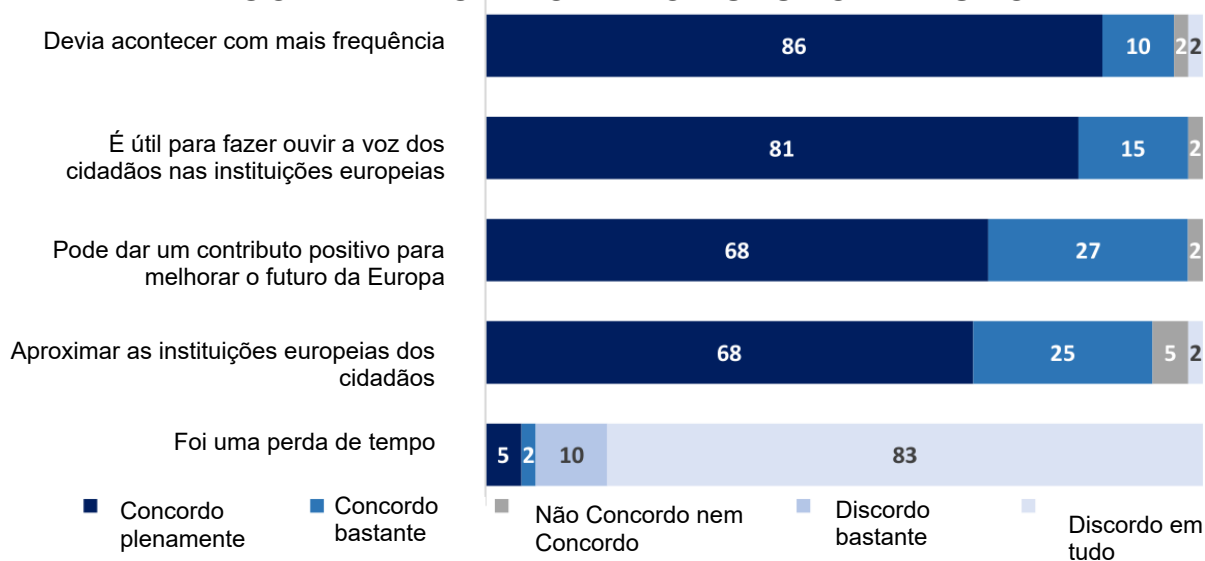
Satisfação com a participação no painel



Embora os participantes tivessem inicialmente experiências, competências e motivações diferentes, sentiram-se fortemente envolvidos: 98 % dos inquiridos no questionário de avaliação consideraram que tinham participado ativamente e contribuído positivamente para o debate.

De um modo geral, a utilidade desta experiência, que foi percebida sobretudo como uma oportunidade de participação ativa e que deu um sentimento de maior proximidade com as instituições europeias, foi fortemente sentida. Tal levou quase todos os inquiridos a solicitar que este tipo de iniciativa fosse repetido ao longo do tempo.

AVALIAÇÃO DO INTERESSE DO "PAINEL ITALIANO PARA A CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA"



Os participantes indicaram que, se tal iniciativa fosse reorganizada, não só estariam dispostos a participar, mas também recomendariam seus amigos a participar.

II E Painéis nacionais: Lituânia

Painel de cidadãos lituano sobre o futuro da Europa

Relatório

O presente relatório é composto por quatro partes. A primeira apresenta sucintamente o andamento do evento. O segundo indica as recomendações feitas pelos participantes no Painel de Cidadãos para as políticas da UE e da Lituânia. O terceiro apresenta uma breve análise dos debates no âmbito dos grupos e dos principais resultados do Fórum. O quarto compara os resultados do painel de cidadãos com os dos inquéritos aos cidadãos lituanos sobre o estado e o futuro da Europa.

1. *Condução do painel de cidadãos nacional*

Para além das orientações para a organização de painéis de cidadãos nacionais no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, a Kantar TNS LT desenvolveu, em dezembro de 2021, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MAE), uma metodologia de seleção aleatória estratificada de uma amostra representativa da população lituana, com base na qual a Kantar TNS selecionou 25 cidadãos lituanos com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos que representam os diferentes grupos socioeconómicos e regiões geográficas da Lituânia.^{xv}

Em 4 de janeiro, os cidadãos selecionados foram convidados para uma sessão introdutória virtual, durante a qual foi apresentada a ideia do painel de cidadãos nacional e tiveram lugar intercâmbios sobre os temas mais relevantes para o futuro da Europa. No final do evento, os participantes receberam um documento de referência com uma descrição pormenorizada dos temas debatidos e das fontes de informação.

Em 15 de janeiro, realizou-se no MDE um painel de cidadãos nacionais sobre o futuro da Europa, organizado pelo Centro de Estudos da Europa Oriental (RESC) e pelo instituto de sondagem Kantar TNS LT, no qual participaram diretamente 25 cidadãos selecionados.

Os participantes debateram duas questões relacionadas com as políticas da UE: **o papel e a competência da UE em matéria de política externa, bem como o papel económico da UE.** Durante este evento, cada uma destas questões foi objeto de uma sessão separada no início da qual os peritos em questões da UE, Linas Kojala (RESC) e Ramūnas Vilpišauskas (professor da Universidade de Vilnius), apresentaram brevemente aos cidadãos os eventos e questões atuais em torno do tema da sessão. Durante o debate, os cidadãos puderam fazer perguntas e expressar os seus pontos de vista. Na sequência das apresentações dos peritos, os participantes foram divididos em três grupos representativos mais pequenos para refletir sobre uma questão diferente relacionada com o tema da sessão. As questões de política externa abordadas foram as seguintes:

1.1. É necessária uma política autónoma da UE em matéria de defesa e assuntos externos?

1.2. Quais devem ser as relações da UE com os seus vizinhos da Europa Oriental, o Norte

XV Amostra de cidadãos que representam as cidades de Vilnius, Kaunas, Klaipėda, Šiauliai e Panevėžys e os distritos (apskritis) de Vilnius, Kaunas, Klaipėda, Šiauliai, Panevėžys, Alytus, Marijampolė, Tauragė, Telšiai e Utena, com base em dados do Departamento de Estatística da Lituânia (Lietuvos statistikos departamentas).

de África e a Turquia?

1.3. Qual deve ser a política de migração da UE?

A sessão sobre o papel económico da UE deu origem a uma reflexão sobre as seguintes questões:

2.1. Deverá haver uma maior reafetação de fundos do orçamento da UE, dada a dívida comum da UE?

2.2. As normas sociais devem ser regulamentadas a nível da UE?

2.3. Como reforçar a economia da UE?

No final da sessão, cada grupo teve de formular as principais conclusões do debate, fazer declarações de princípio ou apresentar propostas concretas sobre questões de interesse político para a UE. Durante a discussão com todo o painel, o representante de cada grupo apresentou estas conclusões aos outros participantes. Aqueles que tinham estado noutros grupos foram capazes de se atrever a fazer perguntas e completar as propostas com as suas ideias. Após as apresentações e deliberações, cada cidadão votou dois votos, entre estas conclusões, com um voto a favor da proposta ou declaração mais importante para o papel da Lituânia no reforço da UE e no êxito da UE, mesmo em toda a Europa; e o outro voto a favor da declaração ou proposta que consideram ser a mais importante a título pessoal, no seu interesse enquanto residentes na UE. Após esta votação, realizou-se um debate no painel e foi feita uma atualização das principais ideias que tinham surgido dos debates.

Nas semanas seguintes ao evento, os peritos examinaram o conteúdo dos debates e descobriram a essência das ideias propostas pelos cidadãos. Em 25 de janeiro, realizou-se uma sessão recapitulativa virtual e as recomendações retiradas do conteúdo dos seus debates foram comunicadas aos cidadãos. Os cidadãos tiveram a oportunidade de dizer se concordavam com as recomendações, de as completar quanto ao fundo e de as avaliar. Todos os participantes tiveram esta oportunidade uma semana após a sessão recapitulativa, enviando as suas opiniões e comentários por escrito aos organizadores do painel.

2. Resultados do painel de cidadãos nacional

Esta parte do relatório apresenta os resultados do painel de cidadãos, com as recomendações feitas pelos participantes nos grupos de trabalho e as suas posições sobre o papel da UE na política externa e na economia.

Primeira sessão: papel e competências da UE em matéria de política externa

1. Apelamos à UE para que desenvolva uma política mais eficaz em relação à China. A Lituânia necessita de um apoio mais firme, mas deve também alinhar melhor a sua posição com a da UE. A fim de assegurar que os interesses possam ser mais bem equilibrados na UE e que exista apenas uma política em relação à China, bem como em relação a outras questões de política externa, recomendamos que se pondere a possibilidade de criar uma função de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE.
2. Concordamos em votar a colocar a questão das quotas de migrantes na ordem do dia a nível da UE.
3. Recomendamos a criação de uma comissão específica a nível da UE para abordar as questões da migração, que asseguraria uma resposta mais rápida às crises migratórias, bem como o direito de os Estados-Membros explicarem e defenderem os seus interesses nacionais, e que desenvolveria e aplicaria orientações comuns em matéria de gestão da migração.
4. Recomendamos o reforço dos laços económicos e humanitários com os países do Norte de África, sem perder de vista as realidades políticas, nomeadamente com vista a reduzir a influência da China, da Rússia e de outros Estados nesta região.
5. Recomendamos o reforço dos laços com a Europa Oriental e o incentivo a medidas económicas a nível pessoal.

6. Instamos a que as sanções aplicadas pela UE a intervenientes estrangeiros sejam mais rigorosas, mais direcionadas e envolvam figuras importantes do Estado sancionado (por exemplo, líderes políticos).
7. Apelamos veementemente a que a política externa e de segurança comum da UE se baseie no princípio fundamental da solidariedade entre os vários Estados-Membros da UE e as regiões e sociedades europeias.
8. Recomendamos que a UE reveja a sua política de abertura à migração, que conduziu a problemas de segurança, ao aumento da criminalidade e à criação de um comunismo na sociedade.
9. Convidamos a Lituânia a falar mais ativamente sobre questões de política de migração e a lançar debates sobre questões relacionadas com a migração.
10. Apelamos a uma política ativa e rigorosa da UE em relação aos Estados que utilizam os fluxos migratórios como arma em ataques híbridos: por um lado, aplicando sanções mais rigorosas e, por outro, colaborando com elas com vista ao desanuviamento.

Segunda sessão: o papel económico da UE

1. Recomendamos que a UE reforce a segurança do aprovisionamento de bens essenciais por vários meios: dar prioridade ao comércio intra-UE, promover a produção de tecnologias avançadas e diversificar ainda mais as fontes de importação. Também recomendamos explorar novos mercados de exportação.
2. Recomendamos uma revisão das práticas de negociação dos contratos de gás natural, tendo em vista tanto os contratos a curto como os contratos a longo prazo. Recomendamos uma maior diversificação das fontes de aprovisionamento energético.
3. O Tribunal recomenda que as medidas do Pacto Ecológico e a sua aplicação sejam avaliadas em função dos potenciais impactos socioeconómicos negativos. A fim de concretizar os objetivos do Pacto Ecológico, recomendamos a utilização de energia nuclear e de gás natural para além das fontes de energia renováveis.
4. Sublinhamos que é particularmente importante que todos os Estados-Membros respeitem o princípio do primado do direito da UE. Instamos a Lituânia a ter uma posição de princípio clara sobre esta questão.
5. Recomendamos que a Lituânia utilize mais ativamente as melhores práticas dos países da UE, com o objetivo de melhorar as normas sociais, a expansão económica e o desenvolvimento equilibrado e sustentável.
6. Recomendamos que se preste mais atenção ao reforço da cibersegurança, bem como à proteção dos dados e das infraestruturas.
7. Recomenda-se que a UE e os Estados-Membros dêem prioridade ao desenvolvimento de conhecimentos económicos básicos entre os cidadãos, à educação e à divulgação de informações.
8. Recomendamos que os novos acordos comerciais da UE incluam normas sociais, laborais e sanitárias ambiciosas. Recomendamos o estabelecimento, a nível da UE, de orientações sobre o que fazer e o que não fazer para as plataformas de redes sociais que gerem dados e informações pessoais dos consumidores.
9. Recomendamos uma reflexão mais aprofundada sobre a possibilidade de contração conjunta de empréstimos a nível da UE, a fim de obter as melhores condições possíveis de contração de empréstimos. Recomendamos igualmente o desenvolvimento de uma política financeiramente sólida e responsável para reduzir a necessidade de os Estados-Membros contraírem dívidas.
10. Recomendamos o reforço do acompanhamento da absorção e utilização dos fundos da UE, ajudando as autoridades locais a estabelecer uma prática genuína de ajustamento da utilização dos fundos. Na medida em que a situação objetiva dos beneficiários de fundos da UE pode ser afetada, a ligação entre os requisitos de transparência e flexibilidade é particularmente importante.
11. Recomendamos que a Lituânia continue a promover ativamente o desenvolvimento económico e o investimento nas regiões do país.

3. Debates no painel de cidadãos nacional e análise dos

resultados

O painel de cidadãos nacional debateu as questões de atualidade mais relevantes para a Lituânia (amplamente debatidas a nível nacional na arena política e nos meios de comunicação social) e a forma de as abordar. A votação geral das principais conclusões do painel revelou que quase 45% de todos os votos expressos durante as duas sessões foram dedicados a propostas relacionadas com dois temas: relações com a China e controlados fluxos migratórios (ver quadro infra). O tema da política energética também recebeu muita atenção. Foi o tema de apenas uma proposta, mas recebeu os votos de quase 10% dos participantes. O resultado destas votações sugere que os pontos de vista dos cidadãos sobre o futuro da Europa podem ser decisivos para as questões e notícias políticas de hoje (a nível nacional).

Recomendação	Votação
Primeira sessão: papel e competências da UE em matéria de política externa	
1. Apelamos à UE para que desenvolva uma política mais eficaz em relação à China. O atual apoio à Lituânia não é suficiente, mas a Lituânia também não alinhou suficientemente a sua posição com a dos parceiros da UE. A fim de assegurar que os interesses possam ser mais bem equilibrados na UE e que exista apenas uma política em relação à China, bem como em relação a outras questões de política externa, recomendamos que se pondere a possibilidade de criar uma função de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE.	11 (22,9 %) importantes para toda a Europa: 8; a título pessoal: 3
2. Apelamos a que a questão das quotas de migrantes a nível da UE seja novamente inscrita na ordem do dia.	9 (18,8 %) importantes para toda a Europa: 9
3. Recomendamos a criação de uma comissão específica a nível da UE para abordar as questões da migração, que asseguraria uma resposta mais rápida às crises migratórias, bem como o direito dos Estados-Membros de explicarem e defenderem os seus interesses nacionais e de desenvolverem e aplicarem orientações comuns em matéria de gestão da migração.	7 (14,6%) importantes para toda a Europa: 3; a título pessoal: 4
4. Recomendamos o reforço dos laços económicos e humanitários com os países do Norte de África, sem perder de vista as realidades políticas, nomeadamente com vista a reduzir a influência da China, da Rússia e de outros Estados da região.	6 (12,5%) importantes a título pessoal: 6
5. Recomendamos o reforço dos laços com a Europa Oriental e a aplicação de medidas económicas a nível das pessoas.	5 (10,4%) pessoalmente importantes: 5
Segunda sessão: o papel económico da UE	
1. Recomendamos que a UE tome várias medidas para reforçar a segurança do aprovisionamento de bens essenciais: dar prioridade ao comércio intra-UE, promover a produção de tecnologias avançadas na UE e diversificar ainda mais as fontes de importação. Também recomendamos explorar novos mercados de exportação.	9 (19,6%) importantes para toda a Europa: 3; pessoalmente: 6
2. Recomendamos uma revisão das práticas de negociação de contratos de gás natural, tendo como objetivos tanto os contratos de curto como os de longo prazo. Recomendamos uma maior diversificação das fontes de aprovisionamento energético.	9 (19,6%) importantes para toda a Europa: 9
3. O Tribunal recomenda que as medidas do Pacto Ecológico e a sua aplicação sejam avaliadas tendo em conta os potenciais impactos socioeconómicos negativos. A fim de concretizar os objetivos do Pacto Ecológico, recomendamos a utilização de energia nuclear e	6 (13 %) importantes a título pessoal: 6

de gás natural para além das fontes de energia renováveis.	
4. Sublinhamos a importância de todos os Estados-Membros respeitarem o princípio do primado do direito da UE. Instamos a Lituânia a ter uma posição de princípio clara sobre esta questão.	4 (8,7%) importantes para toda a Europa: 2; a título pessoal: 2

Além disso, as questões mais importantes para os cidadãos, nomeadamente as relações com a China, a migração ou a energia, não são transitórias: a sua resolução terá um impacto fundamental no futuro a longo prazo da Europa. Além disso, a probabilidade de os cidadãos que pensam no futuro darem prioridade ao que é importante neste momento não é problemática. Na medida em que a construção do futuro começa hoje com uma multiplicidade de pequenos passos, a perceção das expectativas dos cidadãos a curto prazo é uma condição indispensável para poder assegurar um controlo sólido dos processos a longo prazo e a resolução de problemas. A análise que se segue dos principais resultados do painel de cidadãos nacional baseia-se precisamente nesta observação.

A resolução com o maior número de votos (11, quase 12 %) é a que **a UE** necessita de uma política mais eficaz em relação à China. Esta conclusão geral abrangeu várias declarações mais concretas. Em primeiro lugar, os participantes salientaram que, nesta fase, o apoio da UE à Lituânia face às pressões económicas do Chin e não tinha sido suficiente. Em segundo lugar, os representantes do grupo que comunicou a conclusão salientaram que a própria Lituânia deveria envidar mais esforços para alinhar a sua política em relação à China com a dos parceiros da UE, em especial porque é importante que a UE no seu conjunto continue a negociar com a China. Em terceiro lugar, os cidadãos levantaram a ideia de que a coordenação de posições e o desenvolvimento de uma política comum em relação à China, em particular, poderiam ser mais eficazes se fosse criada uma função de ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. Oito participantes declararam esta conclusão particularmente importante para toda a Europa e três outros declararam-na importante a título pessoal.

O problema das relações com a China está intimamente ligado a duas outras propostas com um grande número de votos dos cidadãos. Nove participantes votaram a favor da conclusão a que se chegou na segunda sessão de que **a UE precisa de reforçar a segurança do aprovisionamento** (três participantes indicaram que este aspeto é particularmente importante para toda a Europa e seis outros afirmaram que é particularmente importante para eles a título pessoal). Esta conclusão também incluiu vários aspetos. Em primeiro lugar, os cidadãos salientaram a necessidade de dar prioridade aos mercados da UE com fornecedores fiáveis e produtos com normas elevadas. Em segundo lugar, os participantes salientaram a necessidade de incentivar a capacidade de produção de tecnologias avançadas na própria Europa. Em terceiro lugar, os cidadãos manifestaram o seu apoio a uma maior diversificação das fontes de importação. Ao formular estas recomendações, os participantes na discussão constantemente se referiram ao fator da China: ameaças à segurança relacionadas com os produtos chineses, dependência das matérias-primas chinesas necessárias para fabricar tecnologias avançadas, bem como práticas chinesas de cópia e roubo de tecnologia de empresas ocidentais ativas no seu mercado. A proposta de **desenvolver a cooperação económica e humanitária da UE com os países do Norte de África também obteve seis votos (importantes a título pessoal), com o fundamento de que, nesta região, é importante reduzir a influência da China, bem como da Rússia e de outros Estados hostis.**

Os resultados da votação também refletiram as preocupações dos cidadãos com as questões da migração. Duas das três conclusões que receberam mais votos no domínio da política externa foram dedicadas à

migração. Nove participantes votaram a favor da proposta de **que a UE regresse à criação de um sistema de quotas obrigatórias para o acolhimento de migrantes pelos Estados-Membros** (todos salientaram que esta proposta é particularmente importante para a Europa). Os participantes que chegaram a esta conclusão concordaram que as quotas nacionais devem basear-se no número de habitantes e que deve ser concedido cofinanciamento da UE para satisfazer as necessidades dos migrantes afetadas de acordo com essas quotas. Sete Estados-Membros ainda votaram a favor da proposta de **criação de uma comissão técnica permanente a nível da UE para lidar com os problemas da migração, para a qual seriam destacados representantes dos Estados-Membros** (três participantes consideraram esta proposta particularmente importante para toda a Europa e quatro consideraram-na importante para eles a título pessoal). Os participantes salientaram que **esse organismo poderia permitir à UE responder mais rapidamente às crises migratórias, assegurando simultaneamente um equilíbrio entre o respeito adequado dos princípios gerais da UE e o direito dos Estados-Membros de defenderem os seus interesses e segurança nacionais.**

Durante o debate sobre a política de migração, os participantes abordaram duas crises distintas na gestão dos fluxos migratórios: em 2016, a crise migratória no mar Mediterrâneo e, em 2021, o ataque híbrido na Bielorrússia contra a Lituânia, a Letónia e a Polónia, em que Minsk utilizou subvenções provenientes de fluxos provenientes do Médio Oriente e de África. Vários membros do painel alegaram que a crise de 2016 lhes parecia remota e desinteressante, tanto para a Lituânia no seu conjunto como para eles pessoalmente, e não consideraram adequada a proposta de introduzir um sistema de quotas para os migrantes. De acordo com os participantes, a experiência do ataque híbrido aproximou a questão da migração na Europa Oriental e forçou a abordagem das quotas como um instrumento adequado, eficaz e solidário da política de migração. Alguns participantes salientaram que, em plena crise de 2021, se tinha tornado difícil distinguir entre refugiados, migrantes e pessoas que representam uma ameaça entre as pessoas que se encontravam no território do país. Todos os participantes no debate concordaram que a atual política de migração «aberta» da UE não tem suficientemente em conta as ameaças colocadas pela migração, os interesses nacionais dos Estados-Membros, a sua capacidade de integrar os migrantes, etc. Os cidadãos também criticaram a UE pela sua lentidão ou falta de resposta às necessidades da Lituânia, bem como pela sua recusa em financiar a construção de um muro nas fronteiras externas.

Em resumo, pode dizer-se que dois elementos das notícias mais quentes da Lituânia em 2021 – nomeadamente as relações com a China e a gestão dos fluxos migratórios – estão a levar os cidadãos lituanos a exigir que a UE intensifique a sua participação e tenha uma política comum mais eficaz. Os cidadãos estão preocupados com a política da China e com a sua crescente influência na Europa e na vizinhança da UE. Há que reconhecer que a influência económica da Comunidade exige que a Europa procure medidas políticas adequadas e equilibradas. Na opinião dos cidadãos, a principal solução consiste em reforçar os instrumentos de política externa comum da UE, a política industrial e a cooperação com os seus vizinhos. Do mesmo modo, os cidadãos consideraram que uma ação única a nível da UE, bem como um eventual novo sistema de quotas de migração, era provavelmente a forma mais adequada de escapar às ameaças à segurança colocadas pela migração, bem como de controlar os fluxos migratórios para a Europa de forma rápida e eficaz. Na opinião dos participantes no painel, a melhor resposta à crescente pressão da China e ao ataque híbrido da Bielorrússia seria uma política comum da UE aprofundada e reforçada.

O presente parecer sobre as crises em debate pode ser comparado com as propostas do painel sobre questões energéticas e climáticas. No final de 2021, muitos cidadãos lituanos tiveram de lidar diretamente com o aumento dos preços do aquecimento e a crise dos preços da energia revelou-

se rapidamente uma das notícias mais importantes para a Lituânia. A preocupação com os preços da energia também se refletiu na votação dos participantes: Nove cidadãos votaram mesmo a favor da conclusão de que este tema é o mais importante para toda a Europa. A principal recomendação dos participantes consistia em **revera** prática atual dos Estados-Membros, celebrando contratos de fornecimento de energia com diferentes fornecedores e procurando celebrar contratos a curto e a longo prazo. Por outras palavras, os cidadãos apoiaram a política de diversificação das fontes de aprovisionamento energético, mas não formularam recomendações sobre as políticas gerais da UE e não recomendaram uma maior integração das políticas energéticas.

No que diz respeito à política climática, os cidadãos recomendaram **uma avaliação das medidas do Pacto Ecológico**, tendo em conta o efeito socioeconómico esperado e o seu âmbito de aplicação. Esta proposta recebeu as vozes de seis participantes, cada um dos quais considerou importante ser pessoal. Alguns participantes manifestaram a sua preocupação com o ritmo demasiado rápido da «transição ecológica» e defenderam que a Lituânia deveria avaliar com maior precisão se uma narrativa política prejudicaria os interesses do país e dos seus cidadãos. Alguns participantes também atualizaram a necessidade de utilizar não só as energias renováveis, mas também a energia nuclear e o gás natural. Em apoio desta posição, referiram-se à decisão da Alemanha de continuar a utilizar gás natural, bem como ao potencial dos chamados reatores nucleares "modulares" de nova geração. Por conseguinte, no que diz respeito à política climática, o painel deu prioridade às políticas dos Estados-Membros em consonância com as necessidades nacionais e não a uma política comum ambiciosa da UE em matéria de governação climática.

Tendo em conta o número relativamente reduzido de participantes no painel e a disparidade nas respostas dos cidadãos (ou seja, unidade de ação ou maior flexibilidade) às várias crises, seria errado considerar aqui medidas recapitulativas e amplamente aplicáveis. No entanto, esta dinâmica de formação de opinião pode levar à proposta de temas interessantes para futuros estudos de opinião dos cidadãos lituanos sobre questões de integração na UE, em que os pontos de vista dos cidadãos sobre as políticas autónomas da UE, as alterações nas disposições institucionais e as diferenças devem ser tidos em conta.

4. Resultados do painel de cidadãos no contexto mais vasto da opinião pública na Lituânia

A fim de contextualizar os resultados do painel de cidadãos nacional, estes são brevemente comparados, na última parte, com os resultados de duas sondagens de opinião em curso, bem como com os resultados intermédios de outros trabalhos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa. A primeira parte do presente relatório centra-se num [inquérito o barómetro da UE](#) aos cidadãos, realizado em outubro e novembro de 2020, sobre a próxima conferência europeia; o segundo sobre o último [Eurobarómetro normal](#) realizado no verão de 2021. Uma vez que algumas das questões dos estudos se centraram noutras questões políticas e nas expectativas dos cidadãos em relação à própria conferência, apresenta-se a seguir uma comparação com as questões que foram realmente debatidas no painel. A análise dos resultados dos trabalhos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa baseou-se no relatório preliminar deste trabalho elaborado pelo RESC, que contém as declarações dos cidadãos que participaram nos trabalhos sobre várias questões políticas da UE.

Os resultados dos inquéritos Eurobarómetro sugerem que os debates e os votos dos participantes no Painel de Cidadãos são bastante coerentes com as opiniões prevalecentes na sociedade lituana. As recomendações dos participantes no painel para reforçar a política externa e de migração comum,

que participam nas decisões a nível da UE, correspondem às conclusões dos inquéritos mais vastos à opinião pública:

Os cidadãos lituanos apoiam a política de defesa comum da UE mais do que a média da UE (90 % contra 78 %);

Os cidadãos lituanos apoiam a política comum de migração da UE mais do que a média da UE (76 % contra 71 %; esta diferença está dentro da margem de erro);

Os cidadãos lituanos consideram a migração um dos dois principais problemas da UE;

Os cidadãos lituanos estão mais interessados em resolver problemas a nível da UE (49 % contra 42 %).

Os cidadãos lituanos que participaram nos eventos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa salientaram igualmente a importância da cooperação no domínio da defesa e que a política comum de migração da UE e a política externa da UE são domínios em que a Lituânia beneficiaria de uma maior intervenção da UE.

Os dados dos estudos do Eurobarómetro podem esclarecer os pontos de vista dos participantes da UE sobre as relações com a China e os preços da energia: Os lituanos estão mais preocupados do que a média da UE com a rutura das relações entre os países do mundo e as crescentes tensões políticas daí resultantes (33 % contra 18 %). As conclusões do painel sobre a necessidade de uma política mais ambiciosa em relação à China também se sobrepõem à posição acima referida a favor da tomada de decisões a nível da UE e de uma política de defesa comum da UE. Por outro lado, a preocupação dos participantes no painel com várias decisões de redução dos preços da energia pode estar relacionada com o facto de os lituanos estarem muito mais preocupados do que a média da UE com o aumento da inflação e dos preços (53 % contra 23 %). A sensibilidade ao aumento da inflação deve-se ao facto de o controlo dos aumentos de preços parecer ser mais importante do que o desenvolvimento de políticas gerais da UE ou de outros objetivos políticos.

Os dados do Eurobarómetro sugerem igualmente uma mudança interessante na perceção que os lituanos têm da questão da migração do ponto de vista político. No inquérito de 2020, os lituanos citaram a migração com menos frequência do que a média da UE como um grande desafio para o futuro da UE (16 % contra 27 %); No inquérito de 2021, 32 % dos inquiridos lituanos consideraram a migração um dos principais problemas da UE (em comparação com uma média de 25 % a nível da UE). Embora esta mudança de perspetiva possa dever-se a diferenças na redação da pergunta, sobrepõe-se ao que os participantes no painel disseram durante as discussões sobre a evolução dos seus pontos de vista sobre questões de migração.

Além disso, uma comparação dos resultados do painel de cidadãos com os dados do Eurobarómetro revela uma diferença entre uma visão relativamente cautelosa dos participantes no painel no que diz respeito à política da UE, por um lado, e uma preocupação com as questões relacionadas com as alterações climáticas, por outro. Embora os membros do painel tenham incentivado uma avaliação para determinar se o Pacto Ecológico era demasiado ambicioso e não prejudicaria os interesses da Lituânia, os lituanos, de acordo com estudos do Eurobarómetro, identificam sistematicamente as alterações climáticas como um dos principais desafios para a UE. No inquérito de 2020, 47 % dos inquiridos lituanos consideraram o clima um dos desafios mais importantes para o futuro da Europa (em comparação com uma média da UE de 45 %); No inquérito de 2021, foi esse o caso de 28 % dos inquiridos lituanos (em comparação com uma média de 25 % a nível da UE). Importa salientar que os cidadãos que participaram nos outros eventos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa também se referiram à política climática como um dos domínios em que a Lituânia teria maior interesse numa intervenção mais

forte da UE. Esta discrepância pode provavelmente ser explicada pela motivação do voto dos participantes no painel: Todos os que votaram a favor da recomendação de reavaliação das medidas do Pacto Ecológico identificaram este tema como importante para eles do ponto de vista pessoal. Por outras palavras, a oposição pessoal não seria incompatível com a conclusão de que as alterações climáticas são um dos desafios mais importantes para a política da UE.

II F Painéis nacionais: Países Baixos



A nossa visão da Europa

Pareceres, ideias e recomendações

Temas

- Valores e direitos, Estado de direito e segurança
- Uma economia mais forte, justiça social e emprego
- Democracia europeia
- Transformação digital
- Educação, cultura, juventude e desporto

3 de dezembro de 2021

O presente documento é uma tradução do relatório intitulado "Onze kijk op Europa; meningen, ideeën en aanbevelingen" ("A nossa visão da Europa: Opinions, Ideas and Recommendations»), que foi publicado em neerlandês em 3 de dezembro de 2021 em www.kijkopeuropa.nl. Esta tradução é uma versão simplificada do relatório em que a apresentação original (ilustrações e outros elementos gráficos) foi alterada para efeitos de tradução.

A nossa visão de...

Resumo do relatório: todas as recomendações em poucas palavras

Através do Diálogo com os Cidadãos sobre a «Visão da Europa», reunimos os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa. Tal conduziu, para os cinco primeiros temas, às seguintes recomendações à União Europeia:

Valores e direitos, Estado de direito e segurança

É importante que a UE proteja o Estado de direito. Ao mesmo tempo, os neerlandeses consideram que se deve prestar atenção à diversidade de tradições e culturas na Europa. A cooperação no interior da UE pode trazer muitos benefícios sob diferentes formas, mas deve trazer valor acrescentado a todas as partes interessadas. O mesmo se aplica à partilha de informações de segurança. Partilhar todas as informações rapidamente torna a cooperação ineficaz.

1. Certifique-se de que todos possam sentir-se livres e seguros
2. Alargar a UE apenas se esta proporcionar valor acrescentado
3. Cooperar principalmente na luta contra a criminalidade internacional e o terrorismo

Uma economia mais forte, justiça social e emprego

Os neerlandeses consideram que existem muitas oportunidades para reforçar a economia europeia. Mas os países nem sempre podem ser comparados uns aos outros. O sistema fiscal, em particular, deve ser mais justo e mais claro. E, na Europa, devemos concentrar-nos mais nos nossos pontos fortes, como a qualidade e a diversidade. Os países da UE podem também cooperar para garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho europeu.

4. Tomar em consideração dos pontos comuns e das diferenças
5. Tirar maior partido dos pontos fortes da Europa
6. Desenvolver um sistema fiscal justo e claro
7. Garantir a participação de todos na **democracia**

europeia

Os neerlandeses não precisam de saber tudo sobre a União Europeia, mas querem mais transparência e mais informação. Conhecer os pontos de vista de outros países da UE, por exemplo, pode contribuir para uma melhor visão geral. Além disso, os Países Baixos consideram que a UE deve encetar um diálogo com os cidadãos com maior frequência e, de preferência, de forma permanente. A este respeito, é importante não só terem conta os diferentes interesses, mas também tomar decisões mais rapidamente do que atualmente.

1. Dar uma melhor visão geral da Europa
2. Encontrar novas formas de ouvir continuamente os cidadãos

3. Ser mais transparente e claro sobre as decisões tomadas
4. Afim de ser capaz de decidir mais rapidamente as perguntas espinhosas

Transformação digital

A sociedade está cada vez mais dependente da Internet e as grandes empresas de tecnologia são cada vez mais poderosas. Isso às vezes preocupa muito os holandeses. Por conseguinte, é útil que a UE desenvolva regras e normas (de privacidade) europeias. No entanto, é importante que todos possam compreender e aplicar estas regras e normas. Os neerlandeses preferem receber apoio e informações das autoridades nacionais, na sua própria língua.

1. Garantir uma Internet rápida, segura e estável em todo o lado
2. Estabelecer regras e normas claras para as empresas da Internet
3. Reunir as regras em matéria de privacidade com a aplicação prática e as explicações

Educação, cultura, juventude e desporto

Os jovens que estudam no estrangeiro devem poder aprender mais com o país de acolhimento do que atualmente.  Os países com um nível mais baixo de conhecimento não devem perder todos os seus talentos, qui ir para o exterior. Os neerlandeses consideram que questões como a cultura e os abusos devem antes ser da competência dos próprios Estados-Membros. E consideram muito importante ter a sua própria língua nacional. Em geral, na Europa, cada pessoa deve, acima de tudo, sentir-se livre e ser ela própria.

1. Incentivar os alunos a estudar no exterior de forma inteligente
2. Deixar questões como a cultura e o desporto aos Estados-Membros com carácter prioritário
3. Garantir que os europeus se conhecem e respeitam melhor uns aos outros

Introdução

O Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa», que teve lugar de 1 de setembro a meados de novembro, permitiu que todos os cidadãos neerlandeses expressassem as suas opiniões e ideias sobre o futuro da Europa. Os Países Baixos apresentam à União Europeia (UE) as recomendações sobre as quais o diálogo resultou, bem como as ideias e os pontos de vista expressos. Neste relatório, concentramo-nos nos cinco primeiros temas. Os outros quatro temas serão abordados num próximo relatório no início de 2022. ***Sobre a "Visão da Europa"***

A União Europeia quer que os seus cidadãos lhe digam o que pensam da Europa. É por esta razão que a UE está a organizar a Conferência sobre o Futuro da Europa. As opiniões e ideias dos cidadãos de toda a União Europeia contribuirão para os planos para o futuro da Europa. No âmbito da conferência, os Países Baixos organizaram o Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» a nível nacional.

O diálogo sobre a Visão da Europa teve início em 1 de setembro com a recolha em linha de opiniões e ideias através de um painel de inquérito representativo. A fim de aprofundar os resultados iniciais do inquérito do painel e formular recomendações concretas, o Tribunal organizou diálogos temáticos em linha. Quem quisesse participar podia fazê-lo. Também viajamos pelo país para debates com jovens e outros grupos (difíceis de chegar).

Das crianças em idade escolar, dos estudantes do ensino secundário profissional e dos estudantes ao ministro, aos agricultores e aos migrantes

Em outubro e novembro, realizaram-se oito diálogos temáticos em linha, com uma média de 30 por reunião. O Tribunal organizou igualmente um diálogo temático em linha e sete diálogos temáticos no local com diferentes grupos de cidadãos neerlandeses. Tivemos um diálogo com a Comunidade Turca em Schiedam e fomos convidados pelos voluntários da Fundação Piëzo em Zoetermeer. Nesta última ocasião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ben Knapen, também esteve presente no final do diálogo. O ministro realizou um debate com os participantes sobre o diálogo e as opiniões expressas sobre o futuro da Europa. Por último, organizámos seis reuniões com diferentes grupos de jovens. Por exemplo, fomos recebidos numa escola secundária em Helmond, numa escola secundária profissional em Doetinchem e na Universidade de Leiden.

«Sempre expressei a minha opinião em frente ao café. Foi por isso que achei que devia participar.»

Participante no diálogo temático

Sobre este relatório

Com base nas ideias e opiniões que reunimos nos últimos meses, elaborámos uma série de recomendações que os cidadãos neerlandeses fazem à União Europeia. Durante os debates entre os cidadãos neerlandeses, realizaram-se interessantes trocas de pontos de vista e foram apresentadas ideias inovadoras. Sugestões também foram feitas através do painel e do inquérito público. Algumas destas ideias foram incorporadas no presente relatório. O conteúdo do presente relatório é, por conseguinte, a voz dos Países Baixos: a nossa visão da Europa.

Porque há diferenças de opinião entre os países europeus e os cidadãos, é claro que nem sempre estamos de acordo uns com os outros nos Países Baixos. Estas diferenças de opinião são muito valiosas: são uma característica importante de uma democracia. As recomendações baseiam-se nas ideias e opiniões mais frequentemente expressas pelos participantes no inquérito «Visão da Europa». Também descrevemos preocupações, ideias e sentimentos que podem ser menos prevalentes, mas que chamaram a nossa atenção durante os diálogos e o inquérito online.

«Foi bom poder falar em pequenos grupos com apoiantes e adversários. Esta situação é muito diferente da forma como as discussões costumam ter lugar nas redes sociais.»

Participante no diálogo temático

Foram definidos nove temas para a Conferência sobre o Futuro da Europa. Estes temas estão também no centro do diálogo "Visão da Europa" com os cidadãos neerlandeses. Em outubro, o Tribunal publicou um relatório intercalar que apresenta uma panorâmica inicial das conclusões e perguntas adicionais com base no inquérito do painel. Neste segundo relatório, apresentamos os pareceres, ideias e recomendações sobre os cinco primeiros temas, tendo em vista a reunião plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa, em dezembro. O próximo relatório, que abrange os restantes quatro temas, será publicado em meados de janeiro.

Relatório atual – dezembro de 2021

- Valores e direitos, Estado de direito e segurança
- Uma economia mais forte, justiça social e emprego
- Democracia europeia
- Transformação digital
- Educação, cultura, juventude e desporto

Próximo relatório – janeiro de 2022

- Alterações climáticas e ambiente
- Migração
- Saúde
- A UE no mundo

Próximas etapas

• A Conferência sobre o Futuro da Europa reúne as ideias, os pareceres e as recomendações de todos os cidadãos da UE. As reuniões serão dedicadas não só aos resultados de todos os diálogos com o Cívico a nível nacional, mas também aos resultados de outras iniciativas lançadas no âmbito da Conferência. Por exemplo, existem também painéis de cidadãos europeus e todos os cidadãos da UE (portanto, também os cidadãos neerlandeses) podem aceder a uma plataforma digital europeia.

«É positivo que a UE esteja a tomar esta iniciativa. Espero que os resultados sejam realmente tidos em conta.»

Participante no diálogo temático

- A conferência terminará na primavera de 2022. Os Países Baixos elaborarão então um relatório final sobre o Diálogo com os Cidadãos: uma compilação do presente relatório e do relatório seguinte (incluindo os outros temas). No final da conferência, serão feitas recomendações à Presidência da Conferência: os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia. Comprometeram-se a explorar formas de aplicar as recomendações. Para o Governo neerlandês, os resultados são também um contributo valioso para a elaboração das políticas europeias neerlandesas.
- Em resumo, o processo até à primavera de 2022 será organizado do seguinte modo:

Cronologia

Visão da Europa

1o de setembro	12 de outubro	22 e 23 de outubro	15 de novembro	17/18 de dezembro	21 e 22 de janeiro	22/24 de abril		
Recolha de ideias em linha								
	Diálogos temáticos							
		Resultados intercalares (relatório intercalar)		Relatório intercalar sobre "Economia" e "Democracia"	Relatório intercalar sobre «O clima» e «A UE no mundo»	Relatório final «A nossa visão para a Europa»		
		↓		↓	↓	↓		
		Reunião da conferência		Reunião da conferência	Reunião da conferência	Encerramento da conferência	→	Recomendações aos Presidentes • Parlamento Europeu • Comissão Europeia • Conselho de Ministros
				^	^	^		
	Mais opiniões e ideias sobre o futuro da Europa:							
Diálogos com os cidadãos			Painéis de cidadãos europeus		Plataforma Digital Europeia (também para os cidadãos neerlandeses)			

Explicações para facilitar a leitura

Neste relatório, o Tribunal examinou cinco temas. Para cada tema, listámos sucessivamente: recomendações baseadas em todas as vertentes do diálogo com os cidadãos; uma panorâmica das opiniões, ideias e pontos de vista trocados (em linha e com presença física) durante os diálogos temáticos e as sugestões resultantes do inquérito em linha, por palavras e imagens.

No final do presente relatório é apresentada uma descrição da metodologia utilizada no inquérito.

Valores e direitos, Estado de direito e segurança

A UE acompanha o Estado de direito em todos os países da UE e tenta reduzir as desigualdades na UE. A UE também quer proteger todos os europeus do terrorismo e da criminalidade. Para o efeito, a UE adota medidas e regras e os países da UE cooperam intensamente.

Qual é a opinião dos Países Baixos a este respeito?

Recomendações – A nossa visão da segurança e do Estado de direito

68% dos neerlandeses consideram que a segurança e o Estado de direito são uma questão importante e que a UE tem de intervir neste domínio.

1. Certifique-se de que todos possam sentir-se livres e seguros

78 % dos neerlandeses consideram importante que a UE proteja o Estado de direito e os nossos direitos e liberdades fundamentais. E também atribuímos importância à proteção dos direitos dos consumidores: A grande maioria dos cidadãos considera positivo que a UE obrigue os fabricantes a incluir as mesmas informações nos rótulos em todos os países. No entanto, muitos neerlandeses consideram que a UE deve prestar atenção às diferenças nas tradições e culturas (de governação) na Europa. Tal deve-se, em parte, ao facto de, caso contrário, ser difícil cooperar eficazmente. Consideramos que é especialmente importante que todos na Europa se sintam livres e seguros. Isso inclui ter um telhado sobre a cabeça, mas também educação e cuidados. E é também sobre saber que os produtos que estão nas lojas europeias são

Sempre a salvo.

2. Alargar a UE apenas se esta proporcionar valor acrescentado

44 % dos neerlandeses não consideram que a UE deva expandir-se para mais países. 25%, por outro lado, são a favor do alargamento. Vemos que já existe muito debate entre os actuais Estados-Membros. Muitos neerlandeses consideram que devemos, em primeiro lugar, concentrar-nos nesta questão. E, se novos países aderirem à União, terão realmente de ser capazes de satisfazer as nossas condições. Hoje e no futuro. Muitos neerlandeses consideram que os actuais Estados-Membros deveriam ver também o valor acrescentado do alargamento. Também acreditamos que há outras oportunidades para trabalharmos juntos como um país para a segurança e a estabilidade. Por exemplo, estamos por vezes preocupados com a influência da Rússia nos países da fronteira oriental da UE. É importante que a UE preste atenção a esta questão.

«O alargamento não deve centrar-se nos custos e benefícios, mas sim numa visão de estabilidade.»

3. Pré-cooperação na luta contra a criminalidade internacional e o terrorismo

68% dos neerlandeses consideram que os serviços de segurança dos países da UE devem partilhar as suas informações. Consideramos, no entanto, que é importante que os países possam também continuar a decidir por si próprios, em parte, quais as informações que pretendem ou não fornecer. Partilhar todas as informações rapidamente torna a cooperação ineficaz. E a UE é hoje tão grande que temos de continuar a examinar criticamente onde chegam ou é provável que venham a chegar informações sensíveis. Queremos continuar a ter confiança de que a nossa privacidade está protegida. Consideramos que faz sentido, acima de tudo, cooperar na luta contra a criminalidade internacional grave, como a cibercriminalidade, o tráfico de droga e o terrorismo.

Se queimar uma luz vermelha na Holanda uma vez, não há razão para que isso seja conhecido na Espanha.

Debates e ideias em linha e no local

«Se sancionarmos um país que não respeita as regras, são as pessoas mais pobres desse país que são as primeiras vítimas. É por isso que acho que é melhor falar do que castigar.

«Devemos, em primeiro lugar, assegurar a estabilidade no atual clube. E, só então, pensem no alargamento.»

«Temos também de analisar de forma crítica o nosso próprio Estado de direito. Há também um ou outro mau funcionamento.»

IDEA: «Estabelecer regras rigorosas de integridade para os políticos em toda a Europa, afim de evitar que sejam influenciados com demasiada facilidade.»

IDEA: «Reforçar a cooperação entre a polícia e o poder judicial nos países da UE.»

Escola Secundária Profissional Doetinchem: «Quem quiser fazer parte da UE deve respeitar as regras»

No Graafschap College, em Doetinchem, cerca de 20 estudantes de enfermagem debateram o que consideravam ser os maiores benefícios da UE: o mercado livre, o euro como moeda comum e o facto de, enquanto europeu, se poder instalar e trabalhar facilmente noutros países da UE. «E o facto de os países da UE se poderem apoiar mutuamente de forma mutante. A união é a força», disse um dos estudantes presentes. Também foi feita referência ao importance das regras. Se os países não os respeitam, muitas vezes é difícil sancioná-los duramente. De acordo com os alunos, pode ser útil se isto se tornar um pouco mais fácil. Um deles também mencionou o efeito dissuasor. «Se impusermos sanções severas, outros países veem o que pode acontecer quando não respeitamos as regras.»

Hindustanis do Suriname a Utrecht: «Por vezes, falta confiança no Estado de direito»

A Fundação Asha é uma organização de voluntários hindus do Suriname, no município de Utrecht. Em especial, os participantes no diálogo temático debateram a importância dos direitos dos cidadãos: o direito de ter um tecto sobre a cabeça, mas também, por exemplo, o direito à não discriminação. De acordo com os voluntários presentes, devem existir regras que protejam estes direitos para os cidadãos europeus. Nem sempre é claro o que é atualmente regulamentado nos Países Baixos e o que é regulamentado a nível europeu. Consequentemente, é por vezes difícil ter confiança nas autoridades públicas. Especialmente porque às vezes há algumas disfunções dentro das autoridades públicas. "Vocês podem dizer que as autoridades têm que me defender, mas às vezes conseguem semear pagaie, como foi o caso do subsídio", disse um dos participantes. "A UE deve garantir que as regras sejam efectivamente respeitadas", disse outro participante.

Uma economia mais forte, justiça social e emprego

As pequenas e médias empresas são a espinha dorsal da economia europeia. Por conseguinte, a UE pretende que os países da UE trabalhem em conjunto em planos de recuperação, a fim de sair economicamente mais fortes da crise da COVID-19. A longo prazo, o objetivo da UE é tornar a economia europeia mais saudável, mais ecológica e mais digital. Qual é a opinião dos Países Baixos a este respeito?

Recomendações - A nossa visão da economia e do emprego

61 % dos neerlandeses consideram que a economia e o emprego são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Tomada em consideração dos pontos comuns e das diferenças

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve assegurar que as empresas trabalhem mais em conjunto para reforçar a economia europeia. No entanto, apenas uma pequena parte destas pessoas pensa que a UE precisa de pagar mais dinheiro às empresas. Em primeiro lugar, acreditamos que a cooperação pode ser mais eficaz. Hoje vemos que diferentes empresas estão a investir na mesma nova tecnologia, por vezes até com fundos públicos. Se tivéssemos uma visão europeia da economia, esta verba poderia ser utilizada de forma mais eficaz. Ao fazê-lo, no entanto, deve continuar a ser dada especial atenção às diferenças entre os países.

«O setor agrícola nos Países Baixos é tão moderno. Nem sempre é possível compará-lo com outros países.»

2. Tirar maior partido dos pontos fortes da Europa

Os neerlandeses consideram que existem muitas oportunidades para reforçar a economia europeia, mas que é necessário fazer escolhas. É por isso que consideramos que a UE deve concentrar-se nos seus pontos fortes. Por exemplo, consideramos que a Europa é boa em termos de

domínios como a digitalização, a sustentabilidade e as infraestruturas. E o que é talvez mais importante: Defendemos a qualidade e a diversidade. É precisamente a diversidade do nosso continente, com opiniões e ideias diferentes, que devemos explorar muito mais como uma vantagem económica. É isso que pode fazer a Europa destacar-se, por exemplo, da economia chinesa.

3. Desenvolver um sistema fiscal justo e claro

82 % dos neerlandeses consideram que os países da UE devem assegurar coletivamente que todas as empresas da UE pagam impostos justos. Isso inclui empresas muito grandes. Hoje, às vezes, mudam-se para outros países pela simples razão de que pagam menos impostos lá. A UE deve combater este fenómeno, por exemplo, fixando uma taxa mínima para todos os países. Por outro lado, acreditamos que a tributação é uma competência que pertence aos países, que têm seus próprios objetivos e contextos. Consideramos que a tributação é, de um modo geral, uma questão complexa. É precisamente por esta razão que gostaríamos de um sistema fiscal melhor, que seja justo e claro para todos na Europa.

«Os pepinos devem ter a mesma forma em todo o lado, mas as regras fiscais são diferentes. É uma loucura, não é?»

4. Assegure-se de que todos possam participar

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve ajudar a impulsionar o emprego. A este respeito, consideramos que deve ser dada especial atenção a determinados grupos, como os jovens e as pessoas afastadas do mercado de trabalho. Tal pode ser feito através de regras ou subsídios para as empresas, mas também através da prestação de apoio específico aos empregadores e aos trabalhadores. Estamos a pensar, por exemplo, em ações de sensibilização ou

em questões muito práticas. É possível que, em alguns casos, esse apoio possa ser organizado de forma mais eficaz a nível da UE e que, noutros, seja antes uma tarefa dos próprios Estados-Membros. Os países da UE devem, em última análise, cooperar para garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho europeu.

Debates e ideias em linha e no local

«Acelerar a automatização na Europa para que os produtos atualmente provenientes da China voltem a ser fabricados aqui.»

Leve a revolução em bitcoins e outras criptomoedas a sério. Aqueles que estão interessados nisso estão a ser tratados como evasores fiscais, enquanto este tipo de tecnologia blockchain é o futuro.

«Os acionistas não são os únicos intervenientes na economia europeia. Nada é possível sem os trabalhadores.» «A Europa tem de fazer mais pelas pessoas com deficiência. Atualmente, é-lhes demasiado difícil encontrar um emprego adequado.»

Muitas regras europeias são complexas e mudam regularmente. o que dificulta a inovação das empresas.»

«No caso de um trabalho de transformação na minha empresa, o meu empreiteiro local poderia ter existido durante muito tempo. Mas, em primeiro lugar, tive de lançar um concurso público europeu. É uma desgraça.

Participantes no diálogo em linha: "Pensar em conjunto sobre as grandes empresas"

Durante um dos diálogos temáticos online, surgiu um debate sobre o poder crescente das grandes empresas. Alguns participantes gostariam que a UE tomasse medidas mais firmes a este respeito. Com efeito, algumas empresas obtêm, por vezes, lucros significativos sobre os quais pagam poucos impostos graças a empresas sofisticadas. Outros participantes pediram para olhar para as coisas em seu conjunto: Estas empresas têm um elevado nível de emprego e beneficiam a economia nacional. "Não devemos afastá-los", disse um. Um participante considerou que, de qualquer modo, era importante que os países da UE refletissem em conjunto sobre esta questão. «As grandes empresas podem atualmente competir entre países. É por esta razão que temos de apresentar uma frente mais unida enquanto UE.»

Agricultores que têm em conta a natureza: Fixar objectivos em vez de quotas

Boeren Natuur é uma associação de grupos agrícolas. Um pequeno grupo de membros debateu, entre outras coisas, as regras da UE para os agricultores. Por um lado, consideram que a UE traz muitas coisas positivas, como a facilidade de exportação para outros países. Por outro lado, consideram que as políticas podem, muitas vezes, ser ainda mais explícitas. "Mas todos já estão a trabalhar cada vez mais na mesma direção", disse alguém. Em especial, é possível melhorar os procedimentos: são, muitas vezes, ainda muito administrativas e morosas. Na opinião de um participante, os regulamentos não devem ser demasiado pormenorizados. «Prefira objetivos claros, por exemplo, água potável. Podemos, então, decidir por nós mesmos a largura de uma lacuna.

Democracia europeia

A UE incentiva os europeus a votar e pretende também envolvê-los na tomada de decisões e nas políticas europeias fora do período eleitoral. A UE está também a tomar iniciativas para reforçar a democracia, por exemplo, desenvolvendo um plano de ação centrado em eleições livres e justas e na liberdade de imprensa. Qual é a opinião dos Países Baixos a este respeito?

Recomendações – A nossa visão da democracia europeia

60% dos neerlandeses consideram que a democracia europeia é uma questão importante e que a UE tem de intervir neste domínio.

1. Dar uma melhor visão geral da Europa

Os neerlandeses salientam que é frequentemente em caso de crise que a Europa aparece nos meios de comunicação social. Por outro lado, temos poucas informações sobre as decisões diárias. Como cidadãos, não precisamos de saber tudo, mas para podermos formar uma boa opinião, seria bom ter uma melhor visão geral. Por exemplo, seria interessante ouvir com mais frequência os pontos de vista de outros países sobre a UE. Os meios de comunicação social e a educação podem desempenhar um papel importante neste contexto. Mas os meios de comunicação devem continuar a poder fazer as suas próprias escolhas. Porque os neerlandeses consideram que a liberdade de imprensa é muito importante na nossa democracia.

«Na maior parte das vezes, só ouvimos falar da UE em caso de crise. É por esta razão que o sentimento em relação à Europa continua a ser negativo.»

2. Encontrar novas formas de ouvir continuamente os cidadãos

51 % dos neerlandeses consideram que a UE não está suficientemente ciente do que está a acontecer na sociedade. Para melhorar esta situação, a UE deve dialogar mais frequentemente, e de preferência de forma permanente, com os cidadãos. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram que a Conferência sobre o Futuro da Europa é uma boa iniciativa. Os referendos também podem ser um instrumento valioso, mas os holandeses têm opiniões divergentes a este respeito. Para alguns temas, às vezes também é necessário ter conhecimentos específicos. Em qualquer caso, falar com os cidadãos não deve ser uma mera formalidade. Acreditamos que é importante que sejamos levados a sério.

3. Ser mais transparente e claro sobre as decisões tomadas

Os holandeses às vezes acham a Europa bastante complicada. Nem todos têm o mesmo nível de conhecimento de base. A UE tem de manter uma maior cooperação. Queremos que a UE se torne mais transparente e que seja mais fácil manter-se atualizada. As autoridades neerlandesas também têm um papel a desempenhar a este respeito. Muitos neerlandeses estão interessados nas decisões europeias, mas consideram que os canais oficiais são demasiado difíceis de encontrar ou demasiado complexos. Além disso, todos têm interesses e necessidades diferentes. Devemos, portanto, ser capazes de escolher os tópicos sobre os quais queremos aprender mais. Os jovens estão frequentemente interessados na Europa, mas vêem poucas informações sobre a Europa nas suas redes sociais, por exemplo.

«Enquanto estava de férias na Hungria, vi um grande sinal perto da nova plantação florestal a dizer: "Esta plantação foi possível pela UE." Apesar de ser céptico em relação à Europa, ainda me sentia orgulhoso.»

4. Tornar possível resolver problemas espinhosos mais rapidamente

Os neerlandeses têm dificuldade em compreender como funciona a democracia europeia, mas parece-lhes que a tomada de decisões na UE é muitas vezes muito lenta. Nas eleições europeias, vemos alianças entre partidos nacionais. Pode

também haver outras formas de abordar os interesses europeus. Cerca de um terço dos neerlandeses considera que deveria ser possível votar em candidatos estrangeiros nas eleições para o Parlamento Europeu. Um número aproximadamente igual de cidadãos considera que tal não deve ser possível. O mais importante é ter suficientemente em conta os diferentes interesses em jogo. E, ao mesmo tempo, que é possível resolver as questões espinhosas mais rapidamente do que é o caso hoje.

«Nas eleições, gostaria de poder identificar-me com alguém e sabero que representa. Não tem de ser um compatriota.

Debates e ideias em linha e no local

"Retirar o poder de veto dos países. A maioria tem de decidir."

"Para decisões importantes, crie grupos focais de cidadãos, talvez até numabase (semi)obrigatória, como é feito para os júris nos Estados Unidos."

"Assegurar que os políticos e funcionários da UE viajam regularmente para o interior" e não permanecem completamente enclausurados na sua bolha de Bruxelas."

IDEA: «Na verdade, as notícias televisivas devem dedicar alguns minutos à Europa em cada uma das suas edições. Ou podemos lançar um jornal diário ou semanal dedicado à Europa.

IDEA: "Os políticos europeus poderão ter de participar mais frequentemente em programas televisivos."

«Quando jovem, quase nunca li nada sobre a Europa. No entanto, estou curioso para saber mais, mas sem ter que fazer muito esforço para obter informações.

Jovens membros da Coalitie-Y em Utrecht: debate sobre a utilização de referendos

Os membros da Coalitie-Y - uma cooperação entre diferentes organizações de juventude - realizaram um debate animado sobre a utilização de referendos. Os opositores mencionaram o risco de ter debates onde tudo é preto ou branco, enquanto os tópicos são muitas vezes muito mais complexos. Um dos participantes afirmou ainda: «Podemos votar na UE e apresentar-nos como candidatos. Os apoiantes dos referendos afirmaram que consideravam útil que os decisores políticos soubessem o que os cidadãos pensam sobre um determinado tema: o que poderá ajudar a fornecer orientações. Os referendos poderão também contribuir para aumentar a sensibilização geral do público para a UE: quais são os temas da ordem do dia e quais as escolhas a fazer.

Voluntários sociais: «É necessária uma melhor compreensão mútua entre os países.»

A Fundação Piëzo em Zoetermeer é constituída por voluntários ativos de várias formas no domínio da participação social. Os participantes no diálogo temático manifestaram a sua preocupação com o fosso crescente que estão a observar na Europa. Estas são, por exemplo, as opiniões que as pessoas têm sobre a comunidade LGBTIQ. Se os países não compreenderem os seus pontos de vista específicos, é difícil cooperar. "É por esta razão que é essencial aprender a ser mais conhecido", disse um participante. «Hoje, simplesmente não sabemos o que as pessoas estão a pensar noutros países. Não compreendemos suficientemente a cultura e o contexto dos nossos respectivos países. No entanto, é essencial se quisermos tomar boas decisões em conjunto.»

Transformação digital

No mundo virtual, os requisitos de conectividade à Internet, segurança e proteção da vida são cada vez mais elevados. A UE sente-se responsável a este respeito e está empenhada em garantir que ninguém seja deixado para trás na sociedade digital. Além disso, a UE investe em soluções digitais para os desafios sociais. Qual é a opinião dos Países Baixos a este respeito?

Recomendações - A nossa visão de mundo virtual

45% dos Neerlandais consideram que o mundo virtual é um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Garantir uma Internet rápida, segura e estável em todo o lado

61% dos neerlandeses consideram que a UE deve garantir que todos na Europa tenham acesso a uma Internet rápida e segura. Todos nós vemos a Internet a desempenhar um papel cada vez mais importante nas nossas vidas. Os nossos filhos nascem com a educação digital. E a comunicação está a avançar cada vez mais para a Internet, tanto a nível nacional como internacional. Às vezes, estamos preocupados com a forte dependência da Internet. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram que a UE está em melhor posição para lhe consagrar fundos, desde que sejam utilizados de forma eficaz. A proteção contra a criminalidade em linha é, na nossa opinião, a questão mais importante a abordar a nível europeu. No entanto, deve também ser prestada atenção à luta contra a criminalidade na Internet a nível nacional.

«A ideia de um ciberataque ao nosso sistema de proteção da água faz-me sentir vulnerável.»

2. Estabelecer regras e normas claras para as empresas da Internet

75 % dos neerlandeses consideram que a UE deve assegurar que as compras em linha possam ser efetuadas com o mesmo nível de segurança em todos os países da UE. Estamos cada vez mais a comprar no estrangeiro e a partilhar dados pessoais sensíveis desta forma. Às vezes parece-me perigoso. É difícil determinar quais os sítios Web que são fiáveis. É positivo que a UE esteja a desenvolver regras e normas europeias em matéria de privacidade que todos possam compreender. O poder das grandes empresas de Internet também é uma fonte regular de preocupação para nós. Acreditamos que é nossa responsabilidade ter cuidado na utilização dos nossos dados. Mas também acreditamos que a UE pode desempenhar um papel neste contexto. Os países da UE têm de trabalhar em conjunto para garantir que empresas como a Google e o Facebook não têm demasiado poder.

"Diante de um ator global como o Facebook, estamos relativamente destituídos como um país pequeno".

3. Reunir as regras em matéria de privacidade com a aplicação prática e as explicações

Com a introdução do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), os holandeses sabem que toda a folha de pagamento deve cumprir as mesmas leis e regulamentos de privacidade. Garantimos-lhe que é bom poder contar com isso, porque a proteção da privacidade é uma questão importante. Alguns neerlandeses consideram sempre que as regras relativas à proteção da privacidade são por vezes exageradas ou ilógicas. Além disso, esta legislação pode gerar muito trabalho para os empresários. Por conseguinte, consideramos que deve ser prestada mais atenção à aplicação prática da legislação em matéria de privacidade: apoio e informação tanto para os cidadãos como para as empresas. Em especial, consideramos que os Estados-Membros têm um papel a desempenhar. As questões ou questões de privacidade são mais bem geridas pelas nossas autoridades nacionais, na nossa própria língua.

Debates e ideias em linha e no local

IDEA: "Fixar critérios mais rigorosos para programadores e empresas, proibindo linguagens de programação perigosas."

«Fornecer software antivírus europeu gratuito para criar uma firewall europeia.»

«Quando atravesso a fronteira para a Alemanha, de repente já não tenho rede no meu telemóvel. Mas já não devia acontecer, pois não?»

Com os nossos iPhones, podemos acompanhar todos os nossos movimentos. Temos também a nossa quota-parte de responsabilidade.

«Não é prático ter de preencher um formulário de confidencialidade diferente em cada país.»

IDEA: «Deve ser criada uma ciberpolícia europeia. Trata-se claramente de algo para a UE.»

Participantes no diálogo em linha: «O acesso de qualidade à Internet em todo o lado também é do nosso próprio interesse»

Durante um dos diálogos temáticos em linha, nasceu um debate interessante sobre o papel da UE no mundo virtual. Todos os Estados-Membros concordaram que era importante dispor de uma boa ligação à Internet em toda a Europa. Mas cabe à UE lidar com esta questão? Vários participantes indicaram que esta era uma tarefa que era principalmente da responsabilidade de cada Estado-Membro. Outro participante salientou que uma Internet estável e de elevada qualidade no estrangeiro era também um trunfo para os Países Baixos: «Estamos a ganhar milhares de milhões com o comércio com outros países da UE. Por conseguinte, é do nosso interesse que estes países funcionem bem.»

Estudantes em Helmond: «Regras e sanções idênticas para os cibercriminosos»

No Dr. Knippenberg College, em Helmond, estudantes de 15 e 16 anos discutiram o problema do crime na Internet. Eles ouvem-no regularmente nas notícias. Por exemplo, quando houve uma fuga de dados numa empresa. Ou quando um país como a Rússia ou a China tenta roubar dados. Uma vez que os cibercriminosos trabalham frequentemente além-fronteiras, faz sentido que os países europeus cooperem. Neste contexto, estão a ponderar o desenvolvimento de regras, mas também a definição de sanções. «Se os ciberpiratas russos tentarem invadir o nosso país, a UE deve tomar medidas firmes para os prevenir.»

Educação, cultura, juventude e desporto

Os países da UE são diretamente responsáveis pela educação, cultura, juventude e desporto. A UE pode e irá apoiá-los a este respeito, por exemplo, promovendo uma educação de qualidade, o multilinguismo, a proteção do património cultural e o apoio aos setores cultural e desportivo. Qual é a opinião dos Países Baixos a este respeito?

Recomendações - A nossa visão da educação, da cultura, da juventude e do desporto

45 % dos neerlandeses consideram que a educação é um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio. Para a juventude, a cultura e o desporto, o número é de 39 %, 23 % e 19 %, respetivamente.

1. Incentivar os alunos a estudar no exterior de forma inteligente

Muitos holandeses acreditam que estudar no exterior tem um impacto positivo nos jovens. Isso contribui para o desenvolvimento pessoal. Além disso, estudar no estrangeiro pode ajudar os europeus a compreenderem-se melhor. Pode também contribuir para uma melhor integração. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram positivo que exista um programa Erasmus que incentive os estudos no estrangeiro. Mas também acreditamos que a UE deve continuar a olhar criticamente para esta questão. Na prática, por exemplo, parece que os estudantes internacionais permanecem principalmente entre si e nem sempre aprendem muito sobre o país onde estão localizados. A UE deve também impedir que os países com um nível de conhecimentos mais baixo se «esvaziem», uma vez que todos os talentos vão estudar para o estrangeiro.

"Desenvolver também programas de intercâmbio ao nível do ensino secundário profissional."

2. Deixar questões como a cultura e o desporto aos Estados-Membros com carácter prioritário

58 % dos neerlandeses consideram que a UE deve proteger melhor o património cultural na Europa. Pensamos, por exemplo, nos templos da Grécia. Por outro lado, verificamos que a cultura local é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos próprios países. O mesmo se aplica, por exemplo, aos abusos no desporto. Consideramos que esta é uma questão importante, mas não uma missão central da UE. A Europa tem necessariamente de definir prioridades e são necessários recursos financeiros significativos para outras questões. Por vezes, podemos contribuir financeiramente, mas, por vezes, também podemos trabalhar em conjunto de outras formas, por exemplo, através da troca de conhecimentos e ideias.

"A proteção da cultura é da responsabilidade dos próprios países. Mas se o património mundial for negligenciado, penso que a UE tem de intervir."

3. Garantir que os europeus se conhecem e respeitam melhor uns aos outros

Os holandeses gostam quando outros europeus falam bom inglês. Isso simplifica as coisas quando estamos no exterior. Assim como quando, por exemplo, queremos comunicar com os trabalhadores migrantes nos Países Baixos. Ao mesmo tempo, muitos holandeses sentem que é muito importante que continuemos a falar e a valorizar a nossa própria língua. Por conseguinte, queremos também que sejam respeitadas outras diferenças dentro da Europa. Quer se trate de cultura, educação ou esporte, cada pessoa precisa sentir-se livre e ser capaz de ser ela mesma. As diferenças podem, por vezes, causar tensões, mas também enriquecem o continente europeu. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram que os países devem dispor de tempo para se familiarizarem com os seus hábitos e ideias.

«Para mim, a UE é como um grupo de amigos. Respeitamos as nossas diferenças e posso pedir-lhe ajuda se precisar.»

Debates e ideias em linha e no local

IDEA: «Para além do currículo local, deve ser introduzido um currículo europeu comum a todos os níveis de ensino.»

IDEA: Para além de uma capital da cultura, deve também escolher anualmente uma capital (ou país) no domínio da educação, juventude e desporto.

«O que nos une na UE é precisamente o facto de todos termos a nossa própria cultura nacional. E, portanto, não ser capaz de ser reunido sob a bandeira de uma única cultura.

«Em vez de destacar as coisas negativas, é melhor tentar promover o desporto.»

«Estou integrado aqui, pago impostos, mas sou e continuo a ser latino-americano. Adoro a minha língua, a minha música e a minha comida. Não se trata da Europa.

«Fala-se demasiado da economia europeia. Pouco bem-estar.

Estudantes da Universidade de Leiden: «A língua é importante, mas deve continuar a ser uma escolha livre»

Na Universidade de Leiden, os estudantes de história conversavam uns com os outros. Eles acreditam que é importante para l'esgens falar várias línguas. A proficiência em várias línguas é, na sua opinião, excelente para o desenvolvimento pessoal e para as relações comerciais e políticas na UE. No entanto, consideram que as línguas devem ser oferecidas na escola e não tornadas obrigatórias. Do mesmo modo, consideram que uma segunda língua não tem necessariamente de ser uma língua europeia. "Se vives na Europa Oriental e escolhes aprender russo, esse é o teu direito", disse um dos participantes.

Comunidade Turca de Schiedam: "Garantir oportunidades de emprego justas para todos os jovens" Na Fundação Hakder, em Schiedam, a comunidade turca local debateu a importância de oportunidades de emprego justas para todos. Todos os participantes concordaram que a UE deve obrigar as empresas a oferecer estágios ou empregos a jovens com oportunidades limitadas. Indicaram que os jovens migrantes, em especial, enfrentam dificuldades em encontrar um estágio ou emprego. "Às vezes eles nem se atrevem a ir ao GP porque temem ter que pagar pela visita. Sem falar na ousadia de candidatar-se a um estágio ou a um emprego", disse um dos participantes. «As empresas têm de prestar mais atenção e a UE pode incentivá-las a fazê-lo.»

Descrição da metodologia utilizada no inquérito

A missão «Visão da Europa» consiste em várias formas de diálogo interligado para recolher os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa e da UE. O presente capítulo descreve a metodologia utilizada para assegurar que as formas de diálogo conexas estão em conformidade com as orientações aplicáveis aos painéis de cidadãos nacionais no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Sobre a criação de formas de diálogo conexas São utilizadas as seguintes formas de diálogo:

4. Inquérito por painel

Inquérito a uma amostra representativa da população neerlandesa.

5. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Diálogos organizados de cada vez com um grupo de neerlandeses com o objetivo de aprofundar as conclusões do primeiro relatório intercalar intitulado «A nossa visão para a Europa» (8 de outubro de 2021), que apresenta uma primeira panorâmica dos resultados e perguntas complementares.

6. Diálogos com grupos específicos

Reuniões com neerlandeses que não estão habituados a participar em inquéritos e painéis (em linha).

7. Diálogos com os jovens

Reuniões centradas nos temas europeus mais relevantes para os jovens.

8. Inquérito público em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst" (Swiper para o futuro)

O questionário do inquérito do painel poderia também ser preenchido por todos os neerlandeses, incluindo os que residem no estrangeiro. Este questionário esteve disponível de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar na ação «Swipen naar de toekomst», uma ferramenta em linha com 20 afirmações.

1. Inquérito por painel

O diálogo com os Cidadãos neerlandeses «Visão da Europa» teve início em 1 de setembro com um inquérito a vários cidadãos. Nesta descrição da metodologia utilizada no inquérito, explicamos sucintamente a conceção e a execução deste inquérito em painel.

População-alvo e objetivo

A campanha «Visão da Europa» começou com um questionário em linha sobre a forma como os neerlandeses veem o futuro da Europa. Este questionário foi enviado a um painel representativo e está igualmente aberto a todos os cidadãos neerlandeses (incluindo os que residem no estrangeiro). No outro, cada pessoa pôde participar na ação "Swipen naar de toekomst" (Swiper para o futuro), uma ferramenta online que apresenta 20 afirmações. Os resultados do inquérito do painel contribuíram para vários diálogos temáticos organizados no seguimento do processo de diálogo com os cidadãos sobre a visão da Europa.

A população-alvo do inquérito do painel inclui todos os neerlandeses com idade igual ou superior a 18 anos que estavam registados como residentes no registo da população no momento em que o trabalho de campo começou. De acordo com o Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos (Centraal Bureau voor de Statistiek - CBS), este grupo-alvo tinha 14 190 874 pessoas em 1 de janeiro de 2021. O limite inferior de 18 anos corresponde à maioria eleitoral. Chamamos-lhe o painel de inquérito à população.

Trabalho de campo

Um painel de mais de 100 000 participantes de todo o país (certificado ISO, Research Keurmerk groep, Nederlandse Marktonderzoek Associatie) foi usado para obter uma imagem digital do "holandês médio". Estes participantes inscreveram-se no painel do inquérito para apresentarem regularmente os seus pontos de vista sobre uma vasta gama de temas. Além de sua motivação intrínseca para contribuir, são pagos para responder aos questionários. Vários estudos científicos mostram que os inquiridos que recebem uma compensação pelo preenchimento de um questionário não dão respostas significativamente diferentes (fonte: A utilização de incentivos de inquéritos degrada a qualidade dos dados?, Cole, J. S., Sarraf, S. A., Wang, X., 2015).

O trabalho de campo teve início em 11 de agosto de 2021 e terminou em 19 de setembro de 2021. Para a implementação, foi utilizado apenas um método de recolha de dados, ou seja, o inquérito na Internet. Os membros do painel de inquérito receberam uma mensagem de correio eletrónico com uma hiperligação pessoal para o questionário em linha. Depois de duas semanas, os participantes do painel receberam um lembrete. Os convites para participar foram enviados em lotes e de forma estratificada (garantindo uma distribuição equitativa dos subgrupos) até ser atingido o número necessário de inquiridos.

Amostragem e distribuição

A conceção do inquérito baseia-se no princípio de que um mínimo de 3600 inquiridos deve participar no inquérito, a fim de assegurar uma boa fiabilidade estatística. Além disso, este número permite uma boa distribuição entre as diferentes características gerais da população. Não há apenas um tipo de holandês. Por conseguinte, garantimos antecipadamente que a amostra estava bem distribuída por um determinado número de características. A Holanda é um país relativamente pequeno, mas as opiniões podem diferir por região. O posicionamento em relação aos temas e a importância que lhes é dada podem ser (em parte) determinados pela região em que se vive. Por exemplo, as pessoas nas zonas rurais podem compreender um tema como a segurança de forma diferente das pessoas nas zonas urbanas. A investigação realizada pelo Gabinete de Planeamento Social e Cultural dos Países Baixos mostra igualmente que as pessoas com um nível de educação mais elevado são mais frequentemente apoiantes da UE do que as pessoas com um nível de educação mais baixo e que os jovens são mais frequentemente a favor da UE do que as pessoas mais velhas (fonte: Wat willen Nederlanders van de Europese Unie?, Gabinete Neerlandês de Planeamento Social e Cultural, Haia, 2019).

Por esta razão, distribuímos proporcionalmente as três características seguintes, a fim de garantir a representatividade da amostra: (1) residência através das regiões COROP, (2) idade e (3) nível de escolaridade. A distribuição da amostra também foi apresentada de acordo com as seguintes características gerais: género, origem, profissão principal, orientação política.

As regiões OROP foram desenvolvidas com base no princípio nodal (um "coração" com uma área de atração ou uma função regional), com base nos fluxos de pessoas que se deslocam. Algumas violações do princípio nodal foram concedidas para que as regiões sigam as fronteiras provinciais. Após a reorganização dos municípios para além dos limites do COROP, a distribuição foi ajustada (fonte: Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos). Nas regiões COROP, garantimos uma boa distribuição entre os grupos etários, com a seguinte repartição: 18-34 anos, 35-54 anos, 55-75 anos e mais de 75 anos.

Por último, garantimos uma distribuição representativa dos níveis de ensino. Na amostra, a substituição dos inquiridos corresponde à distribuição a nível nacional do nível de ensino mais elevado, que é o seguinte:

Nível de ensino mais elevado

Baixo: ensino primário, ensino profissional preparatório, 1.o ao 3.o ano do ensino secundário geral/ensino pré-universitário, ensino profissional secundário de nível 1	32,1 %
Intermediário: ensino secundário geral secundário superior/ensino pré-universitário, ensino profissional secundário de nível 2 a 4	44,6 %
Elevado: ensino profissional superior ou ensino universitário	22,9 %
Desconhecido	0,4 %

Taxa de resposta

Participaram no inquérito um total de 4.086 pessoas. O objetivo de 3 600 questionários totalmente preenchidos é, por conseguinte, cumprido.

Respostas das regiões e da idade do COROP	18 a 34 anos	35 a 54 anos	55 a 75 anos	mais de 75 anos
--	---------------------	---------------------	---------------------	------------------------

A norte de Drenthe	11	14	17	5
Sudeste de Drenthe	10	12	14	4
Sudoeste de Drenthe	7	10	11	3
Flevoland	29	33	28	6
Frísia do Norte	20	22	25	8
Frísia do Sudeste	12	13	14	3
Frísia do Sudoeste	8	11	11	4
Achterhoek	22	27	34	11
Arnhem/Nijmegen	52	53	55	15
Veluwe	44	48	51	17
Gelderland do Sudoeste	16	18	20	5
Grande Delfzijl	2	4	5	1
Groninga Oriental	7	10	12	3
Resto de Groningen	36	26	28	8
Limburgo Central	13	17	21	7

Limburgo do Norte	17	20	23	7
Limburgo do Sul	38	40	52	17
Centro do Brabante do Norte	34	35	35	11

**Respostas das regiões e da idade do
COROP**

18 a 34 anos 35 a 54 anos 55 a 75 anos mais de 75

Brabante do Nordeste	41	43	51	14
Brabante do Norte Ocidental	40	47	49	15
Sudeste do Brabante do Norte	55	56	58	18
Aglomeração de Haarlem	13	18	18	7
Alkmaar e arredores	14	19	19	6
Grande Amesterdão	116	104	88	23
O Gooi e Vechtstreek	13	21	19	7
IJmond	12	14	15	4
Ponto da Holanda do Norte	22	27	30	9
Região de Zaan	11	13	12	3
Overijssel do Norte	25	28	25	8
Twente	41	44	46	14
Sudoeste de Overijssel	10	11	12	3
Utrecht	96	100	89	27
Resto da Zelândia	16	21	23	8
Zelândia Flandres	6	8	9	3
Aglomeração da região de Leiden e bulbo	30	31	31	10
Aglomerações de Haia	63	70	57	18
Delft e Westland	19	15	15	4

Grand Rijnmond	103	107	99	31
Leste da Holanda do Sul	22	24	25	8
Sudeste da Holanda do Sul	24	26	26	9

Respostas por nível de ensino

Baixo	1382	34 %
Intermediário	1747	43 %
Elevado	915	22 %
Desconhecido	42	1 %

Fiabilidade e representatividade

O número de inquiridos de 4.086 permite fazer observações para toda a população com um nível de co-confiança de 95% e uma margem de erro de 1,53%. O nível de confiança e a margem de erro dos resultados são determinados pela dimensão da amostra. Quanto maior a amostra, mais confiáveis e precisos os resultados podem ser extrapolados para toda a população.

O nível de confiança é definido como 1 (100%) menos o nível de significância. É comum confiar num nível de significância de 5%. Isto é referido como um nível de confiança de 95%. Por outras palavras, se o inquérito fosse repetido da mesma forma e nas mesmas condições, os resultados seriam idênticos em 95% dos casos.

A precisão (expressa como a margem de erro) indica o intervalo de valores dentro do qual o valor real na população está localizado. Por outras palavras: Qual seria a diferença máxima entre os resultados da amostra e os resultados que seriam obtidos de toda a população? Uma margem de erro de 1,53% significa que o valor real dentro da população total pode ser 1,53% superior ou inferior ao valor da amostra. Por exemplo, se um inquérito a uma amostra de indivíduos indicar que 50% dos inquiridos consideram um tema específico importante, a percentagem real é 1,53% superior ou inferior à percentagem de 50%, ou seja, entre 48,47 e 51,53%. Uma margem de erro até 5 % é comum e geralmente aceite em estudos quantitativos (estatísticos).

Para além da fiabilidade, a representatividade da amostra é importante. Uma vez que os convites para participar foram enviados em lotes e de forma estratificada, os resultados são representativos das características da região COROP e dos grupos etários por região COROP. As respostas são igualmente representativas em termos de nível de escolaridade em relação ao nível de escolaridade mais elevado atingido a nível nacional.

Outras características gerais

Uma série de perguntas contextuais adicionais foram feitas aos participantes do painel. Estes incluem o género, o posicionamento em relação à UE, a origem, a profissão principal e o partido político em que a pessoa votaria em caso de eleições.

49% dos entrevistados são do sexo masculino, 50% são do sexo feminino e 1% preferem não responder a esta pergunta.

51 % dos inquiridos consideram positivo que os Países Baixos sejam membros da UE, 13 % consideram que é uma coisa má e 36 % são neutros ou não têm opinião.

95% dos inquiridos nasceram nos Países Baixos. 89 % dos inquiridos referem que ambos os pais nasceram nos Países Baixos. 5% nasceram de dois pais que nasceram no exterior.

Orientação política atual dos inquiridos

Festa %

VVD (Partido Popular para a Liberdade e Democracia)	14 %
PVV (Partido da Liberdade)	13 %
SP (Partido Socialista)	8 %
D66 (Democratas 66)	6 %
CDA (Apelo Democrata-Cristão)	6 %
PvdA (Partido do Trabalho)	6 %
Partij voor de Dieren (Partido dos Animais)	4 %
GroenLinks (esquerda verde)	4 %
ChristenUnie (União Cristã)	3 %
JA21	3 %
BoerBurgerBeweging (movimento agricultor-cidadão)	2 %
Forum voor Democratie (Fórum para a Democracia)	2 %
PEC (Partido Político Reformado)	2 %
volts	2 %
DENK	1 %
Groep Van Haga	1 %
BIJ1	1 %
Fractie Den Haan	0 %
Outros	2 %

Votação branca	3 %
Prefiro não responder	13 %
Não voto	5 %

Qual é a sua atividade principal atual?

Profissão	%
Aluno/estudante	6 %
Trabalhador a tempo parcial	16 %
Trabalhador a tempo inteiro	31 %
Empreiteiro independente	3 %
dona de casa	5 %
Candidato a emprego	2 %
Voluntário	2 %
Incapacitado para o trabalho	6 %
Aposentado	27 %
Outros	1 %
Prefiro não responder	1 %

Questionário

O questionário e o presente relatório foram elaborados por uma organização externa independente, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O questionário tem uma estrutura modular e inclui os seguintes blocos de perguntas, em consonância com os temas identificados para a Conferência sobre o Futuro da Europa: Temas importantes e o papel da Europa

Alterações climáticas e ambiente

Saúde

Economia e emprego

Papel da União Europeia no mundo

Segurança e Estado de direito

O mundo virtual

Democracia europeia

Migração e refugiados

Educação / cultura / juventude / desporto

Durante o desenvolvimento do questionário, foi dada grande atenção à qualidade, confiabilidade e validade das perguntas. Portanto, buscou-se uma formulação neutra e não-diretiva de perguntas, afirmações e opções de resposta, e verificou-se que as perguntas foram formuladas em linguagem compreensível (nível B1).

O questionário foi submetido a testes de qualidade através de entrevistas presenciais com testes parciais de calças pertencentes ao grupo-alvo. Isso nos permitiu estudar como as perguntas são compreendidas pelos diferentes tipos de respondentes. Se uma pergunta parecia representar uma carga cognitiva muito grande (demasiado complexa), ela foi adaptada.

Métodos analíticos

Neste inquérito foram utilizados dois métodos de análise:

Análises univariadas

As estatísticas descritivas são utilizadas para descrever as variáveis de um inquérito. Frequências e médias são utilizadas neste inquérito.

Análises bivariadas

As análises bivariadas examinam a relação entre duas variáveis, ou seja, a relação entre a importância dos diferentes temas e a questão de saber se a UE deve intervir neste domínio e a característica etária geral. Foi realizado um exame para determinar se diferentes grupos etários atribuem uma importância diferente a um tema e se as opiniões divergem quanto à medida em que estes são temas em que a UE precisa de intervir.

Publicação de informações e exaustividade

Este relatório inclui uma representação (visual) dos resultados de todas as perguntas feitas aos inquiridos do painel de inquérito. Para algumas perguntas, foi dada ao respondente a oportunidade de fornecer respostas «abertas» (ou seja, não predeterminadas). As respostas abertas foram categorizadas e incluídas na publicação. As ideias partilhadas pelos inquiridos nos comentários gratuitos são utilizadas para alimentar os vários diálogos temáticos organizados no seguimento do Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa».

2. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Os temas centrais da conferência sobre o futuro da Europa foram aprofundados em oito diálogos temáticos em linha. O objetivo destes diálogos foi descobrir as razões para as opiniões expressas, bem como as motivações e sentimentos por trás delas. Quais são as preocupações e oportunidades percebidas? As sessões de debate também permitiram aos participantes fazer sugestões e ideias sobre estes temas, bem como levantar questões que não fazem parte da conferência, mas que, no entanto, são importantes para eles.

Os diálogos temáticos tiveram lugar em 12-14 de outubro e 9-11 de novembro. Em outubro, foram organizados quatro diálogos temáticos em linha sobre «Economia» e «Democracia». Em novembro, foram organizados quatro diálogos temáticos em linha sobre «O clima» e «A UE no mundo». No total, 29 pessoas participaram em cada sessão de debate (231 no total). Os participantes foram recrutados entre os membros do painel (ver ponto 1) e através das redes sociais.

3. Diálogos com grupos específicos

Alguns grupos de neerlandeses sabem que estão menos habituados a participar em inquéritos e painéis (em linha). A fim de obter uma imagem representativa da "voz dos Países Baixos", era importante que estes cidadãos também pudessem expressar as suas ideias e opiniões. É por esta razão que organizámos também uma série de diálogos no local para o inquérito «Visão da Europa». As opiniões e ideias que pudemos recolher foram utilizadas como base (entre outras) para formular as recomendações.

Grupos-alvo

Os grupos-alvo de difícil acesso não podem ser definidos de forma inequívoca. Estudos e experiências permitem-nos saber que os holandeses com origens **não ocidentais** estão muito menos envolvidos em inquéritos e discussões por conta própria. Uma vez que se trata de um grupo importante (14 % dos neerlandeses¹), foram selecionados para participar no diálogo sobre a visão da Europa. O mesmo raciocínio foi seguido em relação aos **menos instruídos**. É também um grande grupo (2,5 milhões de neerlandeses²), que se sobrepõe parcialmente ao grupo de migrantes (39 %). Por último, foi realizado um diálogo com um grupo de pessoas que não são frequentemente encontradas em inquéritos e debates, **que criticam a Europa, mas para quem desempenha um papel profissional importante**. Foram selecionados empresários do setor agrícola.

Os grupos acima referidos foram abordados através de organizações de que são membros, tais como organizações de migrantes, associações de defesa e organizações profissionais. Uma vez que limitámos o número de diálogos a oito, não podíamos ser completamente "exaustivos". Isso torna a escolha dos participantes um pouco arbitrária. Para fazer esta escolha, também tivemos em conta o entusiasmo para participar e ajudar a mobilizar a sua base, bem como questões práticas como a disponibilidade com base nas datas e localização.

Foram realizados diálogos no local com membros das seguintes organizações:

- Fundação Hakder, Comunidade Alevi, Schiedam
- Fundação Asha, Comunidade Hindu, Utrecht (duas sessões de debate)
- Piëzo, Organização da Sociedade Civil, Zoetermeer
- Taal doet Meer, uma organização para pessoas pouco qualificadas, Utrecht
- BoerenNatuur, associação de grupos agrícolas
- Marokkanen Dialoog Overvecht, comunidade marroquina, Utrecht
- Mulheres pela Liberdade, organização de defesa das mulheres oriundas da imigração, Haia

Participaram nestas reuniões 110 pessoas.

4. Diálogos com os jovens

Os jovens são um grupo-alvo prioritário da Conferência sobre o Futuro da Europa. A fim de incentivar ativamente a sua participação no Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» e fazer ouvir as opiniões e ideias deste grupo, foram organizadas cinco reuniões presenciais de debate especificamente destinadas aos jovens. Não foi possível realizar a sexta reunião prevista como eunes devido às medidas restritivas relacionadas com o coronavírus.

As reuniões realizaram-se nas seguintes instituições:

Associação de Estudantes de História, Universidade de Leiden

Dr. Knippenberg College, Ensino Secundário, Helmond

Coalitie-Y, Plataforma da Juventude do Conselho Económico e Social

Graafschap College, Ensino Secundário Profissional, Doetinchem

CSG Jan Arentsz, ensino secundário centrado em disciplinas tecnológicas, Alkmaar

Participaram nas reuniões de discussão 95 jovens.

Técnicas de manutenção utilizadas

Os diálogos temáticos em linha, os diálogos com grupos específicos e os diálogos com jovens foram realizados utilizando o chamado método de entrevista «socrático». Este método tem sido utilizado há muitos anos no Dia do Diálogo, onde pessoas de todos os Países Baixos interagem sobre questões que lhes dizem respeito. No método de manutenção socrático, o moderador leva em conta os seguintes princípios:

Que o outro conte a sua história

- Não responda imediatamente com outra história
- Trate-se com respeito
- Falar a partir do seu próprio ponto de vista ("Eu encontro" em vez de "eles dizem")
- Solicitar mais explicações se os pontos de vista expressos se limitarem a generalidades
- Evite julgamentos e analise-os
- Dar momentos de silêncio se as pessoas precisarem pensar por um momento

Durante os diálogos, o seguinte ritmo é usado: divergência – convergência – divergência. O princípio é que deve primeiro divergir (expressar sentimentos e opiniões individuais diretamente), antes de poder convergir (falar sobre possíveis pistas) e, finalmente, divergir novamente (por exemplo, recolher recomendações individuais). A experiência e a teoria mostram que este ritmo garante um fluxo ideal de diálogo.

Todos os diálogos foram conduzidos por facilitadores profissionais.

5. Inquérito público em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst" (Swiper para o futuro)

O questionário do inquérito do painel foi igualmente aberto a todos os neerlandeses, incluindo os que vivem no estrangeiro. Este questionário esteve acessível de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar na ação «Swipen naar de toekomst», uma ferramenta em linha com 20 afirmações.

Respostas e Utilização

Um total de 1 967 participantes preencheram o questionário e 6 968 preencheram a ferramenta de rastreio. Tanto o questionário como a ferramenta de rastreio estavam abertos a todos: não existiam condições ou critérios de seleção adequados para a participação. No questionário, foi possível passar perguntas (não havia perguntas obrigatórias) a fim de maximizar a taxa de resposta. Os participantes escolheram "Eu prefiro não responder" com muito mais frequência do que no inquérito do painel representativo.

As características gerais dos participantes no questionário aberto e na ferramenta de digitalização de ecrã diferem, na maior parte dos aspetos, das dos participantes no painel representativo. Ao contrário do inquérito em painel, os resultados do questionário aberto e da ferramenta de digitalização de ecrã não são representativos. Os resultados do inquérito aberto em linha foram utilizados para completar o inquérito do painel. Apresentam uma panorâmica dos sentimentos e ideias que circulam nos Países Baixos. As sugestões de melhoria mencionadas nos campos de entrada foram utilizadas na secção "Discussões e Ideias Online e On-Site". A ferramenta de rastreio foi utilizada para compreender melhor certos sentimentos que circulam nos Países Baixos. Estes resultados foram tidos em conta na elaboração das recomendações. Devido ao requisito de representatividade, os resultados do inquérito em linha foram tidos em conta de forma limitada no presente relatório.

O presente relatório é publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. www.kijkopeuropa.nl



Rijksoverheid



Governo dos Países Baixos

A nossa visão da Europa

Relatório de janeiro de 2022

Pareceres, ideias e recomendações

Temas

- Alterações climáticas e ambiente
- Migração
- Saúde
- A UE no mundo
-
- 14 de janeiro de 2022
-
- O presente documento é uma tradução do relatório "Onze kijk op Europa; meningen, ideeën en aanbevelingen" ("A nossa visão da Europa: Opinions, Ideas and Recommendations»), que foi publicado em neerlandês em 14 de janeiro de 2022 em www.kijkopeuropa.nl. Esta tradução é uma versão simplificada do relatório em que a apresentação original (ilustrações e outros elementos gráficos) foi alterada para efeitos de tradução.

A nossa visão de...

Resumo do relatório: todas as recomendações em poucas palavras

Através do Diálogo com os Cidadãos sobre a «Visão da Europa», reunimos os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa. Daí resultaram as seguintes recomendações à União Europeia para os últimos quatro temas (de um total de nove temas).

Alterações climáticas e ambiente

- 1. Escolher uma orientação clara para a abordagem europeia das alterações climáticas**
- 2. Garantir que os países e as empresas trabalhem mais estreitamente em conjunto para encontrar soluções específicas**
- 3. Criar um sistema de CO2 que seja justo e exequível na prática**
- 4. Comunicar de forma mais clara e positiva sobre a abordagem climática**

Os Países Baixos consideram que a UE deve desempenhar um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. Os Estados-Membros devem poder fazer as suas próprias escolhas, mas devem, no entanto, cooperar para alcançar os mesmos objetivos. Em vez de apontarem o dedo uns aos outros, os países da UE devem dedicar mais energia ao intercâmbio de conhecimentos e à procura de soluções comuns. Um sistema de tributação das emissões de CO2 pode ser eficaz, mas também deve ser justo, prático e claro. De um modo geral, os Países Baixos consideram que a UE deve comunicar de forma mais eficaz e positiva sobre o clima.

Migração

- 1. Evitar que os debates sobre a questão dos refugiados se tornem menos matizados**
- 2. Definir a distribuição justa e prática dos refugiados**
- 3. Aproveitar os conhecimentos e a experiência para ajudar as regiões de origem dos refugiados**

Os holandeses acreditam que é importante distinguir entre as pessoas que fogem de áreas perigosas e os refugiados económicos. Os debates sobre migração e integração carecem frequentemente de nuances. Para se conseguir uma distribuição equitativa dos refugiados na Europa, devem ser acordados critérios claros na UE, tendo em conta tanto os Estados-Membros como as pessoas que fugiram. Por último, os Países Baixos propõem que a UE apoie as regiões de onde os refugiados provêm não só financeiramente, mas também através do conhecimento.

Saúde

- 1. Ter um melhor controlo sobre a gestão de uma pandemia**
- 2. Garantir a disponibilidade de medicamentos fiáveis e a preços acessíveis para todos**
- 3. Em primeiro lugar, os países devem procurar melhorar os seus sistemas de saúde e torná-los mais equitativos.**

Os Países Baixos consideram que os países da UE têm de cooperar mais para combater uma pandemia. A forma como a crise do coronavírus é tratada gera, por vezes, confusão. As regras devem ser mais consistentes umas com as outras, sem ter que ser as mesmas em todos os lugares. Quando se trata de vacinas ou medicamentos, os holandeses querem que os preços permaneçam o mais baixos possível, mas querem poder confiar na qualidade e na produção responsável. Além disso, consideramos importante que as grandes empresas não abusem do seu poder e consideramos que os cuidados de saúde devem permanecer principalmente a nível nacional.

O papel da UE no mundo

1. Tirar partido da força da UE em questões internacionais fundamentais, principalmente

2. Dentro e fora da Europa, escolha a cooperação em vez da luta

3. Oferecer, de forma ponderada, assistência em caso de conflito

Os neerlandeses consideram que a cooperação europeia deve centrar-se principalmente nos principais interesses comuns. A cooperação da UE com países terceiros também deve ser vista nesta perspetiva. Para além das alterações climáticas e da pandemia de COVID-19, tal inclui, por exemplo, a segurança internacional e a proteção da economia europeia contra práticas comerciais desleais. Dentro e fora da Europa, os holandeses preferem a cooperação à luta. Também no que diz respeito à abordagem dos conflitos, é sempre preferível resolvê-los sem recorrer à violência.

Introdução

O Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa», que teve lugar de 1 de setembro a meados de novembro, permitiu a todos os neerlandeses partilhar as suas opiniões e ideias sobre o futuro da Europa. Os Países Baixos apresentam à União Europeia (UE) as recomendações sobre as quais o diálogo resultou, bem como as ideias e os pontos de vista expressos. Neste relatório, abordamos os últimos quatro temas (de um total de nove). Os cinco primeiros temas já foram abordados no relatório publicado em 3 de dezembro de 2021.

Sobre a "Visão da Europa"

A União Europeia quer que os seus cidadãos lhe digam o que pensam da Europa. É por esta razão que a UE está a organizar a Conferência sobre o Futuro da Europa. As opiniões e ideias dos cidadãos de toda a União Europeia contribuirão para os planos para o futuro da Europa. No âmbito da conferência, os Países Baixos organizaram o Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» a nível nacional.

O diálogo sobre a Visão da Europa teve início em 1 de setembro com a recolha em linha de opiniões e ideias através de um painel de inquérito representativo. A fim de aprofundar os resultados iniciais do inquérito do painel e formular recomendações concretas, o Tribunal organizou diálogos temáticos em linha. Quem quisesse participar podia fazê-lo. Também viajamos pelo país para debates com jovens e outros grupos (difíceis de chegar).

Das crianças em idade escolar, dos estudantes do ensino secundário profissional e dos estudantes ao ministro, aos agricultores e aos migrantes

Em outubro e novembro, realizaram-se oito diálogos temáticos em linha, com 30 participantes por reunião. Organizámos igualmente um diálogo temático em linha e sete diálogos temáticos no local com diferentes grupos de cidadãos neerlandeses. Tivemos um diálogo com a Comunidade Turca em Schiedam e fomos convidados pelos voluntários da Fundação Piëzo em Zoetermeer. Nesta última ocasião, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ben Knapen esteve também presente no final do diálogo. O ministro realizou um debate com os participantes sobre o diálogo e as opiniões expressas sobre o futuro da Europa. Por último, organizámos seis reuniões com diferentes grupos de jovens. Por exemplo, fomos recebidos numa escola secundária em Helmond, numa escola secundária profissional em Doetinchem e na Universidade de Leiden.

«Trata-se do futuro dos nossos filhos. É por isso que penso que é importante participar.»

Participante no diálogo temático

Sobre este relatório

Com base nas ideias e opiniões que reunimos nos últimos meses, elaborámos uma série de recomendações que os cidadãos neerlandeses enviam à União Europeia. Durante os debates entre os cidadãos neerlandeses, realizaram-se trocas de pontos de vista interessantes e foram apresentadas ideias e sugestões inovadoras. Algumas destas ideias e sugestões foram incorporadas no presente relatório. O conteúdo do presente relatório é, por conseguinte, a voz dos Países Baixos: a nossa visão da Europa.

Porque há diferenças de opinião entre os países europeus e os cidadãos, é claro que nem sempre estamos de acordo uns com os outros nos Países Baixos. Estas diferenças de opinião são muito valiosas: são uma característica importante de uma democracia. As recomendações baseiam-se nas ideias e opiniões mais frequentemente expressas pelos participantes no inquérito «Visão da Europa». Também descrevemos preocupações, ideias e sentimentos que podem ser menos prevalentes, mas que chamaram a nossa atenção durante os diálogos e o inquérito online.

«Gostei de poder dar a minha opinião sobre temas que considero importantes. E ter tido a sensação de ser ouvido.»

Participante no diálogo temático

Foram identificados nove temas para a Conferência sobre o Futuro da Europa. Estes temas estão também no centro do diálogo "Visão da Europa" realizado com os cidadãos neerlandeses. Em outubro, o Tribunal publicou um relatório intercalar que apresenta uma panorâmica inicial das conclusões e perguntas adicionais com base no inquérito do painel. No início de dezembro, foi publicado um novo relatório com pareceres, ideias e recomendações sobre os cinco primeiros temas. O presente relatório aborda os restantes quatro temas.

Relatório anterior – dezembro de 2021

Valores e direitos, Estado de direito e segurança

Nenhuma economia mais forte, justiça social e emprego Democracia europeia

Transformação digital

Educação, cultura, juventude e desporto

Contribuição atual – janeiro de 2022

Alterações climáticas e ambiente

Migração

Saúde

A UE no mundo

Próximas etapas

A Conferência sobre o Futuro da Europa reúne as ideias, os pareceres e as recomendações de todos os cidadãos da UE. As reuniões serão dedicadas não só aos resultados de todos os diálogos com os cidadãos a nível nacional, mas também aos resultados de outras iniciativas lançadas no âmbito da Conferência. Por exemplo, existem também painéis de cidadãos europeus e todos os cidadãos da UE (portanto, também os cidadãos neerlandeses) podem aceder a uma plataforma digital europeia.

«Espero que os dirigentes da UE tenham em conta os meus pontos de vista. Isso os ajudará a fazer as escolhas certas.

Participante no diálogo temático

A cedência terminará na primavera de 2022. Os Países Baixos elaborarão então um relatório final sobre o Diálogo com os Cidadãos: uma compilação deste e do relatório anterior, incluindo recomendações sobre os nove temas. No final da Conferência, serão feitas recomendações à Presidência da Conferência: os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia. Comprometeram-se a explorar formas de aplicar as recomendações. Para o Governo neerlandês, os resultados são também um contributo valioso para a elaboração das políticas europeias neerlandesas.

Em resumo, o processo até à primavera de 2022 será organizado do seguinte modo:

Cronologia

Visão da Europa

1 de setembro	12 de outubro	22 e 23 de outubro	15 de novembro	3 de dezembro	14 de janeiro	21 e 22 de janeiro	fevereiro	18/19 de fevereiro	11-12 de março	22/24 de abril		
Recolha de ideias em linha												
	Diálogos temáticos											
		Resultados intercalares (relatório intercalar)		Relatório intercalar sobre "Economia" e "Democracia"	Relatório intercalar sobre «O clima» e «A UE no mundo»		Relatório final «A nossa visão para a Europa»					
		↓			↓		↓	↓	↓			
		Reunião da conferência			Reunião da conferência		Reunião da conferência	(eventualmente) reunião da conferência	Evento de encerramento da conferência	→	Recomendações aos Presidentes • Parlamento Europeu • Comissão Europeia • Conselho de Ministros	
					Λ		Λ		Λ			
				Mais opiniões e ideias sobre o futuro da Europa:								
Diálogos com os cidadãos					Painéis de cidadãos europeus			Plataforma Digital Europeia (também para os cidadãos neerlandeses)				

Explicações para facilitar a leitura

Neste relatório, examinámos quatro temas. Para cada tema, listámos sucessivamente:

recomendações baseadas em todas as vertentes do diálogo com os cidadãos;

debates e ideias em linha e no local: uma panorâmica dos pareceres, ideias e pontos de vista trocados (em linha e com presença física) durante os diálogos temáticos.

No final do presente relatório é apresentada uma descrição da metodologia utilizada no inquérito.

Alterações climáticas e ambiente

Recomendações - A nossa visão das alterações climáticas e do ambiente

71 % dos neerlandeses consideram que as alterações climáticas e o ambiente são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Escolher uma orientação clara para a abordagem europeia das alterações climáticas 68 % dos neozelandeses consideram que a UE deve desempenhar um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. As alterações climáticas são um problema e nenhum país pode resolvê-lo sozinho. Mesmo que os Países Baixos não sejam todos a mesma opinião sobre as alterações climáticas, consideramos que, de qualquer modo, a UE deve ter uma visão mais clara do futuro. Apesar do Pacto Ecológico, constatamos atualmente que, muitas vezes, os Estados-Membros não estão alinhados. Embora os países devam poder continuar a fazer as suas próprias escolhas, devem cooperar para alcançar os mesmos objetivos. Acreditamos também que, enquanto cidadãos, temos também a nossa própria quota-parte de responsabilidade, por exemplo, na adaptação dos nossos hábitos de consumo.

"Os Países Baixos querem afastar-se do gás natural, enquanto na Alemanha a utilização do gás natural é especificamente incentivada. Às vezes já não o compreendes."

2. Assegurar que os países e as empresas trabalham mais estreitamente em conjunto para encontrar soluções específicas

Quando se trata de mudanças climáticas e do ambiente, os holandeses descobrem que os países muitas vezes apontam o dedo. A tônica é frequentemente colocada nas diferenças, por exemplo entre países pobres e países ricos da UE. Ou entre países altamente industrializados ou fracamente industrializados. Preferimos tentar chegar a acordos. Empresas semelhantes em diferentes países poderiam, por exemplo, trocar conhecimentos e pensar em conjunto sobre soluções. Se o fizerem, os países mais pobres poderão ser mais envolvidos na abordagem das alterações climáticas. Poderiam participar na reflexão e beneficiar de soluções comuns.

«O próximo passo em matéria de alterações climáticas não deve ser uma corrida, mas sim a cooperação.»

3. Criar um sistema de CO₂ que seja justo e exequível na prática

A abordagem da UE em matéria de alterações climáticas presta muita atenção à redução das emissões de CO₂. Os Países Baixos consideram que é necessário um sistema melhor para este efeito, que permita que tanto os produtores como os consumidores sejam tributados de forma justa. Os holandeses estão divididos sobre se os países com mais habitantes têm o direito de emitir mais CO₂. Alguns países, por exemplo, têm uma indústria muito poluente. Por outro lado, outros países têm muitas oportunidades para produzir energia verde. Estas diferenças devem ser tidas em conta. Sem que se torne demasiado complexo, porque o sistema deve ser compreensível para todos.

«Os países industrializados exportam muito. Terão de suportar sozinhos o imposto sobre o CO₂? Na minha opinião, o consumidor também deve pagar.»

4. Comunicar de forma mais clara e positiva sobre a abordagem climática O Néerlandais ouve muito sobre as alterações climáticas e lê muito sobre elas. No entanto, continua a ser um assunto abstrato e complexo para muitas pessoas. É muitas vezes visto como algo que custa muito dinheiro, enquanto a abordagem às alterações climáticas também cria oportunidades. Estamos a pensar, por exemplo, em estimular a produção alimentar local e em desenvolver tecnologias novas e sustentáveis. A UE poderia definir este aspeto de forma mais frequente e eficaz. Consideramos também que os próprios Chefes de Governo dos Estados-Membros poderiam dar um melhor exemplo. Viajar menos – por exemplo, entre Bruxelas e Estrasburgo – e reunir-se mais frequentemente em linha podem, por exemplo, ajudar a apoiar a sustentabilidade.

«A sustentabilidade é ainda muitas vezes vista como um custo. Deve ser encarada como uma

oportunidade e não como uma ameaça.»

Debates e ideias em linha e no local

«Não devemos considerar as emissões de CO2 como um direito, mas como um corolário embaraçoso.»

«Sinto que, na Europa, passamos mais tempo a falar sobre as alterações climáticas do que a tomar medidas concretas para lhes fazer face.»

«Em última análise, regras climáticas mais rigorosas podem também ser benéficas para nós. Enquanto continente envolvido no comércio, temos de procurar oportunidades.»

«Não podemos esperar por outros continentes. Não temos tempo para esperar.»

IDEA: *«Recompensar financeiramente os países que demonstrem que a sua natureza e biodiversidade estão a aumentar.»*

IDEA: *«Estimular um turismo respeitador da natureza nas regiões pobres da UE.»*

Estudantes do Ensino Secundário Profissional Doetinchem: *«As viagens de longa distância devem permanecer acessíveis a todos.»*

A tese de que os voos dentro da UE deveriam tornar-se mais caros foi apresentada aos estudantes do Graafschap College, em Doetinchem. Alguns estudantes concordaram, acreditando que bilhetes mais caros encorajariam as pessoas a procurar alternativas mais baratas. Além disso, foi salientado que a UE deveria então assegurar-se de que oferece opções mais respeitadoras do ambiente, por exemplo, melhores ligações ferroviárias. Outros participantes indicaram que não eram a favor de preços mais elevados das passagens aéreas. "As pessoas ricas são as que mais viajam hoje e poderão pagá-lo facilmente", disse um participante. "Os preços elevados não os impedirão de viajar. Enquanto feriados distantes se tornarão impossíveis para os cidadãos "comuns".

Agricultores respeitadores da natureza: *"A UE poderia contribuir para a divulgação de conhecimentos sobre soluções sustentáveis."*

BoerenNatuur é uma associação de grupos de agricultores. Durante o diálogo temático, a conversa centrou-se, em particular, no tema das alterações climáticas e do ambiente.

Segundo os participantes, o que era suscetível de ser melhorado era a aplicação da legislação e da regulamentação da UE pelos diferentes países. O processo relativo ao azoto foi citado como exemplo. A legislação da UE apenas estabelece que uma zona natural «não pode deteriorar-se». Mas no sul da Europa, este conceito é interpretado de forma bastante diferente do que nos Países Baixos. "A maioria dos presentes concordou que a Europa deve desempenhar um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. E não devemos contentar-nos com discursos, devemos alcançar resultados. Especialmente através da troca de conhecimentos, dizem os agricultores. «No setor agrícola, estamos a trabalhar em soluções para alcançar uma agricultura mais limpa. A UE deve ajudar a divulgar rapidamente os conhecimentos neste domínio."

Migração (Migração e refugiados)

As fronteiras entre os Estados-Membros da UE são abertas. Por conseguinte, está a ser prosseguida a cooperação no interior da UE, por exemplo, em matéria de gestão das fronteiras externas e de luta contra a introdução clandestina de migrantes. Está também a ser debatida uma distribuição equitativa dos refugiados entre os diferentes Estados-Membros da UE. Qual é a opinião dos Países Baixos sobre esta questão?

Recomendações – A nossa visão da migração e dos refugiados

65 % dos neerlandeses consideram que a migração e os refugiados são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Evitar demasiadas nuances nos debates sobre a questão dos refugiados

70 % dos neerlandeses consideram que as fronteiras externas da Europa devem ser mais bem protegidas. Destes, 72% também acreditam que isso significa enviar mais refugiados de volta para países inseguros. Os holandeses acreditam que deve ser dada mais atenção às razões que levam as pessoas a fugir de um país inseguro. Estas razões estão por vezes ligadas às alterações climáticas, por vezes às guerras. Estes contextos são frequentemente mencionados apenas de forma limitada nos debates sobre a questão dos refugiados. O valor acrescentado que estes refugiados trazem para um país também raramente é discutido. Por último, consideramos que a UE deve fazer uma distinção mais clara entre as pessoas provenientes de regiões inseguras que chegam às fronteiras e os refugiados económicos. Em resumo, constatamos que os debates sobre a migração e os refugiados carecem, em geral, de contexto e de nuances. Os políticos europeus poderiam remediar esta situação dando o exemplo.

«Devemos continuar a ver os refugiados, em primeiro lugar, como nossos semelhantes. Porque quase ninguém abandonará uma pessoa em perigo.»

2. Definir a distribuição justa e prática dos refugiados

Um serviço europeu de imigração deve assegurar uma distribuição equitativa dos refugiados entre os Estados-Membros da UE. Os neerlandeses consideram igualmente que devem ser estabelecidos critérios claros para definir o que é uma distribuição equitativa. Um bom sistema social pode, por exemplo, tornar um país atrativo para os cidadãos, mas outros fatores também são importantes tanto para os refugiados como para as pessoas em causa. Nos Países Baixos, enfrentamos uma escassez de habitação, enquanto alguns países ou setores necessitam simplesmente de mais trabalhadores migrantes. Consideramos importante que a UE tenha este facto em conta na distribuição dos refugiados. Mecanismos claros garantem não só a transparência, mas também menos contestação, o que, em última análise, é do interesse de todos.

«Os refugiados devem também poder expressar os seus talentos num país de destino.»

3. Aproveitar os conhecimentos e a experiência para ajudar as regiões de origem dos refugiados

67 % dos neerlandeses consideram que a UE deve fazer mais para ajudar as regiões inseguras a conter os fluxos de refugiados. Percebemos que os refugiados não saem de seu país por opção. Por isso, precisamos de olhar para as causas, como as alterações climáticas ou os conflitos, que tornam as regiões inseguras ou inabitáveis. A UE pode ajudar as regiões refugiadas não só através de apoio financeiro, mas também através do conhecimento. Nos Países Baixos, por exemplo, temos fortes competências agrícolas. Graças às modernas técnicas agrícolas, podemos ajudar outros países a lidar melhor com as secas e a salinização. E as pessoas que encontraram refúgio na Europa podem seguir uma formação num país europeu e depois ajudar elas próprias o seu país de origem.

Debates e ideias em linha e no local

«A UE tem de pôr em prática procedimentos de asilo mais rápidos. Isto dará mais espaço às pessoas que realmente precisam.

«Conheço muitos jovens à minha volta que querem comprar uma casa, mas não acham nada abordable, enquanto os refugiados recebem alojamento. Acho isto difícil de aceitar.

«As alterações climáticas continuarão a provocar deslocações de qualquer modo. Não podemos parar estes fluxos, mas provavelmente podemos regulá-los melhor.

"Vivo em Betuwe. Durante a temporada de peras e maçãs, simplesmente precisamos de muitos trabalhadores migrantes.

«As regiões inseguras não são inseguras para nada, as autoridades públicas muitas vezes não são fiáveis. Como podemos saber para onde vão a nossa ajuda e o nosso dinheiro?

IDEA: *«Também considerar estratégias locais, como a participação dos cidadãos no acolhimento local de refugiados e o financiamento de iniciativas locais de integração.»*

IDEA: *«Criar mini-casas nas cidades onde os refugiados possam viver à chegada. Tal aliviaria a pressão sobre o mercado da habitação e aumentaria o apoio público ao acolhimento destas pessoas.»*

Voluntários que já foram refugiados: «Na Europa, as pessoas mantêm-se frequentemente afastadas umas das outras.»

Taal Doet Meer ("A língua torna as coisas mais fáceis") é uma organização voluntária que garante que os novos habitantes alófonos de Utrecht possam participar da sociedade. O diálogo temático com esta organização centrou-se não só na migração, mas também e sobretudo na integração. Vários participantes chegaram aos Países Baixos como refugiados, incluindo um proveniente da Síria. "Depois de sete anos, ainda não me sinto holandês. Eu também não encontrei um emprego, apesar de ter obtido um mestrado. Observo que os países europeus estão principalmente preocupados consigo mesmos e não estão muito abertos a outros países e culturas. "Outro participante observou que os europeus muitas vezes permanecem distantes uns dos outros. «A maioria das pessoas está sozinha; Toda a gente fica no seu canto. Acho que temos de falar uns com os outros e podemos aprender uns com os outros.

Juventude do Conselho Nacional da Juventude: «As pessoas só devem ser autorizadas a entrar se puderem ser tratadas.»

Em Utreque, os membros de vários grupos de trabalho do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) realizaram um debate. Os participantes (com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos) consideraram que a distribuição dos refugiados na Europa deveria ter em conta vários aspectos, tais como o número de habitantes, a dimensão do país, a prosperidade e o número de centros para requerentes de asilo. "Os refugiados só devem ser autorizados a entrar no país se puderem ser tratados adequadamente", disse um deles.

Os jovens também acreditam que deve haver consequências quando os países não cumprem seus compromissos de refugiados. Devem, por exemplo, ser multados. "E os refugiados também devem ter a sua própria palavra sobre para onde vão", disse alguém. Por exemplo, se eles já têm família em algum lugar, não podemos enviá-los para outro lugar.

Saúde

(cuidados de saúde)

Embora os cuidados de saúde sejam principalmente da responsabilidade de cada país, podem ser apoiados e reforçados pelas políticas europeias, por exemplo em resposta à pandemia de COVID-19 ou a outras (futuras) crises sanitárias, ou no âmbito da investigação em parceria sobre doenças graves. Qual é a opinião dos Países Baixos sobre esta questão?

Recomendações - A nossa visão dos cuidados de saúde

64% dos neerlandeses consideram que os cuidados de saúde são um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Ter um melhor controlo sobre a gestão de uma pandemia

83 % dos neerlandeses consideram que os países da UE têm de trabalhar mais em conjunto para evitar a propagação de uma doença contagiosa em todo o mundo. Porque um vírus não conhece fronteiras. Podemos ver isso durante a atual pandemia. As políticas da UE são por vezes confusas. Não é bom para as regras. Consideramos que as regras destinadas a combater a propagação de um vírus na Europa devem ser mais bem coordenadas, sem serem necessariamente as mesmas em toda a parte. Deve haver espaço para escolhas locais. Não só porque os números de contaminação podem diferir, mas também porque há muitas culturas na Europa. Algumas medidas funcionam melhor em alguns países do que noutros.

«Vivo nos Países Baixos, na fronteira com a Alemanha. As diferentes medidas tomadas pelos dois países para combater o coronavírus estão a enlouquecer-me.»

2. Garantir a disponibilidade de medicamentos fiáveis e a preços acessíveis para todos

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve garantir que temos menos necessidade de países terceiros para o desenvolvimento, a produção e o fornecimento de medicamentos. Mas se isso significa esperar mais tempo para obter drogas, as opiniões estão divididas. Os Países Baixos consideram que a produção e distribuição de medicamentos é, por conseguinte, uma questão complexa. Por um lado, os custos dos cuidados de saúde estão a aumentar acentuadamente nos Países Baixos, pelo que consideramos importante mantê-los tão baixos quanto possível. Por outro lado, queremos poder ter confiança nos medicamentos, mesmo quando vêm de longe. Devem não só ser de qualidade, mas também ser produzidos de forma sustentável e eticamente responsável. Em geral, consideramos que os medicamentos importantes devem ser acessíveis a todos, incluindo nos países mais pobres.

«Os custos dos cuidados de saúde já são atualmente inabonáveis. Por conseguinte, temos também de tentar comprar os novos medicamentos ao preço mais baixo possível.»

3. Os países devem envidar todos os esforços para melhorar os seus sistemas de saúde e torná-los mais equitativos.

Os holandeses preocupam-se muito com os cuidados de saúde, e estes cuidados vão além do impacto da pandemia de COVID-19. Estamos cientes, por exemplo, dos problemas de capacidade estrutural nos hospitais. Algumas das coisas de Neerland não confiam nos efeitos das forças de mercado no setor dos cuidados de saúde. Compreendemos que as empresas farmacêuticas precisam recuperar seus investimentos e que os fundos de seguro de saúde querem cuidados de saúde baratos, mas as grandes empresas não devem abusar de seu poder. A UE deve adotar regras a este respeito. Também acreditamos que os cuidados de saúde são principalmente uma questão nacional. Os países sabem melhor quais são os problemas e as prioridades a nível local. No entanto, consideramos importante que os países europeus possam aprender uns com os outros, a fim de melhorar os cuidados de saúde.

Debates e ideias em linha e no local

«No que diz respeito à disponibilidade de medicamentos na Europa, podemos também ser um pouco mais eficientes em termos de custos. Estamos a atirar demasiados hoje.»

«É muito positivo que a Alemanha tenha recebido doentes dos Países Baixos com COVID-19. Gostaria de ver mais solidariedade deste tipo na Europa.»

«Onde quer que viva na UE, quer seja rico ou pobre, todos têm direito a cuidados de qualidade.»

«Na compra de medicamentos, devem ser tidos em conta não só os custos, mas também a ética. Isto significa, por exemplo, que o trabalho infantil não deve ser utilizado.»

IDEA: *«Melhorar a saúde dos europeus, garantindo-lhes menos stress. Reduzir, por exemplo, a duração da semana de trabalho.»*

IDEA: *«Permitir que os jovens façam escolhas mais saudáveis através de jogos sérios de realidade aumentada.»*

Residentes de Utreque de origem marroquina: "A saúde pode vir a um preço."

A Fundação "Marokkaans Dialoog Overvecht" (MDO) (Diálogo Marroquino em Overvecht) dedica-se à participação da comunidade marroquina no distrito de Overvecht, em Utrecht. Para o efeito, incentiva o diálogo na vizinhança e, por conseguinte, combate as desigualdades. Os participantes no diálogo temático "Visão da Europa" consideram que a cooperação europeia é muito útil. No entanto, alguns deles consideram que os Países Baixos são, por vezes, demasiado dependentes de outros países. A gestão da crise da COVID-19 foi citada como exemplo a este respeito. De acordo com os participantes, o resultado das numerosas consultas na Europa foi que os Países Baixos iniciaram a vacinação contra a COVID-19 demasiado tarde. "Talvez custe mais se a Holanda quiser decidir mais por conta própria", disse alguém. Mas trata-se de saúde, pode muito bem custar um pouco mais.

Dsão estudantes de Helmond: "É melhor aprender inteligentemente uns com os outros do que adotar a mesma abordagem."

No Dr. Knippenberg College, em Helmond, estudantes com cerca de 16 anos debateram a gestão europeia da pandemia COVID-19. Alguns consideram que os Estados-Membros da UE deveriam ter definido o programa de vacinação em conjunto. A maioria dos participantes considerou que os próprios países tinham uma ideia melhor do que era necessário e do que funcionava. Portanto, eles estão em melhor posição, na sua opinião, para decidir o que é apropriado para a população. Sabem melhor, por exemplo, quais os setores que necessitam de vacinação em primeiro lugar e quais os que podem esperar. "É naturalmente muito bom que os países se consultem uns aos outros", disse um dos estudantes. «Se vários países têm a sua própria abordagem, podem observar o que os outros estão a fazer e aprender uns com os outros.»

O papel da UE no mundo

O mundo enfrenta grandes desafios. A UE está convicta de que questões como as alterações climáticas e as pandemias só podem ser abordadas através da cooperação mundial. A UE quer deixar a sua voz clara na cena mundial a este respeito, juntamente, por exemplo, com os EUA e a China. Qual é a opinião dos Países Baixos sobre esta questão?

Recomendações – A nossa visão do papel da UE no mundo

56 % dos neerlandeses consideram que o papel da UE no mundo é um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Aproveitar o poder da UE principalmente no contexto dos principais temas internacionais

O facto de a sua criação ter contribuído para que os europeus vivessem em paz durante mais de 75 anos é considerado por muitos neerlandeses como o principal valor acrescentado da UE. Os neerlandeses também acreditam que o poder da UE reside na gestão conjunta dos principais desafios internacionais. A este respeito, estamos a pensar, por exemplo, nas alterações climáticas, na pandemia de COVID-19 e na crise dos refugiados. Os Estados-Membros da UE podem também ter um maior impacto nos países terceiros através da celebração coletiva de acordos internacionais da UE. Acreditamos que o nosso país é demasiado pequeno para fazer a diferença nestas áreas por si só. Dito isto, os neerlandeses querem que os Países Baixos possam continuar a fazer as suas próprias escolhas, com base na sua própria cultura e interesses. Por conseguinte, a cooperação na Europa deve também assegurar, acima de tudo, a eficácia e o poder de acção.

«É mais fácil celebrar acordos de cooperação no âmbito da UE do que como um único país.»

2. Dentro e fora da Europa, escolha a cooperação em vez da luta

66 % dos neerlandeses consideram que a UE deve formar um bloco mais forte do que outros blocos internacionais. Estamos perante um enfraquecimento do equilíbrio no mundo. Países como a China e a Rússia estão constantemente a expandir o seu poder em diferentes áreas. Estamos muito preocupados com isso. Por conseguinte, a UE deve prestar mais atenção, por exemplo, à segurança internacional e à proteção da economia europeia contra práticas comerciais desleais. A este respeito, consideramos importante que os Estados-Membros coordenem melhor e mais rapidamente. Isto permitir-nos-á fazer ouvir as nossas vozes de forma mais clara. O facto de sermos mais fortes juntos como países europeus não significa que queiramos entrar em conflito. Queremos também, na medida do possível, ter uma boa cooperação com países terceiros.

«A redução dos litígios e conflitos internos aumentará o prestígio e a influência da UE na cena mundial.»

3. Oferecer, de forma ponderada, assistência em caso de conflito

No contexto do reforço do papel da UE na cena internacional, 50 % dos neerlandeses consideram que a resolução de conflitos em todo o mundo é uma questão importante. A melhor maneira de reagir a conflitos é, na opinião deles, difícil de determinar. A experiência passada demonstrou que a intervenção militar num país nem sempre é benéfica. Pode, por exemplo, conduzir a custos inesperadamente elevados e criar refugiados adicionais. Dado este impacto local, os países devem decidir por si próprios se participam ou não numa guerra. Estamos, de um modo geral, interessados numa maior cooperação entre os exércitos europeus: consideramos importante que a Europa se possa defender bem. Mas sempre preferimos resolver conflitos sem recorrer à violência.

"Quando o Afeganistão foi evacuado, cada país agiu no seu próprio canto. Podíamos ter feito melhor, não podíamos?"

Debates e ideias em linha e no local

«A UE deve, em primeiro lugar, pôr os seus próprios assuntos em ordem antes de confrontar os outros.»

«Ao comprar maciçamente produtos chineses como europeus, estamos a apoiar a própria China.»

"Os Estados Unidos continuam a desempenhar um papel muito importante na defesa da Europa."

«Ser membro da UE significa também sentar-se à mesa das negociações. o que permite debater decisões importantes.»

«A UE deve deixar de se ver como uma entidade isolada, porque não o é. Trata-se de uma associação de Estados-Membros europeus e deve comportar-se como tal.»

IDEA: *«Tal como a Conferência Mundial sobre o Clima, também deve ser realizada uma conferência sobre direitos humanos.»*

IDEA: *«Tornar os exércitos europeus mais eficientes, por exemplo, através de uma maior utilização da aquisição coletiva de equipamento.»*

Mulheres holandesas-marroquinas: "Promover os direitos humanos".

"Mulheres pela Liberdade"  é uma fundação holandesa que luta contra os casamentos forçados, a opressão sexual e o abuso financeiro de raparigas e mulheres com origens biculturais. Em colaboração com esta fundação, foi organizada uma reunião com um grupo de mulheres holandesas-marroquinas. Os participantes consideraram que a UE está atualmente demasiado dependente da Rússia e da China. "Vemos que, em geral, a UE não se atreve a propor nada, por medo de sanções", disse um deles. A produção de drogas, que muitas vezes pode ser muito cara, foi citada como um exemplo. "Em caso de conflito, a China pode desligar a torneira e não teremos nada", disse um dos participantes. Foi também levantada a questão dos direitos humanos. "Estamos todos a agir como se pensássemos que é muito importante, mas estamos a fechar os olhos ao que a China está a fazer aos uígures", disse.

Estudantes do technasium de Alkmaar: "Nenhum exército comum."

Durante o diálogo temático, os alunos do technasium Jan Arentz em Alkmaar discutiram as vantagens e desvantagens de um exército europeu comum. Os participantes indicaram que não eram apoiantes. «Quando um país da UE discute com um país terceiro, devemos poder participar automaticamente numa guerra. "Acho que os países precisam ser capazes de decidir por si mesmos", disse alguém. A possibilidade de uma terceira guerra mundial foi posta de lado. Esta possibilidade não é considerada muito grande pelos alunos, mas eles pensam que, se chegarmos lá, uma solução pode, no entanto, ser encontrada rapidamente. «Os exércitos também podem trabalhar bem em conjunto. Na minha opinião, não há necessidade de um exército europeu.»

Metodologia utilizada no inquérito

O «Vision de l'Europe» é complementado por várias formas de diálogos estreitamente relacionados que permitem recolher pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa e da UE. O presente capítulo descreve a forma como estes diálogos estreitamente relacionados são conduzidos em conformidade com as orientações para os painéis de cidadãos nacionais no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Estrutura de diálogos estreitamente relacionados

São organizadas as seguintes formas de diálogo:

6. Inquérito por painel

Inquérito em linha a uma parte representativa da população neerlandesa.

7. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Diálogos em que os resultados do primeiro relatório intercalar «A nossa visão para a Europa: pareceres, ideias e recomendações» (8 de outubro de 2021) foram debatidos em profundidade com um grupo de neerlandeses.

8. Diálogos com grupos específicos

Reuniões com neerlandeses que não estão habituados a participar em inquéritos ou painéis (em linha).

9. Diálogos com os jovens

Reuniões em que são debatidos os temas europeus de maior interesse para estes jovens.

10. Inquérito público em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst" (Swipen para o futuro)

O questionário do inquérito do painel poderia também ser preenchido por todos os neerlandeses, incluindo os que vivem no estrangeiro. Este questionário esteve disponível de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar na ação «Swipen naar de toekomst», uma ferramenta em linha com 20 afirmações.

1. Inquérito por painel

O diálogo com os Cidadãos neerlandês «Visão da Europa» teve início em 1 de setembro com um inquérito a vários cidadãos. Nesta descrição da metodologia utilizada no inquérito, explicamos sucintamente a conceção e a execução deste inquérito em painel.

População-alvo e objectivo

O inquérito «Visão da Europa» começou com um questionário em linha sobre a forma como os neerlandeses veem o futuro da Europa. Este questionário foi enviado a um painel representativo e está igualmente aberto a todos os neerlandeses (incluindo  que residem no estrangeiro). Além disso, cada pessoa pôde participar da ação "Swipen naar de toekomst" (Swipen  para o futuro), uma ferramenta online com 20 afirmações. Os resultados do inquérito do painel contribuíram para vários diálogos temáticos organizados no seguimento do processo de diálogo com os cidadãos sobre a visão da Europa.

A população-alvo do inquérito do painel inclui todos os neerlandeses com idade igual ou superior a 18 anos que estavam registados como residentes no registo da população no momento em que o trabalho de campo começou. De acordo com o Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos (Centraal Bureau voor de Statistiek - CBS), este grupo-alvo tinha 14 190 874 pessoas em 1 de janeiro de 2021. O limite inferior de 18 anos corresponde à maioria eleitoral. Chamamos-lhe o painel de inquérito à população.

Trabalho de campo

Um painel de mais de 100 000 participantes de todo o país (certificado ISO, Research Keurmerk groep, Nederlandse Marktonderzoek Associatie) foi usado para obter uma imagem digital do "holandês médio". Estes participantes inscreveram-se no painel do inquérito para apresentarem regularmente os seus pontos de vista sobre uma vasta gama de temas. Além de sua motivação intrínseca para contribuir, são pagos para responder aos questionários. Vários estudos científicos mostram que os inquiridos que recebem uma compensação pelo preenchimento de um questionário não dão respostas significativamente diferentes (fonte: *A utilização de incentivos de inquéritos degrada a qualidade dos dados?*, Cole, J. S., Sarraf, S. A., Wang, X., 2015).

O trabalho de campo teve início em 11 de agosto de 2021 e terminou em 19 de setembro de 2021. Para a implementação, foi utilizado apenas um método de recolha de dados, ou seja, o inquérito na Internet. Os membros do painel de inquérito receberam uma mensagem de correio eletrónico com uma hiperligação pessoal para o questionário em linha. Depois de duas semanas, os participantes do painel receberam um lembrete. Os convites para participar foram enviados em lotes e de forma estratificada (garantindo uma distribuição equitativa dos subgrupos) até ser atingido o número necessário de inquiridos.

Amostragem e distribuição

A conceção do inquérito baseia-se no princípio de que um mínimo de 3600 inquiridos deve participar no inquérito, a fim de assegurar uma boa fiabilidade estatística. Além disso, este número permite uma boa distribuição entre as diferentes características gerais da população. Não há apenas um tipo de holandês. Por conseguinte, garantimos antecipadamente que a amostra estava bem distribuída por um determinado número de características. A Holanda é um país relativamente pequeno, mas as opiniões podem diferir por região. O posicionamento em relação aos temas e a importância que lhes é dada podem ser (em parte) determinados pela região em que se vive. Por exemplo, as pessoas nas zonas rurais podem compreender um tema como a segurança de forma diferente das pessoas nas zonas urbanas. A investigação realizada pelo Gabinete de Planeamento Social e Cultural dos Países Baixos mostra igualmente que as pessoas com um nível de educação mais elevado são mais frequentemente apoiantes da UE do que as pessoas com um nível de educação mais baixo e que os jovens são mais frequentemente a favor da UE do que as pessoas mais velhas (fonte: *Wat willen Nederlanders van de Europese Unie?*, Gabinete Neerlandês de Planeamento Social e Cultural, Haia, 2019).

Por esta razão, distribuímos proporcionalmente as três características seguintes, a fim de garantir a representatividade da amostra: (1) residência através das regiões COROP, (2) idade e (3) nível de escolaridade. A distribuição da amostra também foi apresentada de acordo com as seguintes características gerais: género, origem, profissão principal, orientação política.

As regiões OROP foram desenvolvidas com base no princípio nodal (um "coração" com uma área de atração ou uma função regional), com base nos fluxos de pessoas que se deslocam. Algumas violações do princípio nodal foram concedidas para que as regiões sigam as fronteiras provinciais. Após a reorganização dos municípios para além dos limites do COROP, a distribuição foi ajustada (fonte: Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos). Nas regiões COROP, garantimos uma boa distribuição entre os grupos etários, com a seguinte repartição: 18-34 anos, 35-54 anos, 55-75 anos e mais de 75 anos.

Por último, garantimos uma distribuição representativa dos níveis de ensino. Na amostra, a distribuição dos inquiridos corresponde à distribuição a nível nacional do nível de ensino mais elevado, que é a seguinte:

Nível de ensino mais elevado

Baixo: ensino primário, ensino profissional preparatório, 1.o ao 3.o ano do ensino secundário geral/ensino pré-universitário, ensino profissional secundário de nível 1	32,1 %
Intermediário: ensino secundário geral secundário superior/ensino pré-universitário, ensino profissional secundário de nível 2 a 4	44,6 %
Elevado: ensino profissional superior ou ensino universitário	22,9 %
Desconhecido	0,4 %

Taxa de resposta

Participaram no inquérito um total de 4.086 pessoas. O objetivo de 3 600 questionários totalmente preenchidos é, por conseguinte, cumprido.

Respostas das regiões e da idade do COROP	18 a 34 anos	35 a 54 anos	55 a 75 anos	mais de 75 anos
A norte de Drenthe	11	14	17	5
Sudeste de Drenthe	10	12	14	4
Sudoeste de Drenthe	7	10	11	3
Flevoland	29	33	28	6
Frísia do Norte	20	22	25	8
Frísia do Sudeste	12	13	14	3
Frísia do Sudoeste	8	11	11	4
Achterhoek	22	27	34	11
Arnhem/Nijmegen	52	53	55	15
Veluwe	44	48	51	17
Gelderland do Sudoeste	16	18	20	5
Grande Delfzijl	2	4	5	1
Groninga Oriental	7	10	12	3
Resto de Groningen	36	26	28	8

Limburgo Central	13	17	21	7
Limburgo do Norte	17	20	23	7
Limburgo do Sul	38	40	52	17
Centro do Brabante do Norte	34	35	35	11
Brabante do Nordeste	41	43	51	14
Brabante do Norte Ocidental	40	47	49	15
Sudeste do Brabante do Norte	55	56	58	18
Aglomeração de Haarlem	13	18	18	7
Alkmaar e arredores	14	19	19	6
Grande Amesterdão	116	104	88	23
O Gooi e Vechtstreek	13	21	19	7
IJmond	12	14	15	4
Ponto da Holanda do Norte	22	27	30	9
Região de Zaan	11	13	12	3
Overijssel do Norte	25	28	25	8
Twente	41	44	46	14
Sudoeste de Overijssel	10	11	12	3
Utrecht	96	100	89	27
Resto da Zelândia	16	21	23	8
Zelândia Flandres	6	8	9	3
Aglomeração da região de Leiden e bulbo	30	31	31	10
Aglomerações de Haia	63	70	57	18
Delft e Westland	19	15	15	4
Grand Rijnmond	103	107	99	31

Leste da Holanda do Sul	22	24	25	8
Sudeste da Holanda do Sul	24	26	26	9

Respostas por nível de ensino

Baixo	1382	34 %
Intermediário	1747	43 %
Elevado	915	22 %
Desconhecido	42	1 %

Fiabilidade e representatividade

O número de inquiridos de 4.086 permite fazer observações para toda a população com um nível de co-confiança de 95% e uma margem de erro de 1,53%. O nível de confiança e a margem de erro dos resultados são determinados pela dimensão da amostra. Quanto maior a amostra, mais confiáveis e precisos os resultados podem ser extrapolados para toda a população.

O nível de confiança é definido como 1 (100%) menos o nível de significância. É comum confiar num nível de significância de 5%. Isto é referido como um nível de confiança de 95%. Por outras palavras, se o inquérito fosse repetido da mesma forma e nas mesmas condições, os resultados seriam idênticos em 95% dos casos.

A precisão (expressa como a margem de erro) indica o intervalo de valores dentro do qual o valor real na população está localizado. Por outras palavras: Qual seria a diferença máxima entre os resultados da palafita e os resultados que seriam obtidos de toda a população? Uma margem de erro de 1,53% significa que o valor real dentro da população total pode ser 1,53% maximum superior ou inferior ao valor da amostra. Por exemplo, se um inquérito a uma amostra de indivíduos indicar que 50% dos inquiridos consideram um tema específico importante, a percentagem real é 1,53% superior ou inferior à percentagem de 50%, ou seja, entre 48,47 e 51,53%. Uma margem de erro até 5 % é comum e geralmente aceite em estudos quantitativos (estatísticos).

Para além da fiabilidade, a representatividade da amostra é importante. Como os convites para participar foram enviados em lotes e de forma estratificada, os resultados são representativos em relação às características da região COROP e aos grupos etários por região COROP. As respostas são igualmente representativas do ponto de vista do nível de escolaridade em relação ao nível de escolaridade mais elevado atingido a nível nacional.

Outras características gerais

Uma série de perguntas contextuais adicionais foram feitas aos participantes do painel. Estes incluem o género, o posicionamento em relação à UE, a origem, a profissão principal e o partido político em que a pessoa votaria em caso de eleições.

49% dos entrevistados são do sexo masculino, 50% são do sexo feminino e 1% preferem não responder a esta pergunta.

51 % dos inquiridos consideram positivo que os Países Baixos sejam membros da UE, 13 % consideram que é uma coisa má e 36 % são neutros ou não têm opinião.

95% dos inquiridos nasceram nos Países Baixos. 89 % dos inquiridos referem que ambos os pais nasceram nos Países

Baixos. 5% nasceram de dois pais que nasceram no exterior.

Orientação política atual dos inquiridos

Festa	%
VVD (Partido Popular para a Liberdade e Democracia)	14 %
PVV (Partido da Liberdade)	13 %
SP (Partido Socialista)	8 %
D66 (Democratas 66)	6 %
CDA (Apelo Democrata-Cristão)	6 %
PvdA (Partido do Trabalho)	6 %
Partij voor de Dieren (Partido dos Animais)	4 %
GroenLinks (esquerda verde)	4 %
ChristenUnie (União Cristã)	3 %
JA21	3 %
BoerBurgerBeweging (movimento agricultor-cidadão)	2 %
Forum voor Democratie (Fórum para a Democracia)	2 %
PEC (Partido Político Reformado)	2 %
volts	2 %
DENK	1 %
Groep Van Haga	1 %
BIJ1	1 %
Fractie Den Haan	0 %
Outros	2 %
Votação branca	3 %
Prefiro não responder	13 %
Não voto	5 %

Qual é a sua atividade principal atual?

Profissão	%
Aluno/estudante	6 %
Trabalhador a tempo parcial	16 %
Trabalhador a tempo inteiro	31 %
Empreiteiro independente	3 %
dona de casa	5 %
Candidato a emprego	2 %
Voluntário	2 %
Incapacitado para o trabalho	6 %
Aposentado	27 %
Outros	1 %
Prefiro não responder	1 %

Questionário

O questionário e o presente relatório foram elaborados por uma organização externa independente, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O questionário tem uma estrutura modular e inclui os seguintes blocos de perguntas, em consonância com os temas identificados para a Conferência sobre o Futuro da Europa:

- Temas importantes e o papel da Europa
- Alterações climáticas e ambiente
- Saúde
- Economia e emprego
- Papel da União Europeia no mundo
- Segurança e Estado de direito
- O mundo virtual
- Democracia europeia
- Migração e refugiados
- Educação/cultura/juventude/desporto

Durante o desenvolvimento do questionário, foi dada grande atenção à qualidade, confiabilidade e validade das perguntas. Portanto, buscou-se uma formulação neutra e não-diretiva de perguntas, afirmações e opções de resposta, e verificou-se que as perguntas foram formuladas em linguagem compreensível (nível B1).

O questionário foi submetido a testes de qualidade através de entrevistas presenciais com testes parciais de calças pertencentes ao grupo-alvo. Isso nos permitiu estudar como as perguntas são compreendidas pelos diferentes tipos de respondentes. Se uma pergunta parecia representar uma carga cognitiva muito grande (demasiado complexa), ela foi adaptada.

Métodos analíticos

Neste inquérito foram utilizados dois métodos de análise:

Análises univariadas

As estatísticas descritivas são utilizadas para descrever as variáveis de um inquérito. Frequências e médias são utilizadas neste inquérito.

Análises bivariadas

As análises bivariadas examinam a relação entre duas variáveis, ou seja, a relação entre a importância dos diferentes temas e a questão de saber se a UE deve intervir neste domínio e a característica etária geral. Foi realizado um exame para determinar se diferentes grupos etários atribuem uma importância diferente a um tema e se as opiniões divergem quanto à medida em que estes são temas em que a UE precisa de intervir.

Publicação de informações e exaustividade

Este relatório incorpora os resultados de todas as perguntas feitas aos respondentes do painel de inquérito. Para algumas perguntas, foi dada ao respondente a oportunidade de fornecer respostas «abertas» (ou seja, não predeterminadas). As respostas abertas foram categorizadas e incluídas na publicação. As ideias partilhadas pelos inquiridos nos comentários gratuitos são utilizadas para alimentar os vários diálogos temáticos organizados no seguimento do Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa».

2. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Os temas centrais da conferência sobre o futuro da Europa foram aprofundados em oito diálogos temáticos em linha. O objetivo destes diálogos foi descobrir as *razões para* as opiniões expressas, bem como as motivações e sentimentos por trás delas. Quais são as preocupações e oportunidades percebidas? As sessões de debate também permitiram aos participantes fazer sugestões e ideias sobre estes temas, bem como levantar questões que não fazem parte da conferência, mas que, no entanto, são importantes para eles.

Os diálogos temáticos tiveram lugar em 12-14 de outubro e 9-11 de novembro. Em outubro, foram organizados quatro diálogos temáticos em linha sobre «Economia» e «Democracia».

Em novembro, foram organizados quatro diálogos temáticos em linha sobre «O clima» e «A UE no futuro». Em média, 29 pessoas participaram em cada sessão de debate (231 no total). Os participantes foram recrutados entre os membros do painel (ver ponto 1) e através das redes sociais.

3. Diálogos com grupos específicos

Alguns grupos de neerlandeses sabem que estão menos habituados a participar em inquéritos e painéis (em linha). A fim de obter uma imagem representativa da "voz dos Países Baixos", era importante que estes cidadãos também pudessem expressar as suas ideias e opiniões. É por esta razão que organizámos também uma série de diálogos no local para o inquérito «Visão da Europa». As opiniões e ideias que pudemos recolher foram utilizadas como base (entre outras) para formular as recomendações.

Grupos-alvo

Os grupos-alvo de difícil acesso não podem ser definidos de forma inequívoca. Estudos e experiências permitem-nos saber que os holandeses com origens **não ocidentais** estão muito menos envolvidos em inquéritos e discussões. Uma vez que representa um grande grupo (14 % do Neerlandais¹), foram selecionados para participar no diálogo sobre a visão da Europa. O mesmo raciocínio foi seguido em relação aos menos **instruídos**. É também um grande grupo (2,5 milhões de cidadãos holandeses²), que se sobrepõe parcialmente ao grupo de migrantes (39%). Por último, foi realizado um diálogo com um grupo de pessoas que não são frequentemente encontradas em inquéritos e debates, **que criticam a Europa, mas para quem desempenha um papel profissional importante**. Foram selecionados empresários do setor agrícola.

Os grupos acima referidos foram abordados através de organizações de que são membros, tais como organizações de migrantes, associações de defesa e organizações profissionais. Uma vez que limitámos o número de diálogos a oito, não podíamos ser completamente "exaustivos". Isso torna a escolha dos participantes um pouco arbitrária. Para fazer esta escolha, também tivemos em conta o entusiasmo para participar e ajudar a mobilizar a sua base, bem como questões práticas como a disponibilidade com base nas datas e localização.

Foram realizados diálogos no local com membros das seguintes organizações:

- Fundação Hakder, Comunidade Alevi, Schiedam
- Fundação Asha, Comunidade Hindu, Utrecht (duas sessões de debate)
- Piëzo, Organização da Sociedade Civil, Zoetermeer
- Taal doet Meer, uma organização para pessoas pouco qualificadas, Utrecht
- BoerenNatuur, associação de grupos agrícolas
- Marokkanen Dialoog Overvecht, comunidade marroquina, Utrecht
- Mulheres pela Liberdade, organização de defesa das mulheres oriundas da imigração, Haia

Participaram nestas reuniões 110 pessoas.

4. Diálogos com os jovens

Os jovens são um grupo-alvo prioritário da Conferência sobre o Futuro da Europa. A fim de incentivar a sua participação no Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» e fazer ouvir as opiniões e ideias deste grupo, foram organizadas seis reuniões presenciais de debate especificamente destinadas aos jovens.

As reuniões realizaram-se nas seguintes instituições:

- Associação de Estudantes de História, Universidade de Leiden

- Faculdade Dr. Knippenberg, Ensino Secundário, Helmond
- Coalitie-Y, Plataforma da Juventude do Conselho Económico e Social
- Graafschap College, Ensino Secundário Profissional, Doetinchem
- CSG Jan Arentsz, ensino secundário centrado em disciplinas tecnológicas, Alkmaar
- Conselho Nacional da Juventude (a reunião realizou-se fora do local)

Participaram nas reuniões de debate 110 jovens.

Técnicas de manutenção utilizadas

Os diálogos temáticos em linha, os diálogos com grupos específicos e os diálogos com jovens foram realizados utilizando o chamado método de entrevista «socrático». Este método tem sido utilizado há muitos anos no Dia do Diálogo, onde pessoas de todos os Países Baixos interagem sobre questões que lhes dizem respeito. No método de manutenção socrático, o moderador leva em conta os seguintes princípios:

Que o outro conte a sua história

- Não responda imediatamente com outra história
- Trate-se com respeito
- Falar a partir do seu próprio ponto de vista ("Eu encontro" em vez de "eles dizem")
- Solicitar mais explicações se os pontos de vista expressos se limitarem a generalidades
- Evite julgamentos e análise-os
- Dar momentos de silêncio se as pessoas precisarem pensar por um momento

Durante os diálogos, o seguinte ritmo é usado: divergência – convergência – divergência. O princípio é que deve primeiro divergir (expressar sentimentos e opiniões individuais diretamente), antes de poder convergir (falar sobre possíveis pistas) e, finalmente, divergir novamente (por exemplo, recolher recomendações individuais). A experiência e a teoria mostram que este ritmo garante um fluxo ideal de diálogo.

Todos os diálogos foram conduzidos por facilitadores profissionais.

5. Inquérito público em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst" (Swipen ra o futuro)

O questionário do inquérito do painel foi igualmente aberto a todos os neerlandeses, incluindo os que vivem no estrangeiro. Esse questionário esteve disponível de¹de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar na ação «Swipen naar de toekomst», uma ferramenta em linha com 20 afirmações.

Respostas e Utilização

Um total de 1 967 participantes preencheram o questionário e 6 968 preencheram a ferramenta screenscan. Tanto o questionário como a ferramenta de rastreio estavam abertos a todos: não existiam condições ou critérios de seleção adequados para a participação. No questionário, foi possível passar perguntas (não havia perguntas obrigatórias) a fim de maximizar a taxa de resposta. Os participantes escolheram "Eu prefiro não responder" com muito mais frequência do que no inquérito do painel representativo.

As características gerais dos participantes no questionário aberto e na ferramenta de digitalização de ecrã diferem, na maior parte dos aspetos, das dos participantes no painel representativo. Ao contrário do inquérito em painel, os resultados do questionário aberto e da ferramenta de digitalização do ecrã não são representativos. Os resultados do inquérito aberto em linha foram utilizados para completar o inquérito do painel. Apresentam uma panorâmica dos sentimentos e ideias que circulam nos Países Baixos. As sugestões de melhoria mencionadas nos campos de entrada foram utilizadas na secção "Discussões e Ideias Online e On-Site". A ferramenta screenscan foi utilizada para compreender melhor certos sentimentos que circulam nos Países Baixos. Estes resultados foram tidos em conta na elaboração das recomendações. Devido ao requisito de representatividade, os resultados do inquérito em linha foram tidos em conta de forma limitada no presente relatório.

O presente relatório é publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. www.kijkopeuropa.nl

III – Referências aos resultados dos eventos nacionais

- [Bélgica](#)
- [Bulgária](#)
- [República Checa](#)
- [Dinamarca](#)
- [EmLlemagne](#)
- [Estónia](#)
- [Irlanda](#)
- [Grécia](#)
- [Espanha](#)
- [França](#)
- [Croácia](#)
- [Itália](#)
- [Chipre](#)
- [Letónia](#)
- [Lituânia](#)
- [Luxemburgo](#)
- [Hungria](#)
- [Malta](#)
- [Países Baixos](#)
- [Áustria](#)
- [Polónia](#)
- [Portugal](#)
- [Roménia](#)
- [Eslovénia](#)
- [Eslováquia](#)
- [Finlândia](#)
- [Suécia](#)

IV – Referência ao relatório da Plataforma Digital Multilingue

[Plataforma Digital Multilingue da Conferência sobre o Futuro da Europa – relatório de fevereiro de 2022](#)

V – Copresidentes da Conferência sobre o Futuro da Europa e membros do Secretariado Conjunto

Parlamento Europeu	Conselho da UE	Comissão Europeia
Copresidentes da Conferência sobre o Futuro da Europa		
VERHOFSTADT Guy	BEAUNE Clément (janeiro-junho de 2022)	ŠUICA Dubravka
	DOVŽAN Gašper (julho-dezembro de 2021)	
	ZACARIAS Ana Paula (março-junho de 2021)	
Membros do Secretariado Conjunto		
MCLAUGHLIN Guillaume (copresidente)	ARPIO Marta (co-chefe)	SCICLUNA Colin (co-chefe)
CORBETT Richard	ELBELTAGY Dalia	argila da BUSIA
EVSTATIEVA-SHORE Vesela	JAANSALU Liis	GRASSI Mattia
HOFKAMP Jelmer	RHLALOU Rebecca	GYORFI Izabella
PIEROT Rémi	RICEPUTI Matteo	HOEKE Susanne
PIORUN Magdalena	STOYANOV Miroslav	NOWACZEK Krzysztof
CONHECIMENTO Danièle	VAN LAMSWEERDE Marie-Charlotte	PALOTAI Viktoria
RUHRMANN Katrin (ex-co-chefe)		RICARD-NIHOUL Gaëtane
POPTCHEVA Eva-Maria (ex-membro)		BEREMLIYSKY Anguel (antigo membro)



PDF ISBN 978-92-824-8655-9 doi:10.2860/25889 QC-05-22-131-EN-N Print ISBN 978-92-824-8729-7 doi:10.2860/533066 QC-05-22-131-EN-C

© União Europeia, 2022 Authorised re-use, medium-term source statement (Reutilização autorizada, declaração de fontes a médio prazo).